

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

FABRIZIO MENCARINI

TRANSPARÊNCIA NOS BANCOS PÚBLICOS BRASILEIROS:
um estudo sobre a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) no Banco
do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Nacional de
Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

SÃO PAULO
2015

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

FABRIZIO MENCARINI

TRANSPARÊNCIA NOS BANCOS PÚBLICOS BRASILEIROS:

um estudo sobre a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) no Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública e Governo.

Linha de pesquisa: Transformações do Estado e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Kurt Eberhart Von Mettenheim.

SÃO PAULO

2015

Mencarini, Fabrizio.

Transparência nos bancos públicos brasileiros: um estudo sobre a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) no Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - Fabrizio Mencarini - 2015.

232 f.

Orientador: Kurt Eberhart von Mettenheim.

Dissertação (CMAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Transparências no governo. 2. Controle social. 3. Democracia. 4. Bancos de desenvolvimento - Brasil. 5. Ação de prestação de contas. I. Mettenheim, Kurt Eberhart von. II. Dissertação (CMAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Título.

CDU 336.711(81)

FABRIZIO MENCARINI

TRANSPARÊNCIA NOS BANCOS PÚBLICOS BRASILEIROS:

um estudo sobre a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) no Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Esta Dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Transformações do Estado e Políticas Públicas e aprovado em sua forma final pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas.

São Paulo, ____ de _____ de 2015.

Prof. Dr. Kurt Eberhart Von Mettenheim
(Orientador)
Fundação Getúlio Vargas – SP

Prof. Dr. Eduardo Henrique Diniz
Fundação Getúlio Vargas – SP

Prof. Dr. Fernando de Souza Coelho
Universidade de São Paulo –
USP/EACH

À minha esposa Simone Kanasiro
Takamoto Mencarini, ao meu filho
Lucca Takamoto Mencarini, aos meus
pais Ecio Mencarini e Caterina
D'Alessio Mencarini e aos meus irmãos
Ettore Mencarini e Sandro Mencarini.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente ao meu filho por nos brindar com a sua chegada durante o mestrado, alegria imensurável que me trouxe ainda mais força para encarar todos os desafios.

Agradeço, sobretudo, à minha esposa por todo o apoio e companheirismo, fundamentais para esta conquista, sem os quais, certamente, não conseguiria.

Agradeço aos meus pais e aos meus irmãos por todo apoio, carinho e compreensão, principalmente nos meus momentos de ausência que resultaram também na ausência do neto e do sobrinho.

Agradeço ao meu orientador, Kurt Eberhart Von Mettenheim, por todo apoio e direcionamento durante esta pesquisa, foi fundamental.

Agradeço aos professores Eduardo Henrique Diniz e Fernando de Souza Coelho pelas valiosas contribuições para esta dissertação.

Agradeço, especialmente, ao Mauricio da Silva Correia por todo apoio dedicado e por nossas conversas sobre encaminhamentos da pesquisa.

Agradeço aos amigos Pierre Rinco e Leandro Timossi de Almeida por todo apoio dedicado, e também, à Mariana Ferreti Lippi pelos conselhos importantes em momentos decisivos.

Agradeço, por fim, à professora Evelyn Levy e aos professores Fernando de Souza Coelho e José Carlos Vaz por serem meus inspiradores no trabalho e estudo da administração pública, e especialmente, pela recomendação para o ingresso no mestrado.

“(...) o caráter público é a regra, o segredo a exceção, e mesmo assim é uma exceção que não deve fazer a regra valer menos (...)”

(BOBBIO, 1986, p. 86).

RESUMO

Os bancos públicos representam, historicamente, importante instrumento do governo federal no âmbito da formulação e implementação de políticas públicas. A relevância das ações materializadas por eles, principalmente, em relação ao desenvolvimento econômico e social, por meio da utilização de vultosos recursos oriundos do tesouro nacional, desperta a atenção da sociedade interessada em conhecer mais sobre as operações de empréstimos. A política de transparência torna-se central à luz de relevantes conceitos de democracia e de desdobramentos importantes de publicidade, prestação de contas e *Accountability*, principalmente após a Constituição de 1988 pela necessidade de efetivação de mecanismos democráticos. Desta forma, esta pesquisa busca contribuir tanto para a discussão teórica quanto para a base empírica do tema de transparência nos bancos públicos. Com a realização de pesquisa documental estruturada para levantamento de dados e informações, foi possível analisar os fatores apresentados a partir dos casos do Banco do Brasil (BB), da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), avançando no debate da transparência dos bancos públicos. Esta pesquisa exploratória explica, além de outros fatores, como o conceito de transparência aplicado ao objeto de banco público no Brasil assume a característica de “conceito essencialmente contestado” (GALLIE, 1956).

Palavras-chave: Lei de Acesso à Informação (LAI); Lei do Sigilo Bancário; Transparência; *Accountability*; Publicidade; Prestação de Contas; Democracia; Implementação; Legislação; Governança Corporativa; Bancos Públicos; Brasil.

ABSTRACT

Historically, public banks represent important instrument of the federal government as part of the formulation and implementation of public policies. The relevance of actions materialized for them, especially in relation to economic and social developments, through the use of significant resources from the national treasury, arouses the attention of the society interested in learning more about the loans. The policy of transparency becomes the central about the relevant concepts of democracy and important developments of advertising and accountability, especially after the 1988 Brazilian Constitution by the need for effective democratic mechanisms. Thus, this research aims to contribute both to the theoretical discussion as to the evidence base theme of transparency in public banks. With the completion of documentary research for structured data collection and information, it was possible to analyze the factors presented cases from the Bank of Brazil (BB), Caixa Economica Federal (CEF) and the National Bank for Economic and Social Development (BNDES), advancing the discussion of transparency of public banks. This exploratory research explains, among other factors, how the concept of transparency applied to public database object in Brazil takes on the characteristic of "essentially contested concept" (Gallie, 1956).

Keywords: Access to Information Act (LAI); Bank Secrecy Act; Transparency; Accountability; Democracy; Implementation; Legislation; Corporate Governance; Public Banks; Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Rede de atores / stakeholders do objeto de estudo desta dissertação	35
Figura 2: Stakeholders do BNDES	170

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Diferentes Conceitos de Transparência	66
Tabela 2: Relatório Anual BB, apresentação (2000-2006)	77
Tabela 3: Relatório Anual BB, apresentação (2007-2013)	78
Tabela 4: Relatório Anual BB, demonstrativos financeiros (2000-2006)	80
Tabela 5: Relatório Anual BB, demonstrativos financeiros (2007-2013)	81
Tabela 6: Relatório Anual BB, institucional (2000-2006)	83
Tabela 7: Relatório Anual BB, institucional (2000-2006)	84
Tabela 8: Transparência Passiva BB, pedidos de informação (2012)	91
Tabela 9: Transparência Passiva BB, pedidos de informação (2013)	92
Tabela 10: Transparência Passiva BB, pedidos de informação (2014)	93
Tabela 11: Transparência Passiva BB, tipos de resposta (2012)	94
Tabela 12: Transparência Passiva BB, tipos de resposta (2013)	96
Tabela 13: Transparência Passiva BB, tipos de resposta (2014)	97
Tabela 14: Transparência Passiva BB, acesso e sigilo (2012)	100
Tabela 15: Transparência Passiva BB, acesso e sigilo (2013)	101
Tabela 16: Transparência Passiva BB, acesso e sigilo (2014)	102
Tabela 17: Transparência Passiva BB, forma de acesso (2012)	103
Tabela 18: Transparência Passiva BB, forma de acesso (2013)	104
Tabela 19: Transparência Passiva BB, forma de acesso (2014)	104
Tabela 20: Transparência Passiva BB, processo interno (2012)	105
Tabela 21: Transparência Passiva BB, processo interno (2013)	105
Tabela 22: Transparência Passiva BB, processo interno (2014)	106
Tabela 23: Transparência Passiva BB, recursos (2012)	106
Tabela 24: Transparência Passiva BB, recursos (2013)	108
Tabela 25: Transparência Passiva BB, recursos (2014)	109
Tabela 26: Transparência Passiva BB, resposta por tipo de recurso (2012)	110
Tabela 27: Transparência Passiva BB, resposta por tipo de recurso (2013)	111
Tabela 28: Transparência Passiva BB, resposta por tipo de recurso (2014)	112
Tabela 29: Relatório Anual, demonstrativos financeiros CEF (2001-2006)	119
Tabela 30: Relatório Anual, demonstrativos financeiros CEF (2007-2010)	120
Tabela 31: Relatório Anual, demonstrativos financeiros CEF (2011-2013)	121
Tabela 32: Transparência Passiva CEF, pedidos de informação (2012)	127
Tabela 33: Transparência Passiva CEF, pedidos de informação (2013)	128
Tabela 34: Transparência Passiva CEF, pedidos de informação (2014)	129
Tabela 35: Transparência Passiva CEF, tipos de resposta (2012)	130
Tabela 36: Transparência Passiva CEF, tipos de resposta (2013)	132
Tabela 37: Transparência Passiva CEF, tipos de resposta (2014)	133
Tabela 38: Transparência Passiva CEF, acesso e sigilo (2012)	135
Tabela 39: Transparência Passiva CEF, acesso e sigilo (2013)	136
Tabela 40: Transparência Passiva CEF, acesso e sigilo (2014)	138
Tabela 41: Transparência Passiva CEF, forma de acesso (2012)	139
Tabela 42: Transparência Passiva CEF, forma de acesso (2013)	139
Tabela 43: Transparência Passiva CEF, forma de acesso (2014)	140
Tabela 44: Transparência Passiva CEF, processo interno (2012)	141
Tabela 45: Transparência Passiva CEF, processo interno (2013)	141

Tabela 46: Transparência Passiva CEF, processo interno (2014)	141
Tabela 47: Transparência Passiva CEF, recursos (2012)	142
Tabela 48: Transparência Passiva CEF, recursos (2013)	143
Tabela 49: Transparência Passiva CEF, recursos (2014)	144
Tabela 50: Transparência Passiva CEF, resposta por tipo de recurso (2012)	146
Tabela 51: Transparência Passiva CEF, resposta por tipo de recurso (2013)	147
Tabela 52: Transparência Passiva CEF, resposta por tipo de recurso (2014)	148
Tabela 53: Relatório Anual BNDES (1994-1997)	155
Tabela 54: Relatório Anual BNDES (1998 - 2000)	156
Tabela 55: Relatório Anual BNDES (2001 - 2003)	157
Tabela 56: Relatório Anual BNDES (2004 - 2005)	158
Tabela 57: Relatório Anual BNDES (2006 - 2007)	159
Tabela 58: Relatório Anual BNDES (2008 - 2009)	160
Tabela 59: Relatório Anual BNDES (2010 - 2011)	161
Tabela 60: Relatório Anual BNDES (2012 - 2013)	162
Tabela 61: Transparência Passiva BNDES, pedidos de informação (2012)	170
Tabela 62: Transparência Passiva BNDES, pedidos de informação (2013)	171
Tabela 63: Transparência Passiva BNDES, pedidos de informação (2014)	171
Tabela 64: Transparência Passiva BNDES, tipos de resposta (2012)	172
Tabela 65: Transparência Passiva BNDES, tipos de resposta (2013)	173
Tabela 66: Transparência Passiva BNDES, tipos de resposta (2014)	174
Tabela 67: Transparência Passiva BNDES, acesso e sigilo (2012)	175
Tabela 68: Transparência Passiva BNDES, acesso e sigilo (2013)	176
Tabela 69: Transparência Passiva BNDES, acesso e sigilo (2014)	178
Tabela 70: Transparência Passiva BNDES, forma de acesso (2012)	179
Tabela 71: Transparência Passiva BNDES, forma de acesso (2013)	180
Tabela 72: Transparência Passiva BNDES, forma de acesso (2014)	180
Tabela 73: Transparência Passiva BNDES, processo interno (2012)	181
Tabela 74: Transparência Passiva BNDES, processo interno (2013)	181
Tabela 75: Transparência Passiva BNDES, processo interno (2014)	182
Tabela 76: Transparência Passiva BNDES, recursos (2012)	182
Tabela 77: Transparência Passiva BNDES, recursos (2013)	183
Tabela 78: Transparência Passiva BNDES, recursos (2014)	184
Tabela 79: Transparência Passiva BNDES, resposta por tipo de recurso (2012)	185
Tabela 80: Transparência Passiva BNDES, resposta por tipo de recurso (2013)	186
Tabela 81: Transparência Passiva BNDES, resposta por tipo de recurso (2014)	187
Tabela 82: Total de Solicitações e-SIC (Maio/2012 a Dez/2014)	200
Tabela 83: Subcategorias Predominantes no e-SIC dos Bancos (2012-2014)	201
Tabela 84: Principal resultado do agregado de resposta dos Bancos (2012-2014)	202
Tabela 85: Acesso Concedido e Acesso Negado nos Bancos (2012-2014)	205
Tabela 86: Justificativa para Negativa de Solicitação de Documento, Dado e Informação	207
Tabela 87: Forma de Acesso à Informação (2012-2014)	208
Tabela 88: Totais de Prorrogação e Reencaminhamento dos Bancos (2012-2014)	208
Tabela 89: Recursos em Primeira e Segunda Instâncias	209
Tabela 90: Resultado dos Recursos dos Bancos (2012-2014)	210

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abrasca	Associação Brasileira das Companhias Abertas
Abemec	Associação Brasileiro dos Analistas do Mercado de Capitais
Apimec	Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado de Capitais
Bacen	Banco Central do Brasil
BB	Banco do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo
CEF	Caixa Econômica Federal
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
CCJ	Comissão e Constituição e Justiça
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
Codefat	Conselho Deliberativo do FAT
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CMN	Conselho Monetário Nacional
CGU	Controladoria Geral da União
Dest	Departamento de Coordenação das Empresas Estatais Federais
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
FSA	Financial Stability Authority
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Finsocial	Fundo de Investimento Social
Gaap	General Accepted Accounting Principles
GRI	Global Reporting Initiative
Ibase	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
Ibracon	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IASB	International Accounting Standards Board
IASC	International Accounting Standards Committee
IFRS	International Financial Reporting Standards
LAI	Lei de Acesso à Informação
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LIC	Livro de Instruções Codificadas
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Cosif	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
RSA	Responsabilidade Sócio Ambiental
SEC	Securities and Exchange Commission
SAC	Serviço de Atendimento ao Cliente
SIC	Serviço de Informações ao Cidadão
SCI	Sistema de Controle Interno
eSIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
Sumoc	Superintendência da Moeda e do Crédito
TIC	Tecnologia da Informação
TCU	Tribunal de Contas da União
RI	Unidade de Relações com Investidores
W3C	World Wide Web Consortium

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO.....	15
1.1 O processo de construção da questão central desta pesquisa.....	16
1.2 Procedimentos Metodológicos	19
1.3 Operacionalização Conceitual.....	25
CAPÍTULO II - REFERENCIAL TEÓRICO E APRESENTAÇÃO CONCEITUAL: DEMOCRACIA, DIFERENTES PERSPECTIVAS DO CONCEITO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA E POLÍTICA INCREMENTAL	27
2.1 Democracia: a Essência para a Evolução do Estado Moderno	38
2.2 Processo Incremental na Formulação da Política de Transparência da Administração Pública.....	46
2.2.1 Governança.....	52
2.3 Breve conjunto de implicações das teorias da democracia para o Estado Moderno, Publicidade, Prestação de Contas e <i>Accountability</i>	53
2.4 O conceito de transparência na perspectiva de diferentes enfoques.....	55
2.4.1 A Transparência Orçamentária e Fiscal	55
2.4.2 A Transparência de Finanças Contábil	56
2.4.3 A Transparência na Ótica das Organizações da Sociedade Civil	57
2.4.4 A Transparência para os conceitos de “Governo Aberto” e “Dados Abertos”	58
2.4.5 A Transparência na Ótica da Administração Pública Direta	59
2.4.6 A Transparência Participativa	60
2.4.7 O conceito de Transparência nos campos de Políticas Públicas e da Ciência Política 60	
2.4.8 O Conceito de Transparência na Lei de Acesso à Informação (LAI).....	61
2.4.9 O conceito de Transparência na “Lei do Sigilo Bancário”	62
2.4.10 A Transparência de Mercado.....	63
2.4.11 A Transparência do Processo Político.....	65
2.4.12 A Transparência Política e de Mercado	65
2.5 Considerações Parciais.....	66
CAPÍTULO III - A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA DOS BANCOS PÚBLICOS FEDERAIS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA, BANCO DO BRASIL (BB), CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) E BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES)	69

3.1	O Caso do Banco do Brasil (BB)	70
3.1.1	Disponibilidade de Informação no <i>site</i> do BB em perspectiva histórica	75
3.1.2	O Enfoque da Transparência nos Relatórios Anuais do BB.....	85
3.1.3	Panorama da Transparência Passiva do BB a partir da LAI (2012 – 2014)	91
3.1.4	O BB em linhas gerais.....	113
3.2	O Caso da Caixa Econômica Federal (CEF)	114
3.2.1	Disponibilidade de Informação no <i>site</i> da CEF em perspectiva histórica	116
3.2.2	O Enfoque da Transparência nos Relatórios Anuais da CEF	122
3.2.3	Panorama da Transparência Passiva da CEF a partir da LAI (2012 – 2014)	126
3.2.4	A CEF em linhas gerais	149
3.3	O Caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	150
3.3.1	Disponibilidade de Informação no <i>site</i> do BNDES em perspectiva histórica.....	152
3.3.2	O Enfoque da transparência nos Relatórios Anuais do BNDES.....	163
3.3.3	Panorama da Transparência Passiva do BNDES a partir da LAI (2012 – 2014).....	170
3.3.4	Entrevista com representante do BNDES	187
3.3.5	O BNDES em linhas gerais	188
3.4	Considerações Parciais.....	189
CAPÍTULO IV - ANÁLISE DOS RESULTADOS		191
4.1	Os Bancos Públicos no Contexto Histórico	191
4.2	Os Bancos Públicos e a Governança Corporativa.....	192
4.3	Gestão Administrativa, Evolução dos Relatórios Anuais e a Política Incremental	193
4.4	Relatório Anuais.....	194
4.5	Panorama das Solicitações por Meio da Lei de Acesso à Informação e do Sigilo Bancário diante das Solicitações.....	200
4.6	Análise dos Recursos no Âmbito das Solicitações de Acesso à Informação	208
4.7	O Conceito de Transparência na LAI e na Lei do Sigilo Bancário	211
4.8	Aprofundamento da discussão conceitual	211
CONSIDERAÇÕES FINAIS		214
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		220
ANEXO I		231

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

Em uma sociedade em constante mudança, cabe ao Estado lidar com problemas públicos cada vez mais complexos, principalmente em consequência dos avanços tecnológicos e das significativas mudanças na coesão social, oriundas, dentre outros motivos, do uso extensivo da *internet*. O Brasil, por exemplo, pôde observar nas manifestações juninas de 2013 organizadas por sua população nas redes sociais, a indignação diante dos problemas da administração pública ao apresentar seus anseios por melhorias.

Neste panorama, são diversos os desafios da gestão pública, dentre os quais destaca-se a necessidade de reconquistar a confiança da população, que precisa passar pela ação estatal baseada no *ethos* da administração pública e, especialmente, a de cumprir sua maior missão: gerar cidadania.

Esta pesquisa traz luz à questão da transparência dos bancos públicos que atuam intensamente na implementação de políticas com repasse de expressivos recursos do Tesouro Nacional por meio de variadas linhas de financiamento, principalmente, para empresas da iniciativa privada.

A sociedade necessita saber quais as razões da polêmica sobre o tema da transparência dos bancos públicos, bem como, sobre quais os motivos utilizados para o sigilo de informações solicitadas pelos cidadãos por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), assunto recorrente nos espaços de debates do tema da transparência.

Faltava, ainda, estudo acadêmico específico sobre o tema da transparência dos bancos públicos no Brasil como contribuição da academia para os cidadãos, os principais financiadores do Estado brasileiro, uma vez que este País possui elevada carga tributária.

Assim, ao longo de todo o desenvolvimento desta pesquisa emergiram descobertas inesperadas e surpreendentes no âmbito do tema e dos objetos estudados que irão mudar definitivamente a forma de se olhar a transparência dos bancos públicos.

Com esta pesquisa todos os interessados nesta temática terão novas ferramentas para discutir e abordar o tema nos mais variados espaços de discussão política, sendo a sociedade, a maior interessada para que este debate seja

aprofundado, pois com aumento da transparência dos bancos públicos a sociedade, grupos interessados e acadêmicos poderão avaliar melhor as ações destas organizações, e principalmente seus resultados.

Entende-se com esta pesquisa que é de responsabilidade do poder público proporcionar aos cidadãos a possibilidade de galgar a cidadania ativa, “aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política” (BENEVIDES, 1994).

É imperativa a busca do Estado por alternativas para aumentar a capacidade de governo, tanto na gestão dos seus serviços, quanto na implementação de políticas públicas, com auxílio da ampliação da transparência, da participação e do controle social na construção de um aparelho de Estado eficiente.

Muitos autores apontam que a Gestão Pública tem se orientado para o estudo, análise e experimentação de novos formatos organizacionais, estratégias e arranjos institucionais para a implementação de políticas públicas, e com estas mudanças, a gestão organizacional recebeu especial atenção ao experimentar iniciativas que permitiram mais transparência na gestão.

Vale destacar a escassez de literatura de transparência no setor público brasileiro, a maioria são estudos de caso exploratórios mas que na maioria das vezes não possuem a profundidade descritiva como apresentado nesta pesquisa. Os estudos de transparência no Brasil estão muito focados na administração pública direta e pouco na indireta como no Banco do Brasil (BB), de economia mista e de empresas públicas como a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

1.1 O processo de construção da questão central desta pesquisa

Desde o início desta pesquisa o tema da transparência nos bancos públicos se demonstrou relevante, sendo a transparência bastante discutida principalmente após a Lei de Acesso à Informação (LAI), conjuntamente, com a relevância dos bancos públicos e sua participação significativa na implementação de políticas públicas. Assim, a escolha deste tema ocorreu após a junção de dois

assuntos relevantes que se manteve mesmo após a discussão com colegas de mestrado e apresentações em disciplinas de metodologia de pesquisa.

Para a construção do objeto foi realizado inicialmente a problematização do tema com a finalidade de delimitação do objeto. A verificação da opinião de diferentes atores envolvidos no processo de evolução do tema de transparência seja da sociedade civil, militantes do tema, pesquisadores, imprensa e grupos de pesquisa nortearam para o olhar de que vultosos recursos são direcionados para investimentos em diferentes áreas das políticas públicas sem a devida transparência para a sociedade.

Com aprofundamento da pesquisa foi possível verificar que esta hipótese inicial estava carregada de valores subjacentes às afirmações de militantes do tema que combatem diretamente a transparência das instituições públicas, sobretudo, de instituições de grande porte da área financeira, pois a “ausência” da transparência é colocada como algo dado não como possível objeto de investigação científica.

Além disto, foi possível notar que, embora relevante para a construção da delimitação da pesquisa, foi uma hipótese construída como aquelas que buscam confirmação positiva no final da pesquisa.

Com aumento da maturidade da pesquisa incluindo-se nesta etapa o estudo mais aprofundado da transparência em nível nacional e internacional foi possível notar que (i) o conceito de transparência está em construção, (ii) há muito ainda para discutir e (iii) poucos são os autores que estão discutindo a transparência em sua essência. Como consequência desta maturidade foi criada uma nova questão: com base na experiência de transparência dos Bancos Públicos brasileiros a questão básica da dissertação busca entender como estas organizações têm aderido ao movimento internacional para a transparência da administração pública.

E depois, no projeto de pesquisa, para: como os principais bancos públicos federais brasileiros, BB, CEF e BNDES implementaram a Lei de Acesso à Informação (LAI).

Ao final da delimitação do tema, conjuntamente com a análise da banca examinadora do projeto de pesquisa, ficou claro a relevância da pesquisa de transparência nos bancos públicos, além de serem organizações importantes no cenário nacional para o desenvolvimento e para políticas públicas, mas principalmente, por serem organizações da administração indireta, tornando o tema

não apenas relevante para ciência, mas também inovador, pois a ênfase dos estudos científicos, conforme levantamento da bibliografia é em sua maioria orientada para a análise da transparência na administração pública direta. Com a banca examinadora do projeto de pesquisa houve a delimitação final da questão central desta pesquisa.

A questão central desta pesquisa, no âmbito da transparência dos bancos públicos, é como se dá a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) nos principais bancos públicos brasileiros, Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Como objetivo geral a dissertação apresenta modelo de estudo de caso identificando as práticas desenvolvidas nos últimos anos, em resposta à publicação da Lei de Acesso à Informação (LAI) e ao movimento internacional para a transparência, assim como, indica possíveis fatores positivos, além de obstáculos e de perspectivas futuras.

Os objetivos estão baseados no estudo de caso exploratório em vista do debate do tema da transparência necessitar, ainda, de muita discussão, e também, por causa do acalorado debate no âmbito da transparência dos bancos públicos no Brasil.

Para esta pesquisa foi desconsiderado o Banco Central do Brasil (Bacen) por se tratar de instituição reguladora, com campo de atuação discrepante dos bancos analisados aqui. Por este motivo, em geral, estudos sobre bancos centrais são realizados com base na análise de um único caso ou por meio de comparação entre bancos centrais de diferentes países.

O foco do trabalho, no entanto, não é simplesmente analisar e medir a transparência nestas instituições, mas sim a capacidade para fazer frente a este novo contexto nacional, com a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI), e internacional de divulgação das informações para escrutínio público. De acordo com Vaz, Ribeiro e Matheus (S/D) ainda não são totalmente conhecidas as consequências da nova possibilidade de se materializar a transparência no setor público, nota-se que “novas aplicações” surgem no cenário internacional, bom como por parte de setores da sociedade, estes autores apontam dois campos em que a transparência é objeto de disputa, são eles “nas práticas sociais de transparência e no seu próprio conceito”.

Diante da análise exploratória dos casos de transparência esta pesquisa levanta o conjunto de informações concernente às características de atuação e de construção da política de transparência nos bancos públicos com enfoque nos regramentos estabelecidos pela Lei de Acesso à Informação (LAI).

Como objetivos específicos, apresentam-se:

- ✓ Descrever o modelo de transparência implementado nos bancos públicos baseado na lógica de mercado;
- ✓ Identificar o arranjo adotado para adequação à Lei de Acesso à Informação (LAI); e,
- ✓ Apresentar análise de conflitos existentes entre a Lei do Sigilo Bancário e Lei de Acesso à Informação (LAI).

Desta forma, com esta pesquisa, se buscou analisar a formulação da política de transparência e verificar como os Bancos tem se preparado e atuado diante da Lei de Acesso à Informação (LAI).

1.2 Procedimentos Metodológicos

Foi realizado inicialmente investigação da literatura para a problematização do tema de transparência. Após a construção da problematização foi possível notar a necessidade de retomada dos conceitos de democracia para em seguida abordar os conceitos de publicidade, prestação de contas e *accountability*, e assim, abordar o conceito de transparência a luz da essência da democracia e dos conceitos apresentados. A partir do conceito de governança se faz a vinculação da transparência com o objeto desta pesquisa, os bancos públicos, pois a transparência é relevante para o sucesso da governança junto aos *stakeholders*.

Do ponto de vista conceitual da transparência, uma vez que este tema necessita de mais debate, foi realizado levantamento de diferentes conceitos para identificar a quais grupos organizados ou diferentes áreas eles representam, e principalmente, demonstrar conflitos teóricos e práticos na estrutura e no uso desses conceitos.

Foi realizada com esta pesquisa a apreciação do histórico institucional das três instituições financeiras em análise com base em levantamento bibliográfico. Para o levantamento do histórico político institucional foi analisado basicamente o

livro “Federal Banking in Brazil: policies and competitive advantages” cujo conteúdo foi suficiente para destacar as informações mais relevantes desde a criação de cada banco perpassando pelos principais momentos históricos do país com a participação direta destas organizações.

Em seguida foi realizado estudo sobre o histórico institucional da transparência nas três organizações financeiras por meio de análise dos relatórios anuais disponibilizados por meio da *internet*. A ideia consistiu em realizar levantamento de informações disponíveis em seus relatórios anuais, para identificar como se deu a evolução para a transparência antes e após a Lei de Acesso à Informação (LAI).

Em seguida, foi levantado por meio Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (eSIC) do governo federal, todas as solicitações de documentos, dados e informação realizadas no período a partir de 2012, entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação (LAI) até o dia 9 de dezembro de 2014. A ideia consistiu em verificar o nível de transparência de cada instituição e, ainda, analisar comparativamente o comportamento das respostas registradas para cada organização.

Adicionalmente, o trabalho também atuou no levantamento junto aos bancos, de como a informação é estruturada internamente para atender a demanda de solicitações externas. A ideia consistiu em verificar se existe classificação de sigilo de documentos conforme as hipóteses dadas pela Lei de Acesso à Informação (LAI): a saber, reservada, sigilosa ou pessoal - níveis de sigilo cuja atribuição é do próprio órgão - e, também, quais são os atores institucionais envolvidos nos fluxos de gestão da informação.

Infelizmente houve a oportunidade de entrevista somente junto ao BNDES, uma vez que não houve sucesso nas tentativas de contatar os profissionais do BB e da CEF. Vale destacar que as tentativas de contatar os bancos foram realizadas com identificação dos objetivos desta pesquisa por meio de canais de comunicação destas organizações com a sociedade, “Fale Conosco” para o BNDES e CEF, sem resposta no caso da Caixa, e no caso do BB, na ausência de canal “Fale Conosco”, por meio do próprio Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Mesmo com a solicitação de realização de entrevista no texto da mensagem, incluindo-se os tópicos a serem abordados houve indeferimento do pedido sem qualquer

encaminhamento para a possibilidade de realização de entrevista. Ainda no caso do BB, por meio do telefone disponibilizado para falar com os profissionais do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), todas as tentativas tiveram a resposta de que todos os ramais estavam ocupados com a queda da ligação em seguida, não há a oportunidade de aguardar para ser atendido.

Estas análises foram realizadas, sempre com base em duas perspectivas principais, a transparência ativa e a transparência passiva. Em resumo, a “transparência ativa” se caracteriza pela disponibilização de informações na *internet* sem requerimento, o que além de facilitar o acesso à informação, reduz o volume de solicitações por meio de invocação da Lei de Acesso à Informação (LAI), que ocorre por meio dos Serviços de Informações ao Cidadão (SIC), denominada de “transparência passiva”.

A transparência ativa (SOUZA *et al*, 2013) corresponde a ação de tornar pública as informações consideradas de livre acesso. Cabe aos agentes públicos a publicação de informações básicas, conforme apresentado na legislação vigente. Estas informações públicas devem estar disponíveis para acesso, por meio de equipamentos conectados à internet, como computadores, celulares, *smartphones* e *tablets*. Os conteúdos digitais devem ser disponibilizados em formato aberto, por exemplo, em tabelas e documentos de texto que podem ser processados automaticamente por meio de programas de computador não proprietários, e conteúdo sem restrição de uso, com a licença livre. Em resumo, as informações disponibilizadas ativamente na *internet*, além de facilitar o acesso à informação, reduzem o volume de solicitações por meio de invocação da Lei de Acesso à Informação (LAI). A Lei de Acesso à Informação (LAI) obriga a divulgação de informações mínimas para a transparência ativa nos órgãos. Na gestão administrativa, os órgãos são obrigados a disponibilizar estrutura; organograma, responsabilidades, equipes, endereços, formas de contatos e horários de atendimento. Na gestão financeira, repasses, transferências, receitas, despesas, execução orçamentária. Em licitações e contratos, programas, ações, projetos e obras de construção civil dos órgãos e entidades; relatórios, estudos e pesquisas. Deve-se disponibilizar, também, respostas a perguntas frequentes.

A transparência passiva (*ibid.*) é representada pela forma de como organizar as informações públicas, do ponto de vista da proteção, preservação e

fornecimento de informação aos cidadãos, segundo critérios técnicos para garantir a proteção de documentos, dados e informações pessoais e sigilosas, bem como, preservar a integridade e autenticidade de documentos ao responder a pedidos de informação respeitando-se os prazos definidos por lei.

Em ambos os tipos de transparência, seja na ativa ou na passiva, é preciso considerar a relevância da política de gestão de documentos. No setor bancário nota-se em geral produção de informações para relatórios financeiros e contábeis. Estas áreas são essenciais para a análise da política de prestação de contas, por exemplo, para adequação ao Novo Mercado ao qual houve adesão do BB.

O Novo Mercado¹ corresponde a regra do mercado financeiro internacional, no qual, instituições de inúmeros setores, inclusive instituições financeiras, podem aderir, e assim, passarem a ter ações disponíveis para comercialização em bolsa de valores. As regras do Novo Mercado destacam a maneira de como as informações da organização são disponibilizadas, inclusive com divulgação de informações financeiras em padrão internacional.

No entanto, para o âmbito governamental, a transparência pressupõe ações mais amplas do que a simples publicidade de dados padronizados conforme regramentos internacionais, incluindo-se a discussão da qualidade e do formato da informação a ser disponibilizada. Por isto na análise das informações disponibilizadas pelas instituições financeiras, objeto desta pesquisa, foi utilizado os oito princípios do *Open Government Data*², de acordo com eles os dados devem apresentar os seguintes requisitos:

1. **Completo:** dado público disponibilizado sem qualquer tipo de restrição, seja de privacidade, segurança ou controle de acesso;
2. **Primário:** dado apresentado da maneira que é gerado na fonte, sem qualquer tipo de modificação ou agregação e com o maior nível de detalhamento possível;

¹ BOVESPA. **Novo Mercado: governança corporativa**. BM&FBOVESPA, A Nova Bolsa, 2009. Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/a-bmfbovespa/download/Folder_NovoMercado.pdf. Acesso em: 14 Jul. 2014.

² Open Government Data, 8 Principles. Disponível em: <http://opengovdata.org/>. Acesso em: 07 Jul. 2014.

3. **Atual:** dado disponibilizado prontamente, no tempo necessário para preservar sua relevância e/ou atualidade;
4. **Acessível:** dado disponibilizado com o objetivo de atingir o maior número possível de usuários e de alcançar o maior conjunto de finalidades possíveis;
5. **Compreensível por máquina:** dado estruturado, da melhor maneira possível, para possibilitar processamento automatizado;
6. **Não discriminatório:** dado disponível, sem que haja necessidade de requerimento ou cadastro;
7. **Não proprietário:** dado disponível em formato específico para que nenhuma entidade detenha controle exclusivo; e,
8. **Livre de licença:** dado sem nenhuma restrição de direito autoral, patente, propriedade intelectual ou segredo industrial.

Nesta análise foi utilizado, também, as três “regras de transparência” referentes a dados governamentais abertos apresentadas por Eaves (2009)³: “(i) se o dado não for encontrado e indexado na web, ele não existe; (ii) se não estiver aberto e disponível em formato compreensível por máquina, ele não pode ser aproveitado; e, (iii) se algum dispositivo legal não permitir sua replicação, ele é inútil”.

Outra visão considerada nesta pesquisa é sobre a necessidade de uma maior transparência na burocracia do setor público. Segundo a Artigo 19 (2011, p. 22) é preciso “gerar operações mais transparentes de todas as formas: dos procedimentos à publicação proativa de comunicações e documentos, divulgando posição, nomes de cargos, números de telefone, e-mails e incentivando investigações individuais e uma maior acessibilidade aos servidores públicos”.

Ainda segundo a Artigo 19 (1999), em relação ao direito público que os cidadãos tem de estarem informados e, sobre princípios para a legislação de liberdade de informação, esta organização publicou nove princípios para “colaborar com o debate sobre conteúdo e extensão do direito de acesso à informações públicas”, são eles:

³ The Three Laws of Open Government Data. Disponível em: <http://eaves.ca/2009/09/30/three-law-of-open-government-data/>. Acesso em: 07 Jul. 2014.

Princípio 1 _ Máxima Divulgação: máxima divulgação de informações mantidas por organismos públicos garantida como direito fundamental, como é o caso do Brasil;

Princípio 2 _ Obrigação de Publicar: obrigação de publicar documentos e informações consideradas essenciais e de significativo interesse público, com alguns requisitos mínimos, por exemplo, de qualquer decisão ou política que afete o público conjuntamente com as razões que motivaram a decisão, bem como do material relevante que fundamentou a decisão;

Princípio 3 _ Promoção de um Governo Aberto: deve ser promovido ativamente pelo governo, informar os cidadãos sobre o seu direito de promover uma cultura de abertura;

Princípio 4 _ Âmbito Limitado de Exceções: as exceções devem ser claras, e também, rigorosamente desenhadas, pois devem estar sujeitas a rigorosas provas referentes a dano, bem como, a interesse público;

Princípio 5 _ Processos para Facilitar o Acesso: corresponde a informações processadas rapidamente, e com imparcialidade;

Princípio 6 _ Custos: os custos não devem impedir o cidadão de solicitar a informação de seu interesse;

Princípio 7 _ Reuniões Abertas: todas as reuniões de organismos públicos, devem ser abertas ao público interessado ou que por ventura venha a se interessar;

Princípio 8 _ Divulgação tem Primazia: lei que não atendam aos princípios da máxima divulgação ou que tenham inconsistências devem ser alteradas ou revogadas; e,

Princípio 9 _ Proteção de Denunciantes: todo indivíduo que denuncie qualquer irregularidade deve ser protegido.

Com base no contexto de transparência governamental, nas normas emanadas pela Lei de Acesso à Informação (LAI) e na realidade das instituições financeiras objeto desta pesquisa, este trabalho elencou tópicos para avaliação da transparência nos principais bancos públicos do governo federal, com a proposta de estruturar a análise do caso e aprofundar o assunto, ver Anexo I.

1.3 Operacionalização Conceitual

Para realizar a pesquisa das informações utilizadas nesta pesquisa houve levantamento de informações em quatro perspectivas principais (i) transparência ativa, (ii) implementação da política de transparência e da Lei de Acesso à Informação (LAI), (iii) conflitos presentes no processo, e (iv) regulamentação do sigilo.

No âmbito da transparência ativa houve ênfase para os seguintes aspectos.

- ✓ Informações disponíveis no portal dos bancos.
- ✓ Forma de disponibilização de documentos, dados e informações (dados desagregados / dados brutos / dados abertos / disponíveis para leitura por máquina).
- ✓ Informação disponível com facilidade para ser encontrada pelos usuários.
- ✓ Impacto da implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) (ampliação ou redução da disponibilidade de documentos dados e informação).
- ✓ Esforços para aperfeiçoamento da transparência ativa.

No âmbito da implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) houve ênfase para os seguintes aspectos.

- ✓ Processos no âmbito gerencial para implementação da política de transparência.
- ✓ Recursos de infraestrutura, de recursos financeiros e de recursos humanos para a implementação da política de transparência.
- ✓ Capacidade de processos de produção e de disponibilização de informação “aberta”.

Já no âmbito de conflitos inerentes ao processo de implementação da política de transparência dos bancos houve destaque para os seguintes itens.

- ✓ Caminhos percorridos no período anterior à Lei de Acesso à Informação (LAI).
- ✓ Política de transparência passiva.
- ✓ Dilemas para a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI).

- ✓ Impacto da Lei de Acesso à Informação (LAI) nos bancos públicos (reação à LAI / participação e controle social).

E no âmbito da regulamentação do sigilo houve destaque para o seguinte item.

- ✓ Classificação de documentos sigilosos conforme Art. 45 do Decreto Federal nº 7.724/2012.

O estudo mais aprofundado do conceito de transparência é essencial e necessário ao aperfeiçoamento do estudo do tema da transparência e o olhar para organizações da administração pública indireta com foco na problematização apresentada traz novas informações inerentes a este assunto.

Em resumo, este Capítulo I traz a problematização do tema de transparência nos âmbitos nacional e internacional bem como ressalta a relevância dos objetos desta pesquisa.

Com esta introdução inicial foi possível identificar a necessidade de mais discussão sobre o tema da transparência, esta constatação, com a contribuição efetiva do debate em nível internacional despertou a necessidade de trabalhar o tema de transparência com mais profundidade, desde o olhar mais acurado dos conceitos de democracia, percorrendo os conceitos de prestação de contas, publicidade e *accountability*. Estes conteúdos estão presentes no Capítulo II.

Verificou-se a importância dos bancos públicos como instrumento para a implementação de políticas públicas, bem como da necessidade de se trabalhar o contexto histórico, e também, da característica destas organizações em utilizar mecanismos da área financeira e contábil para prestação de contas, estes conteúdos estão presentes no Capítulo III.

No Capítulo IV, foram feitas as análises e considerações a partir de todos os dados obtidos por meio do levantamento documental realizado para os três estudos de caso, bem como, de elementos trazidos pela entrevista realizada junto ao BNDES.

Nas considerações finais, retoma-se toda a discussão desde os fatores elencados com o estudo bibliográfico do conceito de transparência em suas variadas formas, até o dilema de operacionalização de legislações de sigilo e transparência com conceitos essencialmente divergentes e as reflexões acerca de descobertas sobre o conceito de transparência.

CAPÍTULO II - REFERENCIAL TEÓRICO E APRESENTAÇÃO CONCEITUAL: DEMOCRACIA, DIFERENTES PERSPECTIVAS DO CONCEITO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA E POLÍTICA INCREMENTAL

No Brasil, a busca por melhores desenhos institucionais e de prestação de serviço teve origem em meados da década de 80, época na qual se concentrou os diversos avanços para a construção do Estado Democrático de Direito, durante o período de redemocratização, culminado na Constituição Federal de 1988 - considerada a constituição cidadã. Como resultado deste processo foram reforçados os princípios democráticos, em contraponto ao período anterior, o da ditadura militar (ABRUCIO, 2014).

Os princípios democráticos igualados aos conceitos da transparência e da publicidade tiveram como marco histórico as bases estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, instrumento legal responsável pelo modelo de democracia vigente no País. Nela foi ressaltada a cidadania e os requisitos necessários para o exercício dela, dentre os quais, a necessidade de transparência da administração pública, em seu Art. 5, Inciso XXXIII, no qual observa-se que

(...) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Em período posterior à Constituição, observa-se o processo de garantia dos direitos previstos nela, gerando uma miríade de desafios para a administração pública que aos poucos se reestrutura para garantia da cidadania e para atender novas demandas da sociedade.

Com este processo, de acordo com Abrucio (*op.cit.*), entra na pauta a necessidade do aumento da eficiência por meio da introdução de formas inovadoras de gestão. Assim, se constrói no Brasil uma agenda de longo prazo em torno da gestão pública, chamada de Reforma do Estado com a proposta de fortalecer as mudanças implementadas com a atual Constituição, destacando-se a democratização do Estado, descentralização em resposta ao período de centralismo

político e a profissionalização da burocracia que respondia a crise do Estado e as exigências da sociedade decorrentes do cenário na época.

Abordada na literatura a partir dos anos oitenta, a reforma do Estado evidencia, dentre outras demandas, a necessidade de democratização entre o Estado e a sociedade, juntamente com a ampliação de mecanismos de responsabilização do poder público que influencia diretamente no tema de transparência, de acordo com a organização Artigo 19 (2011, p. 22) as “reformas do serviço público também podem profissionalizar e despolitizar a operação de leis de acesso”.

O aumento da divulgação das ações governamentais contribui para o fortalecimento da democracia na medida em que aos cidadãos (independentemente de participarem de grupos políticos) são disponibilizadas mais informações públicas das quais lhe interessam ou que porventura venham a interessar.

Embora a transparência apresente gama de novas possibilidades para a administração pública, tendo como alicerce o uso de novas tecnologias e possibilidades oriundas da criação e desenvolvimento da *internet*, presume-se que ainda há resistência à abertura de dados aos cidadãos, em alguma medida, por meio da cultura das organizações enrijecidas ao longo do tempo, ou por receio das consequências ao se disponibilizar dados para avaliação de diversos atores.

Na melhoria da relação entre cidadãos e poder público é essencial o aprofundamento da democracia para implementação da modernização do Estado e da transparência. A democracia prevê a participação política de diferentes atores da sociedade e quanto mais atores envolvidos pressupõe-se que mais democrática é a ação pública.

A democracia é instituição das mais relevantes, pois seria difícil imaginar o Estado Social sem a participação política de diferentes atores da sociedade. Problematizando o que seria um ambiente democrático, Schmitter e Terry Lynn (1991) enfatizam que a democracia não consiste em um conjunto único de instituições, o ambiente é diverso, consequência de estruturas de Estado e políticas públicas distintas. A democracia é um sistema de governança no qual os governantes estão submetidos a *accountability* dos cidadãos.

Dado o contexto de ambiente diverso, formado por diferentes conjuntos de instituições, a transparência “interage” com cada uma delas de maneira muito

peculiar. A transparência surge em alguma medida como resultado do aperfeiçoamento destas instituições, ao mesmo tempo em que não necessita delas para ser implementada. Embora seja recomendável que a transparência caminhe junto da democracia, contraponto do autoritarismo, e de acordo com o momento democrático vigente no País, esta pesquisa considera sempre a relevância da transparência no ambiente democrático como enfatizado no Capítulo II. Entende-se para esta pesquisa que somente em ambiente democrático e social é possível trabalhar o tema da transparência em sua plenitude.

Para Grau (1997, p. 216) a configuração do aparelho estatal sob enfoque sociocêntrico requer o controle pelos cidadãos, um “*Estado inteligente*”, pressupõe a abertura e a adaptabilidade aos agentes sociais considerando-se as novas condições sócio econômicas, emergindo a necessidade de deliberação pública para o modo de organização que possibilite tal controle.

Em meados da década de 90 Bresser Pereira *apud* Nuria Cunill Grau (1998, p. 151) salienta a necessidade da “publicação” da administração pública, em outras palavras, ao se tornar pública a máquina estatal, tem-se a ideia de realçar a necessidade de rearticulação da relação entre Estado e sociedade para combater a (i) captura do corpo burocrático por interesses privados, (ii) a atuação auto referida da burocracia, (iii) a falta de responsabilidade pública e a (iv) ineficiência estatal.

Como reforço à afirmação de Bresser, Levy (*In: Kondo et al*, 2002, p. 5), enquanto Secretária de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, afirma que:

Existe o reconhecimento de que o fortalecimento da transparência e o combate à corrupção no setor público - além de atenderem a um imperativo da democracia - repercutem decisiva e favoravelmente sobre o desenvolvimento econômico e constituem importantes elementos para o incremento da confiança nos governos.

Enfatizado por Grau (2006, p. 263) a “responsabilização” na administração pública provoca certo incômodo, no entanto, ao se considerar a necessidade de legitimar a arbitrariedade daqueles que exercem o poder em nome dos cidadãos, emerge a necessidade da prestação de contas para que o poder seja democrático. O conceito parte do princípio de que não basta apenas derivar de fontes

legítimas, mas é necessário que o exercício seja também legítimo, partindo-se do princípio, da possibilidade de sua justificação, e também, da contestação por outros.

A possibilidade de contestação possui suas condicionalidades, uma delas é representada basicamente na dependência de maior ou menor grau de disponibilidade de dados e informações do poder público, a partir dos quais os cidadãos possam consultar informações de interesse e, assim, checar a qualidade das ações do Estado. Somente com a informação disponível é possível verificar se os resultados são satisfatórios, uma vez que no sistema político brasileiro os cidadãos delegam responsabilidade para seus representantes.

Com intuito de explorar melhor o tema da transparência é essencial observar encaminhamentos desta discussão no cenário internacional. Em princípio verifica-se que ainda há muito debate a ser realizado sobre qual seria a melhor forma de se materializar a transparência. Dentro deste contexto existem discussões apresentadas por Meijer (2009) na qual há o debate de três formas para se visualizar a transparência a “pré-moderna”, a “moderna”, e a “pós-moderna”. Na visão “pré-moderna”, se argumenta que formas unidirecionais, estruturadas e descontextualizadas de transparência por meio da *internet* podem gerar perda de confiança da sociedade, nesta visão as relações tradicionais, como por exemplo, de tradicionais mecanismos de confiança como contato pessoal são mais importantes. Já na visão “moderna” a transparência é difundida por computadores, acredita-se que a tecnologia informa melhor os cidadãos e contribui para a racionalização da sociedade. E por fim, na visão “pós-moderna” acredita-se em diferentes formas de realização da transparência sendo este grupo o mais favorável à diversidade. Este autor conclui sobre a necessidade de se debater qual tipo de transparência se quer para o setor público diante de novas tecnologias disponíveis como a *internet*.

Segundo Meijer (2012) o tema da transparência ganhou ainda mais visibilidade por meio do *site* Wikileaks, principalmente a partir das informações governamentais confidenciais disponibilizadas ao escrutínio público. A partir deste caso o tema da transparência deixou de ser um tema “inconveniente” para se tornar um tema de muito interesse, em pouco tempo, o mundo todo já estava focado na transparência governamental. Por outro lado, embora diferentes atores políticos estejam evidenciando o tema da transparência governamental, ainda há poucos estudos acadêmicos sobre este tema.

A evolução do estudo da transparência é essencial, pois ainda há muito que debater, de acordo com Meijer (2013) mesmo que muitos países tenham avançado em relação ao tema da transparência ainda há muita variedade de níveis no que se refere a qualidade das políticas, além disto, a transparência governamental é construída por meio de interações complexas diante da variedade de atores políticos e sociais com perspectivas diferentes, em meio à ambientes formais e informais diante de novas tecnologias existentes e em evolução.

Demonstrada a complexidade do estudo do tema da transparência apontada na literatura internacional, cabe verificar quais são os desafios enfrentados por diferentes países para a efetivação de suas leis de acesso à informação pública, instrumento utilizado pelos *stakeholders* para regularizar ou até mesmo potencializar a transparência pública. Segundo Angélico (2012, p. 82) poucos países africanos possuem lei de acesso à informação. Na América Latina, há destaque para a forma de como é realizada a implementação das leis de acesso à informação que pode melhorar a efetividade da administração pública. Já o problema de se “entregar” o prometido pelas leis de acesso à informação está presente também na Europa, não apenas em regiões de baixo desenvolvimento econômico. Os maiores desafios enfrentados por países citados em seu estudo são a pouca atuação da sociedade civil, ausência de órgãos dedicados exclusivamente ao direito à informação, problemas de comunicação e divulgação, receio de retaliação governamental na execução da lei, pouca punição e ausência de lideranças políticas.

Nota-se que muitos são os desafios para a implementação de lei de acesso à informação em países de diferentes continentes, pois demanda mobilização da sociedade civil, manutenção de órgãos com plena autonomia de intervenção em toda a administração pública, responsabilização, conscientização e a superação de barreiras culturais.

Ao se olhar para a transparência dos bancos públicos no Brasil verifica-se, antes de qualquer coisa, que esta tem sido direcionada em muitos países mais por meio de normatizações oriundas da área do setor de contabilidade financeira do que de orientações governamentais. De acordo com Lima e Andrezo *apud* Binnie (2011, p. 100) nos **Estados Unidos** a *Securities and Exchange Commission (SEC)*, reguladora do mercado de capitais, exige elevado grau de transparência que inclui “a divulgação dos volumes e das taxas praticadas em relação aos ativos que rendem

juros e passivos que pagam juros, bem como de suas variações” saldos, movimentações, entre outras, que possibilitam aos agentes econômicos variadas possibilidades.

No **Reino Unido** de acordo com a Financial Standards Foundation (2009) *apud* Binnie (*ibid.*, 102) a *Financial Stability Authority (FSA)*, principal agência reguladora do mercado, “estabelece sistema padronizado de informações financeiras e de *compliance*”, devendo as informações financeiras serem publicadas conforme Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos, em inglês, *General Accepted Accounting Principles (Gaap)* princípios contábeis geralmente aceitos, e para bancos de capital aberto das normas internacionais de contabilidade da *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, cuja finalidade, em resumo, é desenvolver para o interesse público conjunto unificado de normas contábeis globais de contabilidade de alta qualidade, compreensíveis, transparentes, e que permitam a comparabilidade e a convergência de normas nacionais e internacionais de contabilidade.

Na **Alemanha** segundo Binnie (*ibid.*, p. 104) também há a observância de padrões contábeis internacionais das IFRs, embora o Gaap alemão, alinhado com diretrizes estabelecidas na União Europeia, tenha algumas discrepâncias em relação ao *International Accounting Standards Board (Iasb)*, cuja finalidade é a definição e emissão das normas de contabilidade agora denominadas *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

No **Japão** segundo Binnie (*ibid.*, p. 106) há projeto específico entre o órgão regulador daquele país em conjunto com o Iasb para acelerar o processo de migração do Gaap japonês para as IFRS.

Já na **China** de acordo com a Financial Standards Foundation (2009) *apud* Binnie (*ibid.*, p. 108) embora os padrões sejam compatíveis com as IFRS, há preocupações no âmbito da qualidade e da confiabilidade das informações prestadas.

No caso do **México** segundo Binnie (*ibid.*, p. 110) foi desenvolvido padrão contábil aplicável aos bancos conforme normas das IFRS, mas diferente do Gaap mexicano. Nota-se da necessidade de se atender as normas internacionais.

E, por fim, no **Chile** de acordo com Binnie (*ibid.*, p. 112) o padrão financeiro aplicável aos bancos, também, segue padrão das IFRS, embora apresente algumas diferenças.

Para completar o cenário internacional que regulamenta a transparência das organizações financeiras por meio da contabilidade financeira (Biondi, 2014) há mobilização na União Europeia para o desenvolvimento de construção de padrões contábeis internacionais específicos para a administração pública, como resultado da mescla da contabilidade pública em diferentes países e contabilidade privada.

Estão em estudo (*ibid.*) os modelos de contabilidade da França, Finlândia, Reino Unido e Nova Zelândia, com base em quatro perspectivas: (i) nova padronização contábil, (ii) adequar base de contabilidade, (iii) formas de representação e gestão de dívida pública, e (iv) avaliação da sustentabilidade financeira por meio do saldo líquido do ativo e do passivo. Porém algumas questões estão em aberto, como por exemplo, a indefinição de quem terá a responsabilidade de fazer o papel realizado hoje pelo IASB na administração privada. Outra questão é sobre a relação entre regime de caixa e regime de competência com ênfase para o passivo do balanço, pois o setor público possui suas peculiaridades, como por exemplo, o recurso de dívida soberana recorrentemente utilizado. Por fim, outro exemplo é a despesa pública que não é coberta pelo ativo circulante, mas por receitas futuras e futuros empréstimos.

Com este balanço inicial referente ao tema da transparência, incluindo análise de textos nacionais e internacionais, nota-se que a temática da transparência necessita de mais debate para superar tanto os obstáculos de ordem conceitual quanto obstáculos para implementação de políticas de transparência. Os diferentes pontos de vista de muitos “atores” interessados na transparência governamental direciona o debate para tantos ângulos diferentes, o suficiente para tornar o debate neste tema ainda mais complexo. Em boa parte dos artigos analisados verificou-se que o termo *transparência* também é muito utilizado de forma secundária para complementar outros assuntos dos mais variados seguimentos da administração pública. O termo é utilizado de forma superficial como assunto incontestável sem a necessidade de debate.

Nesta pesquisa entende-se a transparência como campo de pesquisa principal, para, a partir do estudo do tema da transparência, analisar o objeto

empírico a luz das teorias. A ideia é de incluir o tema da transparência como pauta relevante da gestão pública, não simplesmente apresentar a transparência como plano de fundo ou tema considerado, por si só relevante, sem que haja a necessidade de se apresentar uma discussão mais aprofundada.

Como será apresentado no Capítulo II, o Brasil se insere aos poucos no cenário internacional de transparência. Com a publicação de sua lei de acesso, todas as organizações da administração pública brasileira, de todas as esferas e níveis, foram obrigadas a implementar o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), órgão com a competência de executar a transparência, bem como de incluir as mudanças necessárias para se adequarem às exigências da lei.

O Brasil teve forte apelo da sociedade organizada e militantes do tema por mais transparência da administração pública. Em meio a este debate, após a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI), na ótica dos principais bancos públicos, ganha notoriedade a dicotomia entre a capacidade de gerir, atrair e aplicar alto volume de investimento, mediante a baixa capacidade institucional dos mesmos em ser transparentes além de fatores limitantes.

Para o aprofundamento desta discussão há relevante estudo de Methenheim (2010) explorado no Capítulo III desta pesquisa sobre os três bancos públicos analisados.

O tema da transparência dos bancos públicos se torna ainda mais relevante uma vez que o governo brasileiro passou a usar cada vez mais os bancos públicos para o fomento de políticas públicas em diversas áreas da economia, conforme citação de estudo do IPEA, (2010, p. 23):

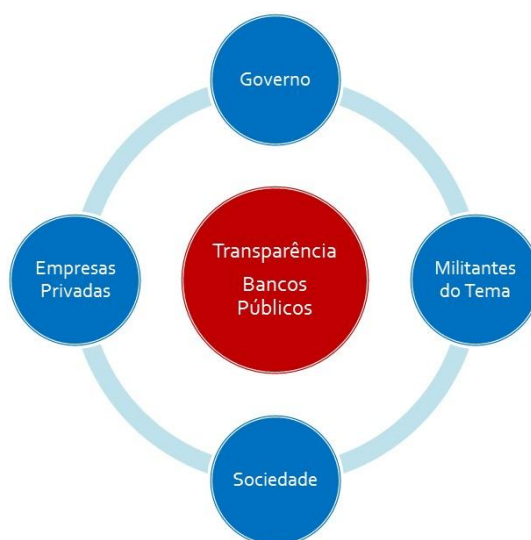
O governo federal passou a utilizar seus bancos públicos, notadamente o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para viabilizarem uma ampliação do crédito, estimulando um ciclo de investimentos – no início da década os bancos públicos ofertavam pouco mais de 25% do crédito total da economia, e em fevereiro de 2010 chegaram a ofertar 41% – e, dessa forma, mantendo o nível de atividade e do emprego em patamar elevado. Somente o BNDES realizou desembolsos ao setor produtivo, com vistas à expansão da formação bruta de capital fixo, entre 2003 e 2009, no montante acumulado de R\$ 510,3 bilhões (a preços de 2008).

Uma questão a ser considerada nesta pesquisa é se vultosos recursos são direcionados para investimentos em diferentes áreas da administração pública,

sem a devida transparência para a sociedade. Este questionamento passou a compor esta pesquisa em vista do caso destacado por Felkerson (2011) do Federal Reserve responsável por socorrer o sistema financeiro durante a crise de 2007-2009, como fornecedor de recursos em última instância, no qual houve incerteza sobre o montante de recursos públicos injetados no sistema financeiro. A Bloomberg, segundo o autor, estimou montante de 7,77 trilhões de dólares, por outro lado, em estudo realizado pela Fundação Ford, partindo da análise mais detalhada dos dados brutos estimou-se o montante de gastos utilizados pelo Federal Reserve em torno de 29 trilhões de dólares – aproximadamente dois PIBs americanos. A discrepância entre os montantes apresentados reforçam ainda mais a necessidade de discussão da transparência das operações dos bancos públicos.

O objeto banco público representado nesta pesquisa por BB, CEF e BNDES, aliado ao tema da transparência envolve uma miríade de interesses com diversos atores políticos, dentre os quais, podemos destacar os principais, a saber, o governo, as empresas da iniciativa privada, militantes do tema da transparência - incluindo-se órgãos de pesquisa, Organizações da Sociedade Civil (OSC) e sociedade, conforme figura:

Figura 1: Rede de atores / *stakeholders* do objeto de estudo desta dissertação



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da literatura estudada.

Segundo IBASE⁴, o BNDES, em particular, é considerado termômetro do modelo de desenvolvimento do País. Portanto, na visão desta entidade precisa se ajustar à Lei de Acesso à Informação (LAI), pois “mais do que uma obrigação legal o banco tem dever cívico neste sentido. Trata-se de um banco público e, portanto, com compromissos éticos com a população”. E ainda salienta:

Com a parceria da Plataforma BNDES, Rede Brasil e Rebrip, o Ibase considera que o banco deve deixar bem claro as razões de suas escolhas de financiamento e, a partir do momento de decisão, dar publicidade ao passo a passo dessas transações, demonstrando, assim, o desejo de que os brasileiros não só estejam a par de suas ações como também possam influenciá-las.

Já a CEF está entre os principais órgãos do governo federal, em se tratando do número de solicitações dos Serviços de Informação aos Cidadãos (SIC).

A relevância deste objeto para o debate da transparência se dá também pelo fato dos Bancos Públicos serem uma espécie de órgão híbrido, uma vez que atuam tanto no campo do mercado privado quanto no campo público. Como exemplo, o BB, apesar de braço Estatal presente no mercado bancário possui ações na Bolsa de Valores, e por isto, teve de aderir as regras do Novo Mercado.

Os bancos públicos representam importante função no cenário político nacional, de acordo com Mettenheim (2010, p. 144)

(...) bancos públicos permanecem no centro da economia política brasileira. Estes bancos já forneceram várias opções para gestão governamental. Se tomarmos, em sequência, desde 1994: ajudaram a evitar o retorno de alta inflação; depois ajudaram a induzir reformas fiscais e administrativas nos estados e municípios; e, finalmente, asseguraram o fluxo de crédito para evitar recessões e amenizar os ajustes às crises financeiras que tanto marcaram o período pós-Plano Real. Os bancos públicos também serviram de canal para políticas sociais novas como o Programa Bolsa Família e o Cartão Cidadão da Caixa Econômica Federal (CEF).

Um impedimento ao acesso às informações de contratos de instituições financeiras se dá com a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o “sigilo das operações de instituições financeiras”. Conhecida como

⁴ Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE. Disponível em: <http://www.ibase.br/pt/2013/07/ibase-na-luta-pelo-direito-a-informacao/>. Acesso em: 07 Jul. 2014.

Lei do Sigilo Bancário é questionada por diversos atores, principalmente, pela sociedade organizada e pela comunidade acadêmica.

Os principais bancos brasileiros utilizam também desta legislação para implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI), assim, mantem em sigilo dados de empresas privadas com contratos de financiamento, como contraponto já existe mobilização para ampliar o acesso a dados do setor privado em contraponto às políticas desta natureza. A Access Info⁵ disponibiliza em seu *site* um debate que relaciona a questão da ampliação do acesso às informações empresariais até para o setor privado com a justificativa do combate à corrupção, pois com mais informações das empresas privadas, pode-se, alcançar o ajuste fiscal, identificar influências no poder, rastrear envolvidos em violações dos direitos humanos e ambientais. A ideia defendida pela Access Info, com base nas discussões ocorridas na Europa é que se possa ampliar o acesso em torno das atividades de negócios, com a ampliação da disponibilização de registros das empresas privadas para o público.

Segundo Spink (2013), o BNDES está sujeito à supervisão pública, por ter sua política e seu conselho de administração sujeitos à aprovação presidencial e ministerial, embora possua estatuto jurídico de uma empresa privada e de um banco comercial voltado para os *stakeholders*. Em resposta aos pedidos de informação, o BNDES tem argumentado continuamente que não pode fornecer informações detalhadas sobre os empréstimos de clientes do setor privado com base na Lei do Sigilo Bancário e, portanto, poderia sofrer ações judiciais decorrentes de questões de divulgação da estratégia de negócios. “O banco, argumenta ainda, que só é exigido pelo regulamento de relatórios fiscais de negócios padrão e de arquivo para cada um de seus empréstimos: o nome do destinatário, o número de registro da empresa, um título breve e quantidade”. Já as informações referentes ao setor público são de mais fácil acesso, por serem também, exigidas por procedimentos de regulação da contabilidade pública. Ainda segundo este autor.

⁵ Access Info. Disponível em: <http://www.access-info.org/en/business-transparency>. Acesso em: 08 Jul. 2014.

O banco tem procurado tranquilizar a opinião pública, afirmando que aplica os critérios técnicos mais rigorosos para as suas operações de crédito, que o seu pessoal é altamente treinado, que há respeito as exigências federais sobre a aprovações ambientais, e que no seu processo de tomada de decisão há garantia de independência técnica (SPINK, 2013).

Nota-se com a apresentação desta breve introdução que o tema de transparência na administração pública permeia uma série de assuntos oriundos da gestão pública mais recente; não por acaso, este campo contribui ou caminha em paralelo com assuntos diretamente correlacionados como democracia, *accountability*, prestação de contas, governança, combate à corrupção e gestão pública.

2.1 Democracia: a Essência para a Evolução do Estado Moderno

A transparência da administração pública está diretamente relacionada com o desenvolvimento e consolidação do regime democrático, por isto, esta pesquisa enfatiza os conceitos de democracia de diferentes autores com notável relevância naqueles cuja informação é essencial para o avanço da relação Sociedade e Estado, pois a informação está no centro do debate referente à democracia. Como afirma Kant,

(...) se unicamente por meio da publicidade é como podem alcançar o seu fim, o é porque se adequam ao fim geral do público (a felicidade), e a tarefa própria da política é estar de acordo com este fim (fazer com que o público esteja contente com a sua situação). Se somente mediante a publicidade se pode conseguir este fim, ou seja, mediante a eliminação de toda desconfiança (...) (KANT, 2006, p. 115-116).

Desde há muito tempo a “tensão” entre governantes e governados consiste em um dos maiores desafios para a administração pública sendo a sociedade financiadora do Estado para o mesmo garantir direitos aos cidadãos por meio da prestação de serviços e/ou regulações por instituições sólidas e imparciais. Naturalmente tamanha responsabilidade requer uma estrutura robusta e um volume de recursos bastante considerável. Dada a peculiaridade da relação entre Estado e Sociedade aliada aos significativos desafios sociais, inúmeros são os estudos com

o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento da administração pública sempre muito questionada.

Antes de iniciar a discussão sobre a relevância da democracia para o Estado Moderno e sua relação com a transparência vale ressaltar que a transparência não depende da democracia, pois existe hipótese de regime autoritário e ao mesmo tempo transparente. Embora exista esta possibilidade, com esta pesquisa se pensa a relevância da transparência desenvolvida sempre em um ambiente democrático. Nesta seção será apresentado como o ideal a democracia cunhada por autores consagrados, que requer sempre em alguma medida um elevado nível de transparência, iniciando com Marx.

Para Marx (1986), a Comuna de Paris na Guerra Civil da França, representou o avanço irresistível para o comunismo abrindo a possibilidade para a verdadeira democracia, baseada no domínio político da maioria representada pelo proletariado. O velho poder Estatal de caráter repressivo foi combatido violentamente pela revolução com o objetivo de substituí-lo “por outro, novo e verdadeiramente democrático” (Engels, 1986 *apud* Marx).

Segundo Marx (*op.cit.*) a verdadeira democracia é a do proletariado baseada na luta de classes sendo a maioria, o proletariado, o grupo mais bem preparado para assumir a responsabilidade de governar.

A ideia de o proletariado ser protagonista na administração pública contribui para demonstrar a relevância da participação da maioria da população no processo decisório. Esta possibilidade muda substancialmente a forma de se governar, uma vez que a partir disto tem-se a necessidade de oferecer subsídios necessários para a participação efetiva da população, tornando a transparência essencial neste processo.

Neste sentido há a obrigatoriedade de ocorrer transparência efetiva no poder público, caso contrário, muitos seriam os entraves para a participação e controle do Estado pela sociedade.

O conceito de luta de classes apresentado por Marx contribui para iluminar o cenário de tensão constituído hoje entre grupos acadêmicos e organizações da sociedade civil frente à política de transparência dos bancos públicos.

Na crítica ao sistema democrático, para além da ideologia democrática enfatizada por Marx, o autor Tocqueville apresenta o risco denominado por ele como

“tirania da maioria”. A argumentação se baseia nos riscos que a democracia representa para a liberdade.

Para Tocqueville (1977) o conceito de democracia está intimamente relacionado com o desenvolvimento da igualdade, a ideia é de nivelamento entre as pessoas, no sentido de abolição de todos os tipos de privilégios, igualdade de condições, pois não há diferença natural e fundamental entre as pessoas. A situação se torna mais democrática quanto maior for o avanço da igualdade. Para o autor a democracia, como desenvolvimento gradual e progressivo da igualdade, é um processo inevitável e irresistível “não adianta ser inimigo da democracia”, pois “querer deter a democracia seria como que lutar contra o próprio Deus soberano” (*ibid.*, p. 14) o que está em risco mesmo é o processo de desenvolvimento da liberdade. Entende-se como liberdade a competência de escolher com clareza e viver sem nenhuma forma de constrangimento.

O desenvolvimento da igualdade gera também o individualismo nas sociedades democráticas, pois ela promove o isolamento do cidadão, que passa a se interessar por si, por sua família e amigos, fazendo com que crie uma pequena sociedade particular, tornando-se indiferente à vida política, neste sentido, a questão da transparência ativa é fundamental. Ao mesmo tempo, Tocqueville admite que admira a igualdade pelo fato dela produzir nas pessoas o desejo de independência política, já aqui, a transparência passiva é fundamental.

No contexto em que minorias são excluídas, ocorre naturalmente, a formação de associações de grupos não participantes, estes são importantes para representação da opinião popular de todos os grupos, por isto, vêm em quando influenciam as decisões governamentais. As associações são importantes para a manutenção da liberdade, pois representam o desejo de uma parcela da sociedade “excluída”.

Ter liberdade sem qualquer tipo de constrangimento significa, também, ter acesso às informações necessárias para o cidadão entender como são empregados os recursos oriundos do pagamento de impostos, avaliar a qualidade das ações governamentais e no momento oportuno escolher seus representantes conforme suas preferências.

Enquanto Tocqueville evidencia problemas da tirania da maioria que coloca em risco a liberdade, dado o avanço inevitável e irresistível da democracia

(igualdade), Marx ressalta o avanço do comunismo como a oportunidade para a verdadeira democracia com o domínio da maioria a classe do proletariado. O protagonismo do proletariado destacado por Marx e a importância da liberdade ressaltada por Tocqueville ratificam a necessidade de um Estado cada vez mais responsivo frente ao cidadão para abrir oportunidades de participação dos cidadãos na política e municiar os contribuintes das informações de que necessitam para tomarem suas decisões com mais liberdade possível.

O autor contemporâneo Schumpeter critica os autores clássicos ao afirmar que suas teorias consistem em ideologias do imaginário ideal, para ele o bem comum não existe, pois indivíduos e grupos possuem anseios diferentes. Por outro lado, sua teoria complementa em alguma medida a construção de Tocqueville referente à necessidade de participação de todos os indivíduos. Schumpeter argumenta acerca da democracia ao afirmar que o

(...) método democrático é o arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade (*ibid.*, p. 305).

Em sua crítica a doutrina clássica afirma Schumpeter (*ibid.*, p. 306 e 307) que “não há bem comum inequivocamente determinado que o povo aceite ou que possa aceitar por força de argumentação racional”, pois “para diferentes indivíduos e grupos o bem comum provavelmente significará coisas muito diferentes”, mesmo que o bem comum seja suficientemente bem definido, ainda assim não se teriam soluções que atendessem aos anseios individuais de todos.

Como entender a complexidade intrínseca ao termo “bem comum” e como poderia o próprio povo decidir por meio de eleições individuais, na construção de um arranjo institucional, para um método democrático que seja capaz de chegar a decisões políticas que realizam o “bem comum”, sem a existência de transparência de informações públicas acessíveis aos cidadãos?

Nota-se com este autor o respeito às individualidades para a construção de arranjo institucional na mesma perspectiva de Benevides (*op.cit.*), na qual, se considera o cidadão como “criador de direitos para abrir novos espaços de participação política”, o cidadão é protagonista, dentro de suas peculiaridades, por

isto, utiliza-se neste projeto os princípios do *Open Government Data* e os princípios da Artigo 19 citados na metodologia, pois é justamente com eles que é possível pensar na garantia dos diferentes anseios de indivíduos e grupos.

Ao avançar na discussão sobre a democracia tendo em vista um regime político possível, a poliarquia, Dahl (1997) inicia sua argumentação ao questionar quais seriam os fatores que possibilitariam ou impediriam a criação de um meio no qual os opositores possam formar partidos políticos em eleições livres e idôneas.

Os cidadãos plenos precisam ter espaço para formular suas preferências e expressá-las por meio da ação individual e coletiva destaca-se, então, a necessidade dos conceitos de liberalização popularização e democratização, condições necessárias para a democracia, na qual um número grande de pessoas possa expressar suas opiniões.

A primeira dimensão de Dahl (*ibid.*) é a contestação pública e a segunda dimensão está baseada no direito de participação, mas para o autor, a contestação pública não é necessariamente democracia plena, assim seria necessária uma terceira dimensão mais desenvolvida, a democracia plena, no entanto, são poucos os países que podem desenvolver a terceira dimensão, pois estes precisariam ser plenamente desenvolvidos. Como o desenvolvimento mais avançado está presente em poucos países, o autor se baseia nas duas primeiras dimensões, também porque segundo ele nenhum sistema mundial pode ser considerado uma democracia plena: “(...) nenhum grande sistema do mundo real é plenamente democratizado, prefiro chamar os sistemas mundiais reais (...) de poliarquias” (*ibid.*, p. 31).

Como o autor considera não existir a democracia plena, utiliza o conceito de poliarquia para *apresentar* um contexto de regimes parcialmente democráticos, regimes regularizados em parte com abertura a contestação pública, um regime fortemente inclusivo, como mostra o trecho a seguir:

As poliarquias podem ser pensadas então como regimes relativamente democratizados, ou, em outros termos, as poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública. (*ibid.*, p. 31).

Dahl (*ibid.*, p. 26) destaca três requisitos básicos para os cidadãos terem oportunidades plenas, quanto à responsividade do governo frente aos anseios dos cidadãos com abertura para

1. (...) formular suas preferências;
2. expressar suas preferências aos seus concidadãos e ao governo por meio da ação individual e da coletiva;
3. ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência.

Avançando na caracterização da democracia Dahl (*ibid.*, p. 27) apresenta oito premissas capazes de garantir as condições fundamentais já indicadas

1. liberdade de formar e aderir a organizações;
2. liberdade de expressão;
3. direito de voto;
4. elegibilidade para cargos públicos;
5. direito de líderes políticos disputarem apoio e de votos;
6. fontes alternativas de informações;
7. eleições livres e idôneas;
8. instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência.

A disponibilidade de informações num ambiente democrático torna o governo mais claro e transparente para os eleitores realizarem suas escolhas neste sentido é de suma importância o Estado ser cada vez mais aberto e atento aos cidadãos como afirma Dahl (*ibid.*, p. 25) que

(...) a característica essencial para a democracia seria um governo responsivo mediante as preferências de seus cidadãos e que ao considerar o estágio dos sistemas representativos, o autor entende o conceito de poliarquia como o mais adequado, por entender como ideal democrático uma realidade ainda distante para a maioria dos países e suas regras institucionais.

Para Bobbio (2000, p. 72) a “democracia de um Estado moderno nada mais pode ser que a democracia pluralista”, a teoria democrática bem como a teoria pluralista são propostas diversas, mas convergentes e complementares por serem alternativas contra o mesmo abuso do poder. Enquanto a teoria democrática

considera o combate ao poder autocrático, com o poder que vem de baixo para combater o poder que vem do alto, a teoria pluralista considera o combate ao poder monocrático, com o poder distribuído para combater o poder centralizado.

Para além da teoria pluralista de Dahl, desenvolvida de forma conservadora por não abranger os grupos excluídos, Bobbio (*ibid.*, p. 56) problematiza a democracia representativa na qual as deliberações dizem respeito à coletividade inteira, com representantes eleitos para esta finalidade. No entanto para Bobbio (*ibid.*, p. 73) um problema da democracia representativa em relação à democracia direta - em deliberações nas quais não deva existir nenhum intermediário, consiste na tendência de formação de pequenas oligarquias formadas por comitês dirigentes dos partidos. Uma solução para combater este tipo de problema é a pluralidade de oligarquias que possam concorrer entre si.

A ideia da existência da pluralidade de grupos, outro ponto em comum entre a teoria pluralista e a teoria democrática, indica a necessidade de ter representado o maior número de indivíduos possível, pois em geral nas eleições considera-se o voto da maioria, e conseqüentemente na exclusão de grupos de pessoas não representadas, sendo assim, “o consenso da maioria implica que exista uma minoria que dissente” (*ibid.*, p. 74).

O autor Bobbio (*ibid.*, p. 75) discorda que a democracia seja fundada, “não sobre o consenso, mas sobre o dissenso”, e sim acredita que um sistema para ser considerado realmente democrático deve prever a existência do dissenso e de sua livre manifestação.

(...) num regime que se apoia no consenso não imposto a partir do alto, alguma forma de dissenso é inevitável e que apenas onde o dissenso é livre para se manifestar o consenso é real, e que apenas onde o consenso é real o sistema pode proclamar-se com justeza democrático (*ibid.*).

Para Bobbio (*ibid.*, p. 76) apenas em uma sociedade pluralista o dissenso é possível e, mais ainda, o dissenso não deve ser somente possível ele é necessário. Considerando possíveis imprecisões que o modelo desenvolvido por ele, Bobbio pode conter, “uma liberdade de dissentir necessita de uma sociedade pluralista que permite uma maior distribuição do poder que abre as portas para a democratização da sociedade civil e alarga e integra a democracia política”.

A disponibilidade de informação está diretamente relacionada com a possibilidade dos cidadãos dissentirem, pois como demonstrar insatisfação sobre algo que não se conhece, ou sem ter acesso aos dados necessários para a construção de uma crítica bem fundamentada.

A teoria democrática contemporânea não está mais centrada nas mãos de poucas pessoas (PATEMAN, 1992, p. 138). Há evidências disto nos argumentos de Rousseau, Mill e Cole de que, se aprende participar, participando e, que a eficácia da ação pública possui maior possibilidade de se desenvolver em um ambiente participativo. Um argumento da teoria da democracia participativa está relacionado com a participação em áreas alternativas, o que levaria o indivíduo a avaliar melhor a relação entre as esferas pública e privada (*ibid.*, p. 146).

Segundo Pateman (*ibid.*), “o argumento da teoria da democracia participativa é que a participação nas áreas alternativas capacitaria o indivíduo a avaliar melhor a conexão entre as áreas pública e privada”. Assim a sociedade estaria mais capacitada para intervir nas decisões em nível nacional quando tiver a oportunidade, e também, possuirão maior capacidade de analisar e participar das decisões que lhe afetam.

Para Pateman (*ibid.*, p. 147) é possível a teoria da democracia moderna viável que tenha como ponto fundamental à noção de participação.

A informação é essencial para a participação política dos cidadãos, pois a ação seria construída com base em elementos insuficientes, limitando o campo da atividade da ação dos cidadãos na política.

Para Anthony Downs, autor da teoria da escolha racional, a democracia se baseia na dificuldade dos eleitores terem conhecimento necessário para tomada de decisão política. Para Downs (1999) considerando que o cidadão receba as informações de forma completa, o cidadão racional baseia seus pensamentos em pontos de vista, para comparar os partidos políticos e votar no partido de sua preferência.

O cidadão deve estar continuamente bem informado, pois a informação da administração pública é fundamental para o cidadão decidir sobre as melhores decisões políticas, no entanto (*ibid.*) o custo do conhecimento é tão alto que é impossível um cidadão por conta própria arcar com os custos de obter informações sobre todas as áreas. Como os recursos são escassos e a informação política não

representa grandes retornos ao cidadão, é irracional afirmar que existam pessoas politicamente bem informadas. Deste modo, por causa dos altos custos, os eleitores não buscam informações políticas de forma intensa.

Conforme discussão apresentada por Dows nota-se que o custo da informação para a tomada de decisão política é muito caro, portanto, a disponibilização de informação da administração pública de forma clara e acessível ao entendimento de pessoas desabitadas a lidar com este tipo de informação é essencial ao cidadão para que possa avaliar e controlar a administração pública, e em especial pela forma de controle do voto, tornando consciente o processo eleitoral mais consciente.

Para finalizar esta seção, cabe ressaltar que um dos mecanismos relevantes na Administração Pública é a publicidade, bem como é um dos pressupostos para o nascimento da democracia com o objetivo de extinguir a invisibilidade das ações do Estado, segundo Bobbio (*op.cit.*, p. 41) a democracia nasceu com a perspectiva de eliminar para sempre das sociedades humanas o poder invisível e de dar vida a um governo cujas ações deveriam ser desenvolvidas publicamente.

A democracia é o sistema político com maior possibilidade de oportunizar a participação do maior número de pessoas, entretanto trata-se do sistema mais difícil de ser implementado, dado seu caráter de participação da sociedade, portanto, a democracia é a base e o desafio para a melhoria da administração pública moderna e as questões implícitas a ela.

Embora as teorias dos autores clássicos e contemporâneos não tenham feito referência direta à necessidade de implementação da transparência no setor público para Bobbio, por exemplo, o acesso à informação faz parte do alicerce das principais ideias apresentadas por eles em tudo aquilo que colocaram como essencial para a democracia ideal.

2.2 Processo Incremental na Formulação da Política de Transparência da Administração Pública

Tendo em vista a discussão apresentada nas seções anteriores, verificam-se como as diferentes teorias da democracia destacam questões

relevantes, nas quais, o acesso à informação pela sociedade como fator essencial ao aperfeiçoamento da democracia.

A transparência dos dados e informações produzidos ou guardados pela administração pública é central para a consolidação da democracia. Na medida em que o Estado se torna mais “acessível” em relação à sociedade, amplia-se a possibilidade da participação e do controle da administração pública por parte da sociedade.

O processo de amadurecimento da política de acesso à informação no Brasil ocorreu de forma incremental, e ainda está em desenvolvimento possível de ser identificado em ordem cronológica com as principais legislações nacionais e internacionais de transparência.

O direito do acesso à informação está presente na Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948⁶ como um mecanismo para o exercício de outros direitos.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988⁷ prevê o direito de todo cidadão em receber de órgãos públicos informações de seu interesse particular, de interesse coletivo ou geral ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

O preceito do acesso à informação está presente também no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, conforme Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992 e na Declaração Interamericana de Princípios de Liberdade de Expressão.

Com a Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997, o governo federal regula de forma preliminar e abrangente o direito de acesso à informações, disciplinando também, o rito processual do *Habeas Data*, instrumento jurídico para tomar conhecimento ou retificar informações a respeito do próprio sujeito ativo sobre registros presentes em bancos de dados órgãos públicos.

Outra iniciativa que contribuiu para aprimorar o processo desenvolvimento da transparência da administração pública, se deu com o Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006, promulgando a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 31 de outubro de 2003, e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003.

⁶ Adotada e proclamada pela resolução 217, da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948.

⁷ Incisos XIV e XXXIII, do artigo 5º.

Com a participação nesta Convenção o Brasil trouxe para o cenário nacional a necessidade da informação pública simplificada, de fácil entendimento para o público desabitado a lidar com as informações da administração pública, na busca de ampliar o campo para a participação da sociedade no controle do poder público.

A Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ao estabelecer normas voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal para a disponibilização, em tempo real, sobre a execução do orçamento em toda a administração pública, esta Lei inspirou até a criação de um índice de transparência⁸.

Com base nas iniciativas anteriores e para regulamentar o acesso às informações previstas na Constituição Federal, o governo federal publicou a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, mais conhecida como a Lei de Acesso à Informação (LAI). Com a publicação desta Lei os órgãos do governo Federal, dos Estados e dos Municípios, ficaram obrigados a disponibilizar as informações sob sua guarda aos cidadãos que as solicitem resguardados os casos de informações pessoais e de segurança de Estado com motivo pertinente.

Como se pode observar o Brasil se insere aos poucos no movimento internacional em prol da transparência da administração pública, aliado ao fato do forte desejo de transparência presente no período de redemocratização pós-regime militar que resultou no enfoque da transparência da Constituição Federal de 1988.

Sem dúvida a transparência da administração pública representa um dos grandes desafios para a Nova Gestão Pública, pois ser transparente requer um nível elevado de maturidade administrativa e política. Por isto, muitos autores renomados do campo de públicas problematizam as dificuldades de se formular e implementar políticas públicas que atendam aos anseios de uma sociedade em constantes mudanças.

Segundo Lindblom (1959, p. 86) a formulação de políticas é um processo de sucessivas ações em direção ao objetivo desejado, assim, o *policy-maker* inteligente trabalha com a política de forma incremental, que acontece de forma crescente e dinâmica, esperando que suas ações resultem em passos importantes

⁸ Índice de Transparência. Disponível em: <http://indicedetransparencia.com/>. Acesso em: 07 Jul. 2014.

em direção ao que se deseja. A ideia é trabalhar desta forma para evitar erros graves. Nas palavras do autor:

A wise policy-maker consequently expects that his policies will achieve only part of what he hopes and at the same time will produce unanticipated consequences he would have preferred to avoid. If he proceeds through a succession of incremental changes, he avoids serious lasting mistakes in several ways.

Esta é a ideia base na implementação da política de transparência da informação da administração pública, nota-se que as ações, neste caso por meio de legislações, representam passos importantes frente ao objetivo desejado, que é a transparência ativa de todos os órgãos públicos da administração pública brasileira. Neste sentido se aproveitam as oportunidades para a implementação gradual da política.

Para Kingdon (2006) os governos são incapazes de dar conta de todas as demandas, por conta disto, vão “entulhando” a agenda de problemas e propostas oriundas de vários setores. A agenda é como uma cesta de “bugigangas” repleta soluções em busca de problemas, problemas em busca de soluções e de decisões em busca de problemas e soluções, portanto, decidir é colocar a mão na cesta e criar, a partir de elementos fragmentados, respostas às demandas mais prementes, e adequadas a soluções pré-existentes. Uma decisão é possível pela confluência entre (i) pessoas, (ii) atores sociais organizados, (iii) demandas, (iv) problemas, (v) soluções, e (vi) oportunidades. Determinados contextos e situações podem gerar em alguns momentos a “janela para política pública”, situações que permitem o avanço de determinadas agendas, abertas por eventos que ocorrem tanto na dinâmica dos problemas quanto da política. Os empreendedores políticos tomam proveito da “janela” para implantar propostas.

Verifica-se no processo de evolução gradual da política de transparência o aproveitamento, por parte dos gestores públicos, das “janelas para política pública” sejam elas internas (período de redemocratização) ou externas (movimentos internacionais em prol da transparência da administração pública).

Como complemento da teoria de Kingdon, Fuks (2000, p. 79) ressalta na formação da agenda pública, o papel dos processos sociais no surgimento de novos assuntos e as disputas sociais em torno de sua compreensão como fatores

importantes na alavancagem desses temas. Para Fuks (2000, p. 79), os conflitos sociais, no centro da análise, se destacam como “espaço de elaboração e veiculação das versões alternativas a respeito dos assuntos públicos”. A vida política é uma “arena argumentativa” entre partidos políticos, a mídia, grupos organizados da sociedade civil e agentes governamentais, em outras palavras, “a definição de problemas ocorre dentro de um determinado cenário cultural e de organização das instituições públicas, o qual estabelece parâmetros de legibilidade e regras que condicionam a ação e o debate público” (*ibid.*, p. 81). A definição da agenda é influenciada pela sociologia dos problemas sociais, pelos movimentos sociais e pela psicologia social.

A argumentação de Fuks (*ibid.*) acrescenta ainda, do ponto de vista do conflito, a diferenciação entre os atores envolvidos, cada qual com a sua perspectiva argumentativa.

Os movimentos sociais e grupos minoritários da sociedade civil são considerados pelo autor como arenas públicas específicas, que juntamente com outras arenas (trabalho da mídia, criação de novas leis, conflitos processados pelos tribunais, divulgação de descobertas científicas, definição de políticas públicas...), em geral com objetivos diferentes, compõem um contexto de conflito “no qual determinados setores da sociedade veiculam compreensões distintas de um determinado assunto público” (Fuks, *ibid.*, p. 88), a ideia é transformar uma determinada questão em um objeto de atenção social, ou seja, o seu reconhecimento como assunto público. Assim o autor (BAUMGARTNER E JONES *apud* FUKS, 2000, p. 80) afirma que a partir do momento em que um conjunto de ações particulares impactarem nos objetivos nacionais, o problema ganha a proporção de questão pública e passa a ser visto de outra perspectiva, ou seja, torna-se um assunto digno de ser considerado no âmbito das arenas de ação e debates públicos.

No caso da política de acesso à informação ocorre constante conflito político, tal como descrito por Fuks (2000) com a (i) relevância acentuada na estratégia da política pública, em dadas arenas políticas, gerando assim verdadeiras “*janelas de políticas públicas*”, à luz do conceito de Kingdon, e (ii) contribuição também de atores “invisíveis”, de acordo com Kingdon, e em especial dos movimentos sociais.

Na mesma linha de Fuks, Cobb e Elder (1995) reconhecem a diferença ou desigualdade na participação dos muitos atores envolvidos em relação à capacidade de influenciar a agenda, ora porque os *decision-makers* estão em débito com alguns grupos, ou porque alguns grupos têm mais recursos ou estão estrategicamente melhor localizados que outros, ou ainda, porque alguns grupos detêm maior reconhecimento público que outros.

Fuks (*op.cit.*) questiona em que medida a diversidade de arenas de ação e de debate político expressam também a heterogeneidade da sociedade. Arenas formadas por técnicos governamentais tendem a se fechar em si mesmas, afastando-se da pressão da opinião pública. Assim Fuks (*ibid.*) destaca a necessidade da interação de debate e ação das arenas entre si, e não apenas dos atores participantes dentro de determinada arena. Isto seria chave para a evolução de um debate público mais amplo na política nacional de transparência do Brasil.

Neste sentido, e tendo em vista o conflito destacado por Fuks, o controle social da administração pública ganha relevância na medida em que depende fortemente da transparência do Estado.

A *accountability* se refere, de forma mais abrangente, ao controle e a fiscalização dos agentes públicos, tornando-os passíveis de serem responsabilizados pelo seu desempenho, mas esta é uma definição muito ampla. Uma vez que os limites da *accountability* foram trabalhados por Cenevita e Farah (2007) o conceito ganhou uma nova roupagem com aspectos bem definidos em algumas áreas, incluindo-se com destaque o “controle social” embora a participação da sociedade possa ocorrer por diferentes formas de controle apresentada por eles, sendo “por meio de auditorias externas independentes, nas audiências públicas no Parlamento, na definição de critérios que devem guiar o controle por resultados das políticas e dos programas públicos e na participação em órgãos de fiscalização administrativa e financeira” (*ibid.*, p. 144).

Segundo Cenevita e Farah (*ibid.*) o controle social é uma forma de *accountability* vertical, destacando-se uma ampliação do espaço público para os governos serem controlados mais atentamente e atendendo aos anseios dos cidadãos entre os períodos eleitorais. A vinculação da *accountability* com os resultados aproximaram este conceito da avaliação de políticas públicas. Nos últimos anos a relação entre a qualidade das ações dos governos e os controles e incentivos

a que estão submetidos os governantes e as burocracias ganhou relevância. Estabelece-se um controle a posteriori de resultados da ação governamental, com a sociedade tendo a possibilidade de participar da definição das metas e de índices de desempenho, bem como da avaliação dos bens e dos serviços públicos.

Cenevita e Farah (*ibid.*, p. 150-152) concluem sobre a importância de institucionalização de sistemas permanentes de avaliação de políticas públicas e programas governamentais para ampliação da transparência, da prestação de contas das organizações públicas e da responsabilização de seus agentes. Concluem também que “sem transparência, fidedignidade e clareza das informações, não há como os cidadãos se apropriarem dos dados das avaliações para cobrar os agentes públicos” (*ibid.*), e também que, “mecanismos de controle de resultados não podem ser vistos como mera ferramenta gerencial” eles devem servir também “para aumentar o controle dos cidadãos sobre a burocracia e os governantes” (*ibid.*, p. 152-153).

2.2.1 Governança

Neste item será apresentada governança que para Kondo (2002, p.11, 14 e 15) e Bertók, Caddy e Ruffner (2002, p. 55) um de seus principais enfoques, além de responsabilização e abertura do governo é a transparência, a “boa” governança requer acesso público à informação, e também, a participação na formulação de políticas públicas. Para Kondo (*op.cit.*):

A transparência na administração pública é aumentada pelo escrutínio público forte baseado em disposições legais sólidas que garantam o acesso à informação. Fortalecer as relações com os cidadãos é um bom investimento para melhorar a formulação de políticas públicas e um elemento central da boa governança. Investir na participação permite que os governos aproveitem novas fontes de ideias, informações e recursos políticos ao tomarem decisões.

Ainda para Kondo (*ibid.*, p. 16) o resultado da governança pública será julgado por cidadãos que exigem maior transparência e responsabilização do governo, bem como, de mais participação pública na elaboração de políticas. Para OCDE *apud* Kondo (*op.cit.*, p. 291-292) em sua política de fortalecimento de

estruturas de governo mais “eficazes, eficientes, transparentes e responsáveis” o acesso à informação, a participação e o controle público são essenciais.

O acesso à informação, à consulta e à participação ativa na elaboração de políticas contribui para o bem governar por meio da promoção de maior transparência no processo; maior responsabilidade devido ao controle e à supervisão direta pelo público; maior legitimidade dos processos de decisão governamentais; decisões políticas mais apropriadas, apoiadas em ampla variedade de fontes de informação; e, finalmente, níveis mais elevados de implementação e adequação, dada a maior conscientização pública com relação às políticas e a participação em sua concepção.

Para Bertók, Caddy e Ruffner (*op.cit.*, p. 64) se reconhece cada vez mais a relação entre a boa governança e melhores resultados econômicos e sociais, sendo a transparência da formulação e execução de políticas, sobre as intenções das políticas elementos centrais na política de “boa” governança.

2.3 Breve conjunto de implicações das teorias da democracia para o Estado Moderno, Publicidade, Prestação de Contas e *Accountability*

Detalhando a discussão após a apresentação das macro teorias da democracia e considerando a difícil “missão” de colocar em prática a essência das teorias da democracia, para introduzir a discussão da transparência é necessário apresentar as implicações dos regimes democráticos mais citados nos textos de transparência: a publicidade, a prestação de contas e a *accountability*.

Inicialmente é preciso abordar a questão da corrupção presente nesta discussão como antagonismo da democracia e implícito em todo o processo de evolução da transparência. Como afirma Levy (*op.cit.*, p. 5), existe a percepção de que o fortalecimento da transparência e o combate à corrupção representam elementos importantes para o aumento da confiança nos governos, por isto, o combate à corrupção (KONDO, 2002, p. 16) não deve ser apenas expressão de efeito de determinada cooperação internacional, deve-se enfatizar as mudanças práticas para que a reforma seja bem sucedida, pois segundo Carneiro (2002, p. 107) no contexto da ética a corrupção deixou de ser problema “moral” e passou a ser ameaça a organização administrativa e à ordem econômica, assim ela se tornou

(GONZALES, 2002, p. 243 e 245) um dos maiores obstáculos e ameaça para a consolidação das democracias em países da América.

No contexto de necessidade de ampliação da transparência e de combate à corrupção, dentro da perspectiva contínua de necessidade de ampliação e melhoria da democracia para se atingir os níveis desejados segundo autores supracitados houve ênfase à mecanismos importantes para a democracia.

A publicidade representa um destes mecanismos, pois segundo Kondo (*op.cit.*, p. 13, 14 e 16) requer procedimentos de gerenciamento financeiro mais transparentes ao mesmo tempo em que é necessário ter publicidade das intenções governamentais nos processos de formulação e implementação de políticas públicas. Diante do contexto de ampliação da publicidade o auxílio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) é relevante por permitir a publicidade de regras e critérios que regem as decisões.

O conceito e prestação de contas segundo OCDE (S/D) *apud* Kondo (*op.cit.*, p. 257-258) pressupõe hierarquia de prestação de contas dos servidores públicos, primeiro para seus superiores, em uma perspectiva mais ampla, para a sociedade. A prestação de contas precisa atender a dois enfoques, essencialmente, o de atendimento aos compromissos éticos, e também, de resultados, podendo os mecanismos de prestação de contas serem internos ou externos. Para OCDE (*ibid.*, p. 279) as políticas de prestação de contas, na ótica operacional, necessitam ser acompanhadas de resumos informações de relatórios anteriores, permitindo ajustes e comparações entre períodos diferentes.

A responsabilização, por exemplo, na Austrália (CARLIN, p. 179-180 *apud* VPAEC, 1997) representa, em linhas gerais, contrato entre duas partes,

(...) entre o público e o governo: o público confere ao governo a responsabilidade de governar e administrar os recursos públicos e o governo presta contas do seu desempenho ao público através do Parlamento. É um conceito fundamental para o nosso sistema democrático. Estabelece claramente o direito das pessoas de saber o que o governo pretende fazer, e até que ponto o governo consegue cumprir adequadamente seus objetivos.

Cabe ainda ressaltar os conflitos e diferenças apresentadas entre as responsabilizações na ótica da administração pública e na administração privada:

Responsabilização pública e privada: Um desafio que está cada vez mais sendo enfrentado pelas organizações envolvidas em parcerias com os governos é relacionado ao fato de que as normas de responsabilização diferem nos setores público e privado. Assim, mesmo que a transparência em todos os aspectos da prestação de contas do governo seja da maior importância para o interesse público, as organizações não governamentais e empresas privadas podem ser reticentes em relação a abrir suas portas para as mesmas normas. Como este conhecimento proprietário muitas vezes é parte da vantagem competitiva de uma empresa no mercado, esta preocupação parece ser bem fundamentada. Assim, as novas iniciativas de gestão pública podem estar caminhando para um impasse em relação a normas de prestação de contas (FÓRUM DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2002, p. 99).

Verifica-se, até este ponto, a necessidade de diferentes formas de transparência, bem como de sua total relevância em ambiente democrático, por isto, serão apresentados a seguir diferentes tipos de transparência, pois se pretende entender melhor, e mais adiante, como ocorre a transparência nos bancos públicos.

2.4 O conceito de transparência na perspectiva de diferentes enfoques

Uma vez que se percebe na transição do conceito de *accountability* para o conceito de transparência o dilema da prestação de contas nas perspectivas pública e privada, e também pelo fato de haver tantos embates no âmbito da discussão da política de transparência dos bancos públicos, se faz necessário olhar a transparência em diferentes perspectivas inerentes a este contexto. Importante destacar os conceitos de transparência mais relevantes no âmbito da discussão da política de transparência dos bancos públicos.

2.4.1 A Transparência Orçamentária e Fiscal

Para Kondo (*op.cit.*, p. 14) “a transparência orçamentária é definida como *ampla divulgação de todas as informações fiscais relevantes de modo oportuno e sistemático*”. Para OCDE *apud* Kondo (*op.cit.*, p. 14) a publicação da OCDE sobre “As Melhores Práticas de Transparência Fiscal” visam criar um padrão com abertura para que países diferentes tenham regimes diferentes de relatório e que permitam enfatizar a transparência sob enfoques específicos de análises. Segundo este autor,

O orçamento de uma nação é o documento de política pública mais importante dos governos, onde os objetivos políticos de todo o leque de interesses econômicos, sociais e ambientais são combinados e implementados em termos concretos. Portanto, a transparência no processo orçamentário é de fundamental importância.

Em perspectiva complementar Bertók, Caddy e Ruffner (2002, p. 64) As “Melhores Práticas para a Transparência Fiscal” da OCDE e o código de transparência orçamentária do FMI apontam para a necessidade de se criar retrato abrangente de todos os gastos do governo para gerar a possibilidade de razoável avaliação. Segundo Meijer (2012) a transparência fiscal é um aspecto importante da transparência governamental uma vez que concentra a atenção de todos nos recursos financeiros, essencial para a governança.

2.4.2 A Transparência de Finanças Contábil

Na perspectiva de evolução das tecnologias de informação Kondo (*op.cit.*, p. 16) afirma que as melhorias nos sistemas de contabilidade, de monitoramento e de auditoria permitem o exame minucioso das finanças públicas por altos níveis de gerência e de avaliação externa, de maneira geral:

(...) o poder das Tecnologias da Informação - TICs como um veículo para a informação e a consulta significa que os cidadãos podem ser envolvidos mais plenamente em todos os aspectos do governo, incluindo a formulação de políticas, assim reforçando a criação de uma cultura de confiança e interesse mútuo.

No âmbito da contabilidade, bem como das informações geradas pela contabilidade, de maneira geral (MISSAGIA e VELTER, 2007, p. 63 e 64) as informações quantitativas geradas pela contabilidade aplicadas a uma entidade devem possibilitar a oportunidade de avaliar a situação e tendências desta com maior grau de facilidade possível, assim, proporcionar ao usuário

(...) observar e avaliar o comportamento, comparar seus resultados com os de outros períodos ou entidades, avaliar seus resultados a luz dos objetivos estabelecidos, e projetar seu futuro nos marcos políticos sociais e econômicos (*ibid.*).

A ideia central da transparência no âmbito da contabilidade financeira é (KONDO, *op.cit.*; MISSAGIA e VELTER, *op.cit.*) criar a possibilidade de maior transparência possível, com o uso da tecnologia, para que os usuários possam planejar as suas operações.

2.4.3 A Transparência na Ótica das Organizações da Sociedade Civil

Para Transparency International *apud* Angélico (2011, p. 24-25) a transparência representa a “característica de governos, empresas, organizações e indivíduos em serem abertos em relação a informações sobre planos, regras, processos e ações”.

Para a Artigo 19 (2011, p. 8), é essencial ter independência de influências políticas, proporcionar acessibilidade aos solicitantes, facilitar a solicitação de informações e interposição de recursos, garantir o acesso econômico, produzir resposta em tempo hábil com integridade em todas as etapas do processo de solicitação, com procedimentos justos.

Ainda na visão da Artigo 19 (*ibid.*) a informação representa o oxigênio da democracia uma vez que o indivíduo exercerá plenamente a liberdade de escolha, somente com a oportunidade de qualidade, verídica e completa⁹ da informação.

No caso da W3C¹⁰ para atingir a transparência entende-se que as “informações do setor público, abertas e acessíveis melhoram a transparência, pois as partes interessadas podem usá-las da maneira mais adequada ao seu propósito, obtendo uma ideia de melhor governo”.

Verifica-se aqui a linha de pensamento na qual se evidencia a acessibilidade fortemente enfatizada pelos princípios apresentados pelo *Open*

⁹ Artigo 19. Portal. Disponível em: < <http://artigo19.org/blog/transparencia-publica/>>. Acesso em 13 de Jan. de 2015.

¹⁰ O Consórcio World Wide Web - W3C é uma comunidade internacional que desenvolve padrões com o objetivo de garantir o crescimento da *web*, sendo a missão da W3C de conduzi-la ao seu potencial máximo. Disponível em: <http://www.w3c.br/Home/WebHome>. Acesso em: 14 Fev. 2015.

Government Data e pela Artigo 19, referências para o detalhamento de como se materializa uma informação acessível.

Para Fundação Konrad Adenauer *apud* Teixeira (2006, p. 36) a transparência é

(...) ter condição de acesso a todas as informações sobre como o governo trabalha. A transparência quer dizer que a administração pública funciona de uma maneira aberta, baseada em princípios éticos, e é capaz de ser questionada a qualquer momento, em função da facilidade que têm os cidadãos e outros interessados em acessar as informações.

Para esta organização (*ibid.*) as informações necessitam ser de caráter público, e também, que “*é o direito público de saber em que são aplicados os recursos públicos*”. Este conceito está mais alinhado com os ideais apresentados neste projeto por Grau (2006), Bobbio (2000) e Dahl (1997) nos quais é evidenciada a necessidade da contestação pública.

2.4.4 A Transparência para os conceitos de “Governo Aberto” e “Dados Abertos”

Muitos foram os conceitos de transparência desenvolvidos por pesquisadores e academias, bem como é possível notar certa confusão ao se apresentar o conceito de transparência como sinônimo de *accountability*. O conceito de dados abertos contribui para esclarecer esta dúvida.

Segundo World Wide Web Consortium (W3C), o conceito de dados abertos governamentais se refere

(...) a publicação e disseminação das informações do setor público na web, compartilhadas em formato bruto e aberto, compreensíveis logicamente, de modo a permitir sua reutilização em aplicações digitais desenvolvidas pela sociedade.

O conceito de governo aberto é mais amplo, por isto, a Access Info Europe¹¹, conceitua o *Open Government Standards*, ao englobar dentro dele (i) a transparência, (ii) a *accountability*, e (iii) a participação, portanto, a transparência compõem o conceito de governo aberto.

2.4.5 A Transparência na Ótica da Administração Pública Direta

Nos guias para a transparência do Estado de São Paulo a transparência é “a possibilidade de conhecer informações sobre órgãos públicos” (SOUZA *et al*, 2013). Este conceito pode ser relacionado diretamente ao caso das preocupações apresentadas por Dows (*op.cit.*) referentes ao alto custo da informação para os cidadãos, uma vez que os cidadãos baseiam suas decisões (voto) nas ações governamentais, a transparência pode na medida contrária reduzir estes custos e abrir a possibilidade do acesso à informação com menos intermediários na forma apresentada pelo autor.

Em material da Controladoria Geral da União (2009, p. 27) voltado para o cidadão a transparência é

(...) quando sabemos onde, como e por que o dinheiro está sendo gasto. É quando as coisas são feitas às claras, sem mistérios, como devem ser feitas. A administração pública deve ser sempre transparente, porque não deve ter o que esconder do povo.

Este conceito deixa implícito a possibilidade de abuso de poder contida nos ideais de teoria democrática bem como da teoria pluralista apresentadas por Dahl (1997) e Bobbio (2000).

¹¹ Conceito de *Open Government* disponibilizado pela *Access Info Europe*. Disponível em: <http://www.access-info.org/en/open-government-data>. Acesso em: 11 Jul. 2014.

2.4.6 A Transparência Participativa

Na ótica de Avalos (2002, p. 233-234) a transparência é em essência “inestimável na busca de uma sociedade justa e moderna”, assim como representa único meio para se conquistar a confiança e apoio nas ações do governo.

De acordo com o autor, a visibilidade e a abertura dos processos governamentais são essenciais para a consolidação de um meio social cuja principal finalidade seja o aumento do bem-estar dos cidadãos, pois o governo orientado para seus cidadãos “proporciona informações claras e pertinentes acerca de suas ações”, envolve a sociedade para suas iniciativas por meio da abertura de canais de comunicação e define os meios para satisfazer as necessidades do cidadão em conjunto com a sociedade.

Esta ideia está na essência do modelo de democracia participativa cunhado por Pateman (*op.cit.*) na qual se entende que a democracia não está mais centrada nas mãos de poucas pessoas, na mesma linha Rousseau, Mill e Cole, citados por Pateman, a eficácia da ação pública possui maior possibilidade de se desenvolver em ambiente participativo.

2.4.7 O conceito de Transparência nos campos de Políticas Públicas e da Ciência Política

Para OCDE *apud* Kondo (*op.cit.*, p. 11) a transparência significa informações disponíveis ao público que sejam confiáveis, relevantes e oportunas sobre as atividades do governo.

A transparência segundo Bertók, Caddy e Ruffner (2002, p. 64) é a abertura sobre as intenções, formulação e execução das políticas.

Para Stiglitz *apud* Filgueiras (2011, p. 72) o conceito de transparência está diretamente relacionado com a redução de assimetrias informacionais na relação entre cidadãos e governo na perspectiva de redução de falhas de gestão com maior controle sobre atos ilícitos no governo, pois somente com mais informação os cidadãos terão melhor capacidade para discernir sobre o “valor adicionado pela gestão pública”.

Para Angélico (2011, p. 25-26) a transparência:

(...) não depende, apenas, de “quão visível” é a informação, mas também de “quão bem” a informação disponibilizada conduz a inferências corretas. Dito de outra forma: um regime realmente transparente deve preocupar-se não só com a disponibilização de informações, mas em disponibilizá-las de maneira tal que elas sejam úteis para a formulação de inferências mais precisas.

Em outras palavras “a transparência será tão mais útil quanto maior for a sua contribuição a um sistema de prestação de contas efetivo, que resulte em inferências corretas” (*ibid.*).

2.4.8 O Conceito de Transparência na Lei de Acesso à Informação (LAI)

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, LAI (CGU, 2013, p. 5-6) veio “*coroar e consolidar o processo de transparência conduzido, no Brasil, pelo Governo Federal nos últimos dez anos*”. Esta Lei trouxe avanços para o conceito de transparência na perspectiva de poderosa ferramenta para a melhoria da gestão pública e da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. Houve a institucionalização de novo paradigma para a Administração Pública no Brasil, ao estabelecer o acesso como regra e o sigilo como exceção, com a obrigação do Estado atender às demandas da sociedade com suas informações estruturadas em transparência ativa e passiva conforme segue (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2013, p. 6):

Ao regulamentar o inciso XXXIII do art. 5º, inciso II do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216 da Constituição Federal, a Lei de Acesso à Informação estabelece as bases para que a transparência passe a realizar-se por suas duas formas possíveis e desejáveis: a transparência ativa ou espontânea (representada pelas informações que o estado deve disponibilizar espontaneamente a todos, independentemente de pedido), e a transparência passiva (entendida como a que resulta do atendimento às demandas individuais de acesso a determinada informação específica).

No próprio texto da LAI (BRASIL, 2011) são apresentados os princípios básicos da administração pública, de acordo com as seguintes diretrizes, (i)

publicidade como preceito geral e o sigilo como exceção, (ii) divulgação das informações de interesse público, (iii) utilização de meios de comunicação cuja viabilização seja realizada por meio da tecnologia da informação, (iv) cultura de transparência na administração pública, e (v) controle social da administração pública. Para a LAI (*ibid.*) é de responsabilidade do Estado, garantir o direito de acesso à informação a ser fornecida por meio de procedimentos ágeis e objetivos de maneira clara (conceitual, normativa e operacional), transparente e com linguagem acessível.

Outra inovação relevante desta Lei foi a iniciativa de estabelecer requisitos mínimos para a transparência ativa, de maneira geral (*ibid.*) a publicação de competências, da estrutura organizacional e de formas de contato; registros de repasses e transferências de recursos financeiros; registro de despesas; procedimentos licitatórios, resultados e contratos celebrados; e, dados gerais para o “acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades”. Por outro lado, em seu Artigo 22, não revoga demais hipóteses de sigilo e de segredo e prevê a possibilidade de classificação da informação quanto ao grau de sigilo.

2.4.9 O conceito de Transparência na “Lei do Sigilo Bancário”

O conceito de transparência dos Bancos, por meio da “Lei do Sigilo Bancário” se restringe ao que não pode ser disponibilizado, sendo os Bancos obrigados a não revelar informações que obtenham em virtude de suas operações financeiras, salvo nas hipóteses previstas em lei. Segundo Covello (1989) *apud* Giannetti (1998, p. 96) o sigilo bancário pode ser “sucintamente definido como a obrigação que tem os Bancos de revelar, salvo justa causa, as informações que obtenham em virtude de sua atividade profissional”. Na perspectiva do direito comparado três anos antes da publicação da lei mais recente que regulamenta o Sigilo Bancário no Brasil (GIANNETTI, 1998, p. 98-99) apresenta o sigilo bancário em diferentes países, na Suíça, baseado na inviolabilidade da vida privada, Bélgica, Espanha e Itália, sendo a lei de sigilo protetora dos direitos dos Bancos e dos clientes, na Alemanha e nos Estados Unidos, com a possibilidade do Sigilo ser quebrado mediante violação de Lei Penal, e na França cujo segredo bancário admite derrogações em casos de justificativa por interesse público.

Segundo Wald, Tavares e Junior *apud* Giannetti (1998, p. 100-101) no que refere à proteção da legislação do sigilo bancário os Incisos X e XII da Constituição Federal garantem a constitucionalidade desta Lei. Ainda segundo Giannetti (1998, p. 119) o entendimento do Congresso Nacional está alinhado com a justificativa defendida por ele, cuja proteção da lei do sigilo bancário se dá por meio da proteção constitucional, portanto, para alteração desta matéria seria necessário de emenda constitucional, tentativa já realizada e derrotada por esmagadora maioria no Plenário da Comissão de Constituição e Justiça, na ocasião o entendimento foi de que esta reforma feriria cláusulas pétreas da Constituição. Segue Incisos X e XII do Artigo 5º da Constituição Federal de 1988:

(...) X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; e,

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal (...).

A “Lei do Sigilo Bancário” (BRASIL, 2001) dispõe sobre “o *sigilo das operações de instituições financeiras*”, em seu primeiro artigo, especifica que se trata do “*sigilo das operações ativas e passivas e de serviços prestados*”. A revelação das informações consideradas como sigilosas nesta Lei somente poderão ser disponibilizadas com o consentimento expresso dos interessados, sendo a quebra do sigilo fora das hipóteses previstas nesta Lei passível de um a quatro anos de reclusão.

2.4.10 A Transparência de Mercado

O conceito da transparência na ótica do mercado Heald (2006) *apud* Filgueiras (*op.cit.*, p. 76) parte da noção de que a transparência não se restringe apenas à política, sendo também uma regra de conduta no âmbito do mercado com intuito de reduzir incertezas de investimentos nos negócios, assim, a transparência significa regra de conduta de agentes públicos, com enfoque na abertura de

processos e resultados de assuntos públicos respectivos ao governo e aos negócios de mercado.

Para Binnie (2011, 41) a relevância da transparência pode variar de acordo com as necessidades específicas de determinado agentes econômicos sendo necessários diferentes tipos de transparência, a transparência para um funcionário é diferente da transparência direcionada aos acionistas que estão mais interessados em conhecer a credibilidade do Banco para, assim, identificar diferentes tipos de risco e decidir sobre as aplicações ou não. Ainda para Binnie (*ibid.*, p. 49) há destaque para a preparação de sistema normativo cuja finalidade seja de atendimento a recursos mínimos, tais como, fornecer informação de maneira clara e objetiva para subsidiar as ações dos agentes econômicos, sistema de informação para a garantia dos princípios de “universalidade” e “simultaneidade”, divulgação de informações com períodos de intervalos demarcados e publicidade tempestiva. Este autor Binnie (*ibid.*) destaca ainda a importância da transparência corporativa, especificamente a dos bancos privados, para a atração de investimentos de agentes econômicos conforme segue:

A transparência corporativa dos bancos é um importante fator que afeta a atratividade dos agentes econômicos investirem nestas entidades, sendo vitais a governança corporativa, o *compliance* e a adequada divulgação da situação econômico-financeira para construir um clima de confiança com o mercado, acarretando vantagens competitivas sustentáveis de longo prazo (*ibid.*, p. 54).

Assim como Binnie (*op.cit.*) e de acordo com Adams (2009, p. 3) há relação muito forte entre problemas de governança e crise financeira. Na perspectiva de garantir práticas equitativas de mercado por meio da transparência Adam e Lachman (2008, p. 2-3) apontam que algumas características são necessárias, dentre as quais a de proporcionar aos agentes econômicos o cenário de possibilidade de avaliação correta mediante informação que contenha as perspectivas de amplitude, fidedignidade e relevância com abordagem dos pontos positivos e negativos. A informação precisa ser de fácil acesso a todos os agentes econômicos no âmbito de canais de meios de comunicação, e também, de garantir informação atualizada, pois desta forma auxilia a boa alocação de recursos na economia.

2.4.11 A Transparência do Processo Político

No âmbito do processo político (FILGUEIRAS, *op.cit.*, p. 77) a transparência é “*derivação de uma noção econômica aplicada à dimensão política*”, cuja aplicação ao político na ótica de fortalecimento da *accountability*, ressalta:

(i) o cidadão como consumidor de um mercado político; (ii) não aborda a questão cognitiva da produção da informação; (iii) afeta a noção de privacidade sendo contraditória, portanto, a alguns direitos fundamentais; (iv) como regra de conduta não diferencia a conduta individual da questão institucional; (v) no âmbito do político, o segredo tem uma função importante, pois nem tudo pode ser transparecido; e, (vi) carece de uma distinção mais clara entre razão pública e razão não pública ou entre o público e o privado.

2.4.12 A Transparência Política e de Mercado

Como concepção derivada do ponto de vista da economia da informação Musgrave (1962) *apud* Filgueiras (*op.cit.*, p. 77) o “conceito de transparência pressupõe o cidadão como consumidor de informação, cuja ação pública se baliza em uma concepção privada de bens”, sendo o conceito derivativo da ideia de mercado como ideal, na qual as ações e escolhas dos agentes ocorrem de forma transparente com influência nos resultados de investimento, nesta ótica, o problema político implica a questão de distribuição de renda e de bens.

2.5 Considerações Parciais

Tabela 1: Diferentes Conceitos de Transparência

Conceitos de Transparência	Autores (Conceitual, Normativo-Operacional)	Publicidade	Aplicação	Materialidade	Conceitos Implícitos	Tecnologia	Grau de Dificuldade Técnica	Público Alvo	Informação - Fácil Compreensão	Informação
A Transparência Orçamentária e Fiscal	Kondo (2002); OCDE (2002); Bertók, Caddy e Ruffner (2002); Meijer (2012)	Ampla divulgação	Governo Empresa Organização	Balanços	Governança Orçamento	Sim	Elevado	Especialistas stakeholders	Não	Consolidada
A Transparência de Finanças Contábil	Kondo (2002); Missagia e Velter (2007)	Ampla divulgação	Governo Empresa Organização	Balanços	Governança Orçamento Finanças Contabilidade	Sim	Elevado	Especialistas stakeholders	Não	Consolidada
A Transparência na Ótica das Organizações da Sociedade Civil	Transparency International (2011); Artigo 19 (2011); W3C; Open Government Data; Fundação Konrad Adenauer	Ampla divulgação	Governo Empresa Organização Indivíduo	Planos Regras Processos Ações	Democracia Liberdade de Escolha Dados Abertos Informação Acessível Ética Contestação Pública	Sim	Baixo	Sociedade	Sim	Bruta Aberta
A Transparência para os conceitos de "Governo Aberto" e "Dados Abertos"	W3C; Access Info Europe	Ampla divulgação	Governo	Planos Regras Processos Ações	Transparência Accountability Participação Social	Sim	Baixo	Sociedade	Sim	Bruta Aberta Reutilização
A Transparência na Ótica da Administração Pública Direta	Souza (2013); CGU (2009)	Ampla divulgação	Governo	Planos Regras Processos Ações	Disponibilidade de Informação Ética Prestação de Contas	Sim	Baixo	Sociedade	Sim	Aberta
A Transparência Participativa	Avalos (2002)	Ampla divulgação	Governo	Processos Ações	Participação Social Justiça Modernidade Confiança Visibilidade	Não específica	Baixo	Cidadão Sociedade	Sim	Aberta Clareza de Informações Canais de Comunicação
O conceito de Transparência nos campos de Políticas Públicas e da Ciência Política	OCDE; Stiglitz (2011); Angélico (2011); Bertók, Caddy e Ruffner (2002)	Ampla divulgação	Governo	Intenções Formulação e Execução de Políticas	Redução de Assimetria Informacional Relação Governo / Cidadão Prestação de Contas Melhoria da Gestão Controle de Atos Ilícitos no Governo Valor da Gestão Pública Função do Governo de Gerar Cidadania	Não específica	Baixo	Cidadão	Sim	Relevante Confiável Oportuna
O Conceito de Transparência na Lei de Acesso à Informação - LAI	Brasil (2011); CGU (2013)	Divulgação Parcial	Governo	Transparência Ativa e Passiva Responsabilidade do Estado Procedimentos Programas Ações Projetos	Transparência como regra Sigilo como exceção Transparência Mínima Qualidade dos serviços Recurso Publicidade Divulgação Interesse Público Meios de Comunicação Cultura de Transparência Controle Social	Sim	Baixo	Cidadão	Sim	Ativa Espontânea Acessível
O conceito de Transparência na "Lei do Sigilo Bancário"	Brasil (2011); Covello (1989); Giannetti (1998); Wald, Tavares e Junior (1998)	Sigilo	Bancos Públicos	Sigilo	Sigilo como regra Transparência como exceção Sigilo das Operações Financeiras	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
A Transparência de Mercado	Heald (2006); Binnie (2011); Adam e Lachman (2008)	Ampla divulgação	Bancos Públicos Bancos Privados	Regra de conduta Processos	Governança Mercado Financeiro Regra de Conduta Credibilidade do Banco Risco Crise Financeira	Sim	Elevado	Acionistas Agentes Econômicos stakeholders	Sim	Consolidada Amplitude Fidedignidade Pontos positivos e negativos Fácil Acesso Atualizada
A Transparência do Processo Político	Filgueiras (2014)	Divulgação Parcial	Processo Político	Não se aplica	Accountability Afeta Noção de Privacidade (contraditória a alguns direitos fundamentais) Público e Privado	Sim	Elevado	Cidadão	Sim	Não se aplica
A Transparência Política e de Mercado	Musgrave (1962)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Economia da informação Mercado como ideal Conceição privada de bens	Não se aplica	Não se aplica	Cidadão como consumidor de informação Agentes	Sim	Não se aplica

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da literatura estudada.

Vale destacar que os conceitos de transparência utilizados nesta pesquisa foram selecionados por terem relação direta com a transparência dos bancos públicos, portanto, não se considera aqui todas as possíveis variações do conceito em todas as áreas da administração pública.

Nota-se com esta tabela conceitos em duas principais perspectivas a primeira puramente conceitual, e a segunda normativa-operacional.

Ao se observar as variações e os diferentes conceitos de transparência com olhar para diferentes áreas verificam-se constatações importantes, a principal delas é a diferença de interesses implícitos nos conceitos com olhar e foco na cidadania e conceitos com olhar mais vinculado com práticas realizadas na iniciativa privada.

O mesmo objeto observado por diferentes atores, com interesses próprios de cada grupo, gera conceitos diferentes que não necessariamente podem ser aplicados simultaneamente.

As nuances entre eles, embora inicialmente imperceptíveis, geram problemas importantes para implementação da transparência nos bancos públicos, principalmente na perspectiva operacional.

De acordo com Collier, Hidalgo e Maciuceanu (2006) a confusão conceitual tem sido fonte de dificuldades no estudo da política, e para ele, a análise de Gallie sobre “conceitos essencialmente contestados” publicada em 1956 representa esforço notável para se solucionar este problema.

A confusão conceitual (*ibid.*) causa dificuldades relevantes para o uso da teoria na análise empírica, por esta razão muitos estudos estão repletos de conceitos aplicados de forma inconsistente, mais adiante a este problema está a contestação do conceito que ocorre quando alguns preferem utilizar fortemente determinado significado, enquanto outros preferem defender usos alternativos do mesmo conceito, aqui nasce a ideia do “conceito essencialmente contestado” nos oferecida por Gallie segundo ele são exemplos deste tipo de conceito democracia, justiça, Estado de direito, cidadania, guerra, genocídio, aborto, estupro e crime por ódio.

Gallie apresenta sete requisitos para o reconhecimento do “conceito essencialmente contestado” que nesta pesquisa foram aplicados ao conceito da transparência nos bancos públicos, esta discussão será aprofundada no Capítulo IV e nas Considerações Finais.

Verificou-se que os conceitos de corrupção, publicidade, prestação de contas e *accountability* contribuem para a contextualização da transparência, e também, para demonstrar a relevância da transparência no contexto pós Lei de Acesso à Informação (LAI), sendo três conclusões preliminares relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

Em primeiro lugar, verificou-se o quanto os ideais de transparência estão fortemente subsidiados por conceitos de democracias disponibilizados por autores contemporâneos de destaque.

Em segundo lugar, nota-se, com este balanço sobre o conceito de transparência a intenção de que os governos ofereçam aos cidadãos as informações necessárias, com prestação de contas de recursos gastos oriundo da arrecadação de impostos, e também, que estas informações sejam disponibilizadas de forma clara com linguagem de fácil compreensão e atualizadas para permitir acompanhamento por quem se interessa, ou precisa da informação.

Por fim, foi possível notar a existência de diferentes conceitos de transparência, pois sempre que abordados por públicos distintos cada qual enfatiza a construção das bases conceituais de acordo com suas reais necessidades e enfoques específicos. Verifica-se, portanto, que o conceito de transparência é polissêmico, conseqüentemente, com difícil aplicabilidade, pois os conceitos estão baseados em diferentes níveis de dificuldade técnica e divulgação, bem como, com diferentes formas de aplicação e de materialidade, para diferentes públicos.

CAPÍTULO III - A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA DOS BANCOS PÚBLICOS FEDERAIS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA, BANCO DO BRASIL (BB), CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) E BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES)

Os principais bancos públicos brasileiros são órgãos da administração pública indireta com relevante contribuição para a construção da história política e econômica recente no Brasil, inclusive com atuação no exterior.

Os bancos objetos desta pesquisa, a saber, o BB, a CEF, instituições centenárias, mais o BNDES, tiveram relevantes contribuições em momentos marcantes da história por serem instrumentos valiosos nas políticas do País, com a possibilidade de fortalecimento delas em todas as áreas das políticas públicas, e, por isto, são instituições relevantes para o contexto de desenvolvimento da política de transparência em processo de evolução nos últimos anos, principalmente, após a vigência da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Este capítulo, uma das principais contribuições desta pesquisa, apresenta para cada caso analisado, introdução histórica com as principais passagens das organizações e sua relevância para a política nacional com a utilização essencial do texto de Mettenheim.

Em seguida é apresentada transparência ativa dos bancos com base nos relatórios anuais disponibilizados virtualmente, são destacados os principais itens abordados neles com ênfase para as menções diretas para a transparência.

No âmbito da transparência passiva, utiliza-se metodologia essencialmente descritiva para apresentar na íntegra todos os dados presentes no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (eSIC) até a data de finalização desta pesquisa referentes à todas as solicitações de documentos, dados e informações por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Por fim, ao final de cada caso há resumo com a apresentação dos pontos principais de cada objeto estudado nesta pesquisa.

3.1 O Caso do Banco do Brasil (BB)

O BB foi fundado em 1808 por D. João VI com principal objetivo de “proporcionar, com urgência, fundos para a manutenção da cúpula monárquica” (BB, 2010, p. 15). De acordo com o historiador Horácio Say (S/D *apud* BB, *op.cit.*, p. 17) que de maneira abrangente a criação de um banco de depósitos, o BB veio a ser útil no momento da abertura dos portos que mexia com o mercado de negócios. Havia a necessidade de se ter agente intermediário das permutações, por esta razão os bilhetes do Banco entraram facilmente em circulação, preenchendo o vazio no comércio daquela época.

O BB segundo Methenheim & Lins (2010) se manteve no centro da economia política no seu período inicial, com financiamento de guerra para a manutenção da monarquia portuguesa e manutenção da escravidão, mas no momento do retorno de D. João VI para Portugal em 1821, houve retirada de todas as reservas do Banco e do Tesouro para pagamento de dívidas.

Em período posterior ao regencial em “quadro econômico-financeiro, que se tornava gradualmente fértil”, com destaque para as ações do barão de Mauá, aos poucos foram criados bancos comerciais, no Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão, Pará, Pernambuco (BB, *op.cit.*, p. 26).

Desconsiderando-se versão intermediária do BB, por iniciativa do barão de Mauá, banco exclusivamente particular, se considera para este banco (*ibid*, p. 27) que

(...) o verdadeiro segundo Banco do Brasil foi criado, em 1853, por lei, sob a iniciativa de José Joaquim Rodrigues Torres, mais conhecido como visconde de Itaboraí, que, por mais de uma vez, exerceu a presidência do estabelecimento, transformando-se numa espécie de seu patrono.

No BB, embora o grupo do Barão de Mauá tivesse a expectativa para assumi-lo, foi nomeado para o cargo de presidente, por D. Pedro II, o parlamentar João Duarte Lisboa Serra, em seguida, o Banco moveu-se para adquirir bancos regionais, e assim, reafirmar a autoridade monetária nas províncias. Houve a incorporação do Banco de Pernambuco, em 1855, o Banco Comercial da Bahia em 1856 e o Banco do Maranhão em 1857, sendo as crises financeiras de 1857 e de

1859, as principais responsáveis por “frear” esta iniciativa. Em 1862 foi adquirido o Banco Agrícola do Rio de Janeiro, tornando o BB o maior banco emissor deste estado, portanto, na sua segunda etapa, o BB se manteve central para a política (METHENHEIM & LINS, *op.cit.*, p. 65-67).

Mais adiante houve a ideia de criar um único banco de emissão para auxiliar o governo no resgate de papel-moeda, fundindo-se o BB com o Banco Comercial do Rio de Janeiro. Nos primeiros anos de funcionamento do BB, no cenário de dificuldades devido ao constante vazamento de seu fundo disponível por meio de retiradas “(...) justificadas pela necessidade de pagamentos de escravos e de aplicações nas safras”, o Banco ficou em situação financeira complicada (BB, *op.cit.*, p. 27 a 34). Mediante a situação ocorrida no ano de 1857, o barão de Mauá realizou o que pode ser considerado o primeiro pedido de acesso à informação, diante dos textos analisados nesta dissertação, conforme registro, que (BB, *op.cit.*):

Esse quadro motivou o barão de Mauá a apresentar na Câmara dos Deputados um pedido de informações, exigindo que o Banco esclarecesse sobre o montante da emissão e do fundo disponível, na matriz e nas filiais, e sobre o movimento de fundos entre si, além de outros itens. Esse requerimento levantou a discussão sobre a condição do Banco — se era público ou particular —, e se tinha obrigação de informar a respeito de suas transações. O próprio Banco prestou os esclarecimentos, mas ressaltou que, apesar de suas ligações com o governo, era considerado estabelecimento privado e por isso nem sempre devia prestar informações que expusesse o segredo das suas transações.

O Segundo BB foi considerado, também, banco nacional de propriedade privada, controlado pelo governo, foi responsável pela concessão de empréstimos durante as crises financeiras. Em 1923 o banco ganhou *status* de banco central (METHENHEIM & LINS, *op.cit.*).

Em 1929, ano de extinção do Banco, a instituição possuía 3.600 ações sendo apenas 80 delas do tesouro e as demais 3.520 de particulares. Por curiosidade as ações que mais geraram recursos para o Banco neste período inicial foram às concessões de títulos de comenda aos capitalistas, mas, por outro lado, problemas de administração e excesso de emissões foram cruciais para o fracasso do Banco neste primeiro período de sua história (BB, *op.cit.*, p. 17 e 18).

Na Era Vargas, período de 1930-1945, o BB mobilizou bancos nacionais, num cenário de revolução, crise global e de depressão, e foi muito importante para

o fornecimento de crédito para a agricultura, industrialização, e também, para a substituição de importações (METHENHEIM & LINS, *op.cit.*, p. 60).

No período entre 1945 e 1964, de autoritarismo, o BB passou a alocar fundos significativos para muitas áreas que vão desde o resgate de empresas até vultosos créditos direcionados para o setor industrial e da agricultura (*ibid.*). Já a política de controle de câmbio por meio do BB o recolocou, mais uma vez, no centro da política comercial (*ibid.*, p. 77).

Na época compreendida entre 1956-1960, de Juscelino Kubtschek, o BB foi relevante, pois, por meio dele, foram canalizados recursos maciços para ao setor automobilístico e da construção civil, fase de mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília (*ibid.*, p. 80).

Nos anos compreendidos entre 1960-1970 o BB, embora tenha cedido prerrogativas da política monetária para o Banco Central do Brasil (Bacen), o banco tornou-se agente central para operações de grande escala (*ibid.*, p. 82).

O BB e demais bancos supervisionados possuíram, até a criação do Banco Central do Brasil (Bacen) em 1965, relevância na gestão de recursos financeiros e na política econômica, principalmente na oferta de moeda, promoção, controle de exportações e importações bem como de empréstimos. Até as reformas ocorridas na década de 1980 o banco se manteve executor do orçamento do governo federal com acesso aos recursos do tesouro para acertar contas (*ibid.*, p. 59).

Durante a época do regime militar e da transição, o Banco foi marcado por realizar maus empréstimos, distribuição de renda distorcida e se manteve fora do controle fiscal retendo acesso livre para os fundos do Tesouro até o ano de 1986. Nas reformas ocorridas na década de 1980, o Banco foi radicalmente transformado em banco comercial e de investimento voltado para o mercado de ações da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Durante a liberalização da indústria e privatização de bancos estaduais pelo governo na década de 1990, o BB foi transformado, a partir de empresas estatais, em conglomerado financeiro de propriedade mista. Já na década seguinte, o BB ingressou o Novo Mercado da Bolsa de Valores, tonando-se uma das primeiras empresas brasileiras a atender aos rigorosos padrões internacionais de governança corporativa e de transparência (*ibid.*).

As principais mudanças ocorridas no BB ao longo de sua história foram marcadas por passagens importantes, como por exemplo, com a transferência

gradual da política monetária para a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), em 1945; com a criação do Banco Central do Brasil (Bacen), em 1965; na passagem da gestão fiscal do Tesouro, em 1986; e, por meio do Senado Federal conforme determina a Constituição de 1988 (*ibid.*).

A partir de 1986, quando deixa de ser autarquia de crédito, o Banco do Brasil (BB) passa a incrementar as suas funções de banco comercial, conquistando a liderança em vários nichos do mercado financeiro nacional e assim mantendo o posto de principal e maior banco brasileiro (RELATÓRIO ANUAL BB, 2000).

Antes da criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) “não existia nenhuma organização institucional para o controle da oferta de moeda, sendo todas as funções de autoridade monetária exercidas pelo BB” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, S/D).

O Banco do Brasil desempenhava as funções de banco do governo, mediante o controle das operações de comércio exterior, o recebimento dos depósitos compulsórios e voluntários dos bancos comerciais e a execução de operações de câmbio em nome de empresas públicas e do Tesouro Nacional, de acordo com as normas estabelecidas pela Sumoc e pelo Banco de Crédito Agrícola, Comercial e Industrial (*ibid.*).

O BB perdeu o controle da política, atualmente da responsabilidade do Banco Central do Brasil (Bacen), e da variedade de atores tais como, o executivo, judiciário, entidades legislativas, mídia, público, agência de classificação e investidores que compartilham a responsabilidade de pela supervisão dos bancos e contas do governo. Pode-se notar que no processo de redemocratização houve aumento da transparência e da prestação de contas. Em 2009 o BB se manteve o maior e mais lucrativo banco da América Latina, mesmo depois da liberalização financeira com a entrada de bancos multinacionais como Santander, ABN-Amro, HSBC, BNP-Paribas, Credit Suisse, UBS, Goldman Sachs, Dresdner Bank, Deutsche Bank e JP Morgan (*ibid.*, p. 98-99).

O BB atuou como instituição relevante durante crises financeiras que assolaram mercados emergentes na década de 1990 e durante a adaptação dos bancos em momentos de processo de liberalização e de reformas, e na década de 2000, com o papel de liderança em novo cenário de transparência, prestação de

contas e democracia. Como principal executor de serviços bancários do governo federal manteve financiamento e programas de crédito para setores de comércio exterior, agricultura e indústria (*ibid.*).

Ao contrário de convergir para a privatização dos bancos num sistema financeiro voltado para o mercado, o BB, juntamente com as políticas e cotas de mercado durante a década dos anos 2000, sugere que os bancos federais brasileiros permaneçam no centro da política e da estratégia de desenvolvimento (*ibid.*).

O BB, ao longo de sua história, adquiriu vantagens competitivas no que concerne a formulação de políticas e gestão que o possibilitaram se transformar em imenso conglomerado financeiro. A partir dos anos 1980, o BB, tem se afastado da base do Estado e de poupança para captar recursos, diversificar financiamentos e de operações de crédito, oferecendo atualmente, serviços como seguros, fundos de pensão, gestão de ativos e de outros produtos financeiros (*ibid.*, p. 99-100).

As reformas monetárias, financeira, fiscal e bancária ocorridas na década de 1990, e a modernização do Banco Central do Brasil (Bacen), com os avanços na supervisão dos bancos e o desenvolvimento de sistemas de pagamentos mais transparentes ocorridos na década dos anos 2000, incumbiram responsabilidades ao BB tradicionalmente da política macroeconômica e do Banco Central do Brasil (Bacen). O fato do BB operar no contexto mais transparente do sistema bancário brasileiro, explica a aparente anomalia referente a vantagens competitivas e alternativas de formulação de políticas no setor bancário do governo, bem como é a razão da economia nacional e os bancos ficarem de maneira inesperada resistente à crise financeira global 2007-2009. Em suma, o BB representa, também, alternativa política aliada a vantagens competitivas em relação às demais instituições financeiras tratando-se de importante recurso do governo para a realização de ajustes e para acelerar a recuperação (*ibid.*). Segundo este autor

“(...) o Banco do Brasil ainda é o maior banco comercial do país, um dos principais bancos de investimento e agente primário em mercado de ações, agricultura, comércio internacional e financiamento de exportações” (METTENHEIM, 2005).

3.1.1 Disponibilidade de Informação no *site* do BB em perspectiva histórica

O BB disponibiliza o relatório anual em seu *site* a partir do ano 2000. A partir de 2007 este relatório passou a ser produzido em versão *online* disponível para ser baixado em *pdf* e também na versão em inglês.

Relatório Anual BB

O Relatório Anual do BB apresenta para a sociedade informações sobre atividades do banco referentes à responsabilidade socioambiental, análise de desempenho e demonstrações financeiras.

De acordo com BB (2007), a partir de 1997, o banco passou a adotar o modelo de balanço social proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). No ano de 2002 o banco iniciou a inclusão de ações socioambientais no documento institucionalizando a sua política de divulgação. A partir de 2006 iniciou a implementação dos indicadores da *Global Reporting Initiative (GRI)*, modelo reconhecido internacionalmente¹², cuja finalidade segundo a própria GRI¹³ (2006) “é a prática de medir, divulgar e prestar contas para *stakeholders* internos e externos do desempenho organizacional ao desenvolvimento sustentável”. Complementando esta iniciativa, a partir de 2007, consolidando todas as iniciativas anteriores, e como resultado do segundo ano de trabalho para as adequações ao modelo GRI, o BB passou a disponibilizar seus relatórios anuais neste novo modelo de acordo com os padrões internacionais de Responsabilidade Socioambiental (RSA). Os indicadores relevantes elencados para constarem deste relatório foram determinados a partir do diálogo com os públicos de interesse, durante o 9º prêmio da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), em oficina realizada pelo BB para seu público interno e todas as demandas acolhidas

¹² *Global Reporting Initiative (GRI)*, “(...) nasceu em 1997, em Amsterdã, com o propósito de estabelecer um modelo de relatório de desempenho econômico, ambiental e social que pudesse ser utilizado por empresas de diferentes seguimentos. Afinal, a transparência da sustentabilidade das organizações era de interesse dos acionistas, clientes, trabalhadores, ONGs, governo e sociedade em geral” (BB, 2007).

¹³ GRI. *Global Reporting Initiative*. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazil-Portuguese-G3-Reporting-Guidelines.pdf> Acesso em: 04 Jan. 2015.

em suas Ouvidorias interna (funcionários e colaboradores) e externa (clientes e sociedade em geral), também, para analistas de mercado, acionistas e investidores.

Os principais objetivos do prêmio Abrasca, conquistado pelo Banco, são em termos de criação de valores¹⁴:

Assegurar mais respeito aos direitos dos acionistas minoritários tem sido uma das principais preocupações do movimento de governança corporativa ao redor do mundo. Governança corporativa, todavia, não se confunde, nem se limita, à proteção do acionista minoritário. Embora se trate de um assunto importante, a boa governança não pode prestar-se a esse tipo de polarização, pois deve servir à empresa como um todo, aí considerados todos os envolvidos pelas suas atividades, ou seja, as diversas categorias de acionistas, credores, empregados, investidores, governo e a comunidade em que a mesma atua (“*stakeholders*”). Nesse sentido, é que a ABRASCA vem buscando valorizar conceitos mais abrangentes de avaliação de desempenho para os acionistas, a despeito de seu posicionamento societário relativo.

Dentre os relatórios anuais disponíveis para consulta no *site* do BB, a partir de 2000, pode-se destacar nos principais tópicos elencados nestes relatórios de prestação de contas direcionada aos *stakeholders*.

Nota-se com a evolução destes relatórios que há bastante variação dos tópicos destacados embora seja possível identificar padrão em três grandes blocos “apresentação”, “demonstração financeira” e “institucional”. Esta subdivisão foi realizada para apresentar os relatórios anuais do BB.

Para esta pesquisa os tópicos principais foram organizados de forma linear para se verificar a frequência dos destaques ao longo dos anos. De maneira geral foi possível notar que houve inconstância dos itens destacados ao longo dos anos o que dificultou em alguma medida a organização das informações de forma linear, por outro lado, entende-se que houve acúmulo de experiência na construção destes relatórios embora tenha ocorrido muita oscilação.

Vale destacar que o relatório anual de 2009 está indisponível para acesso no *site* do BB.

Segue itens destacados no grupo denominado nesta pesquisa de “apresentação”:

¹⁴ ABRASCA. Disponível em: <<http://www.abrasca.org.br/Eventos/Premio-Abrasca-de-Criacao-de-Valor>>. Acesso em: 05 Nov. 2014.

Tabela 2: Relatório Anual BB, apresentação (2000-2006)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
							<small>Novo Mercado maio/2006 Inicia implementação do relatório modelo GRI</small>
Apresentação Geral	<u>Apresentação Temática</u>	S/I	<u>Missão</u>	Compromisso (missão, visão de futuro, posicionamento, orientações gerais dos negócios, perspectiva do resultado econômico, perspectiva cliente, perspectiva processo interno e comportamento organizacional, desempenho - criar valor para acionistas, ampliar participação no mercado de empréstimos e financiamentos, reduzir os níveis de exposição a risco do conglomerado, atuar em políticas públicas, com prévia alocação de recursos e adequada remuneração, assegurar relação adequada entre geração de receitas e estrutura de custos e aumentar o volume de receitas, ampliar a base e fortalecer o relacionamento com os clientes, elevar a posição competitiva na oferta de produtos e serviços com tecnologia avançada e em canais não tradicionais, modificar os processos do BB buscando atender os atributos valorizados pelos clientes bem como reduzir custos, fortalecer a atuação como empresa socialmente responsável, fortalecer o vínculo entre o banco e os funcionários, carta de princípios de responsabilidade socioambiental)	Orientação (Estratégia; Missão; Visão de Futuro)	S/I	<u>Introdução</u>
Mensagem da Administração / Conselho	<u>Mensagem da Administração</u>	<u>Mensagem da Administração</u>	S/I	Diálogo	Diálogos (Mensagem da Administração; Mensagem do Presidente; Perspectivas)	Mensagem da Administração / Mensagem do Presidente (Perspectivas 2006; Apresentação)	<u>Mensagem da Administração</u>
Mensagem do Presidente	S/I	S/I	S/I	Oportunidades (Mensagem do Conselho de Adm, aos acionistas / Mensagem do Presidente, eficiência, criatividade e compromisso com o País / perspectivas)	S/I	S/I	<u>Mensagem dos Presidentes</u>
Informação aos Acionistas	S/I	S/I	<u>Mensagens aos Acionistas</u>			S/I	S/I
Perfil	<u>Perfil</u>	<u>Perfil</u>	<u>Perfil</u>	Identidade (perfil / conglomerado / estrutura organizacional / acionistas / papéis BB, ações e bônus / capitalização de mercado / remuneração aos acionistas)	Perfil (Retrato da Empresa; Empresas Relacionadas; Estrutura Organizacional; Nossos Papéis como Investimento - Ações; Participação de estrangeiros - Bônus; Performance dos Papéis - Mercado, Ações - BBAS3; Participação no Ibovespa; Remuneração aos Acionistas)	Setorial	Perfil Corporativo (Missão, Valores e Principais Lideranças; Ratings; BB em Grandes Números)
Indicadores MACRO	Banco do Brasil em Grandes Números	Destaques (apresenta macro indicadores da instituição)	S/I	S/I	S/I	Perspectiva Financeira (Análise do Desempenho; Papéis do BB; Governança Corporativa)	S/I
Valores	S/I	S/I	S/I	S/I	Valores (O Valor da Marca; O Valor do Capital Humano; O Valor da Tecnologia e da Logística; O Valor da Disponibilidade)	S/I	S/I

Fonte: Relatórios Anuais do BB.

Tabela 3: Relatório Anual BB, apresentação (2007-2013)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Online GRI	Relatório de difícil consulta (complicado)	Impossibilitado para pesquisa				
Apresentação Geral	Apresentação (Perfil Corporativo; Missão e Valores; Principais Lideranças; BB em Grandes Números; Ratings; Mensagem da Administração; Mensagem do Presidente)	Apresentação (Perfil Corporativo; Missão e Valores; <u>Linha do Tempo</u>)	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Mensagem da Administração		Mensagem da Administração	S/I			Mensagem do Conselho de Administração	Mensagem da Administração
Mensagem do Presidente		Mensagem do Presidente	S/I	Mensagem do Presidente	Mensagem do Presidente	Palavra do Presidente	S/I
Informação aos Acionistas	Informações aos Acionistas	Informações aos Acionistas	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Perfil	S/I	S/I	S/I	Perfil Corporativo (Histórico da Instituição, Missão e Valores, Pontos Fortes)	Perfil Corporativo (O Banco do Brasil, Pontos Fortes, BB Conglomerado-composição societária)	Perfil Corporativo (Histórico da Instituição, Missão e Valores, Pontos Fortes)	Perfil Corporativo (O Banco do Brasil, composição acionária, missão visão valores, lideranças do BB, solidez da marca, relacionamento estratégico com os órgãos governamentais, plataforma moderna com tecnologia de ponta, elevados padrões de governança e gestão, uma das referências mundiais em sustentabilidade)
Indicadores MACRO	Desempenho Econômico-Financeiro (Cenário Macroeconômico; Setorial; Dsempenho do BB)	S/I	S/I	Grandes Números (Indicadores Econômicos e Financeiros, Indicadores Socioambientais, Balanço Social)	Grandes Números (Principais Indicadores, Sumário do Resultado, Análise Comparativa DVA)	S/I	Principais Indicadores
Desempenho Financeiro e Econômico	Desempenho dos Papéis	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Sobre este relatório	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	Leitura Rápida (- Governança Corporativa - estrutura organizacional, gestão de riscos e controles corporativos, estratégia negocial, responsabilidade socioambiental, ativos intangíveis; - BOMPRATODOS; - Desempenho Econômico-Financeiro - cenário, desempenho consolidado, análise por segmento de negócio; - Performance Socioambiental - funcionários, fornecedores, clientes, sociedade civil, governo, acionistas e investidores, imprensa concorrência, ouvidoria externa, meio ambiente; - Prêmios e Reconhecimentos; - Balanço Social Ibase + NBCT15; - Informações Corporativas; - Anexos - carta de asseguração, índice remissivo GRI; - Créditos)	S/I
	S/I	S/I	S/I	Sobre este Relatório (Transparência, Elaboração do Relatório, Direcionadores do Conteúdo, Abrangência, Confiabilidade das Informações e Asseguração Interna)	Sobre este Relatório (Transparência, Elaboração do Relatório, Direcionadores do Conteúdo, <u>Relatórios Multiplataformas</u> , Confiabilidade das Informações e Asseguração Interna)	Sobre este relatório (definição da materialidade; - Governança Corporativa - estrutura organizacional, gestão de riscos e controles corporativos, estratégia negocial, responsabilidade socioambiental, ativos intangíveis - BOMPRATODOS; - Desempenho Econômico-Financeiro - cenário, desempenho consolidado, análise por segmento de negócio; - Performance Socioambiental - funcionários, fornecedores, clientes, sociedade civil, governo, acionistas e investidores, imprensa concorrência, ouvidoria externa, meio ambiente; - Prêmios e Reconhecimentos; - Balanço Social Ibase + NBCT15; - Informações Corporativas; - Anexos - carta de asseguração, índice remissivo GRI; - Créditos)	Sobre este Relatório (Transparência e confiabilidade de prestação de contas)

Fonte: Relatórios Anuais do BB.

No grupo denominado de “apresentação” por esta pesquisa nota-se que nenhum item destacado esteve presente em todos os anos a partir de 2000, assim, se pode comprovar a inconstância dos assuntos tratados.

Os itens utilizados neste grupo estão representados por apresentações gerais sejam elas por temas, estratégia, missão, visão de futuro e introduções gerais. Outra forte vertente deste grupo está representada pelos tópicos de mensagem da administração, do conselho, do presidente e aos acionistas.

Verificou-se, também, neste grupo, a relevância e o destaque empenhado para o perfil corporativo com o claro objetivo de marcar a história e a relevância da instituição, bem como, de suas principais diretrizes e valores ao longo dos anos, ou seja, desejo explícito de destacar a credibilidade da organização centenária. Nesta linha de pensamento deve-se destacar a linha do tempo do Banco apresentada no início do relatório de 2008.

Outra iniciativa é de apresentar macro indicador da organização de desempenho organizacional, desempenho das ações, governança corporativa, cenários macroeconômicos, informações setoriais, financeiros, socioambiental e balanço social.

A partir de 2010 é implementada a iniciativa de trazer para o início dos relatórios uma estrutura rápida para facilitar o acesso do leitor aos principais conteúdos com destaque para o ano de 2012, no qual, houve destaque para todos os itens do relatório.

Nota-se neste grupo de apresentação, forte teor da prestação de contas voltado para o mercado de ações, sistema financeiro, gestão de riscos, controles corporativos, preceitos de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, com perceptível foco nos acionistas. A partir de 2010 que se passa a notar maior foco na transparência, após a implementação da metodologia GRI em 2006.

Na linha de pensamento da política da organização verifica-se menção direta aos preceitos citados acima, como também, destaques diretos com mensagens aos acionistas nos anos de 2002 e 2003; e, 2007 e 2008.

Segue itens destacados no grupo denominado nesta pesquisa de “demonstrativos financeiros” presentes nos relatórios anuais:

Tabela 4: Relatório Anual BB, demonstrativos financeiros (2000-2006)

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
		Instituição de Política de Divulgação				Novo Mercado maio/2006 Inicia implementação do relatório modelo GRI
<u>Desempenho das Ações</u>	S/I	<u>Desempenho das Ações</u>	S/I	S/I	S/I	S/I
<u>Desempenho Econômico-Financeiro</u>	<u>Desempenho Econômico-Financeiro e Mercado de Capitais</u>	<u>Desempenho Econômico Financeiro</u> (Índice de Basileia / Desempenho das Ações / Mercado de Capitais / Varejo / Atacado / Internacional / Agronegócios / Governo / Administração de Recursos de Terceiros)	S/I	<u>Desempenho</u> (Desempenho Econômico-Financeiro; Banco Popular do Brasil; Crédito à Micro e Pequenas Empresas; Crédito ao Atacado; Crédito ao Agronegócio; Comércio Exterior; Banco do Brasil – Relatório Anual 2004 89 Captações; Administração de Recursos de Terceiros; Mercado de Capitais; Previdência, Seguros e Capitalização; Consórcios; Turismo)	S/I	<u>Perspectiva Financeira</u> (Análise do Desempenho - Destaques da Demonstração do Resultado, Destaques Patrimoniais, Indicadores; Ações e Bônus de Subscrição; Governança Corporativa - Administração, Fiscalização e Controle, Políticas de Divulgação e Negociação, Relações com Investidores, Conglomerado BB, Estrutura Interna do BB, Quem é Quem)
<u>Desempenho dos Negócios</u>	<u>Evolução dos Negócios</u>	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
S/I	S/I	S/I	<u>Responsabilidade Socioambiental</u> (perfil dos funcionários, atrair e manter talentos, agente do desenvolvimento econômico e social, fundação banco do brasil - painel de ações sociais, educação cultura e cidadania, geração de oportunidades, apoio à vida; clientes e fornecedores; meio ambiente; Indicadores Ethos de responsabilidade socioambiental; valor adicionado; balanço social anual - IBASE)	<u>Sustentabilidade</u> (Relacionamento com Partes Interessadas - Carta de Princípios de Responsabilidade Socioambiental, Relação com Funcionários e Colaboradores, Saúde e Qualidade de Vida, Previdência Complementar:, Educação, Relações Trabalhistas, Participação nos Lucros, Satisfação dos Funcionários; Relações com a Comunidade - Cultura, Esporte, Democratização do Acesso ao Crédito, Fome Zero; Fundação Banco do Brasil - Painel de Ações Sociais, Educação, cultura e cidadania, Apoio à Vida, Geração de Oportunidades; Relações com Clientes; Relações com o Governo; Relações com Concorrentes; Relações com Fornecedores e Parceiros; Relações com o Meio Ambiente; Indicadores Ethos de Responsabilidade Social; Valor Adicionado; Ibase - Balanço Social)	S/I	S/I

Fonte: Relatórios Anuais do BB.

Tabela 5: Relatório Anual BB, demonstrativos financeiros (2007-2013)

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Online GRI	Relatório de difícil consulta (compilado)	Impossibilitado para pesquisa				
S/I	Desempenho dos Papéis	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Desempenho dos Negócios (Rede de Atendimento; Crédito - Consignado, Imobiliário, Veículos, Microcrédito, Capital de Giro; Agronegócios; Captação e Serviços; Seguros, Previdência e Capitalização; Administração de Recursos de Terceiros; Mercado de Capitais e Tesouraria) Repasses de Recursos do Governo - Depósitos à Vista / Poupança / FAT / FCO / BNDES_Finame / Demais. Em Valores totais de 2003 à 2007. *Em números totais	Desempenho Econômico Financeiro (Desempenho do BB; Base de Clientes; Destaque da Demonstração do Resultado; Rede de Atendimento; Crédito; Crédito para Consumo; Crédito para Empresas; Comércio Exterior; Agronegócio; Captação e Serviços; Captação no Exterior; Cartões; Consórcio; Serviços; Seguros, Previdência e Capitalização; Adm de Recursos de Terceiros; Mercado de Capitais e Tesouraria)	S/I	S/I	S/I	Desempenho Econômico-Financeiro (- cenário, desempenho consolidado, análise por segmento de negócio; - Performance Socioambiental - funcionários, fornecedores, clientes, sociedade civil, governo, acionistas e investidores, imprensa concorrência, ouvidoria externa, meio ambiente; - Prêmios e Reconhecimentos; - Balanço Social Ibase + NBCT15; - Informações Corporativas; - Anexos - carta de assegurarão, índice remissivo GRI; - Créditos)	Desempenho Sustentável (Econômico-Financeiro, Engajamento com Públicos de Interesse e Meio Ambiente)
Análise do Desempenho (possibilidade de de criação de gráfico personalizado e de criação de indicador)	Análise de Desempenho (sumário do resultado; ambiente econômico; Papéis do BB - ações, bônus, performance das ações; governança, outras informações / Análise do desempenho - balanço social reduzido, demonstração resumida do resultado societário, demonstração do resultado com realocações / Análise patrimonial - Composição Patrimonial, Análise dos Ativos, Análise da Liquidez, Carteira de Títulos, Carteira de Crédito, Carteira de Crédito Pessoa Física, Carteira de Crédito Pessoa Jurídica, Carteira de Crédito de Agronegócios, Crédito Tributário, Análise dos Passivos, Captações de Mercado, Captações no Exterior / Análise do resultado - Margem Financeira Bruta, Análise das Aplicações, Análise das Captações, Análise Volume e Taxa, Provisão para Risco de Crédito, Carteira de Crédito de Varejo, Carteira de Crédito Comercial, Carteira de Crédito de Agronegócios, Carteira de Crédito para o Comércio Exterior, Carteira de Crédito no Exterior e Demais, Receita de Prestação de Serviços, Receitas com Tarifas de Conta Corrente, Administração de Recursos de Terceiros, Cartões, Cobrança, Despesas Administrativas, Despesas de Pessoal, Outras Despesas Administrativas, Rede de Distribuição, Canais Automatizados, Produtividade - Índices de Cobertura, Valor Agregado Líquido / Gestão de Riscos - Riscos de Mercado, Risco de Liquidez, Risco de Crédito, Risco Operacional, Estrutura de Capital, Patrimônio Líquido, Capital Regulatório, Capital Econômico; Desempenho Socioambiental - Relações com os funcionários, Ecoeficiência, Consumo de Toner) - Investimentos Estratégicos - Informações, Demonstrações Contábeis Resumidas, Balanço Patrimonial, DRE Societária, DRE Realocada, Índices de Produtividade, Seguros, Previdência e Capitalização, Demonstração do Resultado por Ramo de Atuação, Índice Combinado, Brasilveículos, Brasíliaúde, Aliança do Brasil, Brasilcap, Brasilprev, Aquisições, Incorporações e Parcerias Estratégicas, Transações do Período, Negócios em Curso - Série de Demonstrações Contábeis - Balanço Patrimonial Resumido, Demonstração Resumida do Resultado Societário, Demonstração do Resultado com Realocações	S/I	S/I	S/I	BOMPRATODOS {- Desempenho Econômico-Financeiro - cenário, desempenho consolidado, análise por segmento de negócio; - Performance Socioambiental - funcionários, fornecedores, clientes, sociedade civil, governo, acionistas e investidores, imprensa concorrência, ouvidoria externa, meio ambiente; - Prêmios e Reconhecimentos; - Balanço Social Ibase + NBCT15; - Informações Corporativas; - Anexos - carta de assegurarão, índice remissivo GRI; - Créditos)	S/I
Sustentabilidade (O que nos orienta; Produtos e Serviços com Atributos Socioambientais; Com quem nos relacionamos; Balanço Social) *Linha do Tempo (Pró-Equidade de Gênero - 2007; GRI - 2006; Relatório de Informações sobre Emissão de Carbono - 2005; Princípios do Equador - 2005; Pacto de Combate ao Trabalho Escravo - 2005; Pacto Global das Nações Unidas - 2003; Protocolo Verde - 1995)	Sustentabilidade (O que nos orienta; Produtos e Serviços com Atributos Socioambientais; Agricultura; Estratégia de Desenvolvimento regional Sustentável; Cooperativas de Crédito; Inclusão Bancária; Estímulo a Formalização de Pequenos Negócios; Programa de Incentivo à Ineficiência Energética; Leilão de Crédito de Carbono; Fundos de Investimento; Com quem nos relacionamos; Balanço Social) *Linha do Tempo (Pró-Equidade de Gênero - 2007; GRI - 2006; Relatório de Informações sobre Emissão de Carbono - 2005; Princípios do Equador - 2005; Pacto de Combate ao Trabalho Escravo - 2005; Pacto Global das Nações Unidas - 2003; Protocolo Verde - 1995) Obs: amplia a explicação de cada item da Linha Histórica	S/I	S/I	S/I	Performance Socioambiental - funcionários, fornecedores, clientes, sociedade civil, governo, acionistas e investidores, imprensa concorrência, ouvidoria externa, meio ambiente - Prêmios e Reconhecimentos - Balanço Social Ibase + NBCT15 - Informações Corporativas - Anexos - carta de assegurarão, índice remissivo GRI - Créditos	S/I
S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	Balanço Social Ibase + NBCT15 - Informações Corporativas - Anexos - carta de assegurarão, índice remissivo GRI - Créditos	Balanço Social

Fonte: Relatórios Anuais BB.

No grupo denominado de “demonstrativos financeiros” nesta pesquisa, nota-se também, que nenhum item destacado esteve presente em todos os anos a partir de 2000.

Para os anos de 2010 e 2011, além de 2009 que não está disponível o relatório, não houve a presença de destaque para os itens do grupo de demonstrativos financeiros.

Os itens mais destacados neste grupo são inerentes ao desempenho das ações como clara prestação de contas e transparência ao mercado financeiro com destaque direto nos anos 2000, 2002 e 2008.

Neste grupo houve destaque para o desempenho econômico-financeiro com foco no mercado de capitais e relacionamento com os investidores; e, ações na área da administração pública e governo e desempenho empresarial com a presença de números totais das informações citadas no período de 2003 à 2007.

Nos relatórios de 2003, 2004, 2007, 2008, 2012 e 2013 houve destaque para a sustentabilidade e responsabilidade socioambiental com ênfase para a política de recursos humanos do banco e fornecedores. Houve também, ênfase para uma série de políticas públicas, dada a amplitude da abrangência de atuação do banco, com foco para políticas de inclusão social.

Há destaque nos relatórios de 2007 e 2008, para a apresentação da detalhada análise de desempenho em pura perspectiva contábil e financeira.

Embora o balanço social tenha sido citado nos relatórios de 2003, 2004, 2007, 2008 e 2012 houve destaque mais relevante a partir de 2013 com a soma do Balanço Social IBASE + NBCT15.

Segue itens destacados no grupo denominado nesta pesquisa de “institucional” presente nos relatórios anuais:

Tabela 6: Relatório Anual BB, institucional (2000-2006)

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
		Instituição da Política de Divulgação				Novo Mercado maio/2006 Inicia implementação do relatório modelo GRI
S/I	Governança Corporativa	Governança Corporativa e Relações com Investidores	Transparência (governança corporativa - administração, fiscalização e controle, gestão dos negócios, políticas de divulgação e negociação, relações com o mercado / gestão de riscos - modelo, tendências, novas políticas implementadas)	Governança (Governança Corporativa; Administração; Conselheiros; Fiscalização e Controle; Gestão de Negócios; Diretoria Executiva; Políticas de Divulgação e Negociação; Eventos Corporativos - 2004; Relações com Investidores; Gestão de Riscos e Conformidade; Risco Operacional; Risco de Crédito; Riscos de Mercado e de Liquidez)	S/I	S/I
Novos Desafios	Perspectivas para 2002	Perspectivas	Mercados (varejo, atacado - lista das empresas com logotipo, agronegócio, internacional, setor público, captações de mercado, administração de recursos de terceiros, mercado de capitais, cartões, seguros previdência e capitalização, títulos e valores mobiliários)	Mercados (Segmentação de Mercados; Mercado Varejo; Mercado Atacado; Mercado Governo; Exterior)	Perspectiva Clientes (Varejo; Atacado; Governo; Exterior; Administração de Recursos de Terceiros; Agronegócios; Comércio Exterior)	Perspectiva Clientes (Varejo - Produtos e Serviços de Varejo; Canais de Relacionamento Varejo; Atacado - Produtos e Serviços de Atacado; Canais de Relacionamento Atacado; Governo - Produtos e Serviços de Governo, Canais de Relacionamento Governo; Agronegócio - Produtos e Serviços de Agronegócio, Canais de Relacionamento Agronegócio, Renegociação; Comércio Exterior - Produtos e Serviços de Comércio Exterior, Canais de Relacionamento de Comércio Exterior, Mercado Exterior; Mercado de Capitais; Administração de Recursos de Terceiros)
S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	Perspectiva Sociedade (Compromissos Sociais do Banco do Brasil; Relacionamento com a Sociedade; Relacionamento com o Governo; Valor Adicionado; Painel de Ações Sociais; Balanço Social Anual)	Perspectiva Sociedade (Acionistas, Investidores e Analistas de Mercado; Clientes; Concorrentes; Fornecedores e Parceiros; Funcionários; Comunidade; Painel de Ações Sociais 2006; Balanço Social Anual)
S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	Perspectiva Comportamento Organizacional	Perspectiva Comportamento Organizacional (Quadro de Funcionários; Capacitação e Encarreamento; Avaliação do Desempenho; Remuneração; Participação nos Lucros e Negociação Salariais; Previdência Complementar; Saúde e Qualidade de Vida; Comunicação Corporativa; Satisfação no Trabalho)
S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	Perspectiva Processos Internos (Políticas Gerais; Gestão de Riscos; Cobrança e Recuperação de Créditos; Redução de Custos; Controles Internos; Tecnologia, Infra-estrutura e Logística; Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro)	Perspectiva Processos Internos (Políticas Gerais; Gestão de Riscos; Cobrança e Recuperação de Créditos; Redução de Custos; Controles Internos; Tecnologia, Infra-estrutura e Logística; Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro; Investimentos)
S/I	S/I	S/I	Intangíveis (o BB além dos números - criação do banco popular do Brasil, criação do BB consórcios, modernização tecnológica, segmentação, canias automatizadas, modelo de gerenciamento de risco; informações aos acionistas; reconhecimento, no país e no exterior)	S/I	Intangíveis	S/I
S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	Intangíveis (Principais Prêmios de 2006)
Plano 2000 e Metas Atingidas	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	Índice GRI
bb.com.br [e-pronto]	S/I	Conglomerado BB	S/I	S/I	S/I	S/I
S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	Caderno Anexo (Análise do Desempenho e Demonstrações Contábeis)	S/I
S/I	Transformações em 2001 (desempenho no índice de Basileia e BB tornou-se banco múltiplo)	Índice de Basileia	S/I	S/I	S/I	Índice Remissivo
S/I	Transformações em 2001 (desempenho no índice de Basileia e BB tornou-se banco múltiplo)	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Canais de Distribuição	Rede de Distribuição	S/I	S/I	Canais (Canais de Distribuição, Tecnologia e Logística - Rede de Atendimento no País, Canais Complementares no País, Canais no Exterior, Infra-Estrutura Tecnológica)	S/I	S/I
Gestão de Riscos	Gerenciamento de Risco	Gerenciamento de Riscos	S/I	S/I	S/I	S/I
Índice de Adequação do Capital	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
S/I	S/I	Distribuição	S/I	S/I	S/I	S/I
S/I	S/I	Tecnologia	S/I	S/I	S/I	S/I
S/I	S/I	Distribuição e Tecnologia (distribuição - canais automatizados)	S/I	S/I	S/I	S/I
Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas	Pessoas	S/I	S/I	S/I	S/I
S/I	S/I	Ratings	S/I	S/I	S/I	S/I
S/I	S/I	Ratings	S/I	S/I	S/I	S/I
S/I	S/I	Educação e Trabalho	S/I	S/I	S/I	S/I
S/I	S/I	Voluntariado	S/I	S/I	S/I	S/I
S/I	S/I	Esporte	S/I	S/I	S/I	S/I
S/I	S/I	Cultura	S/I	S/I	S/I	S/I
S/I	S/I	Fundação Banco do Brasil	S/I	S/I	S/I	S/I
Reconhecimento Institucional	Reconhecimento Institucional	Reconhecimento Institucional	S/I	Reconhecimento (O Valor do Reconhecimento; As Imagens; Informações aos Acionistas Diretos dos Acionistas, Negociação das Ações BB...)	S/I	S/I
Membros da Diretoria e dos Conselhos	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Estrutura Organizacional	Estrutura Organizacional	Estrutura Organizacional	S/I	S/I	S/I	S/I
Estrutura do Conglomerado Banco do Brasil	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Informações Corporativas	Informações Corporativas	Informações Corporativas	S/I	S/I	S/I	S/I
		Glossário	S/I	S/I	S/I	S/I

Fonte: Relatórios Anuais BB.

Tabela 7: Relatório Anual BB, institucional (2000-2006)

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Online GRI	Relatório de difícil consulta (complicado)	Impossibilitado para pesquisa				
Governança Corporativa (Estrutura; Administração; Fiscalização e Controle; Relacionamento com o Mercado) *Código da Governança Corporativa *Política de Divulgação e Negociação, instituída em 2002	Governança Corporativa (Estrutura Societária; Administração; Fiscalização e Controle; Relacionamento com o Mercado)	S/I	Governança Corporativa (Introdução, estrutura do processo decisório, apresentação/histórico da governança corporativa no BB, responsabilidade socioambiental, instrumentos de governança corporativa)	Governança Corporativa (Introdução, estrutura do processo decisório, estrutura organizacional, histórico da governança corporativa no BB, responsabilidade socioambiental, linha do tempo com histórico de adesões)	Governança Corporativa (- Governança Corporativa - estrutura organizacional, gestão de riscos e controles corporativos, estratégia negocial, responsabilidade socioambiental, ativos intangíveis; - BOMPATODOS; - Desempenho Econômico-Financeiro - cenário, desempenho consolidado, análise por segmento de negócios; - Performance Socioambiental - funcionários, fornecedores, clientes, sociedade civil, governo, acionistas e investidores, imprensa concorrência, ouvidoria externa, meio ambiente; - Prêmios e Reconhecimentos; - Balanço Social Ibase + NBCT15; - Informações Corporativas; - Anexos - carta de asseguarção, índice remissivo GRI; - Créditos)	Governança Corporativa (estrutura organizacional, gestão de riscos e controles corporativos, estratégia negocial, responsabilidade socioambiental)
S/I	S/I	S/I	Conexão (introdução, acionistas investidores, funcionários, comunidade, setor público, fornecedores, meio ambiente, concorrência, ouvidoria externa)	Conexão (introdução, Clientes, acionistas investidores, funcionários, comunidade, setor público, fornecedores, meio ambiente, concorrência, ouvidoria externa, Balanço Social Ibase + NBCT15)	S/I	S/I
Perspectivas 2008 (Desafios e Objetivos para o próximo ano)	Estratégia e Perspectivas (Cenário Macroeconômico; Cenário Setorial)	S/I	Gestão Estratégica (Destaque 2010, Planejamento Estratégico para o período 2011-2015, Prestação de contas, movimentos estratégicos, objetivos para 2011)	Gestão Estratégica (Destaque 2011, Planejamento Estratégico, Desempenho para 2012, Prestação de contas, Movimentos Estratégicos, Plano de Ação em Sustentabilidade)	S/I	Definição da materialidade (matriz de desafios do plano de sustentabilidade - agenda 21 do banco do brasil)
Processos Internos (Gestão de Riscos, Controles internos, prev. De Combata à Lavagem de Dinheiro; Tecnologia, Logística e Sup. Operacional, Investimentos)	Processos Internos (Gestão de Riscos, Controles internos, prev. De Combata à Lavagem de Dinheiro; Tecnologia, Logística e Sup. Operacional, Investimentos)	S/I	Controles corporativos (gestão de riscos, controles internos, gestão de segurança)	Controles corporativos (gestão de riscos, controles internos, gestão estratégica de segurança)	S/I	S/I
Intangíveis (Capilaridade; Capital Humano; Marca - Evolução; Tecnologia; Principais Reconhecimentos)	S/I	S/I	Investimentos (introdução, ativos intangíveis não contábeis, investimentos fixos)	Investimentos (introdução, ativos intangíveis não contábeis, investimentos fixos)	S/I	S/I
S/I	S/I	S/I	Conexão (introdução, acionistas investidores, funcionários, comunidade, setor público, fornecedores, meio ambiente, concorrência, ouvidoria externa)	Conexão (introdução, Clientes, acionistas investidores, funcionários, comunidade, setor público, fornecedores, meio ambiente, concorrência, ouvidoria externa, Balanço Social Ibase + NBCT15)	S/I	S/I
S/I	Relatório dos Auditores Independentes	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
S/I	Intangíveis (Capilaridade; Capital Humano; Marca - Evolução; Tecnologia; Principais Reconhecimentos)	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Índice GRI	Índice GRI (apresenta todos os caminhos de cada assunto que compõem o relatório)	S/I	Índice GRI	Índice GRI	Prêmios e Reconhecimentos - Balanço Social Ibase + NBCT15 - Informações Corporativas - Anexos - carta de asseguarção, índice remissivo GRI - Créditos	S/I
S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	Créditos
S/I	S/I	S/I	Nossos Negócios (conjuntura econômica e setorial, desenvolvimento regional sustentável, crédito, o banco do comércio exterior, captações de mercado, cartões, seguros previdência e capitalização, adm de recursos de terceiros, mercado de capitais e tesouraria, outros serviços, papéis BB, reconhecimentos recebidos em 2010)	Negócios (Introdução, conjuntura econômica, Visão da Indústria Financeira, estratégia negocial desenvolvimento regional sustentável, crédito, o banco do comércio exterior, captações de mercado, administração e captação de fundos e programas governamentais, cartões, seguros previdência e capitalização, adm de recursos de terceiros, mercado de capitais e tesouraria, outros serviços, reconhecimentos)	S/I	S/I
S/I	S/I	S/I	Anexos (relatório de asseguarção, análise do desempenho, relatório da administração, demonstrações financeiras, informações corporativas, créditos)	Anexos (relatório de asseguarção limitada dos auditores independentes, informações corporativas e créditos)	S/I	S/I
S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	Índice Remissivo (Carta de Asseguarção, Carta de Independência, Índice Remissivo)
Demonstrações Contábeis	Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial; Diretoria Executiva; Manifestação do Conselho de Administração);	S/I	S/I	S/I	Demonstrações Contábeis (relatório contábil bastante completo)	S/I
Pessoas	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	Prêmios e Reconhecimentos
S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	Informações Corporativas

Fonte: Relatórios Anuais do BB.

No grupo denominado de “institucional” nesta pesquisa nota-se também que nenhum item destacado esteve presente em todos os anos a partir de 2000.

Neste grupo a inconstância dos itens destacados nos relatórios fica ainda mais evidente. Salvo para o item de (i) governança corporativa, (ii) para os itens que tratam de novas perspectivas, mercados, perspectivas de novos clientes, mercado e da organização até 2006, e depois, (iii) com foco na gestão estratégica e perspectivas no cenário macroeconômico.

Nota-se que nos anos de 2000, 2001 e 2002 os relatórios apresentam estruturas semelhantes, mas com as mudanças implementadas em 2002, houve migração de itens mais pontuais de políticas públicas para a estruturação de relatórios mais consistentes institucionalmente, de itens como em 2002, de “Conglomerado BB”, “Distribuição”, “Tecnologia”, “Voluntariado”, “Esporte”, “Cultura”, para o destaque de itens mais consistentes, como “Panorama macroeconômico”, “Perspectivas de Sociedade”, “Perspectivas de Clientes”, “Perspectivas Organizacional” e “Perspectivas de processos internos”. Itens que permaneceram vigentes mesmo após a implementação da metodologia GRI.

A metodologia GRI incorpora nos relatórios anuais do BB indicadores de resultado que melhoram significativamente a qualidade dos relatórios do banco.

É preciso destacar que alguns itens de significativa relevância e consolidados no processo histórico foram excluídos na passagem do ano de 2011 para 2012, período de entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação (LAI), pois houve a exclusão de “Conexão”, “Gestão Estratégica”, “Controles Corporativos”, “Investimentos” e “Negócios”.

3.1.2 O Enfoque da Transparência nos Relatórios Anuais do BB

A transparência foi destacada nos relatórios anuais do BB disponíveis no *site* deste Banco, assim, segue destaques presentes nos relatórios para cada ano:

Relatório Anual de 2000

Em 2000 não houve referência ao termo da transparência.

Relatório Anual de 2001

No relatório deste ano (BB, 2001) houve destaque para a transparência na perspectiva da governança corporativa com enfoque aos acionistas minoritários, que na reforma do Estatuto do Banco para o estabelecimento de mais transparência como ponto fundamental de atuação, tiveram seus direitos ampliados. Esta ação foi uma preparação às exigências para adesão ao primeiro nível do Novo Mercado, com intuito do Banco de integrar o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada da Bovespa (*ibid.*, p. 42).

Relatório Anual de 2002

No relatório do ano 2002 houve nova menção às mudanças do estatuto do Banco para o aumento da transparência aos acionistas minoritários, como antecipação ao cumprimento das exigências do Novo Mercado, para integrar o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada da Bovespa, assim, o enfoque da transparência passa a ser construído com enfoque no relacionamento com o mercado investidor (BB, 2002, p.14 e 16).

Neste mesmo relatório, o Banco destacou a expansão de mídias para garantir mais agilidade e sintonia na comunicação interna, com intuito de cultivar a transparência e a clareza na comunicação com os seus públicos e destacou seus principais canais de comunicação, “Intranet Corporativa”, “Agência de Notícias”, “TV Banco do Brasil”, “BB.com.você”, bem como, com a revista bimestral que trata de assuntos do cotidiano dos funcionários, revista interna premiada pela ABERJE na região Centro-Oeste/Leste como melhor revista interna em 2002, “Livro de Instruções Codificadas (LIC)” que apresenta todos os atos normativos do Banco, inclusive “Comissões de Conciliação Prévia do BB” para solucionar casos de conflitos trabalhistas (*ibid.*, p.50).

Relatório Anual de 2003

Em 2003 houve nova referência da transparência na seção de governança no processo de aprimorar o relacionamento com os investidores para garantir o equilíbrio de direito dos acionistas (BB, 2003, p. 23).

Para o cumprimento da Instrução CVM 358/02 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) houve aprovação da “Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante” para regulamentar o tratamento das informações privilegiadas, e também, segue a normativa da Instrução CVM 31/84 que controla a divulgação de informações relevantes e de negociação, por funcionários e administradores. Estas normas e procedimentos compõem o Livro de Instruções Codificadas (LIC) com acesso para todos os funcionários (*ibid.*, p. 27-28).

Neste relatório houve, por fim, referência à incorporação de tecnologias para assegurar a confiabilidade, segurança e transparência de processos internos na perspectiva de direcionadores corporativos (*ibid.*, p. 44).

Relatório Anual de 2004

Em 2004 houve movimentação do Banco na perspectiva de reestruturação de cargos para unidades de controle interno com objetivo de ampliar a transparência e a qualidade do processo decisório (BB, 2004, p. 22).

Neste relatório do Banco houve, novamente, referências à “Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante” e sobre a política que “estabelece e difunde boas práticas de Governança Corporativa, preservando compromissos com acionistas e investidores, com transparência e equilíbrio de direitos”, houve também, destaque para premiações, Prêmio Mauá, de melhor companhia de capital aberto do País em 2003, cuja finalidade é premiar a companhia que melhor se relacionaram com analistas e com o mercado, por meio de sua política de transparência e da qualidade na divulgação de informações oferecidas (*ibid.*, p. 38; 47 e 150).

Houve também, destaque para o “Prêmio Abrasca” de Melhor Relatório Anual, no qual o Banco conquistou a quinta colocação sendo a “única Instituição Financeira premiada”. A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) dedica este prêmio às empresas que se destacaram em sua relação com os acionistas e mercado, com ênfase na transparência e na qualidade das informações presentes no Relatório Anual (*ibid.*, p. 151).

Relatório Anual de 2005

Em 2005, houve destaque para a manutenção da política de transparência e de prestação de contas no âmbito da governança corporativa, com ênfase no esforço de aumento da transparência por meio do II Encontro Nacional do BB com Analistas e Investidores com a presença do Conselho Diretor do BB. A preocupação com a gestão de relacionamento com acionistas e com o mercado investidor fica evidente na menção feita que se trata de atribuição da Unidade de Relações com Investidores (RI) (BB, 2005, p. 10-11).

Houve destaque para a avaliação constante do Banco de suas práticas de Governança Corporativa com intuito de melhorar princípios e mecanismos garantidores da boa gestão da empresa (*ibid.*, p. 40).

Mais uma vez, houve ênfase para a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante que regulamentou o tratamento de informações privilegiadas (BB, *ibid.*, p. 50).

Este relatório enfatizou, também, as mudanças relevantes de gestão corporativa desde a década de 90, por meio das iniciativas direcionadas aos clientes e acionistas, política de transparência e aos resultados e boas práticas de governança corporativa, em outras palavras, houve mudança da cultura organizacional da empresa (*ibid.*, p. 89).

Relatório Anual de 2006

Nota-se neste relatório o pioneirismo do Banco na política de transparência nas empresas públicas, mas com teor de descolamento desta instituição dos problemas tradicionais das empresas públicas, com a afirmação marcante de Raymundo Magliano Filho, então Presidente da Bovespa, que elogia a política de transparência do BB implementada por meio da política da governança corporativa como valor para as ações do Banco no longo prazo, com regras claras e maior preocupação com os acionistas mesmo se tratando de organização pública (BB, 2006, p. 28).

O BB celebrou no ano de 2006, contrato de participação no Novo Mercado, considerado “o mais rigoroso segmento de listagem da Bovespa, reforçando seu comprometimento com as melhores práticas de governança

corporativa” incluindo-se nestas práticas a melhoria da transparência citada nos relatórios anteriores (*ibid.*, p. 38).

Houve novamente, ênfase a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante que regulamentou o tratamento de informações privilegiadas e da transparência no relacionamento com os investidores e mercado investidor, praticada pela Unidade de Relações com Investidores (RI) (*ibid.*, p. 42-43). A preocupação com a transparência e a qualidade da informação é enfatizada com a seguinte afirmação:

O BB desenvolve sua credibilidade no processo de transparência ao garantir que a informação seja objetiva, clara, confiável e tempestiva ao tempo em que considera toda informação passível de divulgação, exceto a de caráter restrito, que coloque em risco a atividade e a imagem institucional, ou aquelas protegidas por lei. Trimestralmente, o BB divulga seu resultado para o mercado, informando os fatores que contribuíram de forma mais relevante para a sua formação, e realiza teleconferências, em português e inglês, com investidores e analistas (BB, *ibid.*, p. 43).

Relatórios Anuais de 2007 e de 2008

Para o ano de 2007 (BB, 2007; 2008) o destaque para a transparência foi a apresentação do relatório anual em versão *Online*, que permite acesso à diferentes públicos com todos os conteúdos disponíveis para a leitura por máquina.

Relatório Anual de 2009

Não está disponível para consulta no portal do BB.

Relatório Anual de 2010

Em 2011 (BB, 2010) houve destaque aos conceitos de ética e de transparência, por meio do fornecimento de informações de qualidade e de forma tempestiva, e pelo quinto ano consecutivo, o relatório anual do BB é disponibilizado com as diretrizes contidas na terceira versão do modelo da *Global Reporting Initiative (GRI)*.

Houve neste relatório (*ibid.*) com intuito de ampliar a transparência nas informações prestadas, pela primeira vez, a publicação do balanço social conforme

Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica que regulam informações de natureza social e ambiental. Houve com esta iniciativa, não apenas a ampliação das informações prestadas como também aprimoramento dos padrões para coleta e divulgação dos dados resultando na melhoria da qualidade dos indicadores.

Ainda neste relatório (*ibid.*) houve menção da transparência em muitos tópicos, governança corporativa, gestão de riscos, ativos intangíveis não contábeis, relacionamento com acionistas e investidores, funcionários, fornecedores, nas iniciativas da área de meio ambiente, seguros, previdência e capitalização, mercado de capitais e tesouraria.

Relatório Anual de 2011

Em 2011 (BB, 2011) pelo sexto ano consecutivo, o relatório anual do BB é disponibilizado com as diretrizes contidas na terceira versão do modelo da *Global Reporting Initiative (GRI)* e critérios disseminados pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) para indicadores reconhecidos no mercado de capitais. Estas iniciativas fortalecem a política de transparência implementada pelo Banco ao longo dos anos e reforça o compromisso com a ética.

Neste relatório (*ibid.*) houve menção da transparência em muitos tópicos, perfil corporativo, governança corporativa, investimentos, relacionamento com acionistas e investidores, funcionários, setor público, fornecedores e nas iniciativas da área de meio ambiente.

Relatório Anual de 2012 e de 2013

Nestes relatórios (BB, 2012; 2013) não houve destaque significativo de alteração da política de transparência sendo mantidas as iniciativas anteriores.

3.1.3 Panorama da Transparência Passiva do BB a partir da LAI (2012 – 2014)

Solicitações de Informação por Categoria e Subcategoria

Tabela 8: Transparência Passiva BB, pedidos de informação (2012)

Banco do Brasil - BB		
Transparência PASSIVA - Pedidos de Informação / 2012		
Categoria do Pedido	Subcategoria do Pedido	Ocorrências
Economia e Finanças	Finanças	899
Trabalho	Política trabalhista	85
Economia e Finanças	Economia	44
Economia e Finanças	Administração financeira	2
Trabalho	Profissões e ocupações	2
Economia e Finanças	Encargos financeiros	1
Governo e Política	Administração pública	1
Total		1034

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Em 2012, após a entrada em vigor da Lei de LAI em 16 de maio de 2012 foram realizados um total de 1034 solicitações de informação.

Nota-se que as solicitações de acesso às informações realizadas para o BB foram concentradas na categoria de “Economia e Finanças” e subcategoria de “Finanças” com 899 solicitações.

Com menor número de ocorrências, portanto, com bem menos destaque foram solicitações de informações realizadas nas subcategorias de “Política Trabalhista” e “Economia” com 85 e 44 solicitações de informações respectivamente.

As demais 6 solicitações foram enquadradas nas subcategorias de “Administração Financeira”, “Profissões e Ocupações”, “Encargos Financeiros” e “Administração Pública”.

Tabela 9: Transparência Passiva BB, pedidos de informação (2013)

Banco do Brasil - BB		
Transparência PASSIVA - Pedidos de Informação / 2013		
Categoria do Pedido	Subcategoria do Pedido	Ocorrências
Economia e Finanças	Administração financeira	1770
Trabalho	Política trabalhista	52
Trabalho	Mercado de trabalho	23
Habitação, Saneamento e Urbanismo	Habitação	7
Trabalho	Legislação trabalhista	5
Cultura, Lazer e Esporte	Esporte	4
Trabalho	Profissões e ocupações	3
Meio Ambiente	Economia e meio ambiente	2
Meio Ambiente	Economia de meio ambiente	2
Governo e Política	Política	2
Trabalho	Fiscalização do trabalho	1
Ciência, Informação e Comunicação	Comunicação	1
Agricultura, extrativismo e pesca	Agricultura familiar	1
Educação	Educação profissional e tecnológica	1
Justiça e Legislação	Justiça	1
Meio ambiente	Ambientes ocupados pelo homem	1
Total		1876

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Em 2013 foram realizados um total de 1876 solicitações de informação.

Nota-se que para estes ano as solicitações de acesso às informações realizadas para o BB foram concentradas na categoria de “Economia e Finanças” e subcategoria de “Administração Financeira” com 1770 pedidos em um total de 1876.

Com menor número de ocorrências, portanto, com bem menos destaque foram solicitações de informações realizadas nas subcategorias de “Política Trabalhista” e “Mercado de Trabalho” com 52 e 23 solicitações de informações respectivamente.

As demais 31 solicitações foram enquadradas nas subcategorias de “Habitação”, “Legislação Trabalhista”, “Esporte”, “Profissões e Ocupações”, “Economia e Meio Ambiente”, “Economia de Meio Ambiente”, “Política”, “Fiscalização do Trabalho”, “Comunicação”, “Agricultura Familiar”, “Educação profissional e Tecnológica”, “Justiça” e “Ambientes Ocupados pelo Homem”.

Tabela 10: Transparência Passiva BB, pedidos de informação (2014)

Banco do Brasil - BB		
Transparência PASSIVA - Pedidos de Informação / 2014		
Categoria do Pedido	Subcategoria do Pedido	Ocorrências
Economia e Finanças	Finanças	487
Trabalho	Mercado de trabalho	284
Trabalho	Política trabalhista	72
Economia e Finanças	Economia	63
Trabalho	Legislação Trabalhista	53
Andamento	Andamento	49
Trabalho	Profissões e ocupações	47
Comércio, Serviços e Turismo	Comércio e Serviços	15
Economia e Finanças	Administração financeira	11
Economia e Finanças	Encargos financeiros	3
Cultura, Lazer e Esporte	Cultura	3
Trabalho	Fiscalização do trabalho	2
Ciência, Informação e Comunicação	Ciência e Tecnologia	2
Ciência, Informação e Comunicação	Informação - Gestão, preservação e acesso	2
Educação	Assistência ao estudante	2
Justiça e Legislação	Justiça	2
Cultura, Lazer e Esporte	Lazer	1
Agricultura, extrativismo e pesca	Agricultura familiar	1
Agricultura, extrativismo e pesca	Política agrícola	1
Habitação, Saneamento e Urbanismo	Habitação	1
Justiça e Legislação	Legislação e jurisprudência	1
Pessoa, família e sociedade	Comunidade e sociedade	1
Pessoa, família e sociedade	Pessoa	1
Pessoa, família e sociedade	Proteção e defesa do cidadão	1
Total		1105

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Em 2014, até 09.12.2014, foi realizado um total de 1105 solicitações de informação.

Nota-se que para estes ano as solicitações de acesso às informações realizadas para o BB foram concentradas nas categorias de “Economia e Finanças” e subcategoria de “Finanças” com 487 solicitações de informação e na categoria de “Trabalho” e subcategoria de “Mercado de Trabalho” com 284 solicitações de informação.

Com menor número de ocorrências, portanto, com bem menos destaque foi o número de solicitações de informações realizadas nas subcategorias de “Política Trabalhista” com 72 solicitações, “Economia” com 63 solicitações, “Legislação Trabalhista” com 53 solicitações, “Profissões e Ocupações” com 47

solicitações, “Comércio e Serviços” com 15 solicitações, “Administração Financeira” com 11 solicitações e 49 solicitações em andamento na data desta pesquisa.

As demais 24 solicitações foram enquadradas nas subcategorias de “Encargos financeiros”, “Cultura”, “Fiscalização do trabalho”, “Ciência e Tecnologia”, “Informação - Gestão, preservação e acesso”, “Assistência ao estudante”, “Justiça”, “Lazer”, “Agricultura familiar”, “Política agrícola”, “Habitação”, “Legislação e jurisprudência”, “Comunidade e sociedade”, “Pessoa” e “Proteção e defesa do cidadão”.

Caracterização das Solicitações de Informação

Tabela 11: Transparência Passiva BB, tipos de resposta (2012)

Banco do Brasil - BB					
Transparência PASSIVA - Tipos de Resposta / 2012					
Categoria do Pedido	Subcategoria do Pedido	Ocorrências	Tipo da Resposta	Ocorrências	%
Economia e Finanças	Finanças	899	Acesso Concedido	332	37%
			Acesso Negado	265	29%
			Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	262	29%
			Pergunta Duplicada/Repetida	24	3%
			Informação Inexistente	10	1%
			Acesso Parcialmente Concedido	6	1%
Trabalho	Política trabalhista	85	Acesso Negado	75	88%
			Informação Inexistente	7	8%
			Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	3	4%
Economia e Finanças	Economia	44	Acesso Negado	25	57%
			Acesso Concedido	14	32%
			Pergunta Duplicada/Repetida	4	9%
			Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	1	2%
Economia e Finanças	Administração financeira	2	Acesso Negado	2	100%
Trabalho	Profissões e ocupações	2	Informação Inexistente	1	50%
			Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	1	50%
Economia e Finanças	Encargos financeiros	1	Acesso Concedido	1	100%
Governo e Política	Administração pública	1	Pergunta Duplicada/Repetida	1	100%
Total		1034		1034	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que caracteriza como foram os encaminhamentos das respostas em 2012, os percentuais dos encaminhamentos e das subcategorias.

Na subcategoria com mais ocorrências, a de “Finanças”, houve mais ocorrências de “Acesso Concedido” com 37%, “Acesso Negado” com 29% e “Órgão

não tem competência para responder sobre o assunto” também com 29%. Os demais 5% das ocorrências estão caracterizados como “Pergunta Duplicada/Repetida”, “Informação Inexistente” e “Acesso Parcialmente Concedido”.

Para a subcategoria de “Política trabalhista” houve predominância de “Acesso Negado” com 75% sem nenhuma ocorrência de “Acesso Concedido”. Os outros 12% foram classificados como “Informação Inexistente” e “Órgão não tem competência para responder sobre o assunto”.

Com a subcategoria de “Economia” houve predominância de “Acesso Negado” com 57% frente 32% de “Acesso Concedido”. Os demais 11% foram caracterizados como “Informação Inexistente” e “Órgão não tem competência para responder sobre o assunto”.

As demais ocorrências, minoria das ocorrências, revezaram entre “Acesso Negado”, “Acesso Concedido”, “Informação Inexistente”, “Órgão não tem competência para responder sobre o assunto” e “Pergunta Duplicada/Repetida”.

Tabela 12: Transparência Passiva BB, tipos de resposta (2013)

Banco do Brasil - BB					
Transparência PASSIVA - Tipos de Resposta / 2013					
Categoria do Pedido	Subcategoria do Pedido	Ocorrências	Tipo da Resposta	Ocorrências	%
Economia e Finanças	Administração financeira	1770	Acesso Negado	937	53%
			Acesso Concedido	620	35%
			Acesso Parcialmente Concedido	56	3%
			Não se trata de solicitação de informação	54	3%
			Pergunta Duplicada/Repetida	49	3%
			Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	44	2%
			Informação Inexistente	10	1%
Trabalho	Política trabalhista	52	Acesso Concedido	39	75%
			Acesso Negado	11	21%
			Acesso Parcialmente Concedido	2	4%
Trabalho	Mercado de trabalho	23	Acesso Concedido	16	70%
			Acesso Negado	5	22%
			Pergunta Duplicada/Repetida	1	4%
			Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	1	4%
Habitação, Saneamento e Urbanismo	Habitação	7	Pergunta Duplicada/Repetida	6	86%
			Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	1	14%
Trabalho	Legislação trabalhista	5	Acesso Concedido	3	60%
			Acesso Negado	1	20%
			Não se trata de solicitação de informação	1	20%
Cultura, Lazer e Esporte	Esporte	4	Pergunta Duplicada/Repetida	2	50%
			Acesso Concedido	1	25%
			Acesso Parcialmente Concedido	1	25%
Trabalho	Profissões e ocupações	3	Acesso Negado	1	33,33%
			Acesso Concedido	1	33,33%
			Pergunta Duplicada/Repetida	1	33,33%
Meio Ambiente	Economia e meio ambiente	2	Acesso Concedido	1	50%
			Pergunta Duplicada/Repetida	1	50%
Meio Ambiente	Economia de meio ambiente	2	Acesso Concedido	1	50%
			Pergunta Duplicada/Repetida	1	50%
Governo e Política	Política	2	Acesso Concedido	2	100%
Trabalho	Fiscalização do trabalho	1	Acesso Concedido	1	100%
Ciência, Informação e Comunicação	Comunicação	1	Acesso Concedido	1	100%
Agricultura, extrativismo e pesca	Agricultura familiar	1	Acesso Concedido	1	100%
Educação	Educação profissional e tecnológica	1	Acesso Concedido	1	100%
Justiça e Legislação	Justiça	1	Acesso Negado	1	100%
Meio ambiente	Ambientes ocupados pelo homem	1	Não se trata de solicitação de informação	1	100%
Total		1876		1876	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Na subcategoria com mais ocorrências, a de “Administração Financeira”, houve mais ocorrências de “Acesso Negado” com 53% e “Acesso Concedido” com 35%. Os demais 12% das ocorrências estão caracterizados como “Acesso Parcialmente Concedido”, “Não se trata de solicitação de informação”, “Pergunta Duplicada/Repetida”, “Órgão não tem competência para responder sobre o assunto” e “Informação Inexistente”.

Para a subcategoria de “Política trabalhista” houve predominância de “Acesso Concedido” com 75% e “Acesso Negado” com 21%. Os outros 4% foram classificados como “Acesso Parcialmente Concedido”.

Com a subcategoria de “Mercado de Trabalho” houve predominância de “Acesso Concedido” com 70% frente à 22% de “Acesso Negado”. Os demais 8% foram caracterizados como “Pergunta Duplicada/Repetida” e “Órgão não tem competência para responder sobre o assunto”.

As demais ocorrências, minoria das ocorrências, revezaram entre “Acesso Negado”, “Acesso Concedido”, “Informação Inexistente”, “Órgão não tem competência para responder sobre o assunto”, “Não se trata de solicitação de informação”, “Acesso Parcialmente Concedido” e “Pergunta Duplicada/Repetida”.

Tabela 13: Transparência Passiva BB, tipos de resposta (2014)

Banco do Brasil - BB					
Transparência PASSIVA - Tipos de Resposta / 2014					
Categoria do Pedido	Subcategoria do Pedido	Ocorrências	Tipo da Resposta	Ocorrências	%
Economia e Finanças	Finanças	487	Acesso Negado	349	71,66%
			Acesso Concedido	93	19,10%
			Não se trata de solicitação de informação	22	4,52%
			Acesso Parcialmente Concedido	8	1,64%
			Pergunta Duplicada/Repetida	8	1,64%
			Informação Inexistente	4	0,82%
			Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	3	0,62%
Trabalho	Mercado de trabalho	284	Acesso Concedido	191	67,25%
			Acesso Negado	68	23,94%
			Acesso Parcialmente Concedido	14	4,93%
			Pergunta Duplicada/Repetida	8	2,82%
			Informação Inexistente	2	0,70%
			Não se trata de solicitação de informação	1	0,35%
Trabalho	Política trabalhista	72	Acesso Concedido	30	41,67%
			Acesso Negado	25	34,72%
			Acesso Parcialmente Concedido	10	13,89%
			Pergunta Duplicada/Repetida	4	5,56%
			Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	3	4,17%
Economia e Finanças	Economia	63	Acesso Concedido	23	36,51%
			Acesso Negado	24	38,10%
			Pergunta Duplicada/Repetida	5	7,94%
			Acesso Parcialmente Concedido	4	6,35%
			Informação Inexistente	3	4,76%
			Não se trata de solicitação de informação	3	4,76%
			Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	1	1,59%
Trabalho	Legislação Trabalhista	53	Acesso Negado	43	81%
			Acesso Concedido	7	13%
			Não se trata de solicitação de informação	1	2%
			Acesso Parcialmente Concedido	1	2%
			Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	1	2%
Andamento	Andamento	49	Andamento	49	100%
Trabalho	Profissões e ocupações	47	Acesso Negado	21	45%
			Acesso Concedido	17	36%
			Acesso Parcialmente Concedido	5	11%
			Pergunta Duplicada/Repetida	2	4%
			Informação Inexistente	2	4%
Comércio, Serviços e Turismo	Comércio e Serviços	15	Acesso Concedido	8	53%
			Acesso Negado	5	33%
			Acesso Parcialmente Concedido	1	7%
			Não se trata de solicitação de informação	1	7%
Economia e Finanças	Administração financeira	11	Acesso Negado	6	55%
			Acesso Concedido	3	27%
			Não se trata de solicitação de informação	1	9%
			Acesso Parcialmente Concedido	1	9%
Economia e Finanças	Encargos financeiros	3	Acesso Negado	2	67%
			Acesso Concedido	1	33%
Cultura, Lazer e Esporte	Cultura	3	Acesso Concedido	1	33,33%
			Acesso Negado	1	33,33%
			Acesso Parcialmente Concedido	1	33,33%
Trabalho	Fiscalização do trabalho	2	Acesso Negado	2	100%
			Acesso Concedido	1	50%
Ciência, Informação e Comunicação	Ciência e Tecnologia	2	Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	1	50%
			Acesso Concedido	1	50%
Ciência, Informação e Comunicação	Informação - Gestão, preservação e acesso	2	Acesso Negado	1	50%
			Acesso Concedido	1	50%
Educação	Assistência ao estudante	2	Acesso Concedido	2	100%
			Acesso Concedido	1	50%
Justiça e Legislação	Justiça	2	Não se trata de solicitação de informação	1	50%
			Acesso Concedido	1	50%
Cultura, Lazer e Esporte	Lazer	1	Não se trata de solicitação de informação	1	100%
Agricultura, extrativismo e pesca	Agricultura familiar	1	Acesso Parcialmente Concedido	1	100%
Agricultura, extrativismo e pesca	Política agrícola	1	Acesso Concedido	1	100%
Habitação, Saneamento e Urbanismo	Habitação	1	Acesso Concedido	1	100%
Justiça e Legislação	Legislação e jurisprudência	1	Acesso Negado	1	100%
Pessoa, família e sociedade	Comunidade e sociedade	1	Não se trata de solicitação de informação	1	100%
Pessoa, família e sociedade	Pessoa	1	Acesso Negado	1	100%
Pessoa, família e sociedade	Proteção e defesa do cidadão	1	Acesso Negado	1	100%
Total		1105		1105	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Em 2014 na subcategoria com mais ocorrências, a de “Finanças”, houve muitas ocorrências de “Acesso Negado” com 71,66% mediante apenas 19,10% de “Acesso Concedido”. Os demais 9,24% das ocorrências estão caracterizados como “Não se trata de solicitação de informação”, “Acesso Parcialmente Concedido”, “Pergunta Duplicada/Repetida”, “Informação Inexistente” e “Órgão não tem competência para responder sobre o assunto”.

Para a subcategoria de “Mercado de Trabalho” houve predominância de “Acesso Concedido” com 67,25% mediante 23,94% de “Acesso Negado”. Os outros 8,80% foram classificados como “Acesso Parcialmente Concedido”, “Pergunta Duplicada/Repetida”, “Informação Inexistente” e “Não se trata de solicitação de informação”.

Na subcategoria de “Política Trabalhista” houve predominância de “Acesso Concedido” com 41,67%, 34,72% de “Acesso Negado” e 13,89% de “Acesso Parcialmente Concedido”. Os demais 9,72% foram caracterizados como “Pergunta Duplicada/Repetida” e “Órgão não tem competência para responder sobre o assunto”.

Subcategoria de “Economia” houve predominância de “Acesso Negado” com 38,10%, e “Acesso Concedido” com 36,51%.

No item “Legislação Trabalhista” houve predominância de “Acesso Negado” com 81% das solicitações de informação neste grupo.

Em “Profissões e Ocupações” também há predominância de “Acesso Negado” com 45% das solicitações mediante 36% de “Acesso Concedido”.

Nota-se também que no subgrupo de “Comércio e Serviços” houve supremacia de “Acesso Concedido” e que no subgrupo de “Administração Financeira” houve supremacia de “Acesso Negado”.

As demais ocorrências, embora tenham demonstrado variedade de subgrupos não representaram contribuições significativas para serem analisadas separadamente.

Classificação das Respostas

Tabela 14: Transparência Passiva BB, acesso e sigilo (2012)

Banco do Brasil - BB					
Transparência PASSIVA - Acesso e Sigilo / 2012					
Tipo da Resposta	Quantidade	%	Classificação da Resposta	Quantidade	%
Acesso Negado	367	35%	Informação sigilosa de acordo com legislação específica	192	52,32%
			Pedido incompreensível	140	38,15%
			Dados Pessoais	14	3,81%
			Pedido genérico	14	3,81%
			Pedido exige tratamento adicional de dados	6	1,63%
			Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011	1	0,27%
Acesso Concedido	347	34%	Informações enviadas por e-mail	200	57,64%
			Resposta solicitada inserida no e-SIC	91	26,22%
			Orientação sobre como encontrar a informação solicitada na Internet ou em publicações existentes	53	15,27%
			Informações enviadas pelo correio	2	0,58%
			Data, hora e local para consulta agendados	1	0,29%
Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	267	26%	Sem informação	267	100%
Pergunta Duplicada/Repetida	29	3%	Sem informação	29	100%
Informação Inexistente	18	2%	Sem informação	18	100%
Acesso Parcialmente Concedido	6	1%	Parte da informação contém dados pessoais	5	83%
			Parte da informação inexistente	1	17%
Total	1034			1034	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que dentro do grupo de “Acesso Negado”, grupo com maior ocorrência, houve predominância do motivo de negativa das solicitações de informação por meio da argumentação de “Informação sigilosa de acordo com legislação específica” com 52% das ocorrências e “Pedido incompreensível” com 38% das ocorrências. Os demais 10% das ocorrências foram classificados como “Dados Pessoais”, “Pedido Genérico”, “Pedido exige tratamento adicional de dados” e “Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011”.

No grupo de “Acesso Concedido”, como não há a necessidade de justificar a causa da liberação da informação solicitada há aqui o registro de que 58% das solicitações foram “encaminhadas diretamente por e-mail”, 26% das solicitações de informação foram “inseridas no Portal do e-SIC”, 15% das solicitações foram por meio de “Orientação sobre como encontrar a informação solicitada na Internet ou em publicações existentes”. Os demais 1% foram encaminhados por meio de

“Informações enviadas pelo correio” e “Data, hora e local para consulta agendados” para posterior retirada da informação.

Tabela 15: Transparência Passiva BB, acesso e sigilo (2013)

Banco do Brasil - BB					
Transparência PASSIVA - Acesso e Sigilo / 2013					
Tipo da Resposta	Quantidade	%	Classificação da Resposta	Quantidade	%
Acesso Negado	956	51%	Informação sigilosa de acordo com legislação específica	694	73%
			Pedido desproporcional ou desarrazoado	79	8%
			Pedido incompreensível	69	7%
			Pedido genérico	60	6%
			Pedido exige tratamento adicional de dados	19	2%
			Dados Pessoais	18	2%
			Processo decisório em curso	9	1%
			Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011	8	1%
Acesso Concedido	688	37%	Resposta solicitada inserida no e-SIC	491	71,37%
			Orientação sobre como encontrar a informação solicitada na Internet ou em publicações existentes	185	26,89%
			Informações enviadas por e-mail	7	1,02%
			Data, hora e local para consulta agendados	2	0,29%
			Informações enviadas pelo correio	1	0,15%
			Concedido acesso a sistema corporativo para consulta da informação	1	0,15%
			Comunicada necessidade de pagamento de custos de postagem e/ou reprodução	1	0,15%
Pergunta Duplicada/Repetida	61	3%	Sem informação	61	100%
Acesso Parcialmente Concedido	59	3%	Parte da informação é sigilosa de acordo com legislação específica	43	73%
			Parte do pedido é desproporcional ou desarrazoado	9	15%
			Parte do pedido é genérico	3	5%
			Parte da informação inexistente	2	3%
			Parte da informação é sigilosa e classificada conforme a Lei 12.527/2011	1	2%
			Parte da informação é de competência de outro órgão/entidade	1	2%
Não se trata de solicitação de informação	56	3%	Sem informação	56	100%
Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	46	2%	Sem informação	46	100%
Informação Inexistente	10	1%	Sem informação	10	100%
Total	1876			1876	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que dentro do grupo de “Acesso Negado”, grupo com maior ocorrência 51% mediante 37% de “Acesso Concedido”, houve predominância do motivo de negativa das solicitações de informação por meio da argumentação de “Informação sigilosa de acordo com legislação específica” com

73% das ocorrências, “Pedido desproporcional ou desarrazoado” com 8% das ocorrências, “Pedido incompreensível” com 7% das ocorrências e “Pedido Genérico” com 6% das ocorrências. Os demais 6% das ocorrências foram classificados como “Pedido exige tratamento adicional de dados”, “Dados Pessoais”, “Processo Decisório em curso” e “Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011”.

No grupo de “Acesso Concedido”, como não há a necessidade de justificar a causa da liberação da informação solicitada destaca-se aqui o registro de que 71,37% das solicitações que foram “Resposta solicitada inserida no e-SIC”, 26,89% das solicitações de informação foram “Orientação sobre como encontrar a informação solicitada na Internet ou em publicações existentes”. Os demais 1,74% representaram ocorrências pouco significativas.

Tabela 16: Transparência Passiva BB, acesso e sigilo (2014)

Banco do Brasil - BB					
Transparência PASSIVA - Acesso e Sigilo / 2014					
Tipo da Resposta	Quantidade	%	Classificação da Resposta	Quantidade	%
Acesso Negado	550	50%	Informação sigilosa de acordo com legislação específica	405	73,64%
			Pedido genérico	52	9,45%
			Dados Pessoais	45	8,18%
			Pedido incompreensível	27	4,91%
			Pedido exige tratamento adicional de dados	14	2,55%
			Pedido desproporcional ou desarrazoado	5	0,91%
			Processo decisório em curso	1	0,18%
Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011	1	0,18%			
Acesso Concedido	381	34%	Resposta solicitada inserida no e-SIC	323	84,78%
			Orientação sobre como encontrar a informação solicitada na Internet ou em publicações existentes	50	13,12%
			Data, hora e local para consulta agendados	7	1,84%
			Informações enviadas por e-mail	1	0,26%
Andamento	49	4%	Andamento	49	100%
Acesso Parcialmente Concedido	46	4%	Parte da informação é sigilosa de acordo com legislação específica	27	59%
			Parte do pedido é desproporcional ou desarrazoado	6	13%
			Parte da informação demandará mais tempo para produção	5	11%
			Parte do pedido é genérico	3	7%
			Parte da informação inexistente	2	4%
			Parte da informação é sigilosa e classificada conforme a Lei 12.527/2011	2	4%
			Parte da informação contém dados pessoais	1	2%
Não se trata de solicitação de informação	31	3%	Sem informação	31	100%
Pergunta Duplicada/Repetida	28	3%	Sem informação	28	100%
Informação Inexistente	11	1%	Sem informação	11	100%
Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	9	1%	Sem informação	9	100%
Total	1105			1105	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que dentro do grupo de “Acesso Negado”, grupo com maior ocorrência 50% mediante 34% de “Acesso Concedido”, houve predominância do motivo de negativa das solicitações de informação por meio da argumentação de “Informação sigilosa de acordo com legislação específica” com 73,64% das ocorrências, “Pedido Genérico” com 9,45% das ocorrências, “Dados Pessoais” com 8,18% das ocorrências e “Pedido Incompreensível” com 4,91% das ocorrências. Os demais 3,82% das ocorrências foram classificados como “Pedido exige tratamento adicional de dados”, “Pedido Desproporcional ou Desarrazoado”, “Processo Decisório em curso” e “Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011”.

No grupo de “Acesso Concedido” destaca-se aqui o registro de que 84,78% das solicitações que foram “Resposta solicitada inserida no eSIC”, 13,12% das solicitações de informação foram “Orientação sobre como encontrar a informação solicitada na Internet ou em publicações existentes”. Os demais 2,10% representaram ocorrências pouco significativas.

Pode-se destacar, ainda, no grupo de “Acesso Parcialmente Concedido” a ocorrência de 59% das solicitações de informação classificadas como “Parte da informação é sigilosa de acordo com legislação específica”.

Forma de Acesso na Transparência Passiva

Tabela 17: Transparência Passiva BB, forma de acesso (2012)

Banco do Brasil - BB				
Transparência PASSIVA - Forma de Acesso / 2012				
Solicitação	Quantidade	Resposta	Quantidade	%
Internet	986	Correspondência eletrônica (e-mail)	845	85,70%
		Pelo sistema (com avisos por email)	98	9,94%
		Buscar/Consultar pessoalmente	39	3,96%
		Correspondência física (com custo)	4	0,41%
Balcão SIC	48	Correspondência eletrônica (e-mail)	33	69%
		Pelo sistema (com avisos por email)	9	19%
		Correspondência física (com custo)	5	10%
		Buscar/Consultar pessoalmente	1	2%
Total	1034		1034	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que em 2012 somente 48 das solicitações foram realizadas, presencialmente, por meio do “Balcão SIC” e que somente 49 solicitações foram respondidas por meio de “Correspondência física (com custo)” e para “Buscar/Consultar pessoalmente”.

Tabela 18: Transparência Passiva BB, forma de acesso (2013)

Banco do Brasil - BB				
Transparência PASSIVA - Forma de Acesso / 2013				
Solicitação	Quantidade	Resposta	Quantidade	%
Internet	1822	Pelo sistema (com avisos por email)	960	52,69%
		Correspondência eletrônica (e-mail)	814	44,68%
		Buscar/Consultar pessoalmente	42	2,31%
		Correspondência física (com custo)	6	0,33%
Balcão SIC	54	Correspondência eletrônica (e-mail)	37	69%
		Pelo sistema (com avisos por email)	13	24%
		Correspondência física (com custo)	4	7%
Total	1876		1876	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que em 2013 somente 54 das solicitações foram realizadas, presencialmente, por meio do “Balcão SIC” e que somente 52 solicitações foram respondidas por meio de “Correspondência física (com custo)” e para “Buscar/Consultar pessoalmente”.

Tabela 19: Transparência Passiva BB, forma de acesso (2014)

Banco do Brasil - BB				
Transparência PASSIVA - Forma de Acesso / 2014				
Solicitação	Quantidade	Resposta	Quantidade	%
Internet	1078	Pelo sistema (com avisos por email)	986	91,47%
		Correspondência eletrônica (e-mail)	64	5,94%
		Buscar/Consultar pessoalmente	24	2,23%
		Correspondência física (com custo)	4	0,37%
Balcão SIC	27	Correspondência eletrônica (e-mail)	5	18,52%
		Pelo sistema (com avisos por email)	20	74,07%
		Correspondência física (com custo)	2	7,41%
Total	1105		1105	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que em 2014 somente 27 das solicitações foram realizadas, presencialmente, por meio do “Balcão SIC” e que somente 6 solicitações

foram respondidas por meio de “Correspondência física (com custo)” e nenhuma para “Buscar/Consultar pessoalmente”.

Casos de Prorrogação ou Reencaminhamento

Tabela 20: Transparência Passiva BB, processo interno (2012)

Banco do Brasil - BB			
Transparência PASSIVA - Processo Interno / 2012			
Prorrogado	Quantidade	Reencaminhado	Quantidade
Sim	0	Sim	0
Não	1034	Não	1034
Total	1034		1034

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Em 2012, não houve casos de prorrogação do prazo previsto na Lei de Acesso à Informação (LAI), nem mesmo reencaminhamento para realização de ajustes ou correção da resposta encaminhada pela área.

Tabela 21: Transparência Passiva BB, processo interno (2013)

Banco do Brasil - BB			
Transparência PASSIVA - Processo Interno / 2013			
Prorrogado	Quantidade	Reencaminhado	Quantidade
Sim	0	Sim	0
Não	1876	Não	1876
Total	1876		1876

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Em 2013, também não houve casos de prorrogação do prazo previsto na Lei de Acesso à Informação (LAI), nem mesmo reencaminhamento para realização de ajustes ou correção da resposta encaminhada pela área.

Tabela 22: Transparência Passiva BB, processo interno (2014)

Banco do Brasil - BB			
Transparência PASSIVA - Processo Interno / 2014			
Prorrogado	Quantidade	Reencaminhado	Quantidade
Sim	8	Sim	3
Não	1097	Não	1102
Total	1105		1105

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Em 2014, houve somente 8 casos de prorrogação do prazo previsto na Lei de Acesso à Informação (LAI), e somente 3 casos de reencaminhamento para realização de ajustes ou correção da resposta encaminhada pela área.

Recursos em Primeira e Segunda Instâncias

Tabela 23: Transparência Passiva BB, recursos (2012)

Banco do Brasil - BB					
Transparência PASSIVA - Recursos / 2012					
Instância	Quantidade	%	Tipo do Recurso	Quantidade	%
Primeira Instância	252	59%	Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	194	76,98%
			Informação incompleta	19	7,54%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	17	6,75%
			Outros	12	4,76%
			Ausência de justificativa legal para classificação	7	2,78%
			Grau de sigilo não informado	2	0,79%
			Informação classificada por autoridade sem competência	1	0,40%
Segunda Instância	174	41%	Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	160	91,95%
			Informação incompleta	6	3,45%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	4	2,30%
			Ausência de justificativa legal para classificação	2	1,15%
			Outros	1	0,57%
			Grau de sigilo não informado	1	0,57%
Total	426			426	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela de recursos que no ano de 2012 houve 252 recursos em “Primeira Instância” e 174 recursos em “Segunda Instância” totalizando 426 recursos.

Em “Primeira Instância” 76,98% das ocorrências foram classificadas como “Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada”, 18,25% como classificação de “Informação incompleta”, “Informação recebida não corresponde à solicitada”, “Ausência de justificativa legal para classificação”, “Grau de sigilo não informado” e “Informação classificada por autoridade sem competência”, e classificadas como “Outros” 4,76%.

Para os recursos de “Segunda Instância” 91,95% das ocorrências foram classificadas como “Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada”, 7,47% como classificação de “Informação incompleta”, “Informação recebida não corresponde à solicitada”, “Ausência de justificativa legal para classificação” e “Grau de sigilo não informado”, e classificadas como “Outros” 0,57%.

Tabela 24: Transparência Passiva BB, recursos (2013)

Banco do Brasil - BB					
Transparência PASSIVA - Recursos / 2013					
Instância	Quantidade	%	Tipo do Recurso	Quantidade	%
Primeira Instância	357	62,30%	Informação recebida não corresponde à solicitada	100	28,01%
			Ausência de justificativa legal para classificação	92	25,77%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	71	19,89%
			Informação incompleta	66	18,49%
			Outros	20	5,60%
			Grau de classificação inexistente	2	0,56%
			Informação classificada por autoridade sem competência	2	0,56%
			Grau de sigilo não informado	1	0,28%
			Prazo de classificação inadequado para o grau de sigilo	1	0,28%
			Informação recebida por meio diferente do solicitado	1	0,28%
Data da classificação (de início ou fim) não informada	1	0,28%			
Segunda Instância	215	37,52%	Ausência de justificativa legal para classificação	93	43,26%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	55	25,58%
			Informação incompleta	39	18,14%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	17	7,91%
			Outros	7	3,26%
			Grau de classificação inexistente	2	0,93%
			Informação recebida por meio diferente do solicitado	1	0,47%
Informação classificada por autoridade sem competência	1	0,47%			
Reclamação	1	0,17%	Resposta não foi dada no prazo	1	100%
Total	573			573	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela de recursos que no ano de 2013 houve 357 recursos em “Primeira Instância” e 215 recursos em “Segunda Instância” totalizando 573 recursos.

Em “Primeira Instância” 28,01% das ocorrências foram classificadas como “Informação recebida não corresponde à solicitada”, 25,77% classificadas como “Ausência de justificativa legal para classificação”, 19,89% classificadas como “Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada”, 18,49% classificadas como “Informação incompleta”, as demais 2,24% foram classificadas como “Grau de classificação inexistente”, “Informação classificada por autoridade sem competência”, “Grau de sigilo não informado”, “Prazo de classificação inadequado para o grau de sigilo”, “Informação recebida por meio diferente do solicitado” e “Data

da classificação (de início ou fim) não informada”, e classificado como “Outros” 5,60%.

Para os recursos de “Segunda Instância”, 91,95% das ocorrências foram classificadas como “Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada”, 7,47% com classificação de “Informação incompleta”, “Informação recebida não corresponde à solicitada”, “Ausência de justificativa legal para classificação” e “Grau de sigilo não informado”, e classificado como “Outros” 0,57%.

Tabela 25: Transparência Passiva BB, recursos (2014)

Banco do Brasil - BB					
Transparência PASSIVA - Recursos / 2014					
Instância	Quantidade	%	Tipo do Recurso	Quantidade	%
Primeira Instância	178	64%	Ausência de justificativa legal para classificação	70	39,33%
			Informação incompleta	35	19,66%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	33	18,54%
			Outros	23	12,92%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	14	7,87%
			Informação classificada por autoridade sem competência	2	1,12%
			Informação recebida por meio diferente do solicitado	1	0,56%
Segunda Instância	99	36%	Ausência de justificativa legal para classificação	67	68%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	10	10%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	10	10%
			Informação incompleta	7	7%
			Outros	3	3%
			Informação classificada por autoridade sem competência	2	2%
Total	277			277	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela de recursos que no ano de 2014 até o dia 09.12.2014 houve 178 recursos em “Primeira Instância” e 99 recursos em “Segunda Instância” totalizando 277 recursos.

Em “Primeira Instância” 39,33% das ocorrências foram classificadas como “Ausência de justificativa legal para classificação”, 19,66% classificadas como “Informação incompleta”, 18,54% classificadas como “Informação recebida não corresponde à solicitada”, os demais 9,55% foram classificados como “Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada”, “Informação classificada por autoridade

sem competência”, “Informação recebida por meio diferente do solicitado”, e classificado como “Outros” 12,92%.

Para os recursos de “Segunda Instância” 68% das ocorrências foram classificadas como “Ausência de justificativa legal para classificação”, os demais 29% foram classificados como “Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada”, “Informação recebida não corresponde à solicitada”, “Informação Incompleta” e “Informação classificada por autoridade sem competência”, e classificado como “Outros” 3%.

Resultado dos Recursos em Primeira e Segunda Instâncias

Tabela 26: Transparência Passiva BB, resposta por tipo de recurso (2012)

Banco do Brasil - BB					
Transparência PASSIVA - Resposta por Tipo de Recurso / 2012					
Tipo da Resposta	Quantidade	%	Tipo do Recurso	Quantidade	%
Indeferido	410	96%	Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	351	85,61%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	19	4,63%
			Informação incompleta	17	4,15%
			Outros	13	3,17%
			Ausência de justificativa legal para classificação	7	1,71%
			Grau de sigilo não informado	2	0,49%
Parcialmente deferido	8	2%	Informação classificada por autoridade sem competência	1	0,24%
			Informação incompleta	4	50,00%
			Ausência de justificativa legal para classificação	2	25,00%
			Grau de sigilo não informado	1	12,50%
Deferido	8	2%	Informação recebida não corresponde à solicitada	1	12,50%
			Informação incompleta	4	50,00%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	3	37,50%
Total	426			426	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que a maioria dos recursos foram “Indeferidos” com 96% das ocorrências, que somente 2% dos recursos foram “Parcialmente Deferidos” e apenas 2% dos recursos foram “Deferidos”. Destaque para os 85,61%

de ocorrências do grupo “Indeferido” classificadas como “Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada”.

Tabela 27: Transparência Passiva BB, resposta por tipo de recurso (2013)

Banco do Brasil - BB					
Transparência PASSIVA - Resposta por Tipo de Recurso / 2013					
Tipo da Resposta	Quantidade	%	Tipo do Recurso	Quantidade	%
Indeferido	505	88%	Ausência de justificativa legal para classificação	183	36,24%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	133	26,34%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	82	16,24%
			Informação incompleta	82	16,24%
			Outros	18	3,56%
			Grau de classificação inexistente	3	0,59%
			Informação classificada por autoridade sem competência	2	0,40%
			Grau de sigilo não informado	1	0,20%
Deferido	47	8%	Informação incompleta	21	45%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	15	32%
			Outros	7	15%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	2	4%
			Informação recebida por meio diferente do solicitado	1	2%
			Data da classificação (de início ou fim) não informada	1	2%
Parcialmente deferido	9	2%	Informação recebida não corresponde à solicitada	4	44,44%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	3	33,33%
			Informação incompleta	1	11,11%
			Outros	1	11,11%
Não Conhecimento	8	1%	Informação recebida não corresponde à solicitada	3	37,50%
			Ausência de justificativa legal para classificação	2	25,00%
			Outros	1	12,50%
			Grau de classificação inexistente	1	12,50%
			Informação classificada por autoridade sem competência	1	12,50%
Sem Informação	4	1%	Sem Informação	4	100%
Total	573			573	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que a maioria dos recursos foram “Indeferidos” com 88% das ocorrências, 8% dos recursos foram “Deferidos”, apenas 2% dos recursos foram “Parcialmente Deferidos”, e somente, 2% estão classificados como “Não Conhecimento” e “Sem Informação”. Destaque para os 98,61% de ocorrências do grupo “Indeferido” classificadas como “Ausência de justificativa legal para

classificação”, “Informação recebida não corresponde à solicitada”, “Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada”, “Informação Incompleta” e “Outros”.

Tabela 28: Transparência Passiva BB, resposta por tipo de recurso (2014)

Banco do Brasil - BB					
Transparência PASSIVA - Resposta por Tipo de Recurso / 2014					
Tipo da Resposta	Quantidade	%	Tipo do Recurso	Quantidade	%
Não Conhecimento	141	50,90%	Ausência de justificativa legal para classificação	114	80,85%
			Informação incompleta	9	6,38%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	8	5,67%
			Outros	6	4,26%
			Informação classificada por autoridade sem competência	3	2,13%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	1	0,71%
Indeferido	88	31,77%	Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	20	23%
			Ausência de justificativa legal para classificação	20	23%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	18	20%
			Informação incompleta	15	17%
			Outros	13	15%
			Informação recebida por meio diferente do solicitado	1	1%
			Informação classificada por autoridade sem competência	1	1%
Deferido	37	13,36%	Informação incompleta	17	45,95%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	13	35,14%
			Outros	5	13,51%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	1	2,70%
			Ausência de justificativa legal para classificação	1	2,70%
Perda de Objeto	4	1,44%	Informação recebida não corresponde à solicitada	3	75%
			Outros	1	25%
Sem Informação	4	1,44%	Sem Informação	4	100%
Parcialmente deferido	3	1,08%	Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	1	33,33%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	1	33,33%
			Outros	1	33,33%
Total	277			277	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que em 09.12.2014 a maioria dos recursos foram classificados como “Não Conhecimento” com 50,90% das ocorrências, 31,77% dos recursos foram “Indeferidos”, 13,96% dos recursos foram “Deferidos”, 2,89% dos recursos estão como “Perda de objeto” e “Sem Informação”, e com 1,08% estão os recursos classificados como “Parcialmente Deferido”. Destaque para os 80,85% de

ocorrências do grupo “Indeferido” classificadas como “Ausência de justificativa legal para classificação”.

3.1.4 O BB em linhas gerais

O BB apresenta historicamente proximidade muito forte com bancos da iniciativa privada recebendo no início do século XIX o sinônimo de “banco de propriedade privada”. Como característica do BB neste período houve negativa de solicitação de informação do Barão de Mauá com a justificativa de não revelar o segredo de suas transações.

Em outra perspectiva ao longo de sua história o BB, por muitos anos foi responsável pela oferta de moeda, gestão de recursos financeiros do governo brasileiro e pelas políticas econômica, monetária e de controle de importações e exportações.

Com a criação da SUMOC e do Bacen o BB perdeu atribuições como a responsabilidade pela política monetária e pela oferta de moeda, na década de 1980, o BB foi radicalmente transformado em banco comercial. Atualmente o BB atua no mercado financeiro privado concorrendo diretamente com bancos da iniciativa privada.

O BB representa alternativa política relevante por apresentar vantagens competitivas, como importante instrumento do governo para a regulação de ajustes bem como para acelerar a recuperação da economia em momentos de crise.

Em linhas gerais, o BB financia historicamente, os setores de agricultura, industrialização, substituições de importação e comércio exterior.

3.2 O Caso da Caixa Econômica Federal (CEF)

Os bancos de poupança, idealizados durante o período do iluminismo europeu, embora criticados por muitos sobre sua efetividade, com a globalização, a concorrência nos países, e entre países, fez dos bancos públicos de poupança uma necessidade. Estes bancos são essenciais, pois fornecem alternativas de política econômica e de inclusão social, além disto, mantêm vantagem competitiva que contribuem para a garantia de sua sobrevivência.

A CEF foi fundada no ano de 1861 com intuito de substituir as instituições particulares e cooperativas fracassadas em anos anteriores.

Em anos posteriores houve, a partir do Rio de Janeiro, expansão para os governos provinciais (METHENHEIM, 2010, p. 101-102). Neste primeiro período a CEF, simplesmente, tinha fundos depositados no Ministério das Finanças (*ibid.*, p. 140).

Durante o período da República Velha 1889-1930, em meio a reformas ocorridas na época, as Caixas foram liberadas para manter depósitos, gerir reservas e fornecer empréstimos para a habitação, finanças e projetos do governo federal. No mesmo período os bancos de poupança tiveram sua autonomia ampliada e se tornaram agentes centrais nas estratégias do governo para a inclusão social, mobilização de capital e industrialização. Ainda neste período houve ampliação de operações para o desenvolvimento e projetos urbanos de saneamento (*ibid.*, p. 102).

Com a Era Vargas 1930-1945 a CEF foi central para a estratégia populista de inclusão e desenvolvimento (*ibid.*, p. 140). Durante as décadas de 1940 e 1950 a Caixa cresceu em ritmo acelerado, acima do crescimento dos bancos privados, na maioria dos estados (*ibid.*, p. 102).

No período militar, pós 1964, com a indexação da economia para combater à inflação houve recuperação de depósitos nas agências da Caixa. No mesmo período, em 1966, foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, criando-se uma via forçada para poupança por meio da Caixa (*ibid.*). Estas medidas levaram à expansão da CEF como instrumento de política social e crédito (*ibid.*, p. 140).

Nos anos de 1970, os estados perderam sua autonomia operacional das unidades da Caixa, que foram fundidas numa única empresa de propriedade do governo federal. Em seguida a CEF, se tornou fundamental para o governo na

implementação de políticas sociais e na canalização de fundos para programas de habitação popular e de classe média, de limpeza urbana, incluindo, financiamentos para governos municipais e projetos do setor público (*ibid.*, p. 102).

Com o período de redemocratização, a partir de 1985 houve muitas mudanças na organização, diante de crises financeiras internacionais, também, o problema da inflação e liberalização do setor bancário para a implementação de reforma para a governança, adaptações às exigências do capital internacional, incluindo-se relatórios de bancos mais transparentes, e, normas de contabilidade. Estas reformas buscaram diminuir a burocracia, aumentar o número de empréstimos e melhorar produtos com vistas a fazer frente ao novo cenário de competição (*ibid.*). A inflação inercial e o período prolongado de redemocratização manteve a CEF como fornecedora de empréstimo de última instância sujeita ao abuso político (*ibid.*).

A CEF foi utilizada, também, para amenizar os custos dos ajustes implementados pela estabilidade no período pós 1994, devido à compra de crédito “ruim” de bancos privados e públicos antes da revenda ou privatização. Este banco foi utilizado também para repassar empréstimos condicionais a governos estaduais e municipais e induzir reformas nos governos subnacionais (*ibid.*).

Desde o período de retorno da democracia até a estabilidade dos preços em 1994, com a melhoria da supervisão bancária, a modernização da governança corporativa e a transparência, melhoraram a capacidade de efetivação de empréstimos (*ibid.*, p. 103).

Na década dos anos 2000, mais especificamente a partir do ano 2001 com a capitalização e limpeza de sua carteira, houve muitas mudanças na CEF, desde o aumento da vantagem competitiva com grandes diferenciais entre as taxas de juros elevadas de títulos do governo e as taxas de juros pagas sobre depósitos. A partir do ano destacado a CEF expandiu negócios tradicionais referentes a empréstimos para a habitação, desenvolvimento urbano e banco de investimento. Além disto, foram agregadas novas linhas de atuação direcionadas ao microcrédito e economia popular para contribuir com novas políticas sociais do governo federal, incluir subsídios familiares, transferências de renda, pagamentos de seguro desemprego e fundos de pensão (*ibid.*).

“(...) a Caixa Econômica Federal ainda lidera em termos de poupança e crédito popular, desenvolvimento urbano, saneamento e moradia enquanto serve como agente central de transferência dos benefícios sociais do governo” (METTENHEIM, *op.cit.*).

De acordo com Mettenheim (2010) foram verificadas importantes somas de recursos concedidas aos brasileiros por meio das Caixas Econômicas, e uma das conclusões prováveis apresentadas como central seria que a transparência e a responsabilidade são relevantes para a gestão desta organização.

A CEF representa agente centralizado do governo federal para implementação de política social com o intuito da organização que é de descentralizar, delegar iniciativas e chegar aos movimentos sociais e outras forças de democratização. “*Os paradigmas e práticas de bancos sociais do exterior sugerem que a descentralização e a democratização estão apenas começando*” (Tradução nossa). Em suma, a CEF é instrumento de alternativas de políticas para o desenvolvimento, inclusão social e de democratização com vantagens competitivas em relação a bancos privados e estrangeiros (*ibid.*, p. 141-142).

3.2.1 Disponibilidade de Informação no site da CEF em perspectiva histórica

Relatório Anual CEF

O Relatório Anual de Demonstrativos Financeiros da CEF é disponibilizado no site do banco em formato digital *pdf* desde a data de 2001, subdividido em trimestres tendo as informações acumuladas com as seguintes denominações: 1º trimestre; 1º Semestre; 3º Trimestre; e, Relatório Anual o consolidado de todos os outros relatórios.

O Relatório Anual da CEF apresenta para a sociedade informações sobre atividades do banco referentes às “Informações Institucionais”. Contem, principalmente, informações sobre aplicações, operações de crédito, captação e administração de recursos, serviços bancários, gestão de pessoas, administração de riscos, governança e sustentabilidade corporativa, atuação social e cultural com apoio à Administração Pública, programa de contenção de gastos, tecnologia da

informação e responsabilidade social. E, também, seção de “Auditoria Externa” com parecer dos auditores independentes e o último bloco de “Demonstrações Financeiras” com balanços patrimoniais, demonstrações de resultados, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações das origens e aplicações de recursos e notas explicativas às demonstrações financeiras.

O relatório da CEF está disponível nas versões de Português, Inglês e Espanhol, e somente, nos anos de 2012 e 2013 disponíveis em duas versões Português e Inglês.

A partir de 2008 o relatório da Caixa passou a ser disponibilizado na metodologia de relatório de sustentabilidade *Global Reporting Initiative (GRI)*.

De 2012 em diante, os relatórios da CEF passaram a atender os padrões de contabilidade de convergência dos princípios contábeis geralmente aceitos BrGaap e das normas internacionais de contabilidade da *International Financial Reporting Standards (IFRS)*. Segundo Ernst & Young (2009) em 2007 com a publicação da Lei 12.638, a partir de 2008, houve a obrigação para todas as companhias nacionais a elaboração de suas demonstrações financeiras conforme conjunto de normas “locais” elaboradas com base no IFRS¹⁵.

Dentre os relatórios anuais disponíveis para consulta no *site* da CEF, a partir de 2001, pode-se destacar os principais tópicos elencados nestes relatórios de prestação de contas aos *stakeholders*.

Nota-se com a evolução histórica destes relatórios que não houve variação da estrutura principal do relatório. Houve, evidentemente, alterações pontuais nos tópicos intermediários, mas por outro lado, os tópicos principais se mantiveram os mesmos de 2001 a 2006. A partir de 2007 houve a inclusão dos tópicos “Parecer Caixa”, “Parecer CF Demonstrativo” e “Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria”. Em 2008, houve a inclusão do tópico “Demonstrativo do Valor Adicionado”. E em 2009, houve a inclusão dos tópicos “Press Release 2009” e “Relatório dos Auditores Independentes”. Já em 2010 houve a inclusão do tópico “Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria” e assim permaneceu até 2013.

Para esta pesquisa os tópicos principais foram organizados de forma linear para se verificar a frequência dos destaques ao longo dos anos. De maneira geral foi possível notar que houve constância dos itens destacados ao longo dos

¹⁵ Ernst & Young. Br Gaap vs. IFRS. p. 4. 2009. Disponível em: http://www.capitalaberto.com.br/wp-content/uploads/2012/06/Extra_Hora_do_Rescaldo.pdf. Acesso em: 4 Jan. 2015.

anos e, principalmente, que não houve alteração da estrutura principal do relatório mesmo com a adesão da metodologia GRI e inclusão dos padrões de contabilidade BrGaap e IFRS. Mediante estas constatações pode-se inferir que pelo fato de não ocorrer oscilações ao longo dos anos houve acúmulo de experiência e o relatório foi acumulado de melhorias até o ano de 2013.

No grupo denominado de “Relatório da administração” nota-se que nenhum item destacado esteve presente em todos os anos a partir de 2001 assim se pode comprovar em alguma medida elevada alternância dos assuntos tratados.

Verificou-se que no ano de implementação da metodologia GRI houve a inclusão de itens voltados ao negócio do banco “Negócios”, “Sustentação dos Negócios” e “Clientes” e o item de responsabilidade social passou a ser de “Responsabilidade Socioambiental”.

Pode-se destacar também a inclusão do item “Preparação IFRS” como resposta às mudanças ocorridas a partir de 2008 com a obrigatoriedade de adequação aos padrões de contabilidade a partir da Lei 12.638/2007.

É possível notar evolução no relatório da administração considerando os assuntos tratados no primeiro relatório disponível no *site* e os assuntos tratados ao longo dos anos.

Importante destacar a presença de pareceres de auditores independentes assinados ao longo dos anos por diferentes empresas KPMG, PricewaterhouseCoopers e Ernst Young.

Já no grupo de Notas Explicativas, com assuntos específicos da área da contabilidade houve muitas mudanças, mas que não podem ser consideradas mudanças relevantes.

Tabela 29: Relatório Anual, demonstrativos financeiros CEF (2001-2006)

2002 - 2001 Disponível em Português, Inglês e Espanhol	2003 - 2002 Disponível em Português, Inglês e Espanhol	2004 - 2003 Disponível em Português, Inglês e Espanhol	2005 - 2004 Disponível em Português, Inglês e Espanhol	2006 - 2005 Disponível em Português, Inglês e Espanhol
<p>Relatório da administração (Introdução; Atuação em seus negócios fundamentais; Aplicações em títulos e valores mobiliários; Atuação sócio-cultural e marketing; Programa de Racionalização de Gastos e Eliminação de Desperdícios - PROGED; Âncora na Transparência e na Prudência; Agradecimentos)</p>	<p>Relatório da administração</p>	<p>Relatório da administração</p>	<p>Relatório da administração</p>	<p>Relatório da administração (Introdução; Desempenho econômico-financeiro; Execução de Políticas Sociais e apoio à Administração Pública Conta CAIXA Fácil; Canais de atendimento CAIXA; Operações de crédito; Captação e administração de recursos; Serviços bancários e produtos de fidelização; Gestão de pessoas; Administração de riscos; Governança e sustentabilidade corporativa; Responsabilidade Social; Tecnologia da informação; Reconhecimentos)</p>
<p>Parecer dos auditores independentes KPMG</p>	<p>Parecer dos auditores independentes KPMG</p>	<p>Parecer dos auditores independentes</p>	<p>Parecer dos auditores independentes</p>	<p>Parecer dos auditores independentes</p>
<p>Balancos patrimoniais</p>	<p>Balancos patrimoniais</p>	<p>Balancos patrimoniais</p>	<p>Balancos patrimoniais</p>	<p>Balancos patrimoniais</p>
<p>Demonstrações de resultados</p>	<p>Demonstrações de resultados</p>	<p>Demonstrações de resultados</p>	<p>Demonstrações de resultados</p>	<p>Demonstrações de resultados</p>
<p>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</p>	<p>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</p>	<p>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</p>	<p>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</p>	<p>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</p>
<p>Demonstrações das origens e aplicações de recursos</p>	<p>Demonstrações das origens e aplicações de recursos</p>	<p>Demonstrações das origens e aplicações de recursos</p>	<p>Demonstrações das origens e aplicações de recursos</p>	<p>Demonstrações das origens e aplicações de recursos</p>
<p>Notas explicativas às demonstrações financeiras (Contexto operacional; Apresentação das demonstrações financeiras; Principais práticas contábeis; Aplicações interfinanceiras de liquidez; Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos; Créditos vinculados; Carteira de crédito; Outros créditos; Outros valores e bens; Ativo permanente; Depósitos; Recursos de letras hipotecárias; Obrigações por empréstimos; Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais; Outras obrigações; FGTS; Patrimônio líquido; Remuneração de empregados e de administradores; Encargos e créditos tributários; Outras informações; Reclassificações para fins de comparabilidade)</p>	<p>Notas explicativas às demonstrações financeiras</p>	<p>Notas explicativas às demonstrações financeiras</p>	<p>Notas explicativas às demonstrações financeiras</p>	<p>Notas explicativas às demonstrações financeiras (Contexto operacional; Apresentação das demonstrações contábeis; Principais práticas contábeis; Aplicações interfinanceiras de liquidez; Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos; Relações interfinanceiras - Créditos vinculados; Carteira de crédito; Outros créditos; Outros valores e bens; Ativo permanente; Depósitos e captações no mercado aberto; Recursos de letras hipotecárias e de letras de crédito imobiliário; Obrigações por empréstimos; Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais; Outras obrigações; Patrimônio líquido; Remuneração de empregados e de administradores; Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Demonstração do resultado; Ativos e passivos contingentes; Benefícios a empregados; Outras informações; Partes relacionadas; Demonstração do Fluxo de Caixa; Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental)</p>

Fonte: Relatórios Anuais da CEF.

Tabela 30: Relatório Anual, demonstrativos financeiros CEF (2007-2010)

<p style="text-align: center;">2007</p> <p style="text-align: center;">Disponível em Português, Inglês e Espanhol</p>	<p style="text-align: center;">2008</p> <p style="text-align: center;">Disponível em Português, Inglês e Espanhol Metodologia GRI</p>	<p style="text-align: center;">2009</p> <p style="text-align: center;">Disponível em Português, Inglês e Espanhol Metodologia GRI</p>	<p style="text-align: center;">2010</p> <p style="text-align: center;">Disponível em Português, Inglês e Espanhol Metodologia GRI BrGaap e IFRS</p>
<p style="text-align: center;">Relatório da administração</p> <p>(Introdução; Desempenho econômico-financeiro; Captação de Crédito; Operações de crédito; Operações com Títulos e Valores Mobiliários; Serviços Bancários; Administração de Loterias; Programas de Transferência de Renda; Políticas Sociais e apoio à Administração Pública; Caixa Intersetorial; Canais de atendimento CAIXA; Gestão de pessoas; Tecnologia da informação; Administração de Riscos e Controles Internos; Governança Corporativa; Responsabilidade Social; Premiações e Reconhecimentos; Agradecimentos)</p>	<p style="text-align: center;">Relatório de Administração Caixa</p> <p>(Destaques em 2008: Desempenho econômico-financeiro; Negócios; Suturação dos Negócios; Clientes; Execução das Políticas Públicas; Controle e Risco; Governança Corporativa; Responsabilidade Socioambiental; Reconhecimentos; Agradecimentos)</p>	<p style="text-align: center;">Relatório de Administração Caixa</p> <p>(<u>Conjuntura Econômica</u>; Desempenho econômico-financeiro; <u>Títulos e Valores Mobiliários</u>; <u>Captação de Recursos</u>; <u>Operações de Crédito</u>; <u>Serviços Bancários</u>; Execução das Políticas Públicas; <u>Atuação Internacional</u>; <u>Participações Estratégicas</u>; <u>Rede de Atendimento</u>; <u>Preparação IFRS</u>; <u>Controles Internos</u>; <u>Gestão de Riscos Corporativos</u>; <u>Governança</u>; <u>Planejamento Estratégico 2009-2015</u>; <u>Gestão de Pessoas</u>; Responsabilidade Socioambiental; Prêmios e Reconhecimentos; Agradecimentos)</p>	<p style="text-align: center;">Relatório de Administração Caixa</p> <p>(<u>Introdução</u>; <u>Conjuntura Econômica</u>; <u>Estratégia Empresarial</u>; <u>Clientes</u>; <u>Rede de Atendimento</u>; <u>Desempenho</u>; <u>Títulos e Valores Mobiliários</u>; <u>Operações de Crédito</u>; <u>Crédito Habitacional e de Infraestrutura</u>; <u>Recuperação de Créditos</u>; <u>Gestão de Risco de Crédito</u>; <u>Captação de Recursos</u>; <u>Serviços Bancários</u>; <u>Cartões</u>; <u>Seguros</u>; <u>Serviços de Governo</u>; <u>Loterias</u>; <u>Modernização da Gestão Pública</u>; <u>Atuação Internacional</u>; <u>Participações Estratégicas</u>; <u>Controles Internos</u>; <u>Gestão de Riscos Corporativos</u>; <u>Governança</u>; <u>Gestão de Pessoas</u>; <u>Responsabilidade Socioambiental</u>; <u>Prêmios e Reconhecimentos</u>; <u>Negócios</u>; <u>Acessibilidade</u>; <u>Apoio ao Esporte</u>; <u>Incentivo à Cultura</u>; <u>Valorização da Diversidade</u>; <u>Proteção às Crianças e Adolescentes</u>; <u>Resultado Econômico-Financeiro</u>; <u>Agradecimentos</u>)</p>
<p style="text-align: center;">Parecer dos auditores independentes</p> <p>PricewaterhouseCoopers</p>	<p style="text-align: center;">Parecer dos auditores independentes</p> <p>PricewaterhouseCoopers</p>	<p style="text-align: center;">Parecer dos auditores independentes</p> <p>PricewaterhouseCoopers</p>	<p style="text-align: center;">Parecer dos auditores independentes</p> <p>PricewaterhouseCoopers</p>
<p style="text-align: center;">Balancos patrimoniais</p>	<p style="text-align: center;">Balancos patrimoniais</p>	<p style="text-align: center;">Balancos patrimoniais</p>	<p style="text-align: center;">Balancos patrimoniais</p>
<p style="text-align: center;">Demonstrações de resultados</p>	<p style="text-align: center;">Demonstrações de resultados</p>	<p style="text-align: center;">Demonstrações de resultados</p>	<p style="text-align: center;">Demonstrações de resultados</p>
<p style="text-align: center;">Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</p>	<p style="text-align: center;">Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</p>	<p style="text-align: center;">Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</p>	<p style="text-align: center;">Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</p>
<p style="text-align: center;">Demonstrações das origens e aplicações de recursos</p>	<p style="text-align: center;">Demonstrativo do Fluxo de Caixa</p>	<p style="text-align: center;">Demonstrativo do Fluxo de Caixa</p>	<p style="text-align: center;">Demonstrativo do Fluxo de Caixa</p>
<p style="text-align: center;">Notas explicativas às demonstrações financeiras</p> <p>(Contexto operacional; Apresentação das demonstrações contábeis; Principais práticas contábeis; <u>Disponibilidades</u>; Aplicações interfinanceiras de liquidez; Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos; Relações interfinanceiras - Créditos vinculados; Carteira de crédito; Outros créditos; Outros valores e bens; Ativo permanente; Depósitos e captações no mercado aberto; Recursos de letras hipotecárias e de letras de crédito imobiliário; Obrigações por empréstimos; Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais; Outras obrigações; Patrimônio líquido; Remuneração de empregados e de administradores; Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Demonstração do resultado; Ativos e passivos contingentes; Benefícios a empregados; Outras informações; Partes relacionadas; <u>Eventos subsequentes</u>; Demonstração do Fluxo de Caixa; <u>Demonstrativo do Valor Adicionado</u>; Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental)</p>	<p style="text-align: center;">Notas explicativas</p> <p>(Contexto operacional; Apresentação das demonstrações contábeis; Principais práticas contábeis; Disponibilidades; Aplicações interfinanceiras de liquidez; Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos; Relações interfinanceiras - Créditos vinculados; Carteira de crédito; Outros créditos; Outros valores e bens; Ativo permanente; Depósitos e captações no mercado aberto; Recursos de letras hipotecárias e de letras de crédito imobiliário; Obrigações por empréstimos; Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais; Outras obrigações; Patrimônio líquido; Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Demonstração do resultado; <u>Passivos contingentes</u>; Benefícios a empregados; Partes relacionadas; <u>Gerenciamento do Risco Corporativo</u>; Outras informações)</p>	<p style="text-align: center;">Notas explicativas</p> <p>(Contexto operacional; Apresentação das demonstrações financeiras; Principais práticas contábeis; <u>Caixa e Equivalentes de Caixa</u>; Aplicações interfinanceiras de liquidez; Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos; Relações interfinanceiras - Créditos vinculados; Carteira de crédito; Outros créditos; Outros valores e bens; <u>Investimentos</u>; <u>Imobilizado</u>; <u>Intangível</u>; <u>Diferido</u>; Depósitos e captações no mercado aberto; Recursos de letras hipotecárias e de letras de crédito imobiliário; Obrigações por empréstimos; Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais; Outras obrigações; Patrimônio líquido; Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); <u>Receitas da intermediação financeira</u>; <u>Despesas da intermediação financeira</u>; <u>Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias</u>; <u>Despesas com pessoal</u>; <u>Despesas administrativas</u>; <u>Outras receitas operacionais</u>; <u>Outras despesas operacionais</u>)</p>	<p style="text-align: center;">Notas explicativas</p> <p>(Contexto operacional; Apresentação das demonstrações financeiras; Principais práticas contábeis; <u>Caixa e Equivalentes de Caixa</u>; Aplicações interfinanceiras de liquidez; Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos; Relações interfinanceiras - Créditos vinculados; Carteira de crédito; Outros créditos; Outros valores e bens; <u>Investimentos</u>; <u>Imobilizado</u>; <u>Intangível</u>; <u>Diferido</u>; Depósitos e captações no mercado aberto; Recursos de letras hipotecárias e de letras de crédito imobiliário; Obrigações por empréstimos; Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais; Outras obrigações; Patrimônio líquido; Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); <u>Receitas da intermediação financeira</u>; <u>Despesas da intermediação financeira</u>; <u>Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias</u>; <u>Despesas com pessoal</u>; <u>Despesas administrativas</u>; <u>Outras receitas operacionais</u>; <u>Outras despesas operacionais</u>)</p>
<p style="text-align: center;">Parecer Caixa</p>	<p style="text-align: center;">Parecer Conselho de Administração Caixa</p>	<p style="text-align: center;">Parecer Conselho de Administração Caixa</p>	<p style="text-align: center;">Parecer Conselho de Administração Caixa</p>
<p style="text-align: center;">Parecer CF Demonstrativo</p>	<p style="text-align: center;">Parecer Conselho Fiscal Caixa</p>	<p style="text-align: center;">Parecer Conselho Fiscal Caixa</p>	<p style="text-align: center;">Parecer Conselho Fiscal Caixa</p>
<p style="text-align: center;">Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria</p>	<p style="text-align: center;">Relatório do Comitê de Auditoria Demonstrativo do Valor Adicionado</p>	<p style="text-align: center;">Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria Demonstrativo do Valor Adicionado</p>	<p style="text-align: center;">Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria Demonstrativo do Valor Adicionado</p>
<p style="text-align: center;">Press Release 2009</p>	<p style="text-align: center;">Press Release 2009</p>	<p style="text-align: center;">Press Release 2009</p>	<p style="text-align: center;">Press Release</p>
<p style="text-align: center;">Relatório dos Auditores Independentes</p>	<p style="text-align: center;">Relatório dos Auditores Independentes</p>	<p style="text-align: center;">Relatório dos Auditores Independentes</p>	<p style="text-align: center;">Relatório dos Auditores Independentes</p>
<p style="text-align: center;">Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria</p>	<p style="text-align: center;">Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria</p>	<p style="text-align: center;">Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria</p>	<p style="text-align: center;">Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria</p>

Fonte: Relatórios Anuais da CEF.

Tabela 31: Relatório Anual, demonstrativos financeiros CEF (2011-2013)

<p style="text-align: center;">2011</p> <p style="text-align: center;">Disponível em Português, Inglês e Espanhol Metodologia GRI BrGaap e IFRS</p>	<p style="text-align: center;">2012</p> <p style="text-align: center;">Disponível em Português e Inglês Metodologia GRI BrGaap e IFRS</p>	<p style="text-align: center;">2013</p> <p style="text-align: center;">Disponível em Português e Inglês Metodologia GRI BrGaap e IFRS</p>
<p style="text-align: center;">Relatório de Administração Caixa</p> <p>(Introdução; Conjuntura Econômica; Estratégia Empresarial; Clientes e Canais de Atendimento; Desempenho Econômico-Financeiro; Operações com Títulos e Valores Mobiliários; Operações de Crédito; Depósitos e Captação de Recursos; Serviços Bancários; Cartões de Crédito e Débito; Serviços de Governo; FGTS - 45 anos; Loterias; Atuação Internacional; Governança Corporativa; Controles Internos; Ambiente de Controle; Avaliação de Risco; Atividades de Controle e Conformidade; Comunicação e Informação; Monitoramento; Gestão de Riscos; Gerenciamento de Risco de Crédito de Tomador e Operação; Gerenciamento de Risco de Liquidez e Operacional; Gestão de Pessoas; Responsabilidade Social Empresarial; Apoio ao Esporte; Incentivo à Cultura; Prêmios e Reconhecimentos; Agradecimentos)</p>	<p style="text-align: center;">Relatório de Administração Caixa</p> <p>(Introdução; Estratégia Empresarial; Clientes e Canais de Atendimento; Desempenho Econômico-Financeiro; Operações com Títulos e Valores Mobiliários; Operações de Crédito; Depósitos e Captação de Recursos; Serviços Bancários; Cartões de Crédito e Débito; Serviços de Governo; FGTS; Loterias; Atuação Internacional; Mercado internacional de capitais; Participações Estratégicas; Governança Corporativa; Controles Internos; Gestão de Riscos; Gestão de Riscos Corporativos; Gerenciamento de Risco de Crédito de Tomador e Operação; Gestão de Pessoas; Responsabilidade Social Empresarial; Apoio ao Esporte; Incentivo à Cultura; Prêmios e Reconhecimentos; Agradecimentos)</p>	<p style="text-align: center;">Relatório de Administração Caixa</p> <p>(Introdução; Clientes e Canais de Atendimento; Desempenho Econômico-Financeiro; Operações com Títulos e Valores Mobiliários; Carteira de Crédito Ampliada; Depósitos e Captação de Recursos; Fundos de Investimentos; Serviços Bancários; Cartões de Crédito e Débito; Serviços de Governo; Loterias; Participações Estratégicas; Atuação Internacional; Governança Corporativa; Controles Internos; Gestão de Riscos; Tecnologia da Informação; Gestão de Pessoas; Responsabilidade Socioambiental; Apoio à Cultura e ao Esporte; Prêmios e Reconhecimentos; Agradecimentos)</p>
<p style="text-align: center;">Parecer dos auditores independentes</p> <p style="text-align: center;">PricewaterhouseCoopers</p>	<p style="text-align: center;">Parecer dos auditores independentes</p> <p style="text-align: center;">PricewaterhouseCoopers</p>	<p style="text-align: center;">Parecer dos auditores independentes</p> <p style="text-align: center;">Ernst & Young</p>
<p style="text-align: center;">Balancos patrimoniais</p>	<p style="text-align: center;">Balancos patrimoniais</p>	<p style="text-align: center;">Balancos patrimoniais</p>
<p style="text-align: center;">Demonstrações de resultados</p>	<p style="text-align: center;">Demonstrações de resultados</p>	<p style="text-align: center;">Demonstrações de resultados</p>
<p style="text-align: center;">Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</p>	<p style="text-align: center;">Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</p>	<p style="text-align: center;">Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</p>
<p style="text-align: center;">Demonstrativo do Fluxo de Caixa</p>	<p style="text-align: center;">Demonstrativo do Fluxo de Caixa</p>	<p style="text-align: center;">Demonstrativo do Fluxo de Caixa</p>
<p style="text-align: center;">Notas explicativas</p> <p>(Contexto operacional; Apresentação das demonstrações Contábeis; Principais práticas contábeis; Caixa e Equivalentes de Caixa; Aplicações interfinanceiras de liquidez; Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos; Relações interfinanceiras - Créditos vinculados; Carteira de crédito; Outros créditos; Outros valores e bens; Investimentos; Imobilizado; Intangível; Diferido; Depósitos e captações no mercado aberto; Recursos de letras hipotecárias e de letras de crédito imobiliário; Obrigações por empréstimos; Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais; Outras obrigações; Patrimônio líquido; Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Receitas da intermediação financeira; Despesas da intermediação financeira; Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias; Despesas com pessoal; Outras Despesas administrativas; Outras receitas operacionais; Outras despesas operacionais; Resultado não operacional; Despesas Tributárias; Provisões; Partes Relacionadas; Benefícios a empregados; Gerenciamento de Risco corporativo; Outras Informações; Eventos Subsequentes)</p>	<p style="text-align: center;">Notas explicativas às demonstrações contábeis</p> <p>(Contexto operacional; Apresentação das demonstrações Contábeis; Principais práticas contábeis; Caixa e Equivalentes de Caixa; Aplicações interfinanceiras de liquidez; Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos; Relações interfinanceiras; Carteira de crédito; Outros créditos; Outros valores e bens; Participações em controladas e coligadas; Imobilizado de uso; Intangível e Diferido; Depósitos; Captações no mercado aberto; Recursos de aceites e emissões de títulos; Obrigações por empréstimos e repasses do País - instituições oficiais; Outras obrigações; Patrimônio líquido; Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Receitas da intermediação financeira; Despesas da intermediação financeira; Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias; Despesas com pessoal; Outras Despesas administrativas; Outras receitas operacionais; Outras despesas operacionais; Resultado não operacional; Despesas Tributárias; Provisões para causas judiciais; Partes Relacionadas; Benefícios a empregados; Gerenciamento de Risco corporativo; Outras Informações)</p>	<p style="text-align: center;">Notas explicativas às demonstrações contábeis</p> <p>(Contexto operacional; Apresentação das demonstrações Contábeis; Principais práticas contábeis; Caixa e Equivalentes de Caixa; Aplicações interfinanceiras de liquidez; Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos; Relações interfinanceiras; Carteira de crédito; Outros créditos; Outros valores e bens; Participações em controladas e coligadas; Imobilizado de uso; Intangível e Diferido; Depósitos; Captações no mercado aberto; Recursos de aceites e emissões de títulos; Obrigações por empréstimos e repasses; Outras obrigações; Patrimônio líquido; Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Receitas da intermediação financeira; Despesas da intermediação financeira; Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias; Despesas com pessoal; Outras Despesas administrativas; Outras receitas operacionais; Outras despesas operacionais; Resultado não operacional; Despesas Tributárias; Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias; Partes Relacionadas; Benefícios a empregados; Gerenciamento do Risco corporativo; Outras Informações)</p>
<p style="text-align: center;">Parecer Conselho de Administração Caixa</p>	<p style="text-align: center;">Parecer Conselho de Administração</p>	<p style="text-align: center;">Parecer Conselho de Administração</p>
<p style="text-align: center;">Parecer Conselho Fiscal Caixa</p>	<p style="text-align: center;">Parecer Conselho Fiscal</p>	<p style="text-align: center;">Parecer Conselho Fiscal</p>
<p style="text-align: center;">Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria</p>	<p style="text-align: center;">Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria</p>	<p style="text-align: center;">Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria</p>
<p style="text-align: center;">Demonstrativo do Valor Adicionado</p>	<p style="text-align: center;">Demonstrativo do Valor Adicionado</p>	<p style="text-align: center;">Demonstrativo do Valor Adicionado</p>
<p style="text-align: center;">Press Release</p>	<p style="text-align: center;">Press Release</p>	<p style="text-align: center;">Press Release</p>
<p style="text-align: center;">Relatório dos Auditores Independentes</p>	<p style="text-align: center;">Relatório dos Auditores Independentes</p>	<p style="text-align: center;">Relatório dos Auditores Independentes</p>
<p style="text-align: center;">Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria</p>	<p style="text-align: center;">Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria</p>	<p style="text-align: center;">Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria</p>

Fonte: Relatórios Anuais da CEF.

3.2.2 O Enfoque da Transparência nos Relatórios Anuais da CEF

A transparência foi destacada nos relatórios anuais da CEF, disponíveis no *site* deste Banco. Segue destaques presentes nos relatórios para cada ano.

Relatório Anual de 2002

No relatório do ano 2002 houve referência ao termo da transparência com enfoque na área administrativa. Houve melhoria da transparência para os analistas de mercado e para a sociedade com as informações financeiras de publicações trimestrais via *internet*. No mesmo ano, foi publicado o Novo Estatuto da CAIXA para o atendimento da política da transparência denominada “Âncora da Transparência” de maneira a proteger o executivo cuja função é de controle. O mesmo Estatuto instituiu também a função de Ouvidoria (CEF, 2002, p. 25-26).

O maior avanço apontado por este relatório foi implementação do Sistema de Controle Interno (SCI), em processo de desenvolvimento desde 1999, fortemente focado na melhoria de procedimentos internos, integridade de registros operacionais contábeis, gerenciamento de riscos, combate a fraudes e preparação oportuna de informações da área econômica financeira (*ibid.*).

Este relatório enfatizou também a boa classificação da CEF no índice *Ratings* cuja finalidade é medir a transparência da gestão, qualidade do controle interno e a consistência dos valores apresentados nos balanços financeiros (*ibid.*, p. 27).

Relatório Anual de 2003

No relatório de 2003 houve ênfase para a apresentação da Caixa aos dirigentes associados da Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado de Capitais (Apimec), Distrito Federal, Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do Sul e de São Paulo (CEF, 2003, p. 21).

Houve ênfase à contratação de empresa especializada na qualidade de gestão do ativo de terceiros para a valorização da transparência da organização na gestão do recurso de terceiros, bem como, do aperfeiçoamento de controles na

promoção de conformidade e desenvolvimento da cultura de *compliance* na organização com foco na efetividade de controles internos (*ibid.*).

Relatório Anual de 2004

No relatório de 2004 houve ênfase para a publicidade por meio da *internet* dada ao desempenho operacional, econômico e financeiro da Caixa. Houve enfoque em melhorar a qualidade e tempestividade destas informações para consolidar a implementação de base única de dados econômico-financeiros cuja finalidade principal foi de unificar o plano de contas e consolidar informações de forma automática e instantânea (CEF, 2004, p. 17).

Houve continuidade da apresentação dos desempenhos econômico-financeiros e operacional aos dirigentes e a associados da Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado de Capital (Apimec) e para integrantes da Associação Brasileiro dos Analistas do Mercado de Capitais (Abemec) (*ibid.*).

Relatório Anual de 2005

No relatório de 2005 houve ênfase na transparência durante os processos de negociações do acordo coletivo de trabalho com empregados (CEF, 2005, p. 23).

Houve continuidade da apresentação dos desempenhos econômico-financeiros e operacional aos dirigentes e a associados da Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado de Capital (Apimec) e da Associação Brasileiro dos Analistas do Mercado de Capitais (Abemec) (*ibid.*, p. 25).

Relatório Anual de 2006

No relatório de 2006 houve ênfase no enfoque na transparência com a construção do Portal de Obras do Governo Federal (Obrasnet) em parceria entre o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e a CEF com o principal objetivo de promover a transparência do processo de planejamento, aprovação, contratação e acompanhamento de obras (CEF, 2006, p. 5).

Houve aprimoramento da governança, da transparência no controle da relação de risco de mercado e de retorno dos produtos e carteiras da CEF, com a construção de novos indicadores de risco dos ativos e passivos (*ibid.*, p. 25).

Relatório Anual de 2007

No relatório de 2007, houve ênfase na elaboração do fluxo de caixa de acordo com método indireto e de acordo com as definições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), com o objetivo de ampliar a transparência aos usuários das demonstrações contábeis (CEF, 2007, p. 60).

Relatório Anual de 2008

No relatório de 2008 houve ênfase, no relatório de auditoria, ao processo estruturado de comunicação interna e de divulgação que redefiniu informações a serem disponibilizadas para o mercado por meio da *intranet* e auxiliou para construção de relatório para o público externo, desta forma a estrutura de risco operacional passou a atingir o processo adequado de gestão e de transparência recomendados (CEF, 2008, p. 69).

Relatório Anual de 2009

No relatório de 2009 (CEF, 2009, p. 3), houve ênfase para a preparação do Banco para implementar as normas da *International Financial Reporting Standard* (IFRS) conforme segue:

A CAIXA está em processo de adoção das Normas Internacionais de Contabilidade elaboradas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) por meio de ações planejadas e executadas em um projeto específico. Com ênfase na transparência e nas melhores práticas de governança corporativa, a Instituição decidiu adotar as novas regras para as demonstrações contábeis consolidadas de 2010, incluindo o comparativo com o ano de 2009. Para este fim, a CAIXA está em fase final de elaboração do Balanço de Abertura em IFRS (*International Financial Reporting Standard*) com database de 1º de janeiro de 2009. A divulgação das informações contábeis consolidadas em IFRS será feita por meio do sítio da Empresa na internet, conforme disposições da Circular 3.472/2009 do Banco Central do Brasil (Bacen). Como parte do processo de convergência ao IFRS, a Instituição promoveu a reestruturação de sua área contábil, criando uma célula especialista em normas IFRS e participa ativamente das discussões na Febraban e Bacen que tratam especificamente das normas internacionais de contabilidade (*ibid.*).

Relatório Anual de 2011

No relatório de 2011 houve ênfase da transparência no contexto da governança corporativa, que de acordo com o Decreto n.º 6.021/2007, cujos princípios são de traduzir a condução dos negócios, prestação de contas de suas atividades e no relacionamento com as partes interessadas, honestidade, respeito, responsabilidade e transparência (CEF, 2011, p. 22).

Relatório Anual de 2012

No relatório de 2012 manteve-se a ênfase da transparência nos valores da Caixa ao lado de honestidade, compromisso e responsabilidade (CEF, 2012, p. 3 e 18).

Houve destaque para a implementação do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), a partir de 16 de maio de 2012, conforme a Lei de Acesso à Informação (LAI) e que houve neste primeiro ano aproximadamente 2000 solicitações de acesso colocando a Caixa entre os órgãos do governo federal que mais receberam pedidos de acesso à informação (*ibid.*, p. 6).

Neste mesmo ano (*ibid.*) foi lançado o Atendimento CAIXA ao Cidadão por meio do canal 0800 com foco nos serviços de cidadania com número expressivo de ligações, conforme segue:

PIS, Seguro Desemprego, FGTS, Cartão Social e Serviço de Informação ao Cidadão migraram do SAC para o novo número, visando mais especialização das informações prestadas ao cidadão. Até dezembro foram recepcionadas mais de 14 milhões de ligações no novo canal.

No mesmo ano houve a viabilização de projetos estratégicos de certificação de controle incluindo rigorosos mecanismos controles interno, e também, da validação do fluxo de informação e de comunicação (*ibid.*, p. 19).

Relatório Anual de 2013

No relatório de 2013, houve novamente, menção ao projeto estratégico de certificação de controle incluindo rigorosos mecanismos de controles interno, e também, da validação do fluxo de informação e de comunicação (CEF, 2013, p. 17).

Relatório Anual de 2014 (até o terceiro trimestre de 2014)

No relatório de 2014, até o terceiro trimestre deste ano manteve-se a ênfase da transparência nos valores da Caixa vinculados com honestidade, compromisso e responsabilidade (CEF, 2014, p. 18).

3.2.3 Panorama da Transparência Passiva da CEF a partir da LAI (2012 – 2014)

Solicitações de Informação por Categoria e Subcategoria

Tabela 32: Transparência Passiva CEF, pedidos de informação (2012)

Caixa Econômica Federal - CEF		
Transparência PASSIVA - Pedidos de Informação / 2012		
Categoria do Pedido	Subcategoria do Pedido	Ocorrências
Economia e Finanças	Economia	804
Economia e Finanças	Administração financeira	588
Ciência, Informação e Comunicação	Informação - Gestão, preservação e acesso	401
Economia e Finanças	Finanças	123
Economia e Finanças	Encargos financeiros	45
Trabalho	Profissões e ocupações	3
Habituação, Saneamento e Urbanismo	Habituação	2
Governo e Política	Fiscalização do estado	2
Trabalho	Legislação trabalhista	2
Trabalho	Política trabalhista	1
Pessoa, família e sociedade	Assistência e desenvolvimento social	1
Pessoa, família e sociedade	Pessoa	1
Governo e Política	Administração pública	1
Educação	Financiamento da educação	1
Ciência, Informação e Comunicação	Comunicação	1
Total		1976

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Em 2012, após a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação (LAI) foram realizados um total de 1976 solicitações de informação.

Nota-se que as solicitações de acesso às informações realizadas para a CEF foi concentrada na categoria de “Economia e Finanças” e subcategoria de “Economia” com 804 solicitações de informação, na categoria de “Economia e Finanças” e subcategoria de “Administração Financeira” com 588 solicitações. Na categoria de “Ciência, Informação e Comunicação” e subcategoria de “Informação – Gestão preservação e acesso” com 401 pedidos, e na categoria de “Economia e Finanças” e subcategoria de “Finanças” com 123 pedidos, totalizando 1916 solicitações em um total de 1976.

Com menor número de ocorrências, portanto, com bem menos destaque foram solicitações de informações realizadas na subcategoria “Encargos Financeiros” da categoria de “Economia e Finanças” com 45 solicitações de informações.

As demais 15 solicitações enquadradas nas subcategorias de “Profissões e ocupações”, “Habituação”, “Fiscalização do estado”, “Legislação trabalhista”,

“Política trabalhista”, “Assistência e desenvolvimento social”, “Pessoa”, “Administração pública”, “Financiamento da educação” e “Comunicação”.

Tabela 33: Transparência Passiva CEF, pedidos de informação (2013)

Caixa Econômica Federal - CEF		
Transparência PASSIVA - Pedidos de Informação / 2013		
Categoria do Pedido	Subcategoria do Pedido	Ocorrências
Economia e Finanças	Administração financeira	2025
Economia e Finanças	Economia	105
Economia e Finanças	Finanças	30
Governo e Política	Política	13
Habitação, Saneamento e Urbanismo	Habitação	9
Economia e Finanças	Encargos financeiros	3
Trabalho	Política trabalhista	2
Pessoa, família e sociedade	Pessoa	2
Ciência, Informação e Comunicação	Informação - Gestão, preservação e acesso	2
Trabalho	Mercado de Trabalho	1
Governo e Política	Fiscalização do estado	1
Trabalho	Legislação trabalhista	1
Trabalho	Fiscalização do trabalho	1
Governo e Política	Administração pública	1
Total		2196

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Em 2013 foram realizados um total de 2196 solicitações de informação. Nota-se que para este ano as solicitações de acesso às informações realizadas para o BB foram concentradas na categoria de “Economia e Finanças” e subcategoria de “Administração Financeira” com 2025 pedidos em um total de 2025.

Com menor número de ocorrências, portanto, com bem menos destaque foram solicitações de informações realizadas nas subcategorias de “Economia”, “Finanças”, “Política” e “Habitação”.

As demais 14 solicitações enquadradas em subcategorias diversificadas são pouco significativas.

Tabela 34: Transparência Passiva CEF, pedidos de informação (2014)

Caixa Econômica Federal - CEF		
Transparência PASSIVA - Pedidos de Informação / 2014		
Categoria do Pedido	Subcategoria do Pedido	Ocorrências
Economia e Finanças	Administração financeira	2228
Economia e Finanças	Economia	59
Economia e Finanças	Encargos financeiros	2
Andamento	Andamento	108
Total		2397

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Em 2014 foram realizados até o dia 09.12.2014 um total de 2397 solicitações de informação. Nota-se que para este ano as solicitações de acesso às informações realizadas para o BB, também, foram concentradas na categoria de “Economia e Finanças” e subcategoria de “Administração Financeira” com 2228 pedidos em um total de 2397.

Com menor número de ocorrências, portanto, com bem menos destaque foram solicitações de informações realizadas nas subcategorias de “Economia” e “Encargos Financeiros”. As demais 108 solicitações representam solicitações ainda em análise.

Caracterização das Solicitações de Informação

Tabela 35: Transparência Passiva CEF, tipos de resposta (2012)

Caixa Econômica Federal - CEF					
Transparência PASSIVA - Tipos de Resposta / 2012					
Categoria do Pedido	Subcategoria do Pedido	Ocorrências	Tipo da Resposta	Ocorrências	%
Economia e Finanças	Economia	804	Acesso Concedido	536	66,67%
			Acesso Negado	237	29,48%
			Acesso Parcialmente Concedido	20	2,49%
			Informação Inexistente	8	1,00%
			Pergunta Duplicada/Repetida	2	0,25%
			Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	1	0,12%
Economia e Finanças	Administração financeira	588	Acesso Concedido	427	72,62%
			Acesso Negado	143	24,32%
			Pergunta Duplicada/Repetida	10	1,70%
			Acesso Parcialmente Concedido	6	1,02%
			Informação Inexistente	1	0,17%
			Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	1	0,17%
Ciência, Informação e Comunicação	Informação - Gestão, preservação e acesso	401	Acesso Concedido	338	84,29%
			Acesso Negado	60	14,96%
			Pergunta Duplicada/Repetida	2	0,50%
			Acesso Parcialmente Concedido	1	0,25%
Economia e Finanças	Finanças	123	Acesso Concedido	93	75,61%
			Acesso Negado	28	22,76%
			Pergunta Duplicada/Repetida	1	0,81%
			Acesso Parcialmente Concedido	1	0,81%
Economia e Finanças	Encargos financeiros	45	Acesso Concedido	34	76%
			Acesso Negado	9	20%
			Pergunta Duplicada/Repetida	1	2%
			Acesso Parcialmente Concedido	1	2%
Trabalho	Profissões e ocupações	3	Acesso Concedido	3	100%
Habituação, Saneamento e Urbanismo	Habituação	2	Acesso Concedido	2	100%
Governo e Política	Fiscalização do estado	2	Acesso Concedido	2	100%
Trabalho	Legislação trabalhista	2	Acesso Negado	2	100%
Trabalho	Política trabalhista	1	Acesso Negado	1	100%
Pessoa, família e sociedade	Assistência e desenvolvimento social	1	Acesso Negado	1	100%
Pessoa, família e sociedade	Pessoa	1	Acesso Concedido	1	100%
Governo e Política	Administração pública	1	Acesso Negado	1	100%
Educação	Financiamento da educação	1	Acesso Concedido	1	100%
Ciência, Informação e Comunicação	Comunicação	1	Acesso Concedido	1	100%
Total		1976		1976	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que caracteriza como foram os encaminhamentos das respostas em 2012, os percentuais dos encaminhamentos e das subcategorias.

Para a subcategoria com mais ocorrências, a de “Economia”, houve mais ocorrências de “Acesso Concedido” com 66,67% mediante “Acesso Negado” com 29,48%. Os demais 3,86% foram classificados como “Acesso Parcialmente Concedido”, “Informação Inexistente”, “Pergunta Duplicada/Repetida” e “Órgão não tem competência para responder sobre o assunto”.

Na subcategoria de “Administração financeira” houve predominância de “Acesso Concedido” com 72,62%, mediante “Acesso Negado” de 24,32%. Os outros 3,06% foram classificados como “Pergunta Duplicada/Repetida”, “Acesso Parcialmente Concedido”, “Informação Inexistente” e “Órgão não tem competência para responder sobre o assunto”.

Já na subcategoria de “Informação - Gestão, preservação e acesso” houve predominância de “Acesso Concedido” com 84,29% frente à 14,96% de “Acesso Negado”. Os demais 0,75% foram caracterizados como “Pergunta Duplicada/Repetida” e “Acesso Parcialmente Concedido”.

Com a subcategoria de “Finanças” houve predominância de “Acesso Concedido” com 75,61% frente à 22,76% de “Acesso Negado”. Os demais 1,63% foram caracterizados como “Pergunta Duplicada/Repetida” e “Acesso Parcialmente Concedido”.

No caso da subcategoria de “Encargos Financeiros” houve predominância de “Acesso Concedido” com 76% frente 20% de “Acesso Negado”. Os demais 4% foram caracterizados como “Pergunta Duplicada/Repetida” e “Acesso Parcialmente Concedido”.

As demais ocorrências, minoria das ocorrências, revezaram entre “Acesso Concedido” e “Acesso Negado”.

Tabela 36: Transparência Passiva CEF, tipos de resposta (2013)

Caixa Econômica Federal - CEF								
Transparência PASSIVA - Tipos de Resposta / 2013								
Categoria do Pedido	Subcategoria do Pedido	Ocorrências	Tipo da Resposta	Ocorrências	%			
Economia e Finanças	Administração financeira	2025	Acesso Concedido	1444	71,31%			
			Acesso Negado	460	22,72%			
			Acesso Parcialmente Concedido	75	3,70%			
			Não se trata de solicitação de informação	17	0,84%			
			Pergunta Duplicada/Repetida	10	0,49%			
			Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	10	0,49%			
Economia e Finanças	Economia	105	Informação Inexistente	9	0,44%			
			Acesso Concedido	80	76%			
			Acesso Negado	15	14%			
			Acesso Parcialmente Concedido	5	5%			
Economia e Finanças	Finanças	30	Não se trata de solicitação de informação	5	5%			
			Acesso Concedido	19	63,33%			
			Não se trata de solicitação de informação	6	20,00%			
			Acesso Negado	2	6,67%			
			Pergunta Duplicada/Repetida	1	3,33%			
			Informação Inexistente	1	3,33%			
Economia e Finanças	Encargos financeiros	3	Acesso Parcialmente Concedido	1	3,33%			
			Acesso Concedido	1	33,33%			
			Não se trata de solicitação de informação	1	33,33%			
			Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	1	33,33%			
Ciência, Informação e	Informação - Gestão,	2	Acesso Negado	2	100%			
			Trabalho	Política trabalhista	2	Acesso Negado	1	50%
						Não se trata de solicitação de informação	1	50%
Pessoa, família e sociedade	Pessoa	2	Não se trata de solicitação de informação	2	100%			
Governo e Política	Fiscalização do estado	1	Pergunta Duplicada/Repetida	1	100%			
Trabalho	Legislação trabalhista	1	Acesso Concedido	1	100%			
Trabalho	Mercado de Trabalho	1	Não se trata de solicitação de informação	1	100%			
Governo e Política	Administração pública	1	Acesso Concedido	1	100%			
Trabalho	Fiscalização do trabalho	1	Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	1	100%			
Total		2196		2196				

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que caracteriza como foram os encaminhamentos das respostas em 2013, os percentuais dos encaminhamentos, e das subcategorias.

Para a subcategoria com mais ocorrências, a de “Administração Financeira” da categoria “Economia e Finanças” com 2025 ocorrências, houve mais ocorrências de “Acesso Concedido” com 71,31% mediante “Acesso Negado” com 22,72%. Os demais 5,98% foram classificados como “Acesso Parcialmente Concedido”, “Não se trata de solicitação de informação”, “Pergunta

Duplicada/Repetida”, “Órgão não tem competência para responder sobre o assunto” e “Informação Inexistente”.

Com a subcategoria de “Economia” houve predominância de “Acesso Concedido” com 76%, mediante “Acesso Negado” de 14%. Os outros 10% foram classificados como “Acesso Parcialmente Concedido” e “Não se trata de solicitação de informação”.

Na subcategoria de “Finanças” da categoria de “Economia e Finanças” houve predominância de “Acesso Concedido” com 63,33% mediante 20% de “Não se trata de solicitação de informação” e 6,67% de “Acesso Negado”. Os demais 10% foram caracterizados como “Pergunta Duplicada/Repetida”, “Informação Inexistente” e “Acesso Parcialmente Concedido”.

As demais subcategorias presentes foram “Política”, “Habitação”, “Encargos financeiros”, “Informação - Gestão, preservação e acesso”, “Política trabalhista”, “Pessoa”, “Fiscalização do estado”, “Legislação trabalhista”, “Mercado de Trabalho”, “Administração pública”, “Fiscalização do trabalho”, minoria das ocorrências, revezaram entre “Acesso Concedido”, “Acesso Negado”, “Órgão não tem competência para responder sobre o assunto”, “Não se trata de solicitação de informação”, “Acesso Parcialmente Concedido” e “Pergunta Duplicada/Repetida”.

Tabela 37: Transparência Passiva CEF, tipos de resposta (2014)

Caixa Econômica Federal - CEF					
Transparência PASSIVA - Tipos de Resposta / 2014					
Categoria do Pedido	Subcategoria do Pedido	Ocorrências	Tipo da Resposta	Ocorrências	%
Economia e Finanças	Administração financeira	2228	Acesso Negado	1106	49,64%
			Acesso Concedido	883	39,63%
			Acesso Parcialmente Concedido	173	7,76%
			Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	24	1,08%
			Pergunta Duplicada/Repetida	21	0,94%
			Não se trata de solicitação de informação	11	0,49%
Andamento	Andamento	108	Informação Inexistente	10	0,45%
Economia e Finanças	Economia	59	Andamento	108	100%
			Acesso Concedido	31	52,54%
			Acesso Negado	27	45,76%
Economia e Finanças	Encargos financeiros	2	Acesso Parcialmente Concedido	1	1,69%
			Acesso Concedido	1	50%
			Acesso Negado	1	50%
Total		2397		2397	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que caracteriza como foram os encaminhamentos das respostas até 09.12.2014, os percentuais dos encaminhamentos e das subcategorias.

Na subcategoria com mais ocorrências, a de “Administração Financeira” da categoria “Economia e Finanças” com 2228 ocorrências, houve mais ocorrências de “Acesso Concedido”, 7,76% “Acesso Parcialmente Concedido”. Os demais 2,96% foram classificados como “Órgão não tem competência para responder sobre o assunto”, “Pergunta Duplicada/Repetida”, “Não se trata de solicitação de informação”, e “Informação Inexistente”. Nesta data, em 09.12.2014, 108 ocorrências estavam em andamento, portanto, sem classificação designada.

Para a subcategoria de “Economia” houve predominância de “Acesso Concedido” com 52,54%, mediante “Acesso Negado” de 45,76%. Os outros 1,69% foram classificados como “Acesso Parcialmente Concedido”.

Com a subcategoria de “Finanças” da categoria de “Economia e Finanças” houve predominância de “Acesso Concedido” com 63,33% mediante 20% de “Não se trata de solicitação de informação” e 6,67% de “Acesso Negado”. Os demais 10% foram caracterizados como “Pergunta Duplicada/Repetida”, “Informação Inexistente” e “Acesso Parcialmente Concedido”.

Já para a subcategoria “Encargos Financeiros” houve apenas 2 ocorrências sendo uma de “Acesso Negado” e uma de “Acesso Concedido”.

Classificação das Respostas

Tabela 38: Transparência Passiva CEF, acesso e sigilo (2012)

Caixa Econômica Federal - CEF					
Transparência PASSIVA - Acesso e Sigilo / 2012					
Tipo da Resposta	Quantidade	%	Classificação da Resposta	Quantidade	%
Acesso Concedido	1438	72,77%	Informações enviadas por e-mail	1342	93,32%
			Orientação sobre como encontrar a informação solicitada na Internet ou em publicações existentes	37	2,57%
			Resposta solicitada inserida no e-SIC	25	1,74%
			Informações enviadas pelo correio	21	1,46%
			Data, hora e local para consulta agendados	7	0,49%
			Concedido acesso a sistema corporativo para consulta da informação	3	0,21%
			Comunicada necessidade de pagamento de custos de postagem e/ou reprodução	3	0,21%
Acesso Negado	482	24,39%	Dados Pessoais	326	68%
			Informação sigilosa de acordo com legislação específica	56	12%
			Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011	55	11%
			Pedido incompreensível	20	4%
			Pedido genérico	13	3%
			Pedido exige tratamento adicional de dados	12	2%
Acesso Parcialmente Concedido	29	1,47%	Parte da informação é sigilosa de acordo com legislação específica	24	83%
			Parte da informação inexistente	3	10%
			Parte da informação contém dados pessoais	2	7%
Pergunta Duplicada/Repetida	16	55,17%	Sem informação	16	100%
Informação inexistente	9	0,46%	Sem informação	9	100%
Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	2	0,10%	Sem informação	2	100%
Total	1976			1976	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que no grupo de “Acesso Concedido”, grupo com maior número de ocorrências 72,77%, como não há a necessidade de justificar a causa da liberação da informação solicitada há aqui o registro de que 93,32% das solicitações foram encaminhadas diretamente por e-mail, 2,57% das solicitações de informação foram “Orientação sobre como encontrar a informação solicitada na Internet ou em publicações existentes”. Os demais 4,10% foram encaminhados por meio de “Resposta solicitada inserida no e-SIC”, “Informações enviadas pelo correio”, “Data, hora e local para consulta agendados” para posterior retirada da informação, “Concedido acesso a sistema corporativo para consulta da informação” e “Comunicada necessidade de pagamento de custos de postagem e/ou reprodução”.

No grupo de “Acesso Negado” com 24,39% houve predominância do motivo de negativa das solicitações de informação por meio da argumentação de “Dados Pessoais” com 68% das ocorrências, “Informação sigilosa de acordo com legislação específica” com 12%, “Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011” com 11% e com 9% “Pedido incompreensível”, “Pedido genérico” e “Pedido exige tratamento adicional de dados”.

Tabela 39: Transparência Passiva CEF, acesso e sigilo (2013)

Caixa Econômica Federal - CEF					
Transparência PASSIVA - Acesso e Sigilo / 2013					
Tipo da Resposta	Quantidade	%	Classificação da Resposta	Quantidade	%
Acesso Concedido	1560	71,04%	Resposta solicitada inserida no e-SIC	1027	65,83%
			Orientação sobre como encontrar a informação solicitada na Internet ou em publicações existentes	387	24,81%
			Informações enviadas por e-mail	133	8,53%
			Data, hora e local para consulta agendados	6	0,38%
			Informações enviadas pelo correio	5	0,32%
			Concedido acesso a sistema corporativo para consulta da informação	2	0,13%
Acesso Negado	479	21,81%	Dados Pessoais	289	60,33%
			Informação sigilosa de acordo com legislação específica	117	24,43%
			Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011	43	8,98%
			Pedido genérico	13	2,71%
			Pedido incompreensível	7	1,46%
			Pedido exige tratamento adicional de dados	6	1,25%
			Pedido desproporcional ou desarrazoado	4	0,84%
Acesso Parcialmente Concedido	82	3,73%	Parte da informação é sigilosa de acordo com legislação específica	47	57,32%
			Parte da informação é sigilosa e classificada conforme a Lei 12.527/2011	11	13,41%
			Parte da informação contém dados pessoais	9	10,98%
			Parte da informação é de competência de outro órgão/entidade	6	7,32%
			Parte da informação inexistente	3	3,66%
			Parte do pedido é desproporcional ou desarrazoado	2	2,44%
			Parte do pedido é genérico	2	2,44%
			Processo decisório em curso	2	2,44%
Não se trata de solicitação de informação	38	1,73%	Sem informação	38	100%
Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	14	0,64%	Sem informação	14	100%
Pergunta Duplicada/Repetida	13	0,59%	Sem informação	13	100%
Informação Inexistente	10	0,46%	Sem informação	10	100%
Total	2196			2196	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que no grupo de “Acesso Concedido”, grupo com maior número de ocorrências 71,04%, como não há a necessidade de justificar a causa da liberação da informação solicitada há aqui o registro de que 65,83% foram de “Resposta solicitada inserida no e-SIC”, 24,81% das solicitações de informação foram “Orientação sobre como encontrar a informação solicitada na Internet ou em publicações existentes”, 8,53% foram de “Informações enviadas por e-mail”. Os demais 0,83% foram encaminhados por meio de “Data, hora e local para consulta agendados”, “Informações enviadas pelo correio”, e “Concedido acesso a sistema corporativo para consulta da informação”.

No grupo de “Acesso Negado” com 21,81% houve predominância do motivo de negativa das solicitações de informação por meio da argumentação de “Dados Pessoais” com 60,33% das ocorrências, “Informação sigilosa de acordo com legislação específica” com 24,43%, “Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011” com 8,98% e os demais 6,26% “Pedido genérico”, “Pedido incompreensível”, “Pedido exige tratamento adicional de dados” e “Pedido desproporcional ou desarrazoado”.

Com o grupo de “Acesso Parcialmente Concedido” houve apenas 3,73% das ocorrências com destaque para a predominância do motivo de negativa das solicitações de informação por meio da argumentação de “Parte da informação é sigilosa de acordo com legislação específica” com 57,32% das ocorrências, “Parte da informação é sigilosa e classificada conforme a Lei 12.527/2011” com 13,41%, “Parte da informação contém dados pessoais” com 10,98% e os demais 18,29% “Parte da informação é de competência de outro órgão/entidade”, “Parte da informação inexistente”, “Pedido desproporcional ou desarrazoado”, “Parte do pedido é genérico” e “Processo decisório em curso”.

Tabela 40: Transparência Passiva CEF, acesso e sigilo (2014)

Caixa Econômica Federal - CEF					
Transparência PASSIVA - Acesso e Sigilo / 2014					
Tipo da Resposta	Quantidade	%	Classificação da Resposta	Quantidade	%
Acesso Negado	1134	47,31%	Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011	833	73%
			Informação sigilosa de acordo com legislação específica	84	7%
			Pedido exige tratamento adicional de dados	74	7%
			Pedido incompreensível	64	6%
			Pedido desproporcional ou desarrazoado	37	3%
			Dados Pessoais	34	3%
			Pedido genérico	8	1%
Acesso Concedido	915	38,17%	Resposta solicitada inserida no e-SIC	740	80,87%
			Orientação sobre como encontrar a informação solicitada na Internet ou em publicações existentes	173	18,91%
			Informações enviadas por e-mail	1	0,11%
			Comunicada necessidade de pagamento de custos de postagem e/ou reprodução	1	0,11%
Acesso Parcialmente Concedido	174	7,26%	Parte da informação é sigilosa de acordo com legislação específica	109	62,64%
			Parte da informação é sigilosa e classificada conforme a Lei 12.527/2011	45	25,86%
			Parte da informação inexistente	14	8,05%
			Parte da informação é de competência de outro órgão/entidade	3	1,72%
			Parte do pedido é desproporcional ou desarrazoado	3	1,72%
Andamento	108	4,51%	Andamento	108	100%
Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	24	1,00%	Sem informação	24	100%
Pergunta Duplicada/Repetida	21	12,07%	Sem informação	21	100%
Não se trata de solicitação de informação	11	0,46%	Sem informação	11	100%
Informação inexistente	10	0,42%	Sem informação	10	100%
Total	2397			2397	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que no grupo de “Acesso Negado” grupo com maior número de ocorrências com 47,31% houve predominância do motivo de negativa das solicitações de informação por meio da argumentação de “Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011” com 73%, “Informação sigilosa de acordo com legislação específica” com 7%, “Pedido exige tratamento adicional de dados” com 7%, “Pedido incompreensível” com 6% e com 7% os demais classificados como “Pedido desproporcional ou desarrazoado”, “Dados Pessoais” e “Pedido Genérico”.

No grupo de “Acesso Concedido” com 38,17%, como não há a necessidade de justificar a causa da liberação da informação solicitada há aqui o registro de que 80,87% das solicitações foram classificadas como “Resposta

solicitada inserida no e-SIC”, “Orientação sobre como encontrar a informação solicitada na Internet ou em publicações existentes” com 18,91%, os demais 0,22% foram encaminhados por meio de “Informações enviadas por e-mail” e “Comunicada necessidade de pagamento de custos de postagem e/ou reprodução”.

Forma de Acesso na Transparência Passiva

Tabela 41: Transparência Passiva CEF, forma de acesso (2012)

Caixa Econômica Federal - CEF				
Transparência PASSIVA - Forma de Acesso / 2012				
Solicitação	Quantidade	Resposta	Quantidade	%
Internet	1963	Correspondência eletrônica (e-mail)	1760	89,66%
		Pelo sistema (com avisos por email)	149	7,59%
		Buscar/Consultar pessoalmente	36	1,83%
		Correspondência física (com custo)	18	0,92%
Balcão SIC	13	Correspondência eletrônica (e-mail)	12	92%
		Pelo sistema (com avisos por email)	1	8%
Total	1976		1976	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que em 2012 somente 13 das solicitações foram realizadas presencialmente por meio do Balcão SIC sendo a maioria das respostas encaminhadas por “Correspondência eletrônica (e-mail)” e que a maioria das solicitações 1963 foram respondida por meio de “Correspondência eletrônica (e-mail)”, “Pelo sistema (com avisos por e-mail)”, “Buscar/Consultar pessoalmente” e “Correspondência física (com custo)”.

Tabela 42: Transparência Passiva CEF, forma de acesso (2013)

Caixa Econômica Federal - CEF				
Transparência PASSIVA - Forma de Acesso / 2013				
Solicitação	Quantidade	Resposta	Quantidade	%
Internet	2170	Pelo sistema (com avisos por email)	1383	63,73%
		Correspondência eletrônica (e-mail)	728	33,55%
		Buscar/Consultar pessoalmente	42	1,94%
		Correspondência física (com custo)	17	0,78%
Balcão SIC	26	Pelo sistema (com avisos por email)	19	73%
		Correspondência eletrônica (e-mail)	6	23%
		Correspondência física (com custo)	1	4%
Total	2196		2196	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que em 2013 somente 26 das solicitações foram realizadas presencialmente por meio do Balcão SIC sendo a maioria das respostas encaminhadas “Pelo sistema (com avisos por e-mail)” e que a maioria das solicitações 1383 foram respondidas “Pelo sistema (com avisos por e-mail)”, “Correspondência eletrônica (e-mail)”, “Buscar/Consultar pessoalmente” e “Correspondência física (com custo)”.

Tabela 43: Transparência Passiva CEF, forma de acesso (2014)

Caixa Econômica Federal - CEF				
Transparência PASSIVA - Forma de Acesso / 2014				
Solicitação	Quantidade	Resposta	Quantidade	%
Internet	2387	Pelo sistema (com avisos por email)	2210	92,58%
		Correspondência eletrônica (e-mail)	133	5,57%
		Buscar/Consultar pessoalmente	34	1,42%
		Correspondência física (com custo)	10	0,42%
Balcão SIC	10	Pelo sistema (com avisos por email)	7	70%
		Buscar/Consultar pessoalmente	1	10%
		Correspondência física (com custo)	2	20%
Total	2397		2397	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que em 2014 até o dia 09.12.2014 somente 10 das solicitações foram realizadas presencialmente por meio do Balcão SIC sendo a maioria das respostas encaminhadas “Pelo sistema (com avisos por e-mail)” e que a maioria das solicitações 2210 foram respondidas “Pelo sistema (com avisos por e-mail)”, “Correspondência eletrônica (e-mail)”, “Buscar/Consultar pessoalmente” e “Correspondência física (com custo)”.

Casos de Prorrogação ou Reencaminhamento

Tabela 44: Transparência Passiva CEF, processo interno (2012)

Caixa Econômica Federal - CEF			
Transparência PASSIVA - Processo Interno / 2012			
Prorrogado	Quantidade	Reencaminhado	Quantidade
Sim	0	Sim	0
Não	1976	Não	1976
Total	1976		1976

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Em 2012, não houve casos de prorrogação do prazo previsto na Lei de Acesso à Informação (LAI), nem mesmo reencaminhamento para realização de ajustes ou correção de resposta encaminhada pela área.

Tabela 45: Transparência Passiva CEF, processo interno (2013)

Caixa Econômica Federal - CEF			
Transparência PASSIVA - Processo Interno / 2013			
Prorrogado	Quantidade	Reencaminhado	Quantidade
Sim	0	Sim	0
Não	2196	Não	2196
Total	2196		2196

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Em 2013, também não houve casos de prorrogação do prazo previsto na Lei de Acesso à Informação (LAI), nem mesmo reencaminhamento para realização de ajustes ou correção de resposta encaminhada pela área.

Tabela 46: Transparência Passiva CEF, processo interno (2014)

Caixa Econômica Federal - CEF			
Transparência PASSIVA - Processo Interno / 2014			
Prorrogado	Quantidade	Reencaminhado	Quantidade
Sim	1	Sim	12
Não	2396	Não	2385
Total	2397		2397

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Já em 2014 até o dia 09.12.2014 houve somente 1 caso de prorrogação do prazo previsto na Lei de Acesso à Informação (LAI), e apenas 12 casos de reencaminhamento para realização de ajustes ou correção de resposta encaminhada pela área.

Recursos em Primeira e Segunda Instâncias

Tabela 47: Transparência Passiva CEF, recursos (2012)

Caixa Econômica Federal - CEF					
Transparência PASSIVA - Recursos / 2012					
Instância	Quantidade	%	Tipo do Recurso	Quantidade	%
Primeira Instância	132	85%	Informação recebida não corresponde à solicitada	43	32,58%
			Informação incompleta	43	32,58%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	26	19,70%
			Outros	11	8,33%
			Grau de sigilo não informado	2	1,52%
			Informação recebida por meio diferente do solicitado	2	1,52%
			Ausência de justificativa legal para classificação	2	1,52%
			Autoridade classificadora não informada	2	1,52%
Segunda Instância	23	15%	Informação incompleta	6	26,09%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	6	26,09%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	5	21,74%
			Outros	4	17,39%
			Informação recebida por meio diferente do solicitado	1	4,35%
Total			155	155	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela de recursos que no ano de 2012 houve 132 recursos em “Primeira Instância” e 23 recursos em “Segunda Instância” totalizando 155 recursos.

Em “Primeira Instância” 32,58% das ocorrências foram classificadas como “Informação recebida não corresponde à solicitada”, 32,58% com classificação de “Informação incompleta”, “Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada” com 19,70%, “Outros” com 8,33%, os demais 6,82 com a classificação de “Grau de sigilo não informado”, “Informação recebida por meio diferente do solicitado”, “Ausência de

justificativa legal para classificação”, “Autoridade classificadora não informada” e “Informação classificada por autoridade sem competência”.

Para os recursos de “Segunda Instância” 26,09% das ocorrências foram classificadas como “Informação Incompleta”, 26,09% com classificação de “Informação recebida não corresponde à solicitada”, 21,74% “Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada”, 17,39% “Outros”, 4,35% “Informação recebida por meio diferente do solicitado” e 4,35% “Grau de classificação inexistente”.

Tabela 48: Transparência Passiva CEF, recursos (2013)

Caixa Econômica Federal - CEF					
Transparência PASSIVA - Recursos / 2013					
Instância	Quantidade	%	Tipo do Recurso	Quantidade	%
Primeira Instância	273	70%	Informação incompleta	108	39,56%
			Informação recebida por meio diferente do solicitado	72	26,37%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	43	15,75%
			Outros	31	11,36%
			Ausência de justificativa legal para classificação	12	4,40%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	2	0,73%
			Autoridade classificadora não informada	2	0,73%
			Grau de sigilo não informado	1	0,37%
			Grau de classificação inexistente	1	0,37%
Segunda Instância	117	30%	Informação incompleta	51	44%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	33	28%
			Outros	17	15%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	11	9%
			Ausência de justificativa legal para classificação	5	4%
Total	390			390	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela de recursos que no ano de 2013 houve 273 recursos em “Primeira Instância” e 117 recursos em “Segunda Instância” totalizando 390 recursos.

Em “Primeira Instância” 39,56% das ocorrências foram classificadas como “Informação Incompleta”, 26,37% com classificação de “Informação recebida por meio diferente do solicitado”, 15,75% com classificação de “Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada”, “Outros” com 11,36%, os demais 6,96% com a classificação de “Ausência de justificativa legal para classificação”, “Informação

recebida não corresponde à solicitada”, “Autoridade classificadora não informada”, “Grau de sigilo não informado”, “Grau de classificação inexistente” e “Informação classificada por autoridade sem competência”.

Para os recursos de “Segunda Instância” 44% das ocorrências foram classificadas como “Informação Incompleta”, 28% com classificação de “Informação recebida não corresponde à solicitada”, 15% “Outros”, 9% “Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada” e 4% “Ausência de justificativa legal para classificação”.

Tabela 49: Transparência Passiva CEF, recursos (2014)

Caixa Econômica Federal - CEF					
Transparência PASSIVA - Recursos / 2014					
Instância	Quantidade	%	Tipo do Recurso	Quantidade	%
Primeira Instância	247	79%	Informação incompleta	83	33,60%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	56	22,67%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	53	21,46%
			Outros	35	14,17%
			Ausência de justificativa legal para classificação	12	4,86%
			Grau de sigilo não informado	2	0,81%
			Autoridade classificadora não informada	2	0,81%
			Informação classificada por autoridade sem competência	2	0,81%
			Prazo de classificação inadequado para o grau de sigilo	1	0,40%
			Grau de classificação inexistente	1	0,40%
Segunda Instância	65	21%	Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	20	30,77%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	18	27,69%
			Informação incompleta	11	16,92%
			Outros	8	12,31%
			Ausência de justificativa legal para classificação	5	7,69%
			Grau de sigilo não informado	2	3,08%
			Informação recebida por meio diferente do solicitado	1	1,54%
Total	312			312	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela de recursos que no ano de 2014 até o dia 09.12.2014 houve 247 recursos em “Primeira Instância” e 65 recursos em “Segunda Instância” totalizando 312 recursos.

Em “Primeira Instância” 33,60% das ocorrências foram classificadas como “Informação incompleta”, 22,67% classificadas como “Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada”, 21,46% classificadas como “Informação recebida não corresponde à solicitada”, 14,17% “Outros”, 4,86% “Ausência de justificativa legal

para classificação”, os demais 3,24% classificados como “Grau de sigilo não informado”, “Autoridade classificadora não informada”, “Informação classificada por autoridade sem competência”, “Prazo de classificação inadequado para o grau de sigilo” e “Grau de classificação inexistente”.

Para os recursos de “Segunda Instância” 30,77% das ocorrências foram classificadas como “Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada”, 27,69% classificadas com “Informação recebida não corresponde à solicitada”, 16,92% “Informação Incompleta”, 12,31% “Outros”, 7,69% “Ausência de justificativa legal para classificação”, e os demais 4,62% por “Grau de sigilo não informado” e “Informação recebida por meio diferente do solicitado”.

Resultado dos Recursos em Primeira e Segunda Instâncias

Tabela 50: Transparência Passiva CEF, resposta por tipo de recurso (2012)

Caixa Econômica Federal - CEF					
Transparência PASSIVA - Resposta por Tipo de Recurso / 2012					
Tipo da Resposta	Quantidade	%	Tipo do Recurso	Quantidade	%
Deferido	87	56%	Informação incompleta	41	47,13%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	29	33,33%
			Outros	7	8,05%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	6	6,90%
			Informação recebida por meio diferente do solicitado	2	2,30%
			Grau de sigilo não informado	1	1,15%
			Grau de classificação inexistente	1	1,15%
Indeferido	56	36%	Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	23	41,07%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	17	30,36%
			Informação incompleta	5	8,93%
			Outros	6	10,71%
			Ausência de justificativa legal para classificação	1	1,79%
			Grau de sigilo não informado	1	1,79%
			Autoridade classificadora não informada	1	1,79%
			Informação recebida por meio diferente do solicitado	1	1,79%
Parcialmente deferido	12	8%	Informação incompleta	3	25,00%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	3	25,00%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	2	16,67%
			Outros	2	16,67%
			Ausência de justificativa legal para classificação	1	8,33%
			Autoridade classificadora não informada	1	8,33%
Total	155			155	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que a maioria dos recursos foram “Deferidos” com 56% das ocorrências, 36% dos recursos foram “Indeferido” e 8% dos recursos foram “Parcialmente Deferido”. Destaque para as ocorrências do grupo “Deferido” classificadas como “Informação incompleta” com 47,13% e “Informação recebida não corresponde à solicitada” com 33,33%. Para o grupo “Indeferido” destaque para “Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada” com 41,07% e “Informação recebida não corresponde à solicitada” com 30,36%.

Tabela 51: Transparência Passiva CEF, resposta por tipo de recurso (2013)

Caixa Econômica Federal - CEF					
Transparência PASSIVA - Resposta por Tipo de Recurso / 2013					
Tipo da Resposta	Quantidade	%	Tipo do Recurso	Quantidade	%
Deferido	214	55%	Informação incompleta	95	44,39%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	57	26,64%
			Outros	33	15,42%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	17	7,94%
			Ausência de justificativa legal para classificação	7	3,27%
			Autoridade classificadora não informada	2	0,93%
			Informação recebida por meio diferente do solicitado	2	0,93%
Indeferido	139	36%	Informação classificada por autoridade sem competência	1	0,47%
			Informação incompleta	50	35,97%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	35	25,18%
			Informação recebida por meio diferente do solicitado	30	21,58%
			Outros	15	10,79%
			Ausência de justificativa legal para classificação	7	5,04%
			Grau de sigilo não informado	1	0,72%
Grau de classificação inexistente	1	0,72%			
Parcialmente deferido	33	8%	Informação recebida não corresponde à solicitada	15	45,45%
			Informação incompleta	14	42,42%
			Ausência de justificativa legal para classificação	3	9,09%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	1	3,03%
Sem Informação	4	1%	Sem Informação	4	100%
Total	390			390	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que a maioria dos recursos foram “Deferidos” com 55% das ocorrências, 36% dos recursos foram “Indeferido” e 8% dos recursos foram “Parcialmente Deferido”. Destaque para as ocorrências do grupo “Deferido” classificadas como “Informação incompleta” com 44,39% e “Informação recebida não corresponde à solicitada” com 26,64%. Para o grupo “Indeferido” destaque para “Informação Incompleta” com 35,97%, “Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada” com 25,18% e “Informação recebida por meio diferente do solicitado” com 21,58%.

Tabela 52: Transparência Passiva CEF, resposta por tipo de recurso (2014)

Caixa Econômica Federal - CEF					
Transparência PASSIVA - Resposta por Tipo de Recurso / 2014					
Tipo da Resposta	Quantidade	%	Tipo do Recurso	Quantidade	%
Indeferido	160	51%	Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	58	36,25%
			Informação incompleta	37	23,13%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	31	19,38%
			Outros	15	9,38%
			Ausência de justificativa legal para classificação	12	7,50%
			Grau de sigilo não informado	2	1,25%
			Autoridade classificadora não informada	1	0,63%
			Informação recebida por meio diferente do solicitado	1	0,63%
			Grau de classificação inexistente	1	0,63%
			Informação classificada por autoridade sem competência	1	0,63%
Prazo de classificação inadequado para o grau de sigilo	1	0,63%			
Deferido	129	41%	Informação incompleta	51	39,53%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	36	27,91%
			Outros	23	17,83%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	12	9,30%
			Ausência de justificativa legal para classificação	5	3,88%
			Grau de sigilo não informado	1	0,78%
			Autoridade classificadora não informada	1	0,78%
Parcialmente deferido	13	4%	Outros	5	38,46%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	3	23,08%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	3	23,08%
			Informação incompleta	2	15,38%
Sem Informação	8	3%	Sem Informação	8	100%
Não Conhecimento	2	1%	Informação incompleta	1	50%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	1	50%
Total	312			312	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que em 09.12.2014 a maioria dos recursos foram “Indeferidos” com 51% das ocorrências, 41% dos recursos foram “Deferido” e 4% dos recursos foram “Parcialmente Deferido”. Destaque para as ocorrências do grupo “Indeferido” classificadas como “Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada” com 36,25%, “Informação incompleta” com 23,13% e “Informação recebida não corresponde à solicitada” com 19,38%. Para o grupo “Deferido” destaque para “Informação Incompleta” com 39,53%, “Informação recebida não corresponde à solicitada” com 27,91%, “Outros” com 17,83% e “Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada” com 9,30%.

3.2.4 A CEF em linhas gerais

A CEF foi criada essencialmente como banco de poupança para substituir instituições particulares e cooperativas fracassadas. Este tipo de instituição financeira é essencial por fornecer aos governos alternativa de política econômica, de inclusão social e de democratização.

Em geral estes bancos possuem vantagens competitivas em relação aos bancos da iniciativa privada sejam eles nacionais ou estrangeiros, por exemplo, com diferenciais de taxas, o que auxilia para a garantia da sobrevivência financeira da organização.

Durante o período de redemocratização a CEF passou por intensas mudanças na área da gestão para tornar o banco mais eficiente e competitivo no mercado, além disto, houve muitas mudanças para a implementação de normas de contabilidade, o principal objetivo com estas mudanças foi de melhorar a capacidade de efetivação de empréstimos.

Na década de 1990 a CEF foi utilizada, também, para amenizar custos de ajustes implementados pela estabilidade econômica.

Em linhas gerais, a CEF financia historicamente, os setores de habitação com programas de cunho popular e para famílias de renda média, auxilia também, na área de finanças, mobilização de capital, política social e de inclusão social, bem como, na industrialização, municípios e projetos de governo, projetos urbanos de saneamento e de desenvolvimento.

3.3 O Caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Fundado em 1952 o BNDES é banco de desenvolvimento “padrão”, sua trajetória de atuação desde o ano de sua fundação em 1952, dentre conjunto de políticas e práticas que moldaram o desenvolvimento brasileiro. Nos primeiros anos forneceu crédito para as áreas de transporte, energia elétrica, infraestrutura e produção de aço (METHENHEIM, 2010, p. 145).

Já na década de 1960, o BNDES diversificou seu campo de atuação ao ampliar suas ações também para as reformas financeiras (*ibid.*).

Durante os anos 1970, o BNDES foi fundamental para a finalização do processo de industrialização de substituição de importação coordenada pelo Estado, por meio de financiamentos, direcionamento de poupança para bens de capital, empréstimos para projetos e programas de desenvolvimento regional (*ibid.*).

Nos anos de 1980, o BNDES recuou sua política de investimento público devido a problemas relacionados com a crise e a dívida externa (*ibid.*).

Em 1982, com a criação do Fundo de Investimento Social (Finsocial) para apoiar ações sociais no País o BNDES foi escolhido para realizar a gestão deste Fundo que incentivou para alteração da nomenclatura do banco BNDE para BNDES, e assim, incluir o desenvolvimento social às suas atribuições¹⁶.

Na década de 1990, mais especificamente no período de 1994-2003, o BNDES se tornou “agente de privatização de empresas estatais” permanecendo, neste momento de crise no Brasil, e também, de mercados emergentes, como praticamente a única fonte doméstica de longo prazo (METHENHEIM, *op.cit.*).

Nesta mesma década o Banco passou por forte crise institucional devido denúncias de má conduta referentes à informações privilegiadas e a ocorrência de gravações por escuta telefônica entre funcionários do banco durante os processos de privatizações que levaram a renúncia do presidente André Lara Resende em 1998 (*ibid.*, p. 171).

A partir dos anos 2000, o BNDES migrou para a política de reformas de “segundo geração” com foco no financiamento para o setor privado, numa tentativa

¹⁶ PAMPLONA, 2011 *apud* WEGELIN, M. J. C. O impacto da política de crédito do BNDES no desenvolvimento econômico e social dos municípios brasileiros, 2014.

de aumento de empréstimos para pequenas empresas (METHENHEIM, 2010, p. 145). Depois do ano 2000 a política do BNDES é considerada neo-desenvolvimentista (*ibid.*, p. 146).

No período de 2004-2008 “fluxos de capital e um mercado acionário doméstico em expansão reforçaram a capacidade do BNDES em aprovar investimentos de longo prazo para grandes empresas brasileiras” esta ação contribuiu para que estas empresas se tornassem multinacionais (*ibid.*, p. 145).

Durante a crise de 2008, o BNDES concedeu empréstimos anticíclicos¹⁷ (METHENHEIM, 2010, p. 146). Desde sua fundação o banco obteve significativa vantagem competitiva em relação a bancos privados e estrangeiros no Brasil (*ibid.*, p. 170).

“(...) o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social tem oferecido desde então crédito de longo prazo para setores econômicos estratégicos; coordenou as privatizações nos anos 90; continua sendo uma fonte importante de financiamento de exportações” (METHENHEIM, *op.cit.*).

O BNDES nos anos 2000 se manteve no centro das redes políticas brasileiras, das opções políticas de governo, modernização da governança corporativa e desenvolvimento financeiro, “indicadores de desempenho sugerem que o Banco não é um buraco negro que protege a indústria improdutiva e socorre grandes conglomerados” (METHENHEIM, *op.cit.*, p. 170-171).

Desde sua criação o BNDES auxiliou fortemente o governo com créditos de financiamentos em situações de crise do mercado financeiro, ou seja, em ocasiões nas quais as instituições financeiras privadas não teriam condições de oferecer financiamentos de longo prazo, concluindo que a visão de críticos aos bancos públicos de que este Banco reproduz repressão financeira não é verdade (*ibid.*, p. 171).

Na perspectiva do acesso à informação houve forte ausência de transparência e de prestação de contas, mais especificamente, no período militar e início da década de 1980, durante o período de redemocratização. A crise de transparência ocorreu fortemente, também, durante o regime militar, no BB e na

¹⁷ Empréstimos anticíclicos se referem à ações realizadas, em geral por bancos públicos, na contramão dos interesses de mercado, em geral para estimular determinados setores em apoio à política de governo (Grifo Nosso).

CEF, em linhas gerais, nota-se que os maiores problemas desta ordem ocorreram em períodos de marcante ausência de democracia nas três instituições (*ibid.*).

3.3.1 Disponibilidade de Informação no *síte* do BNDES em perspectiva histórica

Relatório Anual BNDES

O Relatório Anual e de Demonstrativos Financeiros do BNDES é disponibilizado no *síte* do banco em formato digital *pdf* desde o ano de 1994.

Este relatório apresenta para a sociedade informações sobre atividades do banco referentes a “Informações Institucionais” contendo, principalmente, a política da empresa, atuação do BNDES, desempenho operacional, política de gestão corporativa, relações institucionais de governança, responsabilidade social. Contém, também, uma seção de “Auditoria Externa” com parecer dos auditores independentes, demonstrações financeiras contendo balanços patrimoniais, demonstrações de resultados, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações das origens aplicações de recursos e notas explicativas às demonstrações financeiras e balanços das outras duas entidades do grupo BNDES, a BNDESPAR e a FINAME.

Os relatórios do BNDES estão disponíveis em versões em Português de 1994 a 1997, em arquivos digitalizados por *scanner* sem a possibilidade de leitura por máquina. No período de 1998 à 2001 estão disponíveis nas versões Português e Inglês, em arquivos *pdf* com a possibilidade de leitura por máquina. No período de 2002 a 2004 estão disponíveis nas versões Português e Inglês, na versão “*Online*”. Em 2005 estão disponíveis nas versões Português e Inglês em arquivo *pdf* com a possibilidade de leitura por máquina. Em 2006 estão disponíveis nas versões Português, Inglês e Espanhol em arquivo *pdf* com a possibilidade de leitura por máquina. Em 2007 estão disponíveis nas versões Português e Inglês em arquivo *pdf* com a possibilidade de leitura por máquina. No período de 2008 a 2010 estão disponíveis na versão Português em arquivo *pdf* com a possibilidade de leitura por máquina. Em 2011 estão disponível na versão Português, Inglês e Espanhol, na

versão “*Online*”. E por fim, nos anos de 2012 e 2013 estão disponíveis nas versões Português e Inglês, na versão “*Online*”.

No ano de 2010 houve adoção das IFRS com Extrato das Demonstrações Financeiras Consolidadas do BNDES em IFRS como base da transição para as IFRSs para a conciliação entre as práticas contábeis adotadas no Brasil BrGaap e as da *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

No ano de 2011 foi incluída a matriz de referência de indicadores *Global Reporting Initiative (GRI)* como base de preparação para a implementação da metodologia GRI. A partir de 2012 os relatórios do BNDES passaram a ser disponibilizados na metodologia de relatório de sustentabilidade GRI cuja finalidade segundo a própria GRI¹⁸ (2006) “*é a prática de medir, divulgar e prestar contas para stakeholders internos e externos do desempenho organizacional ao desenvolvimento sustentável*”.

Dentre os relatórios anuais disponíveis para consulta no *site* do BNDES, a partir de 1994, pode-se destacar os principais tópicos elencados nestes relatórios de prestação de contas aos *stakeholders*.

Nota-se com a evolução histórica destes relatórios que não houve variação de sua estrutura principal de 1994 até o ano de 2010. Houve evidentemente alterações pontuais nos tópicos mais específicos referentes às alterações de foco na gestão e também da política de desembolsos ao longo dos anos. Dentre as ocorrências mais significativas verificou-se que não está disponível as Notas Explicativas para o relatório da auditoria no ano de 1997 e que houve publicação do Balanço Social apenas para os períodos de 2001 a 2002 e de 2004 a 2006.

Para esta pesquisa os tópicos principais foram organizados de forma linear para se verificar a frequência dos destaques ao longo dos anos. De maneira geral foi possível notar que houve constância dos itens destacados ao longo dos anos, embora, tenha ocorrido alternância nos agrupamentos dos assuntos constantes do relatório principalmente em relação às linhas de desembolsos e das atividades de desempenho operacional. Na transição para a metodologia IFRS, no relatório de 2010, houve apenas uma mudança significativa a inclusão a inclusão do extrato das demonstrações financeiras consolidadas do BNDES em IFRS (relatório

¹⁸ GRI. *Global Reporting Initiative*. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resource/library/Brazil-Portuguese-G3-Reporting-Guidelines.pdf>
Acesso em: 04 Jan. 2015.

extremamente detalhado). Mediante estas constatações pode-se inferir que pelo fato de não ocorrer tantas oscilações na estrutura ao longo dos anos houve acúmulo de experiência e o relatório foi acumulado de melhorias até o ano de 2013.

Verificou-se que no ano de implementação da metodologia GRI houve a inclusão de itens voltados aos resultados econômico financeiros. Pode-se destacar, também, que a inclusão do item “Preparação IFRS” como resposta às mudanças ocorridas a partir de 2008 são decorrentes da obrigatoriedade de adequação a padrões de contabilidade a partir da Lei 12.638/2007.

Em linhas gerais é possível notar evolução no relatório da administração considerando os assuntos tratados no primeiro relatório disponível no *site* e os assuntos tratados ao longo dos anos.

Importante destacar a presença de pareceres de auditores independentes assinados ao longo dos anos por diferentes empresas Trevisan Auditores Independentes de 1994 a 1998, Boucinhas & Campos S/C de 1999 a 2002, Ernst Young de 2003 a 2006 e Deloitte Touche Tohmatsu de 2007 a 2010.

Tabela 53: Relatório Anual BNDES (1994-1997)

	1994	1995	1996	1997
	Somente em pdf (Português)	Somente em pdf (Português)	Somente em pdf (Português)	Somente em pdf (Português e Inglês)
Institucional	Apresentação	Apresentação	Apresentação	Apresentação
	S/I	S/I	S/I	S/I
	A Economia Brasileira: Retrospecto e Desempenho	A Economia Brasileira: Retrospecto e Desempenho	A Economia Brasileira: Retrospecto e Desempenho	S/I
	S/I	S/I	S/I	S/I
	A Atuação do BNDES	A Atuação do BNDES	A Atuação do BNDES	A Atuação do BNDES (Quadro Macroeconômico Geral / O aumento do Investimento e a Recuperação da Infraestrutura)
	Principais Projetos Apoiados pelo BNDES	Principais Projetos Apoiados pelo BNDES	Principais Projetos Apoiados pelo BNDES	S/I
	Atividades do BNDES nas áreas de Planejamento, Administração, Relações Internacionais e Institucionais	Atividades do BNDES nas áreas de Planejamento, Administração, Relações Internacionais e Institucionais	Atividades do BNDES nas áreas de Planejamento, Administração, Relações Internacionais e Institucionais	Atividades do BNDES nas áreas de Planejamento, Desenvolvimento Regional e Social, infraestrutura, indústria, agricultura, comércio, serviços, crédito e Administração
	Empresas Desestatizadas O Processo de Privatização	Empresas Desestatizadas O Processo de Privatização	Empresas Desestatizadas O Processo de Privatização	S/I S/I
Parecer dos Auditores Independentes	Parecer dos Auditores Independentes Trevisan Auditores Independentes	Parecer dos Auditores Independentes Trevisan Auditores Independentes	Parecer dos Auditores Independentes Trevisan Auditores Independentes	
Demonstrações Financeiras	Atuação da FINAME	Atuação da FINAME	Atuação da FINAME	Atuação da FINAME
	Atuação da BANDESPAR	Atuação da BANDESPAR	Atuação da BANDESPAR	Atuação da BANDESPAR
	Demonstrações Contábeis (Parecer dos Auditores Independentes / BNDES - Balanço Patrimonial / Demonstrações de Resultado / BNDES: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / BNDES: Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos dos Semestres Findos em 31 de Dezembro e 30 de junho de 1994 / Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis / BANDESPAR - Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado / FINAME - Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado)	Demonstrações Contábeis (Parecer dos Auditores Independentes / BNDES - Balanço Patrimonial / Demonstrações de Resultado / BNDES: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / BNDES: Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos do Semestre e do Exercício Findos em 31 de Dezembro / Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis / BANDESPAR - Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado / FINAME - Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado)	Demonstrações Contábeis (Parecer dos Auditores Independentes / BNDES - Balanço Patrimonial / Demonstração do Resultado / BNDES: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / BNDES: Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos do Semestre e do Exercício Findos em 31 de Dezembro / Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis / BANDESPAR - Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado / FINAME - Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado)	Demonstrações Contábeis (Parecer dos Auditores Independentes / BNDES - Balanço Patrimonial / Demonstração do Resultado / BNDES: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / BNDES: Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos do Semestre e do Exercício Findos em 31 de Dezembro / Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis / BANDESPAR - Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado / FINAME - Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado)
	Desempenho Econômico-Financeiro do BNDES	Desempenho Econômico-Financeiro do BNDES	Desempenho Econômico-Financeiro do BNDES	Desempenho Econômico-Financeiro do BNDES
	Consultas Enquadramentos Aprovações e Desembolsos do BNDES	Consultas Enquadramentos Aprovações e Desembolsos do BNDES	Consultas Enquadramentos Aprovações e Desembolsos do BNDES	Consultas Enquadramentos Aprovações e Desembolsos do BNDES
Notas Explicativas	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro e 30 de junho de 1994	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 1995 e de 1996	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 1996 e de 1995	S/I
Anexos	Anexos	Anexos	Anexos	Anexos

Fonte: Relatórios Anuais do BNDES.

Tabela 54: Relatório Anual BNDES (1998 - 2000)

	1998 Permite Leitura por Máquina (Português e Inglês)	1999 Permite Leitura por Máquina (Português e Inglês)	2000 Permite Leitura por Máquina (Português e Inglês)
Institucional	Apresentação	Apresentação	S/I
	Palavra do Presidente	S/I	Mensagem do Presidente
	S/I	A Economia Brasileira	A Economia Brasileira
	S/I	S/I	O Plano Estratégico 2000-2005
	A Atuação do BNDES (Análise de Desempenho do BNDES / Ambiente macroeconômico, evolução dos investimentos e das exportações, apoio ao investimento social, apoio à reestruturação industrial, repasse dos recursos, resultados da privatização)	S/I	S/I
	Principais atividades do BNDES nas áreas de Planejamento, Desenvolvimento Regional e Social, infraestrutura, indústria, comércio e serviços, crédito, relações institucionais e administração	Desempenho Operacional (Programa de financiamento na área de infraestrutura / Financiamentos às exportações - operações relevantes em 1999 / Ações desenvolvidas no contexto da temática de desenvolvimento social / Desembolsos / Uma década de apoio ao meio ambiente)	Desempenho Operacional (Modernização dos Setores Produtivos / Infraestrutura / Telecomunicações / Exportação / Desenvolvimento Social / Principais Ações Desenvolvidas no Contexto da Temática de Desenvolvimento Social / Micro, Pequenas e Médias Empresas / Atuação Regional / Privatização / Mercado de Capitais / Investimentos Culturais e Atividades de Comunicação / Ações Corporativas / Desenvolvimento de Recursos Humanos / Assuntos Fiscais)
Parecer dos Auditores Independentes	Parecer dos Auditores Independentes Trevisan Auditores Independentes	Parecer dos Auditores Independentes Boucinhas & Campos S/C	Parecer dos Auditores Independentes Boucinhas & Campos S/C
Demonstrações Financeiras	Atuação da FINAME	Atuação da FINAME	Balança - FINAME
	Atuação da BANDESPAR	Atuação da BANDESPAR	Balança - BANDESPAR
	Demonstrações Contábeis (Parecer dos Auditores Independentes, BNDES - Balança Patrimonial e Demonstrações de Resultado, BANDESPAR - Balança Patrimonial e Demonstrações de Resultado, FINAME / Balança Patrimonial e Demonstrações de Resultado)	Demonstrações Contábeis (Parecer dos Auditores Independentes, BNDES - Balança Patrimonial / Demonstrações de Resultado / Demonstrações de Mutações do Patrimônio Líquido / Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos / Notas Explicativas / BANDESPAR - Balança Patrimonial e Demonstrações de Resultado / FINAME - Balança Patrimonial e Demonstrações de Resultado)	Demonstrações Contábeis (Parecer dos Auditores Independentes, BNDES - Balança Patrimonial em 31 de Dezembro / BNDES: Demonstração do Resultado do Semestre e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro / BNDES: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Semestre e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro / BNDES: Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos do Semestre e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro / Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis / BANDESPAR: Balança Patrimonial em 31 de Dezembro / BANDESPAR: Demonstração do Resultado do Semestre e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro / FINAME: Balança Patrimonial em 31 de Dezembro / FINAME: Demonstração do Resultado do Semestre e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro)
	Desempenho Econômico-Financeiro do BNDES (Análise do Desempenho Econômico-Financeiro do BNDES)	Desempenho Econômico-Financeiro do BNDES	Desempenho Econômico-Financeiro do BNDES
	Consultas Enquadramentos Aprovações e Desembolsos do Sistema BNDES	S/I	S/I
Notas Explicativas	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 1998 e de 1997	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Anexos	Anexos	Anexo	Anexo

Fonte: Relatórios Anuais do BNDES.

Tabela 55: Relatório Anual BNDES (2001 - 2003)

	2001 Permite Leitura por Máquina (Português e Inglês)	2002 (Português e Inglês) Relatório ONLINE	2003 (Português e Inglês) Relatório ONLINE
Institucional	Mensagem do Presidente S/I	S/I	Mensagem do Presidente S/I
	A Economia Brasileira S/I	Mensagem da Diretoria A Economia Brasileira S/I	A Economia Brasileira Perspectivas para 2004
	S/I	S/I	Assuntos Corporativos (Investimento Cultural / Espaço BNDES / Prêmio BNDES de Economia / Eventos / Cinema: Desenvolvimento e Mercado / BNDES: 50 Anos de Histórias Setoriais / Projetos Especiais / O BNDES na Internet / Políticas Operacionais / Departamento de Prioridades / Sinopse Econômica)
	S/I	S/I	Desempenho do BNDES (Ações para a Retomada do Crescimento em 2004)
	Desempenho Operacional (Cinquenta Anos de Apoio ao Desenvolvimento Brasileiro / Evolução dos Desembolsos Anuais do BNDES / BNDES: Desembolsos por Setor / Desempenho segundo as Dimensões Estratégicas / Modernização dos Setores Produtivos / Siderurgia / Desenvolvimento Social e Urbano / Desenvolvimento Social / Desenvolvimento Urbano / Desenvolvimento Regional / Privatização / Mercado de Capitais / Principais Operações de Investimento / Principais Operações de Desinvestimento / Assuntos Fiscais / Investimentos Culturais / O BNDES na Internet / Prêmio BNDES de Economia (24ª Edição) / Tecnologia da Informação / Desenvolvimento de Recursos Humanos)	Desempenho Operacional (Desempenho segundo as dimensões estratégicas / Modernização dos setores produtivos / Infraestrutura / Desenvolvimento social e urbano / Micro, pequenas e médias empresas (MPME) / Desenvolvimento regional / Mercado de capitais / Assuntos corporativos / Cinqüentenário do BNDES / Espaço BNDES / o BNDES na Internet / Prêmio BNDES de economia (25ª edição) / Desenvolvimento de recursos humanos / Sistema de avaliação de operações)	Desempenho por área (Infraestrutura - Setor Elétrico, Setor de Petróleo e Gás, Setor de Telecomunicações, Setor Naval / Estrutura Produtiva - Área Industrial, Agroindústria, Comércio e Serviços / Exportação - Distribuição Setorial, Distribuição Regional, Setor de Aeronaves, Setor de Petróleo, Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), Integração Sul-Americana, Saneamento Básico, Desenvolvimento Regional / Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) - Arranjos Produtivos Locais (APLs), Cartão BNDES, Linhas de Apoio Financeiro, Participação em Fóruns do Governo Federal, Postos Avançados do BNDES, Sistema PAC On-Line, Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (FGPC))
	Parecer dos Auditores Independentes Boucinhas & Campos S/C	Parecer dos Auditores Independentes Boucinhas & Campos S/C	Parecer dos Auditores Independentes Ernst & Young
Demonstrações Financeiras	Demonstrações Contábeis (Parecer dos Auditores Independentes, BNDES - Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro / BNDES: Demonstração do Resultado do Semestre e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro / BNDES: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Semestre e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro / BNDES: Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos do Semestre e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro / Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis / BNDESPAR: Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro / BNDESPAR: Demonstração do Resultado do Semestre e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro / FINAME: Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro / FINAME: Demonstração do Resultado do Semestre e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro)	Demonstrações Contábeis (Parecer dos Auditores Independentes / BNDES: Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro / BNDES: Demonstração do Resultado do Semestre e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro / BNDES: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Semestre e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro / BNDES: Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos do Semestre e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro / Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis / BNDESPAR: Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro / BNDESPAR: Demonstração do Resultado do Semestre e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro / FINAME: Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro / FINAME: Demonstração do Resultado do Semestre e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro)	Demonstrações Contábeis (Português / Inglês / Espanhol) (Parecer dos Auditores Independentes / BNDES: Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro / BNDES: Demonstração do Resultado do Semestre e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro / BNDES: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Semestre e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro / BNDES: Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos do Semestre e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro / Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis / BNDESPAR: Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro / BNDESPAR: Demonstração do Resultado do Semestre e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro / FINAME: Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro / FINAME: Demonstração do Resultado do Semestre e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro)
	Desempenho Econômico-Financeiro Balanço Social (A Empresa / Recursos Humanos / Meio Ambiente / Ação Social na Comunidade / Ação Cultural / BNDES em números)	Desempenho Econômico-Financeiro (Fontes de recursos do BNDES) Balanço Social (A Empresa / Atuação Social / Atuação Ambiental / Anexos)	Desempenho Econômico-Financeiro (Captação Externa junto a Instituições Multilaterais e Bônus / Administração do Passivo Financeiro) S/I
	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2001 e de 2000	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2002 e de 2001	Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2003 e de 2002
Anexos	Anexos	Anexos	

Fonte: Relatórios Anuais do BNDES.

Tabela 56: Relatório Anual BNDES (2004 - 2005)

	2004 <small>(Português e Inglês) Relatório ONLINE</small>	2005 <small>Permite Leitura por Máquina (Português e Inglês)</small>
	Mensagem do Presidente	Mensagem do Presidente
	Atividade Econômica (Em 2004 a retomada)	A economia brasileira em 2005
	S/I	O BNDES
	S/I	Perspectivas para 2006
	S/I	Diretrizes Atuais: banco para todos, mais ágil e mais barato
	Assuntos Corporativos (Projetos culturais têm maior apoio)	S/I
	S/I	Relações Institucionais: Atuando com Transparência
	Desempenho Operacional (Volume recorde de empréstimos) (Desempenho Regional / Geração de Emprego e Renda / Repasses de Recursos)	Desempenho Operacional: o maior desembolso da história
	Estrutura Produtiva (Indústria lidera reembolsos com 40% do total)	Estrutura Produtiva: em linha com a política industrial
	S/I	Tecnologia e Inovação: prioridade máxima nas novas políticas operacionais
	Energia, Transportes e Telecomunicações (Liberações à infraestrutura somam R\$ 15 bilhões)	Transporte e Telecomunicações: retomada dos investimentos em ferrovias
	S/I	Energia Elétrica: trabalhando para a viabilização do novo modelo
	Crescimento Sustentado (Expansão de investimentos em 2005)	Fontes Renováveis de Energia: diversificando a matriz energética
	Área Social (Redução das desigualdades é prioridade)	Social: Democratização do Crédito
	Agronegócio (Empréstimos aumentam 51%)	S/I
	Comércio Exterior (Apoio do BNDES contribui para elevar as exportações)	Comércio Exterior: Integração da América Latina é Prioridade
	S/I	Mercado de Capitais: incentivo ao pequeno investidor
	Micro, Pequenas e Médias (Banco amplia crédito a empresas de menor porte)	Micro, Pequenas e Médias Empresas: Consolidação do Cartão BNDES
	S/I	Petróleo e Gás Natural: contribuindo para a auto-suficiência
	S/I	Descentralização do Crédito: Contribuindo para a Redução das Desigualdades Regionais
Parecer dos Auditores Independentes	Parecer dos Auditores Independentes Ernst & Young	Parecer dos Auditores Independentes Ernst & Young
	Demonstrações Contábeis (Português / Inglês / Espanhol) (Parecer dos auditores independentes / BNDES e suas controladas: balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2004 e 2003 / BNDES e suas controladas: demonstrações dos resultados do semestre findo em 31 de dezembro de 2004 e dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003 / BNDES e suas controladas: demonstração das mutações do patrimônio líquido do semestre findo em 31 de dezembro de 2004 e dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003 / BNDES e suas controladas: demonstração das origens e aplicações de recursos do semestre e dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003 / notas explicativas às demonstrações contábeis / BNDESPAR: balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2004 e 2003 / BNDESPAR: demonstração dos resultados do semestre findo em 31 de dezembro de 2004 e dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003 / FINAME: balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2004 e dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003)	Demonstrações Contábeis (Português / Inglês / Espanhol) (Parecer dos Auditores Independentes / BNDES e suas Controladas: Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2005 / BNDES e suas Controladas: Demonstração do Resultado do Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2005 e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 / BNDES e suas Controladas: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2005 e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 / BNDES e suas Controladas: Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos do Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2005 e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 / Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis / BNDESPAR: Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro / BNDESPAR: Demonstração do Resultado do Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2005 e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 / FINAME: Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro / FINAME: Demonstração do Resultado do Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2005 e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004)
	Desempenho Econômico-Financeiro (Lucro recorde no ano)	Desempenho Econômico-Financeiro: Lucro Recorde
	Balanco Social (A Empresa / Atuação Social / Sociedade-Comunidade Externa / Atuação Ambiental / Anexos)	Relatório Social (Português, Inglês, Espanhol)
		(O BNDES / Atuação Social do BNDES / Balanço Social / Anexo / Glossário)
Notas Explicativas	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2004 e de 2003	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Anexos	Anexos	Anexos

Fonte: Relatórios Anuais do BNDES.

Tabela 57: Relatório Anual BNDES (2006 - 2007)

	2006 Permite Leitura por Máquina (Português, Inglês e Espanhol)	2007 Permite Leitura por Máquina (Português e Inglês)
Institucional	S/I	Mensagem do Ministro
	Mensagem do presidente	Mensagem do Presidente
	A economia brasileira em 2006	S/I
	Bndes - destaques em 2006	Planejamento Estratégico
	S/I	BNDES em Números
	S/I	Planejamento
	Desempenho gerencial	S/I
	S/I	Insumos Básicos
	S/I	Expediente
	Energia elétrica e fontes renováveis	S/I
	Tecnologia e inovação	S/I
	Logística	S/I
	Ações ambientais em 2006	S/I
	S/I	Meio Ambiente
	S/I	Infraestrutura e Área Social
	Investimentos sociais	S/I
	Indústria, agronegócio e serviços	Industrial
	Saneamento e infraestrutura urbana	S/I
	Comércio exterior	Comércio Exterior
	Mercado de capitais	Mercado de Capitais
Micro, pequenas e médias empresas	S/I	
S/I	Crédito	
S/I	Desenvolvimento Regional	
Parecer dos Auditores Independentes	Parecer dos Auditores Independentes Ernst & Young	Parecer dos Auditores Independentes Deloitte Touche Tohmatsu
Demonstrações Financeiras	Demonstrações Contábeis (Português / Inglês)	Demonstrações Contábeis (Português / Inglês / Espanhol)
	(Parecer dos Auditores Independentes / BNDES e suas Controladas: Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 / BNDES e suas Controladas: Demonstração do Resultado do Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 / BNDES e suas Controladas: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2006 / BNDES e suas Controladas: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2005 / BNDES e suas Controladas: Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos do Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2006 e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 / Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas / BNDESPAR: Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 / BNDESPAR: Demonstração do Resultado do Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2006 e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 / FINAME: Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 / FINAME: Demonstração do Resultado do Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2006 e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005)	(Parecer dos Auditores Independentes / BNDES e suas Controladas: Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 / BNDES e suas Controladas: Demonstração do Resultado do Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 / BNDES e suas Controladas: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2007 / BNDES e suas Controladas: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2006 / BNDES e suas Controladas: Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos do Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2007 e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 / Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas / BNDESPAR: Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 / BNDESPAR: Demonstração do Resultado do Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2007 e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 / FINAME: Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 / FINAME: Demonstração do Resultado do Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2007 e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006)
	Desempenho Econômico-Financeiro	S/I
	Relatório Social (Português, Inglês, Espanhol)	S/I
(O BNDES / Fundo Social / Sociedade e Comunidade Externa / Economia da Cultura / Dimensão Social / Anexos)		
S/I	Operações Indiretas	
Notas Explicativas	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de Dezembro de 2006 e 2005	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de Dezembro de 2007 e 2006
Anexos	Anexos	Anexos

Fonte: Relatórios Anuais do BNDES.

Tabela 58: Relatório Anual BNDES (2008 - 2009)

	2008 Permite Leitura por Máquina (Português)	2009 Permite Leitura por Máquina (Português)
Institucional	S/I	Apresentação
	Mensagem do Ministro	Mensagem do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
	Mensagem do Presidente	Mensagem do Presidente do BNDES
	BNDES – O desenvolvimento do Brasil e dos brasileiros tem uma marca	S/I
	Planejamento Estratégico	S/I
	BNDES em Números	O BNDES em Números
	S/I	Planejamento Estratégico
	Geração de Empregos	S/I
	S/I	Destaques Institucionais
	Responsabilidade Social Ambiental	S/I
	Responsabilidade Social Corporativa	S/I
	S/I	Destaques Operacionais
	Gestão Corporativa	S/I
	Transparência	S/I
	Apoio à Inovação	S/I
	Meio Ambiente	S/I
	Área de Insumos Básicos	S/I
	Área de Infraestrutura	S/I
	Área de Inclusão Social	S/I
	Área Industrial	S/I
	Área de Comércio Exterior	S/I
	Indústria Cultural	S/I
	Área de Mercado de Capitais	S/I
Micro, Pequenas e Médias Empresas	S/I	
S/I	Áreas de Atuação (Área de Capital Empreendedor / Área de Comércio Exterior / Área de Estruturação de Projetos / Área de Inclusão Social / Área de Infraestrutura / Área de Insumos Básicos / Área de Meio Ambiente / Área de Mercado de Capitais / Área de Operações Indiretas / Área de Pesquisa e Acompanhamento Econômico / Área Financeira / Área Industrial / Área Internacional)	
Área de Operações Indiretas	S/I	
Política de Desenvolvimento Produtivo	S/I	
Programa de Aceleração do Crescimento	S/I	
Internacionalização	S/I	
Área de Estruturação de Projetos	S/I	
Área de Capital Empreendedor	S/I	
Parecer dos Auditores Independentes	Parecer dos Auditores Independentes Deloitte Touche Tohmatsu	Parecer dos Auditores Independentes Deloitte Touche Tohmatsu
Demonstrações Financeiras	Demonstrações Financeiras (Parecer dos Auditores Independentes / BNDES e suas Controladas: Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro/ BNDES e suas Controladas: Demonstração do Resultado / BNDES e suas Controladas: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2008 / BNDES e suas Controladas: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2007 / BNDES e suas Controladas: Demonstrações dos Fluxos de Caixa / BNDES e suas Controladas: Demonstrações do Valor Adicionado / Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas / BNDESPAR: Balanços Patrimoniais / BNDESPAR: Demonstrações do Resultado / FINAME: Balanços Patrimoniais / FINAME: Demonstrações do Resultado)	Demonstrações Financeiras (Parecer dos Auditores Independentes / BNDES e suas Controladas: Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro/ BNDES e suas Controladas: Demonstração do Resultado / BNDES e suas Controladas: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2009 / BNDES e suas Controladas: Demonstrações dos Fluxos de Caixa / BNDES e suas Controladas: Demonstrações do Valor Adicionado / Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 / BNDESPAR: Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro / FINAME: Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro)
	Crédito e Gestão de Risco	S/I
	Área Financeira	S/I
Notas Explicativas	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2009 e 2008
Anexos	Anexo – Demonstrações Financeiras	Anexo – Demonstrações Financeiras

Fonte: Relatórios Anuais do BNDES.

Tabela 59: Relatório Anual BNDES (2010 - 2011)

	2010 Adoção das IFRSs Permite Leitura por Máquina (Português)	2011 Permite Leitura por Máquina (Português, Inglês e Espanhol) Relatório ONLINE
Institucional	Apresentação	Apresentação
	Mensagem do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Mensagem do Ministro
	Mensagem do Presidente do BNDES	Mensagem do Presidente
	S/I	Matriz de referência dos indicadores
	S/I	O BNDES em números
	Estratégia	Estratégia
	S/I	Ecoeficiência e compras sustentáveis
	S/I	Atuação internacional
	Governança	Governança
	Gestão de Riscos e Controles Internos	S/I
	Gestão de Pessoas (Equidade de gênero e valorização da diversidade humana)	Gestão de pessoas
	Transparência (Novos sites em inglês e espanhol / Canais de comunicação / Ouvidoria)	Transparência (Canais de comunicação / Ouvidoria / Públicos de relacionamento)
	Desempenho Operacional (Área de Capital Empreendedor / Área de Comércio Exterior / Área de Estruturação de Projetos / Área de Inclusão Social / Área de Infraestrutura / Área de Insumos Básicos / Área de Meio Ambiente / Área de Mercado de Capitais / Área de Operações Indiretas / Área Financeira / Área Industrial / Área Internacional)	Desempenho operacional (Comércio exterior / Infraestrutura social / Agricultura e inclusão social / Infraestrutura / Insumos básicos / Indústria, comércio e serviços / Meio ambiente / Renda variável / Operações indiretas automáticas)
	Apoio à Cultura	S/I
S/I	Atuação institucional	
S/I	Políticas transversais	
S/I	Estudos e pesquisas	
Parecer dos Auditores Independentes	Parecer dos Auditores Independentes Deloitte Touche Tohmatsu	S/I
Demonstrações Financeiras	Demonstrações Contábeis (Parecer dos Auditores Independentes / BNDES: Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro / BNDES: Demonstração do Resultado do Semestre Findos em 31 de Dezembro de 2010 e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro / BNDES: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2010 / BNDES e suas Controladas: Demonstrações dos Fluxos de Caixa do Semestre Findos em 31 de Dezembro de 2010 e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro / BNDES e suas controladas: Demonstrações do Valor Adicionado do Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2010 e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro / Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas / BNDESPAR: Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro / BNDESPAR: Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro / FINAME: Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro / FINAME: Demonstração do Resultado do Semestre Findos 31 de Dezembro de 2010 e dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro)	S/I
Notas Explicativas	Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009	S/I
IRFS	Extrato das Demonstrações Financeiras Consolidadas do BNDES em IFRS de 31 de dezembro de 2010 (Adoção das IFRSs pela primeira vez - Base da transição para as IFRSs, Conciliação entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs)	S/I
GRI	S/I	Matriz de referência dos indicadores (Indicadores GRI) *A metodologia GRI não foi utilizada para este relatório
Anexos	Anexo – Demonstrações Financeiras	S/I

Fonte: Relatórios Anuais do BNDES.

Tabela 60: Relatório Anual BNDES (2012 - 2013)

	2012 (Português e Inglês) Relatório ONLINE Indicadores GRI	2013 (Português e Inglês) Relatório ONLINE Indicadores GRI
	Mensagem do Ministro	Mensagem do Ministério
	Mensagem do Presidente	Mensagem do presidente
	Sobre este relatório	Sobre este relatório
	O BNDES (Produtos financeiros e operações de financiamento / Organização, processos e governança: Gestão da estratégia no BNDES, Processo de concessão de apoio financeiro, Gestão de riscos ambientais e sociais nas linhas de negócios, Monitoramento e avaliação de projetos, Gestão de riscos e controles internos, Gestão da ética)	O BNDES (O Banco do desenvolvimento do Brasil / O BNDES na estrutura da União)
	Gerando valor para a sociedade, estratégia e visão de futuro (Gerando valor para a sociedade: Recursos financeiros de longo prazo, Corpo funcional qualificado e comprometido com os valores da instituição, Conhecimento e experiência institucional – sessenta anos de história, Relacionamentos com governo, clientes e parceiros - Transparência nos Relacionamentos e na Geração de Valor para a Sociedade / Estratégia e visão de futuro)	Estratégia e visão de futuro (Visão de futuro / Realizações de 2013)
Institucional	S/I	O BNDES em números - Desempenho operacional; Desempenho econômico-financeiro
	S/I	Telefones e endereços
	S/I	Processo e governança (Processo de concessão de apoio financeiro / Gestão de riscos ambientais e sociais nas linhas de negócios / Gestão de efetividade - monitoramento e avaliação / Gestão de riscos e controles internos / Gestão da estratégia no BNDES)
	S/I	Práticas de gestão e relacionamentos (Práticas de gestão / Relacionamentos)
	S/I	Sustentabilidade financeira (Diversificar e integrar produtos / Estrutura patrimonial / Gestão de riscos e retorno)
	S/I	Desenvolvimento de competências (Ambiente inovador / Desenvolvimento profissional e pessoal / Gestão estratégica de pessoas)
	S/I	Produtos de apoio (Produtos / Recursos não reembolsáveis / Fundos garantidores)
	S/I	Promoção do desenvolvimento (Infraestrutura: um setor decisivo / Inovação, socioambiental e regional / Inclusão social e produtiva / Competitividade das empresas brasileiras / Geração de conhecimento)
Desempenho BNDES	BNDES em números (Financiando o desenvolvimento sustentável e competitivo - Desembolsos do BNDES por ramos de atividade, Desembolsos por porte de empresa, Desembolsos por região, Desempenho operação automática, Cartão BNDES, Desempenho socioambiental)	S/I
	Resultados econômico-financeiros (O ano de 2012 / Carteira de crédito e repasses / Carteira de operações de crédito por setor / Qualidade da carteira de crédito e repasses / Carteira de títulos e valores mobiliários / Resultado de intermediação financeira / Carteira de participações societárias / Resultado de participações societárias / Despesas tributárias / Fontes de recursos / Fluxo de recursos / Informação por segmento / Demonstração do Valor Adicionado / Limites prudenciais / Ratings)	S/I
	Desempenho operacional (Desenvolvimento sustentável e competitivo / Atuação institucional / Garantia da sustentabilidade financeira / Constante aperfeiçoamento dos processos internos / Aprendizado e competências)	S/I
GRI	Tabela remissiva dos indicadores GRI	Tabela de indicadores GRI (Global Reporting Initiative)

Fonte: Relatórios Anuais do BNDES.

3.3.2 O Enfoque da transparência nos Relatórios Anuais do BNDES

A transparência foi destacada nos relatórios dos anos de 2005 e 2008 e nos relatórios de 2010, 2011 e 2012.

Relatório Anual de 2005

O BNDES (2005) buscou ampliar a transparência e governança para projetos voltados para a indústria cinematográfica nacional com o objetivo de possibilitar a atração de novos investimentos para este setor. Além disto, destacou a atuação com transparência nas relações institucionais com os públicos com os quais mais se relaciona (i) sociedade, (ii) clientes, (iii) fornecedores, e (v) empregados.

Na área de fiscalização nos âmbitos de governo e sociedade o BNDES é fiscalizado da seguinte forma:

Os atos de gestão do BNDES são fiscalizados por diversos organismos do setor público. Sua Diretoria é nomeada pelo presidente da República e suas atividades são avaliadas pelo Conselho Fiscal, composto por representantes de órgãos externos e pelo Conselho de Administração. Esse conselho é formado por representantes do governo, como ministros, e por representantes da sociedade civil, como dirigentes empresariais e de centrais sindicais de trabalhadores. Como instituição financeira, tem suas atividades fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil (*ibid.*, p. 182).

Além de ressaltar transparência houve destaque para a apresentação do Código de Ética, política da Ouvidoria, Atendimento Empresarial, Programa de Palestras para divulgação das formas de atuação dos programas e das linhas de financiamento do banco e campanhas de divulgação e apoio para eventos. Deve-se destacar deste relatório, também, a política de Reformulação do Portal do BNDES na *Internet* (*ibid.*, p. 182-187).

Com foco na divulgação institucional do banco e nas suas diversas linhas de financiamento, o *site* desta organização, além da relação com diversos públicos, auxilia em especial as empresas para a obtenção de financiamento. Houve neste ano reestruturação visual do *site*, adaptado para garantir pleno acesso a pessoas com necessidades especiais, foram incluídas novas páginas para a inclusão de assuntos referentes à áreas financiadas pelo banco (*ibid.*).

No mesmo ano houve muitos acessos ao *site* com destaque para os acessos nas versões em inglês e espanhol conforme segue:

Em 2005, foram registrados 11,7 milhões de acessos (páginas visitadas) ao Portal do BNDES, cifra 37% superior à de 2004, em decorrência da ampliação da área de abrangência e do conteúdo do portal e também da expansão da base de usuários. O *download* de documentos colocados à disposição do público atingiu 2.543 mil ao longo de 2005, registrando o expressivo crescimento de 45% em relação ao ano anterior. Estudos e publicações, com 1.893 mil *downloads*, foram responsáveis por 75% do total de documentos transferidos. O portal também opera com versões em inglês e espanhol. A versão em espanhol obteve 326 mil acessos (178 mil em 2004), enquanto a versão em inglês atingiu 401 mil acessos (236 mil em 2004) (*ibid.*, p. 187 - 188).

Foram incluídas a partir deste ano informações sobre operações contratadas, e também, sobre projetos em andamento realizados com estados e municípios, com principal objetivo de oferecer plena transparência às operações realizadas entre o Banco e os órgãos da administração pública direta. Houve a inclusão de estatísticas operacionais que resumem o desempenho operacional do BNDES, em valores correntes a partir do ano de 1995. Foram disponibilizadas também de forma agregada, e em séries estatísticas, informações relacionadas com o setor privado e que por sua vez estão sujeitas ao sigilo bancário, Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001. O Banco divulga informações sobre seus atos administrativos e de seminários, eventos e sinopses (*ibid.*).

Relatório Anual de 2008

Neste relatório anual (BNDES, 2008, p. 7) o banco aponta alterações na gestão corporativa para atender as novas demandas de produção e gestão de suas informações com base em novos procedimentos internos, por meio do projeto AGIR, conforme segue:

O projeto AGIR, criado para implantar um modelo de gerenciamento novo, capaz de integrar as áreas e atividades do Banco, trazendo mais qualidade na informação, transparência e velocidade no fluxo das informações, vem mostrando de forma clara o tamanho dos desafios que o BNDES enfrentará nos próximos anos. A modernização de processos, procedimentos e sistemas, acompanhada de mudanças estruturais, organizacionais e culturais, irão conferir ao BNDES credenciais indispensáveis ao alcance de sua visão de longo prazo, bem como ao cumprimento de suas diretrizes estratégicas (*ibid.*).

No processo de planejamento o BNDES (*ibid.*, p. 11) identificou a necessidade melhorar a interação com a sociedade brasileira com inclusão em seu Código de Ética de impulso à maior transparência de suas atividades com a ampliação das informações disponíveis no *site* sobre projetos financiados, e também, com redesenho da marca para melhorar a comunicação com a sociedade.

Em sua agenda de responsabilidade social corporativa (*ibid.*, p. 22) um dos pilares é a transparência sobre informações estratégicas, em 2008 houve a elaboração do “BNDES Transparente” que culminou no processo de disponibilização de informações de todas as operações de financiamento diretas e indiretas. Com esta iniciativa o Banco pretendeu dar resposta a reivindicações da Sociedade Civil e de mecanismos da *Accountability*. Já em 2009, o Banco ampliou ainda mais sua transparência na disponibilização de dados de suas operações:

(...) o BNDES disponibiliza consulta às operações contratadas diretas e indiretas, não automáticas e automáticas, em uma iniciativa pioneira no Brasil, que coloca o Banco em uma posição de vanguarda em termos de transparência, até mesmo entre as instituições internacionais de fomento. Existem quatro níveis de apresentação dos dados: operações diretas de grandes empresas, operações indiretas não automáticas de grandes empresas, operações com micro, pequenas e médias empresas, tanto diretas como indiretas, e operações com o setor público, estados e municípios. As informações sobre todas as operações diretas e indiretas não automáticas estão disponíveis por cliente e desagregadas para as áreas de Indústria, Insumos Básicos, Infraestrutura, Inclusão Social e Exportação (*ibid.*).

Segundo o Banco (*ibid.*) as operações que somaram mais de trezentos e sessenta mil reais (360 mil) em 2008 foram disponibilizadas de forma agregada, por setor e também por porte da empresa com as seguintes classificações (i) média, (ii) micro e pequena empresa, (iii) pessoa física, e (iv) cartão. As informações dos

relatórios anuais são atualizadas trimestralmente e os dados são disponibilizados da seguinte forma:

Para as **empresas**, os dados informados são nome do cliente, CNPJ, descrição do projeto, unidade da federação, data da contratação e valor do apoio. As operações com o **setor público** são apresentadas por ente federativo, de forma desagregada por programa, objetivo, modalidade operacional (direta ou indireta), nível da operação (contratada, aprovada etc.), data e valor total desembolsado (*ibid.*).

Em 2007 com intuito de melhorar a relação do Banco com as organizações do terceiro setor (*ibid.*, p. 23) o presidente do BNDES participou da VII Assembleia da Rede Brasil referente a Instituições Financeiras Multilaterais para debater a pauta do documento “Plataforma BNDES” que representa o acúmulo de discussão de vinte organizações para estabelecimento de discussões sobre assuntos pertinentes a setores de desembolsos.

Enquanto instituição financeira da administração indireta do poder executivo, e, que ao mesmo tempo atua no mercado financeiro em contato direto com a iniciativa privada, o Banco presta contas a diversos órgãos de regulação e controle são eles (*ibid.*, p. 24) Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) - como responsável pela aplicação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); segue orientações do Departamento de Coordenação das Empresas Estatais Federais (Dest) e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Possui as contas julgadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Por ser componente da administração indireta do Poder Executivo e subordinado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o BNDES fica obrigatoriamente sujeito a auditorias de gestão de crédito, empresarial, financeira, operacional, patrimonial, de tecnologia da informação e de ambiente de controle pela Controladoria Geral da União (CGU). Como instituição financeira possui suas atividades fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), também submetidas às normas e resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN). Já as empresas do sistema BNDES (i) a BNDESPAR, (ii) a Finame e (iii) o próprio BNDES realizam prestações de contas anuais por meio de comitê de auditoria.

Por fim, consta ainda no âmbito da transparência, o funcionamento de concessão de crédito (*ibid.*).

Relatório Anual de 2010

No relatório de 2010 (BNDES, 2010, p. 19) a transparência aparece no conceito de valores da instituição nas seções de “Ética” e de “Espírito Público”.

O BNDES (*ibid.*, p. 40) considera o princípio da transparência um pilar na relação com o público externo, ao mesmo tempo em que a utiliza como oportunidade para informar os seus resultados para a sociedade. Este compromisso foi firmado no código de ética mencionado no relatório anual de 2008 que apresenta como diretriz dos participantes do Sistema BNDES, dentre outros fatores, o princípio da transparência e da visibilidade como compromisso com a sociedade civil, nas ações de informar, prestar contas, divulgar os resultados sempre com respeito às normas de sigilo previstas em lei.

No *site* do banco (*ibid.*) na seção BNDES Transparente destacam-se as seguintes páginas (i) Consulta às Operações do BNDES, na qual são divulgadas informações relativas aos projetos mais recentes não sujeitos ao sigilo bancário inclusive de informações de projetos em andamento da administração pública direta, (ii) Estatísticas Operacionais na qual estão disponíveis arquivos do desempenho operacional que de forma resumida apresentam o desempenho do Sistema BNDES excetuando-se as aplicações de mercado secundário desde o ano de 1997, e (iii) processos de compras de bens e serviços em estão presentes informações a respeito das compras e de contratos firmados.

No relatório deste mesmo ano, o de 2010, o banco (*ibid.*, p. 40-41) lançou seu *site* em duas novas versões, em inglês e espanhol, com o objetivo de alcançar o público externo com conteúdo diferentes da versão em português focados no público de interesse do Banco no exterior, para a captação de potenciais clientes e parceiros para captação internacional de recursos, e também, para divulgar as ações do Banco no exterior.

Dentre os canais de comunicação (*ibid.*, p. 41-42) destaca-se na perspectiva do atendimento empresarial o Portal BNDES, pois não se restringe à interação com seus diversos públicos, mas funciona como novo ambiente de negócios focado na crescente demanda por empréstimos no mercado brasileiro, dentre os principais perfis se destacam os de micro, pequena e média empresa, pessoa física, empresa de grande porte, administração pública e instituições financeiras credenciadas. Os outros canais de comunicação são o “Fale Conosco”,

“Atendimento presencial” em Brasília, Recife e São Paulo, e “BNDES Mais Perto de Você” para aproximação com o público de micro, pequenas e médias empresas. Para o setor de “Ouvidoria” há destaque para 11,9% do total das reclamações realizadas que se referem a reclamações de atendimento ao público prestadas nos canais existentes ou solicitações diversas com destaque para publicações, estudos realizados ou dados estatísticos diversos.

Relatório Anual de 2011

No relatório de 2011 (BNDES, 2011, p. 16) se estabelece a iniciativa de implementação do preceito de transparência em todos os capítulos do relatório deste ano.

O Fale Conosco (*ibid.*, p. 91-92) é um dos principais canais de atendimento empresarial do Banco, somente no ano de 2011 foram respondidas mais de 35.500 mensagens eletrônicas referentes a temas institucionais ou a operações indiretas com o BNDES. Foram realizados 230 mil contatos no âmbito de operações indiretas e 1.301 atendimentos presenciais.

Sobre a acessibilidade o BNDES (*ibid.*) concentrou esforços para o aprimoramento da acessibilidade do *site* institucional com intuito de diminuir barreiras ao acesso às informações principalmente para alcançar os usuários com necessidades especiais e visitantes usuários de plataformas móveis. A ideia é de estabelecer uma comunicação mais transparente e direta com a sociedade aproximando os cidadãos das atividades e serviços do Banco.

O tradicional ciclo de palestras (*ibid.*, p. 94) realizado pelo BNDES todos os anos alcançou em 2011, público de aproximadamente 3.400 pessoas, em 21 palestras que cobriram todas as regiões do País, incluem-se palestras institucionais para públicos estrangeiros interessados na economia brasileira, dentre os quais estão representantes governamentais, missões de instituições financeiras, inclusive, agências de fomento. O Banco dispõe de 49 postos de informações para a divulgação de formas de financiamentos distribuídos por 23 unidades federativas.

Neste relatório (*ibid.* p. 121) o BNDES apresenta sua política de transparência voltada para o mercado, com a adoção das normas internacionais de contabilidade numa perspectiva de mercado dinâmico, eficiente e abrangente.

Relatório Anual de 2012

No relatório anual de 2012 houve destaque na ótica da transparência para os quatro principais canais de atendimento ao público externo (BNDES, 2012, p.32) “Central de Atendimento do BNDES”, implantado em outubro de 2012 com 120 funcionários devidamente treinados e com dedicação exclusiva a este atendimento. Neste mesmo ano a nova central de atendimento realizou 682 mil atendimentos ao público externo, sendo 633 mil por “teleatendimento” e 49 mil por meio da “web”. Outro canal de atendimento é o “Atendimento Presencial”, cuja finalidade é de realizar atendimento personalizado para aos seus principais clientes. Já o “BNDES Perto de Você” se trata de ciclo de palestras cuja finalidade é a divulgação de formas de financiamento adequadas ao perfil de pequenas e médias empresas e de microempreendedores. Por fim, o canal de “Palestras Institucionais” para o atendimento de grupos de empresários brasileiros e estrangeiros e de estudantes brasileiros e estrangeiros, neste ano foi realizado eventos nos Estados Unidos, Finlândia, México, Indonésia, Espanha, Irlanda.

Em 2012 (*ibid.*) foi implantado o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) em atendimento à Lei 12.527/2011 que regulamenta os princípios constitucionais de acesso dos cidadãos à informação pública.

O BNDES (*ibid.*, p.33) implementou mudanças de adequação ao seu *site* para a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) ao criar ambiente específico com dados sobre informações consideradas fundamentais para a transparência ativa, tais como, licitações, contratos, auditorias, convênios, recursos humanos e despesas.

Segue figura (*ibid.*, p.31) que representa os *stakeholders* do BNDES disponível no relatório anual.

Figura 2: Stakeholders do BNDES



Fonte: Relatório Anual, BNDES, 2012.

3.3.3 Panorama da Transparência Passiva do BNDES a partir da LAI (2012 – 2014)

Solicitações de Informação por Categoria e Subcategoria

Tabela 61: Transparência Passiva BNDES, pedidos de informação (2012)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES		
Transparência PASSIVA - Pedidos de Informação / 2012		
Categoria do Pedido	Subcategoria do Pedido	Ocorrências
Economia e Finanças	Economia	443
Economia e Finanças	Administração financeira	8
Administração pública	Administração pública	6
Economia e Finanças	Finanças	4
Indústria	Política e gestão industrial	2
Transportes e trânsito	Transporte aquaviário	1
Indústria	Recursos energéticos	1
Economia e Finanças	Encargos financeiros	1
Agricultura, extrativismo e pesca	Agricultura familiar	1
Total		467

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Em 2012, após a entrada em vigor da LAI foram realizados um total de 467 solicitações de informação.

Nota-se que as solicitações de acesso às informações realizadas para o BNDES foram concentradas na categoria de “Economia e Finanças” e subcategoria de “Economia” com 443 pedidos. Com menor número de ocorrências, portanto, com bem menos destaque foram as solicitações de informações realizadas nas subcategorias “Administração Financeira” com 8 solicitações, “Administração Pública” com 6 solicitações, “Finanças” com 4 solicitações, “Política e Gestão Industrial” com 2 e com 1 cada “Transporte aquaviário”, “Recursos energéticos”, “Encargos financeiros” e “Agricultura familiar”.

Tabela 62: Transparência Passiva BNDES, pedidos de informação (2013)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES		
Transparência PASSIVA - Pedidos de Informação / 2013		
Categoria do Pedido	Subcategoria do Pedido	Ocorrências
Economia e Finanças	Economia	530
Economia e Finanças	Administração financeira	116
Total		646

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Em 2013 foram realizados um total de 646 solicitações de informação. Nota-se que para este ano as solicitações de acesso às informações realizadas para o BNDES foram somente da categoria de “Economia e Finanças” e subcategorias de “Economia” com 530 solicitações e “Administração Financeira” com 116 pedidos.

Tabela 63: Transparência Passiva BNDES, pedidos de informação (2014)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES		
Transparência PASSIVA - Pedidos de Informação / 2014		
Categoria do Pedido	Subcategoria do Pedido	Ocorrências
Economia e Finanças	Administração financeira	402
Economia e Finanças	Economia	215
Andamento	Andamento	21
Economia e Finanças	Finanças	2
Total		640

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Em 2014 foram realizados um total de 640 solicitações de informação até 09.12.2014. Nota-se que para este ano as solicitações de acesso às informações realizadas para o BNDES foram em sua maioria da categoria de “Economia e Finanças” e subcategorias de “Administração Financeira” com 402 pedidos, “Economia” com 215 solicitações e “Finanças” com 2 solicitações. Houve também ocorrência na subcategoria e categoria “Andamento” com 21 solicitações.

Caracterização das Solicitações de Informação

Tabela 64: Transparência Passiva BNDES, tipos de resposta (2012)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES					
Transparência PASSIVA - Tipos de Resposta / 2012					
Categoria do Pedido	Subcategoria do Pedido	Ocorrências	Tipo da Resposta	Ocorrências	%
Economia e Finanças	Economia	443	Acesso Concedido	420	94,81%
			Acesso Negado	12	2,71%
			Pergunta Duplicada/Repetida	4	0,90%
			Acesso Parcialmente Concedido	4	0,90%
			Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	3	0,68%
Economia e Finanças	Administração financeira	8	Acesso Concedido	6	75,00%
			Acesso Negado	1	12,50%
			Pergunta Duplicada/Repetida	1	12,50%
Governo e Política	Administração pública	6	Acesso Negado	6	100%
Economia e Finanças	Finanças	4	Acesso Concedido	3	75%
			Pergunta Duplicada/Repetida	1	25%
Indústria	Política e gestão industrial	2	Acesso Concedido	2	100%
Transportes e trânsito	Transporte aquaviário	1	Acesso Concedido	1	100%
Indústria	Recursos energéticos	1	Acesso Negado	1	100%
Economia e Finanças	Encargos financeiros	1	Acesso Concedido	1	100%
Agricultura, extrativismo e pesca	Agricultura familiar	1	Acesso Concedido	1	100%
Total		467		467	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que caracteriza como foram os encaminhamentos das respostas em 2012, os percentuais dos encaminhamentos e das subcategorias.

Na subcategoria com mais ocorrências, a de “Economia”, houve mais ocorrências de “Acesso Concedido” com 94,81%. Os demais 5,19% foram classificados como “Acesso Parcialmente Concedido”, “Pergunta

Duplicada/Repetida”, “Acesso Parcialmente Concedido” e “Órgão não tem competência para responder sobre o assunto”.

Na subcategoria de “Administração financeira” houve predominância de “Acesso Concedido” com 75%, mediante “Acesso Negado” de 12,5% e “Pergunta Duplicada/Repetida” também com 12,5%.

As demais subcategorias com apenas 16 ocorrências, revezaram entre “Acesso Concedido”, “Acesso Negado” e “Pergunta Duplicada/Repetida”.

Tabela 65: Transparência Passiva BNDES, tipos de resposta (2013)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES					
Transparência PASSIVA - Tipos de Resposta / 2013					
Categoria do Pedido	Subcategoria do Pedido	Ocorrências	Tipo da Resposta	Ocorrências	%
Economia e Finanças	Economia	530	Acesso Concedido	318	60%
			Acesso Negado	98	18%
			Acesso Parcialmente Concedido	53	10%
			Informação Inexistente	21	4%
			Pergunta Duplicada/Repetida	20	4%
			Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	16	3%
Economia e Finanças	Administração financeira	116	Acesso Concedido	69	59,48%
			Informação Inexistente	15	12,93%
			Não se trata de solicitação de informação	12	10,34%
			Acesso Parcialmente Concedido	11	9,48%
			Acesso Negado	6	5,17%
			Pergunta Duplicada/Repetida	3	2,59%
Total		646		646	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Em 2013 todas as solicitações foram classificadas na categoria de “Economia e Finanças”. Na subcategoria com mais ocorrências, a de “Economia”, houve mais ocorrências de “Acesso Concedido” com 60%, “Acesso Negado” com 18% e “Acesso Parcialmente Concedido” com 4%. Os demais 16% das ocorrências estão caracterizados como “Informação Inexistente”, “Pergunta Duplicada/Repetida”, “Órgão não tem competência para responder sobre o assunto e Informação Inexistente” e “Não se trata de solicitação de informação”.

Na subcategoria “Administração Financeira” houve predominância de “Acesso Concedido” com 59,48%. Em bloco intermediário houve para “Informação Inexistente” 12,93%, “Não se trata de solicitação de informação” 10,34% e “Acesso parcialmente concedido” 9,48%. Os demais 7,76% foram caracterizados como “Acesso Negado” e “Pergunta Duplicada/Repetida”.

Tabela 66: Transparência Passiva BNDES, tipos de resposta (2014)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES					
Transparência PASSIVA - Tipos de Resposta / 2014					
Categoria do Pedido	Subcategoria do Pedido	Ocorrências	Tipo da Resposta	Ocorrências	%
Economia e Finanças	Administração financeira	402	Acesso Concedido	247	61,44%
			Acesso Parcialmente Concedido	46	11,44%
			Pergunta Duplicada/Repetida	44	10,95%
			Acesso Negado	21	5,22%
			Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	19	4,73%
			Informação Inexistente	16	3,98%
			Não se trata de solicitação de informação	9	2,24%
Economia e Finanças	Economia	215	Acesso Concedido	92	43%
			Não se trata de solicitação de informação	50	23%
			Acesso Negado	33	15%
			Acesso Parcialmente Concedido	30	14%
			Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	6	3%
			Informação Inexistente	2	1%
			Pergunta Duplicada/Repetida	2	1%
Andamento	Andamento	21	Andamento	21	100%
Economia e Finanças	Finanças	2	Não se trata de solicitação de informação	1	50%
			Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	1	50%
Total		640		640	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Em 2014, até o dia 09.12.2014, a subcategoria com mais ocorrências foi a de “Administração financeira”, pois houve predominância de “Acesso Concedido” com 61,44%, mediante “Acesso Negado” de 11,44% e “Pergunta Duplicada/Repetida” com 10,95%. Os demais 16,17% foram caracterizados como “Acesso Negado”, “Órgão não tem competência para responder sobre o assunto”, “Informação Inexistente” e “Não se trata de solicitação de informação”.

Na subcategoria de “Economia”, houve mais ocorrências de “Acesso Concedido” com 43%. Em grupo intermediário houve 23% para “Não se trata de solicitação de informação”, 15% para “Acesso Negado” e 14% para “Acesso Parcialmente Concedido”. Os demais 5% foram classificados como “Órgão não tem competência para responder sobre o assunto”, “Informação Inexistente” e “Pergunta Duplicada/Repetida”.

As demais subcategorias com apenas 23 ocorrências, revezaram entre “Andamento”, “Não se trata de solicitação de informação” e “Órgão não tem competência para responder sobre o assunto”.

Classificação das Respostas

Tabela 67: Transparência Passiva BNDES, acesso e sigilo (2012)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES					
Transparência PASSIVA - Acesso e Sigilo / 2012					
Tipo da Resposta	Quantidade	%	Classificação da Resposta	Quantidade	%
Acesso Concedido	440	94,22%	Informações enviadas por e-mail	429	97,50%
			Informações enviadas pelo correio	5	1,14%
			Informações enviadas por e-mail	4	0,91%
			Comunicada necessidade de pagamento de custos de postagem e/ou reprodução	2	0,45%
Acesso Negado	14	3,00%	Pedido exige tratamento adicional de dados	5	36%
			Dados pessoais	4	29%
			Informação sigilosa de acordo com legislação específica	2	14%
			Pedido incompreensível	2	14%
			Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011	1	7%
Pergunta Duplicada/Repetida	6	1,28%	Sem Informação	6	100%
Acesso Parcialmente Concedido	4	0,86%	Parte da informação é sigilosa de acordo com legislação específica	3	75%
			Parte da informação inexistente	1	25%
Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	3	0,64%	Sem Informação	3	100%
Total	467			467	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que no grupo de “Acesso Concedido”, grupo com maior número de ocorrências 94,22%, como não há a necessidade de justificar a causa da liberação da informação solicitada há aqui o registro de que 97,5% das solicitações foram “Informações enviadas por e-mail”. Os demais 2,5% foram “Informações enviadas pelo correio”, “Informações enviadas por e-mail” e “Comunicada necessidade de pagamento de custos de postagem e/ou reprodução”.

Para os demais 5,78% com os grupos de “Acesso Negado”, “Pergunta Duplicada/Repetida”, “Acesso Parcialmente Concedido” e “Órgão não tem competência para responder sobre o assunto” houve ocorrências de “Pedido exige tratamento adicional de dados”, “Dados Pessoais”, “Informação sigilosa de acordo com legislação específica”, “Pedido incompreensível”, “Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011”, “Sem Informação”, “Parte da informação é sigilosa de acordo com legislação específica” e “Parte da informação inexistente”.

Tabela 68: Transparência Passiva BNDES, acesso e sigilo (2013)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES					
Transparência PASSIVA - Acesso e Sigilo / 2013					
Tipo da Resposta	Quantidade	%	Classificação da Resposta	Quantidade	%
Acesso Concedido	387	60%	Informações enviadas por e-mail	312	81%
			Resposta solicitada inserida no e-SIC	44	11%
			Orientação sobre como encontrar a informação solicitada na Internet ou em publicações existentes	18	5%
			Comunicada necessidade de pagamento de custos de postagem e/ou reprodução	9	2%
			Concedido acesso a sistema corporativo para consulta da informação	4	1%
Acesso Negado	104	16%	Dados pessoais	76	73,08%
			Informação sigilosa de acordo com legislação específica	11	10,58%
			Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011	8	7,69%
			Pedido desproporcional ou desarrazoado	3	2,88%
			Processo decisório em curso	3	2,88%
			Pedido incompreensível	2	1,92%
Acesso Parcialmente Concedido	64	10%	Parte da informação é sigilosa de acordo com legislação específica	18	28%
			Parte do pedido é desproporcional ou desarrazoado	18	28%
			Parte da informação é sigilosa e classificada conforme a Lei 12.527/2011	16	25%
			Parte da informação inexistente	6	9%
			Parte da informação demandará mais tempo para produção	2	3%
			Parte da informação é de competência de outro órgão/entidade	2	3%
			Parte da informação contém dados pessoais	1	2%
			Parte do pedido é incompreensível	1	2%
Informação Inexistente	36	6%	Sem Informação	36	100%
Pergunta Duplicada/Repetida	23	4%	Sem Informação	23	100%
Não se trata de solicitação de informação	16	2%	Sem Informação	16	100%
Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	16	2%	Sem Informação	16	100%
Total	646			646	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que no grupo de “Acesso Concedido”, grupo com maior número de ocorrências 60%, como não há a necessidade de justificar a causa da liberação da informação solicitada há aqui o registro de que 81% das solicitações foram “Informações enviadas por e-mail” e 11% foram “Resposta solicitada inserida no e-SIC”. Os demais 8% foram “Orientação sobre como encontrar a informação solicitada na Internet ou em publicações existentes”, “Comunicada necessidade de

pagamento de custos de postagem e/ou reprodução” e “Concedido acesso a sistema corporativo para consulta da informação”.

Para o grupo de “Acesso Negado” com 16% das ocorrências houve predominância de motivo de negativa por “Dados Pessoais” com 73,08%, “Informação sigilosa de acordo com legislação específica” com 10,58% e “Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011” com 7,69%. Os demais 8,65% tiveram as ocorrências de “Pedido desproporcional ou desarrazoado”, “Processo decisório em curso”, “Pedido incompreensível” e “Pedido exige tratamento adicional de dados”.

Para o grupo de “Acesso Parcialmente Concedido” houve predominância das ocorrências em “Parte da informação é sigilosa de acordo com legislação específica” com 28%, “Parte do pedido é desproporcional ou desarrazoado” com 28%, “Parte da informação é sigilosa e classificada conforme a Lei 12.527/2011” com 25% e “Parte da informação inexistente” com 9%. Os demais 9% foram para “Parte da informação demandará mais tempo para produção”, “Parte da informação é de competência de outro órgão/entidade”, “Parte da informação contém dados pessoais” e “Parte do pedido é incompreensível”.

Para os demais 14% houve ocorrências de “Informação inexistente”, “Pergunta Duplicada/Repetida”, “Não se trata de solicitação de informação” e “Órgão não tem competência para responder sobre o assunto”.

Tabela 69: Transparência Passiva BNDES, acesso e sigilo (2014)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES					
Transparência PASSIVA - Acesso e Sigilo / 2014					
Tipo da Resposta	Quantidade	%	Classificação da Resposta	Quantidade	%
Acesso Concedido	339	53%	Resposta solicitada inserida no e-SIC	179	52,80%
			Orientação sobre como encontrar a informação solicitada na Internet ou em publicações existentes	79	23,30%
			Informações enviadas por e-mail	74	21,83%
			Comunicada necessidade de pagamento de custos de postagem e/ou reprodução	5	1,47%
			Data, hora e local para consulta agendados	1	0,29%
			Concedido acesso a sistema corporativo para consulta da informação	1	0,29%
Não se trata de solicitação de informação	95	15%	Sem Informação	95	100%
Acesso Parcialmente Concedido	76	12%	Parte da informação é sigilosa e classificada conforme a Lei 12.527/2011	43	57%
			Parte da informação é sigilosa de acordo com legislação específica	15	20%
			Parte do pedido é desproporcional ou desarrazoado	11	14%
			Parte da informação inexistente	3	4%
			Parte da informação é de competência de outro órgão/entidade	3	4%
			Parte do pedido é genérico	1	1%
Acesso Negado	54	8%	Dados pessoais	24	44,44%
			Informação sigilosa de acordo com legislação específica	16	29,63%
			Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011	9	16,67%
			Pedido desproporcional ou desarrazoado	2	3,70%
			Pedido incompreensível	1	1,85%
			Pedido genérico	1	1,85%
			Pedido exige tratamento adicional de dados	1	1,85%
Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	26	4%	Sem Informação	26	100%
Andamento	21	3%	Andamento	21	100%
Informação Inexistente	18	3%	Sem Informação	18	100%
Pergunta Duplicada/Repetida	11	2%	Sem Informação	11	100%
Total	640			640	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que até 09.12.2014 no grupo de “Acesso Concedido”, grupo com maior número de ocorrências 53%, como não há a necessidade de justificar a causa da liberação da informação solicitada há aqui o registro de que 52,80% das solicitações foram de “Resposta solicitada inserida no e-SIC”, 23,30% de “Orientação sobre como encontrar a informação solicitada na Internet ou em publicações existentes” e 21,83% de “Informações enviadas por e-mail”. Os demais 2,06% foram de “Comunicada necessidade de pagamento de custos de postagem e/ou reprodução”, “Data, hora e local para consulta agendados” e “Concedido acesso a sistema corporativo para consulta da informação”.

Houve 15% das ocorrências classificados como “Não se trata de solicitação de informação”.

Com o grupo de “Acesso Parcialmente Concedido” houve predominância das ocorrências em “Parte da informação é sigilosa e classificada conforme a Lei 12.527/2011” com 57%, “Parte da informação é sigilosa de acordo com legislação específica” com 20% e “Parte do pedido é desproporcional ou desarrazoado” com 14%. Os demais 9% foram para “Parte da informação inexistente”, “Parte da informação é de competência de outro órgão/entidade” e “Parte do pedido é genérico”.

No grupo de “Acesso Negado” com 8% das ocorrências houve predominância de motivo de negativa por “Dados Pessoais” com 44,44%, “Informação sigilosa de acordo com legislação específica” com 29,63% e “Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011” com 16,67%. Os demais 9,26% tiveram as ocorrências de “Pedido desproporcional ou desarrazoado”, “Pedido incompreensível”, “Pedido genérico” e “Pedido exige tratamento adicional de dados”.

Para os demais 12% houve ocorrências de “Órgão não tem competência para responder sobre o assunto”, “Andamento”, “Informação inexistente” e “Pergunta Duplicada/Repetida”.

Forma de Acesso na Transparência Passiva

Tabela 70: Transparência Passiva BNDES, forma de acesso (2012)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES				
Transparência PASSIVA - Forma de Acesso / 2012				
Solicitação	Quantidade	Resposta	Quantidade	%
Internet	445	Correspondência eletrônica (e-mail)	400	90%
		Pelo sistema (com avisos por email)	37	8%
		Buscar/Consultar pessoalmente	8	2%
Balcão SIC	22	Correspondência eletrônica (e-mail)	18	81,82%
		Pelo sistema (com avisos por email)	3	13,64%
		Correspondência física (com custo)	1	4,55%
Total	467		467	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que em 2012 somente 22 das solicitações foram realizadas presencialmente por meio do “Balcão SIC” sendo a maioria das respostas encaminhadas por “Correspondência eletrônica (e-mail)” e que a maioria das solicitações por “Internet” 445 foram respondidas por meio de “Correspondência eletrônica (e-mail)” e “Pelo sistema (com avisos por e-mail)”.

Tabela 71: Transparência Passiva BNDES, forma de acesso (2013)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES				
Transparência PASSIVA - Forma de Acesso / 2013				
Solicitação	Quantidade	Resposta	Quantidade	%
Internet	628	Pelo sistema (com avisos por email)	370	58,92%
		Correspondência eletrônica (e-mail)	238	37,90%
		Buscar/Consultar pessoalmente	17	2,71%
		Correspondência física (com custo)	3	0,48%
Balcão SIC	18	Correspondência eletrônica (e-mail)	14	78%
		Pelo sistema (com avisos por email)	4	22%
Total	646		646	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que em 2013 somente 18 das solicitações foram realizadas presencialmente por meio do “Balcão SIC” sendo a maioria das respostas encaminhadas por “Correspondência eletrônica (e-mail)” e que a maioria das solicitações por “Internet” 628 foi respondida por meio de “Pelo sistema (com avisos por e-mail)” com 370 ocorrências e “Correspondência eletrônica (e-mail)” com 238.

Tabela 72: Transparência Passiva BNDES, forma de acesso (2014)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES				
Transparência PASSIVA - Forma de Acesso / 2014				
Solicitação	Quantidade	Resposta	Quantidade	%
Internet	620	Pelo sistema (com avisos por email)	557	89,84%
		Correspondência eletrônica (e-mail)	53	8,55%
		Buscar/Consultar pessoalmente	6	0,97%
		Correspondência física (com custo)	4	0,65%
Balcão SIC	20	Pelo sistema (com avisos por email)	18	90%
		Correspondência eletrônica (e-mail)	1	5%
		Buscar/Consultar pessoalmente	1	5%
Total	640		640	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que em 2014 até 09.12.2014 somente 20 das solicitações foram realizadas presencialmente por meio do “Balcão SIC” sendo a

maioria das respostas encaminhadas por “Correspondência eletrônica (e-mail)” e que a maioria das solicitações por “Internet” 620 foi respondida por meio de “Pelo sistema (com avisos por e-mail)” com 557 ocorrências e “Correspondência eletrônica (e-mail)” com 53.

Casos de Prorrogação ou Reencaminhamento

Tabela 73: Transparência Passiva BNDES, processo interno (2012)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES			
Transparência PASSIVA - Processo Interno / 2012			
Prorrogado	Quantidade	Reencaminhado	Quantidade
Sim	0	Sim	0
Não	467	Não	467
Total	467		467

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Em 2012, não houve casos de prorrogação do prazo previsto na Lei de Acesso à Informação (LAI), nem mesmo reencaminhamento para realização de ajustes ou correção de resposta encaminhada pela área.

Tabela 74: Transparência Passiva BNDES, processo interno (2013)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES			
Transparência PASSIVA - Processo Interno / 2013			
Prorrogado	Quantidade	Reencaminhado	Quantidade
Sim	0	Sim	0
Não	646	Não	646
Total	646		646

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Em 2013, também não houve casos de prorrogação do prazo previsto na Lei de Acesso à Informação (LAI), nem mesmo reencaminhamento para realização de ajustes ou correção de resposta encaminhada pela área.

Tabela 75: Transparência Passiva BNDES, processo interno (2014)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES			
Transparência PASSIVA - Processo Interno / 2014			
Prorrogado	Quantidade	Reencaminhado	Quantidade
Sim	0	Sim	3
Não	640	Não	637
Total	640		640

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Em 2014 até 09.12.2014 também não houve casos de prorrogação do prazo previsto na Lei de Acesso à Informação (LAI), mas houve e ocorrências de reencaminhamento para realização de ajustes ou correção de resposta encaminhada pela área.

Recursos em Primeira e Segunda Instâncias

Tabela 76: Transparência Passiva BNDES, recursos (2012)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES					
Transparência PASSIVA - Recursos / 2012					
Instância	Quantidade	%	Tipo do Recurso	Quantidade	%
Primeira Instância	33	77%	Informação incompleta	19	58%
			Outros	7	21%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	4	12%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	2	6%
			Ausência de justificativa legal para classificação	1	3%
Segunda Instância	10	23%	Outros	6	60%
			Informação incompleta	4	40%
Total	43			43	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela de recursos que no ano de 2012 houve 33 recursos em “Primeira Instância” e 10 recursos em “Segunda Instância” totalizando 43 recursos.

Em “Primeira Instância” 58% das ocorrências foram classificadas como “Informação Incompleta”, 21% com classificação de “Outros”, “Informação recebida não corresponde à solicitada” com 12%, os demais 9% com a classificação de

“Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada” e “Ausência de justificativa legal para classificação”.

Para os recursos de “Segunda Instância” 60% das ocorrências foram classificadas como “Outros” e 40% com classificação de “Informação Incompleta”.

Tabela 77: Transparência Passiva BNDES, recursos (2013)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES					
Transparência PASSIVA - Recursos / 2013					
Instância	Quantidade	%	Tipo do Recurso	Quantidade	%
Primeira Instância	51	88%	Informação incompleta	23	45%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	13	25%
			Outros	6	12%
			Ausência de justificativa legal para classificação	5	10%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	4	8%
Segunda Instância	7	12%	Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	3	42,86%
			Ausência de justificativa legal para classificação	2	28,57%
			Informação incompleta	2	28,57%
Total	58			58	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela de recursos que no ano de 2013 houve 51 recursos em “Primeira Instância” e 7 recursos em “Segunda Instância” totalizando 58 recursos.

Em “Primeira Instância” 45% das ocorrências foram classificadas como “Informação Incompleta”, 25% com classificação de “Informação recebida não corresponde à solicitada”, “Outros” com 12%, os demais 18% com a classificação de “Ausência de justificativa legal para classificação” e “Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada”.

Para os recursos de “Segunda Instância” 42,86% das ocorrências foram classificadas como “Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada”, 28,57% como “Ausência de justificativa legal para classificação” e 28,57% com classificação de “Informação Incompleta”.

Tabela 78: Transparência Passiva BNDES, recursos (2014)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES					
Transparência PASSIVA - Recursos / 2014					
Instância	Quantidade	%	Tipo do Recurso	Quantidade	%
Primeira Instância	37	76%	Informação incompleta	17	45,95%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	11	29,73%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	5	13,51%
			Outros	3	8,11%
			Informação recebida por meio diferente do solicitado	1	2,70%
Segunda Instância	12	24%	Informação incompleta	5	42%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	3	25%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	2	17%
			Outros	1	8%
			Ausência de justificativa legal para classificação	1	8%
Total	49			49	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela de recursos que no ano de 2014 até 09.12.2014 houve 37 recursos em “Primeira Instância” e 12 recursos em “Segunda Instância” totalizando 49 recursos.

Em “Primeira Instância” 45,95% das ocorrências foram classificadas como “Informação Incompleta”, 29,73% com classificação de “Informação recebida não corresponde à solicitada”, “Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada” com 13,51%, “Outros” com 8,11% e “Informação recebida por meio diferente do solicitado” com 2,70%.

Para os recursos de “Segunda Instância” 42% das ocorrências foram classificadas como “Informação Incompleta”, 25% como “Informação recebida não corresponde à solicitada”, 17% como “Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada”, os demais 16% como “Outros” e “Ausência de justificativa legal para classificação”.

Resultado dos Recursos em Primeira e Segunda Instâncias

Tabela 79: Transparência Passiva BNDES, resposta por tipo de recurso (2012)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES					
Transparência PASSIVA - Resposta por Tipo de Recurso / 2012					
Tipo da Resposta	Quantidade	%	Tipo do Recurso	Quantidade	%
Indeferido	26	60%	Informação incompleta	11	42%
			Outros	11	42%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	2	8%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	1	4%
			Ausência de justificativa legal para classificação	1	4%
Deferido	13	30%	Informação incompleta	8	62%
			Outros	2	15%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	2	15%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	1	8%
Parcialmente deferido	4	9%	Informação incompleta	4	100%
Total	43			43	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que a maioria dos recursos foram “Indeferidos” com 60% das ocorrências, embora 30% dos recursos foram tenham sido “Deferidos” e 9% “Parcialmente Deferidos”. Destaque para os 84% de ocorrências do grupo “Indeferido” classificadas como “Informação incompleta” e “Outros”. No grupo “Deferido” destaque para os 62% de recursos classificados por razão de “Informação incompleta”.

Tabela 80: Transparência Passiva BNDES, resposta por tipo de recurso (2013)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES					
Transparência PASSIVA - Resposta por Tipo de Recurso / 2013					
Tipo da Resposta	Quantidade	%	Tipo do Recurso	Quantidade	%
Indeferido	43	74%	Informação incompleta	17	40%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	10	23%
			Ausência de justificativa legal para classificação	7	16%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	5	12%
			Outros	4	9%
Deferido	9	16%	Informação incompleta	5	56%
			Outros	2	22%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	2	22%
Parcialmente deferido	6	10%	Informação incompleta	3	50%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	2	33%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	1	17%
Total	58			58	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que a maioria dos recursos foram “Indeferidos” com 74% das ocorrências, 16% dos recursos foram “Deferidos”, e 10% dos recursos foram “Parcialmente Deferidos”. Destaque para os 91% de ocorrências do grupo “Indeferido” classificadas como “Informação Incompleta”, “Informação recebida não corresponde à solicitada”, “Ausência de justificativa legal para classificação” e “Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada”.

Destaque também para os 56% de “Informação incompleta” e 22% de “Informação recebida não corresponde à solicitada” do grupo de “Deferidos”, e para o grupo de “Parcialmente deferido” com os tipos de recurso.

Tabela 81: Transparência Passiva BNDES, resposta por tipo de recurso (2014)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES					
Transparência PASSIVA - Resposta por Tipo de Recurso / 2014					
Tipo da Resposta	Quantidade	%	Tipo do Recurso	Quantidade	%
Indeferido	34	69,39%	Informação incompleta	14	41%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	11	32%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	4	12%
			Outros	3	9%
			Informação recebida por meio diferente do solicitado	1	3%
			Ausência de justificativa legal para classificação	1	3%
Deferido	8	16,33%	Informação incompleta	4	50%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	2	25%
			Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	2	25%
Parcialmente deferido	5	10,20%	Informação incompleta	3	60%
			Informação recebida não corresponde à solicitada	1	20%
			Outros	1	20%
Sem Informação	2	4,08%	Sem Informação	2	100%
Total	49			49	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se com esta tabela que em 09.12.2014 a maioria dos recursos foram classificados como “Indeferido” com 69,39% das ocorrências, 16,33% dos recursos foram “Deferidos”, 10,20% dos recursos foram “Parcialmente deferidos” e 4,08% dos recursos estão como “Sem Informação”. Destaque para a maioria dos recursos serem classificados como “Informação incompleta” tanto para os indeferidos quanto para os deferidos.

3.3.4 Entrevista com representante do BNDES

No BNDES o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) está vinculado diretamente ao gabinete da presidência, o SIC é compreendido dentro da organização como setor estratégico e na perspectiva dos profissionais do SIC quanto mais transparência melhor.

Houve muitos avanços nos últimos anos o BNDES tem trabalhado para tornar seu Portal da Transparência o mais “amigável” possível com a disponibilização de planilhas completas.

A política do banco é de evitar retrabalho, neste sentido quando um pedido é realizado mais de uma vez há automaticamente a iniciativa de trabalhar a informação internamente para que seja disponibilizada na transparência ativa. A ideia é de evitar parar a área operacional para o atendimento de solicitações via LAI. Com estas iniciativas é possível notar internamente que com o cotidiano há avanços internos para uma nova cultura de transparência, houve também melhoria do diálogo entre as áreas.

Há sigilo de documento, dado e informação quando ocorre solicitação de informações presentes nos Relatórios de Análises, documentos utilizados para a viabilização de empréstimos. Nestes documentos constam informações de mercado relevantes como as estratégicas do planejamento financeiro e comercial dos tomadores de empréstimos, portanto, são informações que disponibilizadas podem ser acessadas por empresas concorrentes.

Os bancos são obrigados a disponibilizar os valores contratados pelos contratos, e estes valores constam para acesso, mas não é passada a informação do que já foi pago, o realizado ao longo dos meses.

No caso da tabela de Classificação de Documentos Sigilosos na visão prática operacional do BNDES ocorre significativa simplificação do trabalho, pois a Lei de Sigilo Bancário ameniza a necessidade de classificar ficando poucas informações para serem classificadas.

Na visão dos profissionais do BNDES, independentemente da LAI o banco caminharia para a melhoria de sua política de transparência e seguiria os mesmos passos que estão em processo de implementação, pois há desde antes da LAI a iniciativa de disponibilizar documentos, dados e informações de forma cada vez mais acessível.

No BNDES há uma área de documentação muito bem estruturada com excelente capacidade para encontrar informações antigas, por isto, quando ocorre solicitação deste tipo de informação não há dificuldade para fornecer aos cidadãos.

3.3.5 O BNDES em linhas gerais

O BNDES foi criado como banco de desenvolvimento padrão, e ao longo de sua história, foi responsável por conjunto de políticas e práticas que moldaram o

desenvolvimento brasileiro, mais recentemente, com a inclusão do desenvolvimento social.

Desde sua fundação oferece relevante vantagem competitiva em comparação com bancos privados e estrangeiros no Brasil, é importante recurso governamental para o fornecimento de créditos de financiamento em situações de crise no mercado financeiro, na crise de 2008, por exemplo, concedeu empréstimos anticíclicos.

A partir do ano 2000 houve migração da política de reformas de segunda geração com foco para financiamentos ao setor privado inicialmente para pequenas empresas. Mais recentemente, meados da década de 2000, o BNDES iniciou a concessão de empréstimos para grandes empresas para fortalece-las no mercado de competição internacional e promover o surgimento de grandes multinacionais brasileiras.

Em linhas gerais, o BNDES financia historicamente, os setores de infraestrutura, transporte, energia, o processo de industrialização, política de substituição de importação, projetos e programas de desenvolvimento regional, inclusive, reformas financeiras.

3.4 Considerações Parciais

Nota-se que o grau de exigência da transparência passiva dos bancos é diferenciado, e principalmente, que assuntos diferentes são solicitados em proporções diferentes, por isto, conclui-se em alguma medida que setores diferentes podem utilizar a LAI e provocar ação desejada para “forçar” a publicação de informações conforme suas necessidades.

Esta conclusão remete ao conceito de *enforcement* que pode ocorrer de acordo com dois enfoques (i) pressão do governo para forçar a implementação de suas ações, e por outro lado, (ii) de pressão dos cidadãos para influenciar as políticas públicas, o *enforcement* de acordo com Silveira (2005) *apud* Levit (1980) implica possibilidades de poder disponíveis para verificar, e até mesmo, influenciar a implementação de políticas públicas, e de acordo com Silveira (2005) *apud* Richards (2002) a capacidade do governo de “impor” obediência, bem como de implementar políticas com uso da burocracia governamental.

Nos relatórios dos bancos a palavra transparência aparece recorrentemente quando da necessidade de imposições normativas para a regulamentação da transparência sejam elas nacionais ou internacionais, assim, quando houve mudança nestas condições ocorreram muitas citações de itens referentes à transparência, mas por outro lado, não houve aumento da ocorrência do termo transparência ao longo dos anos com o aperfeiçoamento da política de transparência, assim que as mudanças foram implementadas houve ênfase nos relatórios, mas depois a transparência deixava de ser abordada.

Com a análise da transparência passiva por meio das informações do e-SIC não foi possível identificar o perfil do público solicitante, pois na própria LAI não há necessidade do solicitante se identificar.

CAPÍTULO IV - ANÁLISE DOS RESULTADOS

Evidenciado por Levy (*op.cit.*) o reconhecimento do fortalecimento da transparência atende a um imperativo da democracia, e a democracia por sua vez, na ótica de Schmitter e Terry Lynn (*op.cit.*) deve ser compreendida como sistema de governança no qual os governantes estão submetidos a *accountability* dos cidadãos.

É neste sistema de governança que representa ambiente diverso, com diferentes conjuntos de instituições resultantes de estruturas de Estado e políticas públicas distintas que a transparência ganha mais notoriedade.

Próximo de completar três anos de sua vigência a LAI tem fortalecido a democracia por proporcionar aos cidadãos a oportunidade de solicitar acesso a documentos, dados e informações aos órgãos públicos por meio de lei.

4.1 Os Bancos Públicos no Contexto Histórico

A breve trajetória histórica dos bancos apresentada nesta pesquisa é importante para entender o contexto do passado destas organizações, e assim, compreender como se deu, em linhas gerais, a construção das estruturas administrativas presente nelas, e em quais contextos políticos. Como se pode observar, os bancos públicos são organizações de notável relevância no contexto político brasileiro, já que perpassaram praticamente todos os momentos mais relevantes da história política brasileira recente sempre no centro das decisões mais relevantes.

Segundo Mettenheim (*op.cit.*) o BB, fundado em 1808 por D. João VI, esteve desde então, sempre no centro da economia política brasileira. A CEF, fundada em 1861 para substituir instituições articulares e cooperativas de poupança fracassadas, se apresenta ao longo de sua história como relevante instrumento para o governo na implementação de políticas de desenvolvimento e de inclusão social. O BNDES, fundado em 1952, está entre os maiores bancos de desenvolvimento do mundo e auxilia desde sua criação o desenvolvimento brasileiro nas mais diversas áreas com financiamentos de longo prazo, com destaque para o fornecimento de crédito em situações de crise do mercado financeiro.

Além da notável relevância dos bancos públicos brasileiros é necessário destacar que houve ao longo de suas trajetórias momentos marcantes de ausência de democracia, inclusive no início da década de 1980, que prejudicaram diretamente suas ações de transparência e de prestação de contas (*ibid.*).

A vigência de quase três anos da LAI representa tempo claramente curto para modificar significativamente suas estruturas diante da longevidade do BB, da CEF e do BNDES, o desenvolvimento da política de transparência ocorreu por outros meios.

4.2 Os Bancos Públicos e a Governança Corporativa

A implementação da política de governança foi centrada nos preceitos de mercado financeiro, como por exemplo, com a prestação de contas, aos acionistas, mais fortemente representada pelo BB. Em relação aos três bancos houve ênfase na apresentação da credibilidade destas organizações aos clientes de operações financeiras. A filosofia de relacionamento foi direcionada principalmente aos *stakeholders*, com base em preceitos de mercado que influenciaram diretamente para o desenvolvimento da política de transparência, em outras palavras, a governança corporativa é central para a política de transparência dos bancos públicos.

Entende-se por governança corporativa segundo OCDE *apud* Binnie (*op.cit.*, p. 55-56) sistema que por meio dele as empresas são administradas e controladas de maneira a assegurar comportamento corporativo transparente e confiável, fator relevante para o investimento dos agentes econômicos no longo prazo, ou seja, o conceito de governança corporativa é voltado para a lógica de mercado.

A política de relacionamento dos bancos está diretamente relacionada com o conceito de *compliance* que de acordo com Binnie (*op.cit.*, p. 57) é um dos pilares da governança corporativa, portanto, os bancos devem manter sistemas de monitoramento e de supervisão de controle, sendo a função de *compliance* a de “assegurar a adequação e o funcionamento do sistema de controles internos” para amenizar o risco de imagem e todos os riscos inerentes a complexidade das atividades bancárias, assim, assegurar o cumprimento das normas existentes.

Para Febraban (S/D) e Committee on Banking Supervision (2005) *apud* Binnie (*op.cit.*, p. 57-58) o exercício da função de *compliance* dos bancos precisa ter como base muitos critérios, dentre os quais, (i) processos de comunicação e informação, (ii) monitoramento de normas externas e internas, (iii) ampla divulgação de princípios da política corporativa, (iv) cultura prudencial, (v) programas de prevenção de lavagem de dinheiro, (vi) política de controle interno, (vii) gerenciamento de riscos, e (viii) metodologia de avaliação de risco de *compliance*.

Para Febraban (S/D) a missão do *compliance* é de cumprir as leis, regulamentações, normas internas, com base nos mais altos padrões éticos e cuidados com a prevenção de combate à condutas que possam colocar em risco à instituição, seus clientes, os colaboradores, os acionistas, fornecedores e sociedade. O *compliance* deve ser considerado central ao gerenciamento de risco. Ainda para Febraban (*ibid.*) ser *compliance*: “(...) é conhecer as normas da organização, seguir os procedimentos recomendados, agir em conformidade e sentir quanto é fundamental a ética e a idoneidade em todas as (...) atitudes”.

Nota-se com esta pesquisa que os conceitos de governança corporativa e de *compliance* estão, em diferentes níveis, mas fortemente incorporados na cultura política dos três bancos dado enfoque na política de relacionamento e de transparência focada nos resultados das instituições com destaque para o rigoroso cumprimento de normatizações.

4.3 Gestão Administrativa, Evolução dos Relatórios Anuais e a Política Incremental

Houve evolução em perspectiva histórica nos relatórios anuais dos bancos estudados nesta pesquisa. Nota-se, em alguma medida, convergência para as principais teorias elencadas nesta pesquisa, desde as teorias da democracia, com os bancos se direcionando cada vez mais para a abordagem do contexto social ao qual estão inseridos. Verifica-se, também, relação com teorias intermediárias como prestação de contas, publicidade e *accountability* com os bancos, publicando cada vez mais informações em seus relatórios e na *internet*, com ênfase no aumento de seus canais de comunicação. Sem ser o assunto de mais destaque nos relatórios anuais a transparência foi mencionada como tema relevante, tendo em alguns relatórios mais destaque do que em outros.

São evidentes os avanços da política de transparência dos bancos públicos antes da LAI notadamente em resposta as obrigações impostas por normatizações, principalmente, da área da contabilidade que resultaram em melhorias na política de transparência em essência para a melhoria da relação com os *stakeholders*.

Para explicar estes avanços é necessário retomar o conceito de política incremental presente nas políticas públicas e apresentado nesta pesquisa. Por mais que não se possa comprovar uma relação direta entre as ações implementadas com a evolução da transparência na administração pública em geral, se pode afirmar que houve evolução em paralelo.

Os bancos públicos aperfeiçoaram suas políticas de transparência ao mesmo tempo em que o governo brasileiro promulgou a Constituição Federal de 1988, ratificou o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e da Declaração Interamericana de Princípios de Liberdade de Expressão, inclusive com a Lei 9.507, de 12 de novembro de 1997 na qual o governo regula de forma preliminar e abrangente o direito de acesso à informações, também, com a participação na Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção e por fim com a publicação da Lei Complementar n 131, de 27 de maio de 2009 que versa sobre a disponibilidade, em tempo real, da execução orçamentária de toda a administração pública.

Os bancos públicos caminharam em suas políticas de transparência de forma incremental que de acordo com Lindblom (*op.cit.*) é um processo de sucessivas ações em direção ao objetivo desejado.

Nota-se que embora os bancos tenham desenvolvido suas políticas de transparência paralelamente aos avanços ocorridos no Brasil no mesmo tema, não houve uma relação direta entre a política dos bancos com as ações do governo brasileiro, pois o objetivo das melhorias implementadas pelos bancos públicos sempre foi de aperfeiçoar o relacionamento com os *stakeholders* para a melhoria dos objetivos das organizações.

4.4 Relatório Anuais

Nos relatórios anuais do BB e do BNDES, embora tenham mantido estrutura básica, muito por causa dos relatórios de auditorias independentes houve

relativa oscilação nos temas abordados ao longo dos anos, exceto nos relatórios da CEF que apresentaram mais continuidade da estrutura básica com poucas alterações, evidentemente nos tópicos mais específicos e de menor importância. Esta constatação fica mais evidenciada com a metodologia desta pesquisa de analisar os relatórios de forma horizontal por meio de tabelas para verificar a constância dos itens apresentados, e mesmo assim, houve dificuldade para organizar os dados em perspectiva histórica. Esta constatação pode explicar em alguma medida problemas na avaliação da transparência em termos de acessibilidade, a alternância prejudica a visão de análise em perspectiva histórica tornando os relatórios menos acessíveis de serem compreendidos.

O tema da transparência foi abordado nos relatórios anuais dos três bancos públicos analisados nesta pesquisa. Embora não tenha sido tema frequente em todos os relatórios disponíveis sempre que houve avanços na política de transparência dos bancos, estes avanços foram destacados.

O BB destacou em seus relatórios anuais, como preparação para adesão ao Novo Mercado, a implementação de ações voltadas à transparência no âmbito do desenvolvimento da governança corporativa da instituição aos acionistas minoritários.

Houve alteração do estatuto do banco para a incorporação de mecanismos de transparência no atendimento as prerrogativas do Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada da Bovespa, regras do Novo Mercado. E também, preocupação em demonstrar direcionamento de sua política de governança corporativa ao aproximá-la da cultura da iniciativa privada e distanciá-la da cultura das empresas públicas, sendo o banco pioneiro no tema da transparência de empresas públicas. Foi focada a criação de canais de comunicação voltados ao público interno e externo com o intuito de promover a cultura de transparência.

Vale ressaltar que o público externo citado aqui faz referência aos *stakeholders* da instituição, ou seja, voltado para o “negócio” do BB, em outras palavras, uma política de transparência direcionada para o relacionamento do banco com foco na melhoria de resultados institucionais por meio da melhoria de processos internos, reestruturação de cargos, também, para a segurança das informações privilegiadas. O banco conquistou prêmios que destacaram a boa relação com os analistas, com o mercado e acionistas, pela política de transparência e qualidade na divulgação de informações. Houve também, a preocupação de publicação do

relatório *Online*, publicação de balanço social e de inclusão de novas metodologias *Global Reporting Initiative (GRI)* e Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca).

A CEF destacou em seus relatórios anuais a boa classificação no índice *Ratings*, cuja finalidade é medir a transparência da gestão, qualidade do controle interno e informações presentes nos balanços financeiros. Houve ênfase a cultura de transparência implementada no banco na área administrativa para os analistas de mercado por meio de alteração do estatuto da instituição com a intenção proteger o profissional do controle interno, bem como da instituição das funções da Ouvidoria e implementação da cultura de *compliance*.

Foram destacados a implementação de mecanismos de auditoria, comunicação interna e de divulgação, bem como de projeto de certificação com a inclusão de rigorosos mecanismos de controle interno. Houve destaque para a qualidade e tempestividade da disponibilidade das informações de economia financeira com enfoque nas demonstrações de resultados da organização, inclusive das demonstrações contábeis. O banco destacou os avanços no âmbito da governança e da transparência com a disponibilidade das informações sobre controle de relação de risco de mercado e de retorno de produtos e carteiras da Caixa. Houve forte ênfase na política de adoção de normas internacionais de contabilidade, especificamente para adoção das normas *International Financial Reporting Standard (IFRS)*. Por fim, a ênfase na implementação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), bem como do número expressivo de recepcionamento de ligações, mais de 14 milhões de ligações em 2012.

O BNDES destacou em seus relatórios anuais, assim como os outros bancos, mecanismos de transparência no âmbito da governança. Houve destaque para a reestruturação do *site* do banco direcionada para linhas de financiamento, bem como ao aperfeiçoamento de mecanismos de relacionamento com ênfase aos públicos inerentes ao “negócio” do banco, inclusive, por meio de palestras em diferentes regiões do Brasil, destacando-se também o aumento de acessos e *downloads* de documentos após esta reestruturação. Também teve a criação do BNDES Transparente em 2008, que segundo o relatório foi uma resposta a reivindicações da sociedade civil e de mecanismos da *accountability*.

Houve destaque para a disponibilização de dados de operações realizadas junto à administração pública direta e dados agregados de operações

realizadas com empresas da iniciativa privada, devido ao cumprimento da Lei do Sigilo Bancário. De acordo com o relatório de 2008 as operações com empresas da iniciativa privada acima de 360 mil foram disponibilizadas de forma agregada.

O banco destacou a implementação do “Projeto AGIR” cuja principal finalidade é de integração entre as áreas para proporcionar mais agilidade no fluxo de informações, transparência e qualidade da informação. Nos relatórios do BNDES diferente dos outros bancos há mais ênfase na necessidade de prestação de contas sobre os resultados da organização para a sociedade, também com reestruturação do *site* para que este seja mais amigável e acessível aos cidadãos. Por fim, destaque para a implementação do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), bem como das alterações no *site* para o atendimento às exigências da transparência ativa presentes na Lei de Acesso à Informação (LAI).

Como se pode notar a evolução da política de transparência dos bancos públicos foi essencialmente direcionada para a transparência de mercado, embora conste dos relatórios dos bancos balanço social conforme modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e muita informação sobre as operações realizadas pelos bancos em diferentes áreas das políticas públicas.

Na evolução da transparência dos três bancos esteve presente à implementação do relatório *Global Reporting Initiative (GRI)*. Segundo a GRI (2006) este relatório é direcionado para empresas de diferentes segmentos com objetivo principal de estabelecer modelo de relatório de desempenho econômico, ambiental e social, pois a transparência da sustentabilidade da organização é de interesse dos *stakeholders* representados por clientes e trabalhadores, bem como do governo, organizações não governamentais e da sociedade em geral. A principal finalidade deste modelo de relatório é de “medir, divulgar e prestar contas” aos interessados, bem como de atender aos seguintes objetivos (i) *benchmarking* – de avaliação de desempenho de sustentabilidade mediante normatizações, desempenho e iniciativas voluntárias, (ii) demonstração – como a organização influencia e como é influenciada pelas expectativas do desenvolvimento sustentável, e (iii) comparação – proporcionar a comparação de desempenho ao longo do tempo de uma ou mais organizações.

É necessário ressaltar, também, conforme emergiu no Capítulo III, que surgiram fatos relevantes para a evolução da transparência dos bancos mesmo antes da implementação da LAI, com normatizações no âmbito da contabilidade por

meio do Gaap BR, normas brasileiras de princípios contábeis geralmente aceitos e com as IFRSs.

De acordo com Padoveze, Benedicto e Leite (2012, p. 39 a 72) a partir de 2001 com a nova estrutura organizacional do Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASC) – *International Accounting Standards Committee*), surge a Junta de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) – *International Accounting Standards Board*, órgão sucessor do IASC para a definição e emissão das normas de contabilidade agora denominadas *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

No Brasil são quatro as principais entidades que se pronunciam sobre as normas e procedimentos contábeis, (i) Conselho Federal de Contabilidade (CFC), (ii) Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), (iii) a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e (iv) o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo a primeira entidade a mais relevante. Na necessidade de harmonização com as práticas internacionais de contabilidade havia muitas divergências entre as normatizações da CVM e do Ibracon, assim, criou-se o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que além de congrega entidades interessadas como Abrasca, Apimec Nacional, Bovespa, CFC, Fipecafi e Ibracon, passou a se responsabilizar pela emissão de pronunciamentos contábeis no Brasil, para principalmente, anteder as necessidades de convergência internacional das normas contábeis.

O próprio conceito da transparência no âmbito da contabilidade segundo Missagia e Velter (2007) é de oferecer mais transparência, com a informação menos complexa possível e com total confiabilidade para permitir que o usuário possa planejar suas próprias operações.

Neste movimento de convergência com as normas contábeis internacionais e com a Lei n 11.638, de dezembro de 2007, ocorre (MISSAGIA; VELTER, *op.cit.*; ERNST & YOUNG, 2009) a harmonização da contabilidade brasileira com uso das melhores práticas internacionais da contabilidade, as IFRSs, para proporcionar, dentre outros fatores, maior transparência e qualidade às informações contábeis divulgadas e também para obrigar o uso destas normas por empresas brasileiras.

Conforme demonstrado com esta pesquisa, e diante de todas as informações apresentadas no Capítulo III, ocorreu uma série de avanços na política de transparência dos três bancos antes da LAI. A política de transparência dos

bancos se desenvolveu, essencialmente, no âmbito das necessidades de mercado, resultado deste ocorrido foi que a LAI teve singelo impacto nestas organizações ao ponto de representante do BNDES (2014) afirmar que independentemente da LAI o banco caminharia para a implementação de sua política de transparência tal como ocorre.

A lógica de mercado foi a principal norteadora da implementação da política de transparência dos bancos públicos, inclusive com embasamento legal, a “Lei do Sigilo Bancário” protege (BRASIL, 2001) “o sigilo das operações de instituições financeiras” e para fortalecer esta legislação segundo Giannetti, Covello, Wald, Tavares, Junior (1998) possui embasamento constitucional em cláusulas pétreas, incisos X e XII do Artigo 5 da Constituição Federal de 1988, sendo esta justificativa, a do sigilo das operações financeiras, ratificada no Congresso Nacional pela Comissão e Constituição e Justiça (CCJ) cuja justificativa seria de que alteração desta matéria feriria cláusulas pétreas.

Para representante do BNDES (*op.cit.*) inclusive mediante pena de responsabilidade legal, não há como disponibilizar informações estratégicas de operações financeiras das empresas, pois

(...) há sigilo de documento, dado e informação quando à solicitação se refere aos Relatórios de Análises, documentos utilizados para a viabilização de empréstimos, sendo que nestes documentos constam informações de mercado relevantes como a estratégia do planejamento financeiro e comercial das empresas, portanto, são informações que, por exemplo, não podem ser disponibilizadas e acessadas por empresas concorrentes.

Diante da análise do contexto histórico apresentada nesta dissertação foi possível verificar a consistência da política de gestão da transparência no BB, na CEF e no BNDES, bem como da experiência acumulada em lidar com operações de grande porte financeiro com apoio a empresas inseridas no mercado de forte concorrência. Os bancos públicos atuam em ambiente de elevada complexidade entre a administração pública e a administração privada, com a operação de vultosos recursos que os obriga a manter corpo técnico altamente qualificado. Devido às suas capacidades operacionais foi possível viabilizar a implementação das mais complexas normas de contabilidade nacionais e internacionais e que contribuíram

para o desenvolvimento da política de transparência, mas por outro lado, este desenvolvimento ocorreu com enfoque na transparência de mercado e da Lei do Sigilo Bancário.

Diante da análise destes resultados se pode inferir que a LAI não foi determinante para a política de transparência dos bancos públicos cujas bases foram estabelecidas de acordo com normas internacionais de contabilidade e conforme o conceito de transparência oriundo da Lei do Sigilo Bancário. Nota-se que no ano de 2012, início da vigência da LAI estas bases já estavam institucionalizadas nos bancos.

4.5 Panorama das Solicitações por Meio da Lei de Acesso à Informação e do Sigilo Bancário diante das Solicitações

Na verificação dos dados apresentados no levantamento das ocorrências de quem solicitou documentos, dados e informação por meio da LAI nota-se significativo número de ocorrências nos três bancos, sendo desde a data de entrada em vigor da LAI até o dia 09.12.2014, um total de 4015 solicitações de documentos, dados e informação para o BB, 6569 solicitações para a CEF, e 1753 para o BNDES, totalizando 12337 solicitações para estas três organizações.

Tabela 82: Total de Solicitações e-SIC (Maio/2012 a Dez/2014)

Total de Solicitações eSIC Maio/2012 a Dez/2014			
	BB	CEF	BNDES
Nº de solicitações	4.015	6.569	1.753
Total	12.337		

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Na questão da categoria e subcategoria das solicitações realizadas para os três bancos analisados nesta pesquisa, a maioria das solicitações foi classificada na categoria de “Economia e Finanças”.

Esta informação pode ser considerada curiosa, pois as solicitações de documentos, dados e informações poderiam estar talvez, um pouco mais distribuídas entre diferentes temas, ou em outra perspectiva, seja indício de que a política de relacionamento dos bancos públicos não alcance públicos variados ou há pressão de grupos interessados neste grupo de informações.

No caso do BB houve mudanças significativas nas classificações das solicitações de documentos, dados e informações, pois em 2012 a maioria das solicitações foi para a subcategoria de “Finanças”, já em 2013 para a subcategoria de “Administração Financeira” e em 2014 houve predominância, novamente da subcategoria de “Finanças”.

Na CEF, também houve significativas diferenças, em 2012 com predominância de solicitações para a subcategoria de “Economia”, mas em 2013 e 2014, houve absoluta predominância da subcategoria de “Administração Financeira”.

Também no caso do BNDES com a marcante predominância da subcategoria de “Economia” em 2012 e 2013 e a supremacia de solicitações da subcategoria de “Administração Financeira” em 2014.

Tabela 83: Subcategorias Predominantes no e-SIC dos Bancos (2012-2014)

Subcategorias Predominantes no e-SIC			
Ano	2012	2013	2014
BB	Finanças	Administração Financeira	Finanças
CEF	Economia	Administração Financeira	Administração Financeira
BNDES	Economia	Economia	Administração Financeira

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Como a classificação das solicitações de documentos, dados e informações é realizada pela própria organização, estas diferenças marcantes entre os anos apresentada nos três bancos podem sugerir grau de dificuldade significativo para operacionalizar a LAI, pois dificilmente mudaria de forma tão significativa o público requerente de solicitações de um ano para outro. Vale ressaltar, também, a relativa perda de diversidade das solicitações entre os anos, mais evidente, no caso da CEF.

Segue análise da transparência passiva referente às tabelas de encaminhamentos de tipo de resposta por subcategoria sobre os três bancos objetos desta pesquisa.

No caso do BB em 2012 houve predominância de “Acesso Concedido” para a subcategoria de “Finanças”, mas por outro lado houve predominância de “Acesso Negado” para as subcategorias de “Política Trabalhista” e de “Economia”.

Ainda em 2012, para a subcategoria de “Finanças” houve relativo equilíbrio entre solicitações negadas e concedidas, e curiosamente, foi expressivo o

número de ocorrências classificadas como o “Órgão não possui competência para responder sobre o assunto”.

Já em 2013 para a subcategoria de “Administração Financeira” que recebeu significativa maioria das solicitações houve predominância de “Acesso Negado” com 53% seguido de “Acesso Concedido” com 35%. Em 2014 na subcategoria de “Finanças” com a maioria das solicitações houve inversão em relação ao ano de 2012 passando de “Acesso Concedido” de 37% em 2012 para “Acesso Negado” de 71,66% em 2014. Ainda em 2014, ocorreu maioria de “Acesso Concedido” na maioria das subcategorias, exceto para as subcategorias de “Legislação Trabalhista” e de “Profissões e Ocupações”.

Para a CEF nota-se comportamento diferente em relação à disponibilização de informação, em 2012 e 2013, para as subcategorias mais significativas houve expressiva ocorrência de “Acesso Concedido” em relação às ocorrências de “Acesso Negado”, entretanto em 2014, houve inversão, pois na subcategoria de “Administração Financeira”, com absoluta maioria das solicitações, houve 49,64% de “Acesso Negado”, mediante 39,63% de “Acesso Concedido” e 7,76% de “Acesso Parcialmente Concedido”.

Já para o BNDES, nos três anos, em 2012, 2013 e 2014 houve significativa predominância de “Acesso Concedido” em todas as subcategorias de maior relevância no que se refere ao número de solicitações.

Tabela 84: Principal resultado do agregado de resposta dos Bancos (2012-2014)

Principal resultado do agregado de resposta dos Bancos (2012-2014)			
Ano	2012	2013	2014
BB	Acesso Concedido Acesso Negado	Acesso Negado (53%) Acesso Concedido (35%)	Acesso Negado (71,66%) Acesso Concedido (37%)
CEF	Acesso Concedido	Acesso Concedido	Acesso Negado (49,64%) Acesso Concedido (39,63%)
BNDES	Acesso Concedido	Acesso Concedido	Acesso Concedido

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Nota-se, também, com as tabelas de caracterização das solicitações de documentos, dados e informação, cuja finalidade é verificar o comportamento do tipo das respostas por subcategorias, que houve diferenciação no encaminhamento das respostas dependendo da subcategoria, inclusive que ocorreu alterações de

encaminhamentos de um ano para o outro, salvo no caso do BNDES que preservou o mesmo perfil de disponibilização de informação ao longo dos três anos.

Na análise de cruzamento entre o tipo da resposta e a classificação da resposta constam além dos percentuais de “Acesso Concedido” e de “Acesso Negado”, a justificativa considerada pelos bancos para conceder ou negar o acesso à solicitação de documento, dado e informação, nesta perspectiva foi possível apresentar os seguintes resultados.

Para o BB ocorreu predominância de “Acesso Negado” em 2012, 2013 e 2014 com significativo aumento de “Acesso Negado” com o percentual de 35% em 2012, subindo para o patamar de 50% nos anos de 2013 e 2014. Em relação aos percentuais de “Acesso Concedido” ocorreu comportamento estável com a concessão de acesso a solicitações de documentos, dados e informação em 34% em 2012, 37% em 2013 e novamente 34% em 2014.

Na perspectiva das justificativas para a negativa de acesso à informação em relação ao grupo de “Acesso Negado” houve predominância de Informação sigilosa de acordo com legislação específica com 52% das ocorrências em 2012 e com aumento da negativa por esta mesma justificativa para o patamar de 73% em 2013 e 2014.

Para a negativa de acesso com base na justificativa de “Dados Pessoais” houve 3,81% em 2012, 2% em 2013 e 8,18% em 2014. Em relação à negativa de acesso à informação por meio da justificativa de “informação sigilosa com base na Lei de Acesso à Informação – LAI” o percentual foi bastante inferior sendo de 0,27% em 2012, de 1% em 2013 e de 0,18% em 2014.

Na CEF ocorreu predominância de “Acesso Concedido” às solicitações de documentos, dados e informação em 2012 com 72,77% e 2013 com 71,04%, já em 2014 houve predominância de “Acesso Negado” com 47,31% mediante 38,17% de “Acesso Concedido”.

Em relação aos percentuais de “Acesso Negado” houve comportamento estável com a negativa de acesso em percentuais de 24,39% em 2012 e 21,81 em 2013, por outro lado em 2014 houve significativo aumento para 47,31%.

Na perspectiva das justificativas para a negativa de acesso à informação em relação ao grupo de “Acesso Negado” ocorreu predominância da negativa por meio de Dados Pessoais em 2012 e 2013 e predominância da negativa por meio da LAI em 2014.

Para a negativa de acesso com base na justificativa de “Dados Pessoais” ocorreu 68% em 2012, 60,33% em 2013 e somente 3% em 2014. Na perspectiva das justificativas para a negativa de acesso à informação com base na “Informação sigilosa de acordo com legislação específica” houve percentual de 12% em 2012, com aumento para 24,43% em 2013 e redução para 7% em 2014. Em relação à negativa de acesso à informação por meio da justificativa de “informação sigilosa com base na Lei de Acesso à Informação – LAI” o percentual foi de 11% em 2012, de 8,98% em 2013 e com aumento significativo de 73% em 2014.

Para as ocorrências de Acesso Parcialmente Concedido houve significância de 3,73% em 2013 e de 7,26% em 2014, sendo que a maioria das negativas com base em Parte da informação é “sigilosa de acordo com legislação específica” seguida da justificativa com base na em Parte da informação que é “sigilosa de acordo com a Lei de Acesso à Informação – LAI”.

Em relação ao BNDES houve predominância de “Acesso Concedido” às solicitações de documentos, dados e informação em 2012, com expressivo percentual de 94,22%, significativa redução para 60% em 2013, e nova redução para 53% em 2014. Em relação aos percentuais de “Acesso Negado” ocorreu alternância de 3% em 2012, para aumento de 16% em 2013 e redução para 8% em 2014.

Na perspectiva das justificativas para a negativa de acesso à informação em relação ao grupo de “Acesso Negado” houve predominância da negativa por meio de Pedido exige tratamento adicional de dados em 2012 e Dados Pessoais em 2013 e 2014.

Para a negativa de acesso com base na justificativa de Dados Pessoais houve ocorrência de 29% em 2012, com significativo aumento para 73,08% em 2013 e queda para 44,44% em 2014. Em relação à negativa de acesso com base na “Informação sigilosa por meio de legislação específica” houve 14% em 2012, com redução para 10,58% em 2013 e aumento para 29,63% em 2014. Em relação à negativa de acesso à informação por meio da justificativa de “informação sigilosa com base na Lei de Acesso à Informação – LAI” o percentual foi de 7% em 2012, de 7,69% em 2013 e com aumento para 16,67% em 2014.

No caso do BNDES houve a ocorrência de “Acesso Parcialmente Concedido” de 10% em 2013 e de 12% em 2014, sendo em 2013, 28% das negativas com base em “Parte da informação é sigilosa de acordo com legislação específica”, e 25% das justificativas com base em “Parte da informação é sigilosa de acordo com

a Lei de Acesso à Informação – LAI”. Por fim, em 2014, 57% das negativas com base em “Parte da informação é sigilosa de acordo com a Lei de Acesso à Informação – LAI” e 20% das negativas com base em “Parte da informação é sigilosa de acordo com legislação específica”.

O BNDES concedeu acesso a 1166 solicitações de documentos, dados e informação mediante a negativa de apenas 172 solicitações, já a CEF concedeu acesso a 4132 solicitações mediante a negativa de 1876 solicitações, e por fim, o BB realizou a negativa de 1873 solicitações mediante a concessão de acesso a 1416 solicitações.

Tabela 85: Acesso Concedido e Acesso Negado nos Bancos (2012-2014)

Acesso Concedido e Acesso Negado nos Bancos (2012-2014)						
	BB		CEF		BNDES	
Ano	Acesso Concedido	Acesso Negado	Acesso Concedido	Acesso Negado	Acesso Concedido	Acesso Negado
2012	1438	482	347	367	440	14
2013	1560	479	688	956	387	104
2014	1134	915	381	550	339	54
Total	4.132	1.876	1.416	1.873	1.166	172

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Em outra perspectiva para a análise destes dados, considerando a negativa de acesso à solicitação de documentos, dados e informação constam três variáveis (i) “Informação sigilosa de acordo com legislação específica”, (ii) “Informação sigilosa classificada conforme Lei de Acesso à Informação – LAI”, e (iii) “Dados Pessoais”. Considerando o período estudado nesta pesquisa temos que o BB realizou a negativa de acesso para 1291 solicitações com base na legislação específica, 77 solicitações com base na justificativa de dados pessoais e 10 solicitações com base na LAI. A CEF, por sua vez, realizou a negativa de acesso para 257 solicitações com base na legislação específica, 649 solicitações com base na justificativa de dados pessoais e 931 solicitações com base na LAI. Por fim, o BNDES realizou a negativa de acesso para 29 solicitações com base na legislação específica, 104 solicitações com base na justificativa de dados pessoais e 18 solicitações com base na LAI.

Tem-se com este quadro que a maioria das justificativas para negação de acesso à solicitação de documentos, dados e informação foi diferente para as três

organizações sendo que para o BB prevaleceu justificativa da legislação específica, já para a CEF prevaleceu justificativa da LAI, e para o BNDES prevaleceu justificativa de dados pessoais.

Ao se considerar este quadro pode-se inferir de maneira curiosa que organizações financeiras da administração pública indireta, ou seja, organizações da mesma natureza jurídica, diante da necessidade de cumprimento das mesmas leis, independentemente do teor das solicitações realizadas, possam ter resultados tão diferentes no que se refere à justificativa para a negativa de acesso a solicitações de documentos, dados e informação. Diante disto surgem duas questões (i) a primeira que se refere ao grau de discricionariedade que os bancos possuem e (ii) a segunda sobre o grau de impacto no sigilo entre a Lei do Sigilo Bancário e a LAI.

Na primeira questão, realmente, o histórico institucional das organizações, a forma como elas organizam dados internos interessantes, a cultura da empresa e de seus funcionários, as diferentes formas de interpretação diante da mesma legislação e o direcionamento político influenciam diretamente no grau de discricionariedade para atuação de qualquer organização, e estes fatores indicam fortes indícios de que houve influência direta para a apresentação de dados tão discrepantes como estes.

Sobre a segunda questão, pode-se considerar *legislação específica* como referência a Lei do Sigilo Bancário, pois se trata da lei que regulamenta especificamente o sigilo nas instituições financeiras, como também, se pode considerar a negativa de acesso à informação por meio de *dados pessoais* como a LAI, pois esta lei que estabelece o sigilo para as informações pessoais, inclusive conceitua a informação pessoal, em seu Artigo 4º, como “aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável”. Assim, nesta perspectiva tem-se novo cenário.

Ao se confrontar a Lei do Sigilo Bancário com a LAI, tem-se que a LAI, em termos de justificativa de negativa de acesso à informação supera a Lei do Sigilo Bancário, tanto na CEF com 1580 negativas por meio da LAI e somente 257 negativas por meio da Lei do Sigilo Bancário, como também no BNDES, sendo 122 justificativas de negativa de acesso por meio da LAI mediante apenas 29 por meio da Lei do Sigilo Bancário, por outro lado no caso do BB a lógica foi inversa com 1291 negativas de acesso por meio da Lei do Sigilo Bancário e somente 87 solicitações negadas por meio da LAI.

Tabela 86: Justificativa para Negativa de Solicitação de Documento, Dado e Informação

Justificativa para Negativa de Fornecimento de Documento, Dado e Informação									
Ano	BB			CEF			BNDES		
	Lei do Sigilo Bancário	Lei de Acesso à Informação	Dados Pessoais	Lei do Sigilo Bancário	Lei de Acesso à Informação	Dados Pessoais	Lei do Sigilo Bancário	Lei de Acesso à Informação	Dados Pessoais
2012	192	1	14	56	55	326	2	1	4
2013	694	8	18	117	43	289	11	8	76
2014	405	1	45	84	833	34	16	9	24
Total	1.291	10	77	257	931	649	29	18	104
Total Agrupado	1.291	87		257	1.580		29	122	

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Com a análise deste novo cenário verifica-se atuação diferente entre o BNDES e CEF diante do BB, pois os dois primeiros justificam a maioria de suas negativas de acesso por meio da LAI enquanto o BB em sua maioria com base na Lei do Sigilo Bancário, esta diferença reforça ainda mais a tese de que o grau de discricionariedade dos bancos para aplicação das legislações que regulamentam o acesso à informação é importante, e também, deixa dúvida quanto a clareza para a aplicabilidade destas legislações nos bancos diante das classificações presentes no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (eSIC) do governo federal.

O BB implementa sua política de transparência com base no conceito de transparência voltado para a lógica de mercado, enquanto o BB e o BNDES atuam baseados na lógica de governo com base na LAI.

Para as tabelas que apresentam os dados referentes à forma de envio das respostas em relação aos três bancos públicos BB, CEF e BNDES a maioria das solicitações de documentos, dados e informação foram realizados por meio da *internet* em detrimento do atendimento presencial.

Em relação à forma de envio das respostas a maioria delas foi encaminhada eletronicamente, seja por meio de mensagem eletrônica ou por meio do sistema com aviso por mensagem eletrônica, inclusive as respostas das solicitações realizadas presencialmente. Estas informações comprovam a lógica de que a maioria dos atendimentos referentes à LAI são realizados eletronicamente e que os bancos não possuem dificuldades para trabalhar com o sistema do governo federal.

Tabela 87: Forma de Acesso à Informação (2012-2014)

Forma de Acesso à Informação (2012-2014)						
Ano	BB		CEF		BNDES	
	Internet	Balcão SIC	Internet	Balcão SIC	Internet	Balcão SIC
2012	986	48	1963	13	445	22
2013	1822	54	2170	26	628	18
2014	1078	27	2387	10	620	20
Total	3.886	129	6.520	49	1.693	60

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Em relação aos casos de prorrogação ou reencaminhamento no período estudado houve no caso do BB somente 8 casos de prorrogação e 3 casos de reencaminhamento em 2014. No caso da CEF houve somente 1 caso de prorrogação e 12 casos de reencaminhamento também em 2014. No BNDES houve somente 3 casos de reencaminhamento em 2014. Estas informações comprovam em alguma medida que os procedimentos internos dos bancos públicos têm atuado com agilidade por terem poucos casos de prorrogação e também com clareza quanto ao envio das solicitações para os setores corretos dentro da organização, por isto, houve poucos reencaminhamentos.

Tabela 88: Totais de Prorrogação e Reencaminhamento dos Bancos (2012-2014)

Prorrogação e Reencaminhamento dos Bancos (2012-2014)												
Ano	BB				CEF				BNDES			
	Prorrogação		Reencaminhamento		Prorrogação		Reencaminhamento		Prorrogação		Reencaminhamento	
	Sím	Não	Sím	Não	Sím	Não	Sím	Não	Sím	Não	Sím	Não
2012	0	1034	0	1034	0	1976	0	1976	0	467	0	467
2013	0	1876	0	1876	0	2196	0	2196	0	646	0	646
2014	8	1097	3	1102	1	2396	12	2385	0	640	3	637
Total	8	4.007	3	4.012	1	6.568	12	6.557	0	1.753	3	1.750

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

4.6 Análise dos Recursos no Âmbito das Solicitações de Acesso à Informação

Em relação aos recursos em primeira instância e segunda instância é interessante analisar as justificativas apresentadas pelo requerente. No caso do BB houve para os recursos em primeira instância 252 recursos em 2012, aumento para 357 recursos em 2013 e redução para 178 recursos em 2014. Em segunda instância houve 174 em 2012, aumento para 215 em 2013 e redução em 99 em 2014.

Para a CEF houve para os recursos em primeira instância 132 recursos em 2012, aumento para 273 recursos em 2013 e redução para 247 recursos em 2014. Para os recursos em segunda instância houve somente 23 recursos em 2012, aumento para 117 recursos em 2013 e redução para 65 recursos em 2014.

No caso do BNDES houve para os recursos em primeira instância 33 recursos em 2012, aumento para 51 recursos em 2013 e redução para 37 recursos em 2014. Para os recursos em segunda instância houve 10 recursos em 2012, redução 7 recursos em 2013 e aumento para 12 recursos em 2014.

Tabela 89: Recursos em Primeira e Segunda Instâncias

Recursos em Primeira e Segunda Instâncias (2012-2014)						
	BB		CEF		BNDES	
Ano	Primeira Instância	Segunda Instância	Primeira Instância	Segunda Instância	Primeira Instância	Segunda Instância
2012	252	174	132	23	33	10
2013	357	215	273	117	51	7
2014	178	99	247	65	37	12
Total	787	488	652	205	121	29
%	62%	38%	76%	24%	81%	19%

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Para os três bancos tanto os recursos em primeira instância quanto para os recursos em segunda instância houve maioria das justificativas vinculadas a (i) justificativas insatisfatórias para o sigilo, (ii) informação recebida não corresponde ao solicitado, (iii) ausência de justificativa legal para classificação, e (iv) informação incompleta. Para CEF a classificação de “Outros” foi mais recorrente que em relação ao BB e ao BNDES. Houve para os três bancos aumento de recursos, tanto em primeira instância quanto em segunda instância, de 2012 para o ano de 2013 e queda de 2013 para 2014, somente os recursos em segunda instância do BNDES que tiveram comportamento diferente.

Por outro lado, ao se analisar os totais de recursos em primeira e segunda instância, no período analisado, o BB totalizou 1276 recursos que representam no total de solicitações de documentos, dados e informação de 31,78%. A CEF totalizou 857 recursos que representam no total de solicitações de documentos, dados e informações 13,05%. O BNDES totalizou 1753 recursos que representam no total de solicitações de documentos, dados e informações 8,56%.

Desta forma pode-se notar que o desempenho dos três bancos para evitar recursos foi diferente com menor percentual de desempenho do BNDES seguido da CEF e do BB.

Em relação ao resultado dos recursos é interessante analisar, no período estudado, o percentual de recursos “indeferidos”, ou seja, nos quais a decisão do banco foi mantida por instâncias superiores e nos casos de “deferido” e “deferido parcialmente” para verificar em quantos casos houve “erro” corrigido por instâncias superiores.

No caso do BB houve predominância de recursos “indeferidos” e nos casos de recursos “deferidos” e “deferidos parcialmente” juntos houve a ocorrência de 4% em 2012, 10% em 2013 e 14% em 2014, ligeiro aumento de um ano para o outro.

Já para a CEF houve predominância de recursos “deferidos” em 2012 com 56% das ocorrências e 2013 com 55% das ocorrências, e mudando a lógica, para a predominância de recursos “indeferidos” em 2014 com 51% das ocorrências mediante 41% de recursos “deferidos”. Uma vez que a maioria dos recursos foi deferida por instâncias superiores é interessante destacar quais foram justificativas destes recursos que merecem ser destacadas aqui, a maioria deles possui a (i) justificativa de informação incompleta, seguido de (ii) informação que não corresponde a solicitada, depois de (iii) justificativa do sigilo insatisfatória e de (iv) ausência de justificativa legal para classificação.

Para o BNDES houve predominância de recursos “indeferidos” e nos casos de recursos “deferidos” e “deferidos parcialmente” juntos houve a ocorrência de 30% em 2012, 26% em 2013 e 26% em 2014, ligeira queda de 2012 para os anos posteriores. Dado percentual significativo de deferimento cabe destacar que a maioria dos deferimentos foi para justificativa de informação incompleta.

Tabela 90: Resultado dos Recursos dos Bancos (2012-2014)

Resultado dos Recursos (2012-2014)												
Ano	BB				CEF				BNDES			
	Indeferido	Deferido Parcialmente	Deferido	Não Conhecimento	Indeferido	Deferido Parcialmente	Deferido	Não Conhecimento	Indeferido	Deferido Parcialmente	Deferido	Não Conhecimento
2012	410	8	8	0	56	12	87	0	26	4	13	0
2013	505	9	47	8	139	33	214	0	43	6	9	0
2014	88	3	37	141	160	13	129	2	34	5	8	0
Total	1.003	20	92	149	355	58	430	2	103	15	30	0
%	79%	2%	7%	12%	42%	7%	51%	0%	70%	10%	20%	0%

Fonte: e-SIC Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Vale destacar que em relação ao resultado dos recursos, no período analisado, o BB obteve o melhor resultado, seguido do BNDES e da CEF, que por sua vez obteve elevado índice de alteração de suas decisões em instâncias superiores.

4.7 O Conceito de Transparência na LAI e na Lei do Sigilo Bancário

Tendo em vista os levantamentos realizados nesta pesquisa tanto do âmbito teórico, Capítulo II, como da parte empírica, Capítulo III, foi possível notar o “dilema” entre o conceito de transparência apresentado na LAI e o conceito de transparência apresentado na Lei do Sigilo Bancário. Embora no âmbito da rotina dos trabalhadores responsáveis por gerir e executar a política de transparência do BB, da CEF, e do BNDES não tenha qualquer implicação, pois a LAI não revoga legislações anteriores, ou seja, mantém vigente a Lei do Sigilo Bancário há o dilema conceitual, pois os conceitos são apresentados de forma invertida em suas lógicas de construção enquanto a LAI possui a transparência como regra e o sigilo como exceção, a Lei do Sigilo bancário é o contrário, nela a regra é o sigilo e o que está fora do sigilo é a transparência.

A Lei do Sigilo Bancário é o caso a ser discutido entre todos os principais envolvidos, sobretudo, pelo poder público, ao mesmo tempo em que esta Lei está fortemente consolidada nas estruturas administrativas dos bancos públicos, ela representa o contraponto da essência da transparência apontado por Bobbio (*op.it.*, p. 86) no qual “(...) o caráter público é a regra, o segredo a exceção, e mesmo assim é uma exceção que não deve fazer a regra valer menos (...)”, que representa a essência do conceito presente na LAI. A Lei do Sigilo Bancário está impedindo na prática a total transparência de vultosos recursos públicos e cria campo “obscuro” na transparência das políticas públicas.

4.8 Aprofundamento da discussão conceitual

A partir do “dilema” conceitual existente entre a Lei do Sigilo Bancário e a LAI nota-se que a transparência dos bancos públicos pode assumir diferentes

formatos que dependem do ponto de vista, e dos diferentes tipos de interesses envolvidos.

A Lei do Sigilo Bancário foi cunhada tendo-se em vista legislações de países como Suíça, Bélgica, Espanha, Itália, Alemanha, Estados Unidos e França, também, com base na Constituição Federal de 1988 que garante a inviolabilidade, entre outros fatores, da intimidade e da vida privada como mencionado no conceito de transparência baseado na Lei do Sigilo Bancário, no Capítulo II desta pesquisa, cujo principal objetivo é de proteger as informações de operações financeiras com empresas privadas.

Por outro lado, a LAI foi implementada em momento de apelo por mais transparência das informações do governo, ou seja, depende do momento, do que se quer implementar, quais atores envolvidos, entre outros fatores.

Como afirma Meijer (*op.cit.*) transparência é construída por meio de interações complexas, com variedade de atores políticos e sociais que possuem diferentes perspectivas (necessidades). Somente na análise da transparência para os bancos públicos foi possível encontrar conceitos de transparência com nuances diferentes voltada para necessidades de diferentes áreas, em outras palavras, cada vertente com a sua verdade, e são verdades difíceis de serem contestadas. Meijer está absolutamente correto ao afirmar que a transparência precisa ser muito debatida ainda. Como afirmar se os bancos públicos são ou não transparentes? Depende do ponto de vista.

Diante da instabilidade das definições inicia-se a análise do conceito de transparência para os bancos públicos com auxílio da teoria de Gallie com base na expressão cunhada por ele de conceito essencialmente contestado, em inglês, “essentially contested concepts” (Gallie, 1956, p. 167).

Utiliza-se aqui metodologia específica desenvolvida por este autor para identificar conceitos essencialmente contestados, Gallie nos apresenta sete requisitos essenciais para esta identificação apresentados a seguir.

De acordo com Gallie (*ibid.*, p. 171-180) e seu comentador Silva (2011), para o reconhecimento de um conceito essencialmente contestado é necessário que seja avaliado dentro de conjunto de condições com base em sete características apresentadas por ele. O conceito precisa (i) ser avaliativo de maneira que significa ou credencia algum tipo de ação valorativa, (ii) apresentar em alguma medida complexidade interna, (iii) apresentar característica de descrição variada de

elementos particulares, (iv) impossibilitar fechamento definitivo por admitir modificação considerável em variadas circunstâncias, (v) permitir a utilização do conceito de maneira rival, ou seja, o uso particular do conceito é utilizado com base em argumentos contrários aos argumentos de outros usos, o conceito pode ser utilizado tanto de forma ofensiva quanto defensiva, (vi) gerar debate de argumentos que sejam reconhecidos por todos os usuários do conceito concorrente, e (vii) permitir a continuidade da “competição” por meio de debates conceituais que reconhecidos pelos usuários dos conceitos concorrentes permitam a sustentabilidade e, ou, desenvolvimento de forma otimizada do “exemplar original” do conceito contestado.

O conceito de transparência no âmbito dos bancos públicos contempla as condições apresentadas por Gallie. A ação para a transparência possui avaliação valorativa, pois quanto mais transparência melhor. Embora seja aparentemente simples a prática da transparência apresenta a complexidade interna do conceito, e também de descrição variada de elementos particulares. Em outra perspectiva, impossibilita fechamento definitivo e aceita a utilização do conceito de maneira rival por permitir formas variadas dependendo dos tipos de interesse, pois o atendimento a estes critérios é bastante claro diante dos conceitos de transparência voltados para o mercado em contraponto à função social dos bancos de gerar cidadania. Apresenta, como desenvolvido nesta pesquisa, em todas as suas formas argumentos difíceis de serem contestados, bem como preserva a continuidade do debate das contestações nas diferentes vertentes de interesses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise dos dados desta pesquisa, considerando a essência da política de transparência dos bancos implementada, pode-se explicar o descolamento da implementação da política de transparência dos bancos públicos com a sequência de evolução política de transparência do Brasil apresentada no Capítulo II. Este descolamento explica a razão pela qual os bancos públicos desenvolveram suas políticas de transparência mesmo antes da entrada em vigor da LAI. Nota-se mais efetivamente ação dos bancos públicos vinculada à administração pública somente em momentos de publicação de legislação e regulamentações de órgãos controladores dos bancos, cita-se os casos da Lei do Sigilo Bancário e da LAI, bem como das legislações que obrigaram os bancos públicos a se adequarem às normas internacionais de contabilidade. Esta forma de atuação está diretamente relacionada à característica dos bancos atuarem habilmente com a cultura do *compliance*, os bancos avançaram na sua política de transparência por meio de obrigações jurídicas.

O número significativo de solicitações de documentos, dados e informações, apresentados por meio do levantamento da transparência passiva, explica que a maior contribuição da LAI ocorreu por meio das demandas da sociedade em geral, pois independentemente de estarem inseridas dentro de grupos ou não, de alguma maneira se motivaram a realizar suas solicitações por meio da LAI.

Em contexto de resultado no curto prazo a publicação da LAI foi publicada “tardamente” para a construção da política de transparência dos bancos públicos, por outro lado, a iniciativa dos cidadãos em utilizar a LAI como canal de demanda da sociedade mexe com a estrutura da política de transparência já consolidada nestas organizações, e no contexto de médio prazo, há a tendência da política de transparência iniciar o processo de migração baseada na lógica de mercado para a transparência baseada na geração de cidadania em sua plenitude. Em sua plenitude, pois a política de transparência atual gera, em parte, a cidadania, por ser especializada para o mercado.

Na perspectiva de que a Lei do Sigilo Bancário distancia a política de transparência dos bancos públicos do contexto democrático é necessário retomar a

discussão de democracia. Para Filgueiras (2011, p. 75 *apud* Heald, 2006a) a ideia de responsabilidade política deve constituir qualquer projeto de democracia, é impraticável pensar em responsabilidade política com ausência de transparência aos cidadãos e sem a redução do *déficit* informacional que enfrenta o “homem comum”, pois a democracia pressupõe a transparência como valor fundamental para o oferecimento do livre conhecimento por parte do “cidadão comum”. A essência da política de transparência é reduzir os segredos de Estado para gerar a possibilidade de conhecimento “livre” e potencializar, supostamente, a cidadania (FILGUEIRAS, 2011, p. 76 *apud* THOMPSON, 1999).

A cultura do segredo conflita com a noção do processo democrático, desta forma, o segredo “(...) representa uma ação não pública” (FILGUEIRAS, 2011, p. 76 *apud* CHAMBERS, 2004). A cultura do segredo abre campo para a corrupção, de acordo com Carneiro (2002, p. 107) a corrupção está presente em todos os países, o que muda é a forma de como eles se organizam para enfrentá-la, com embasamento na ética do setor público é preciso assegurar a capacidade de geração de resultados de interesse público e direcionados aos anseios da sociedade. Baseado na discussão acima se pressupõe que o contexto democrático coloca em xeque a Lei do Sigilo Bancário.

Diante disto, e na fictícia possibilidade de modificação ou supressão da Lei do Sigilo Bancário é necessário esclarecer que não se trataria de mudança a partir dos bancos, pois a obrigação dos funcionários responsáveis pela implementação da LAI em qualquer organização é respeitar as leis vigentes e é exatamente o que os bancos estão realizando, em outras palavras, a cultura necessária do *compliance*. O problema é conceitual. Caberia ao Congresso Nacional responsabilidade de superar este problema existente entre a Lei do Sigilo Bancário e a LAI. Como exposto nesta pesquisa, não se pode ignorar o fato de ambas as leis terem sido aprovadas no próprio Congresso Nacional.

Este dilema resulta na política de transparência dos bancos públicos voltada para resultados que interessam essencialmente ao mercado, bem como do resguardo de informações das principais operações dos bancos.

No âmbito operacional dos bancos públicos não há problemas significativos de estrutura, de gestão ou de desempenho organizacional para oferecer todas as informações necessárias ao cumprimento de suas funções sociais

que é de gerar cidadania, haja vista as volumosas estruturas de atendimento implementadas pelos Serviços de Atendimento aos Clientes (SACs) dos bancos.

Por exemplo, no caso do BNDES estão contratados por meio de terceirização de serviços 120 postos de atendimento com funcionários treinados e especializados para o atendimento ao público. A qualidade da gestão, no caso do BB é outro forte, com bons resultados em premiações recebidas oriundas da qualidade dos seus relatórios e das informações disponibilizadas aos *stakeholders*.

Cabe ressaltar que muitos dos avanços da política de transparência nos bancos ocorreram em decorrência de obrigações impostas a eles devido ao campo de atuação.

Por isto, há aqui mais uma vez, o dilema conceitual, pois são muitos os desafios operacionais para implementação da política de disponibilização de informação tal como é exigida pelos conceitos de democracia apresentados nesta dissertação, por outro lado, diante da capacidade dos bancos públicos aperfeiçoarem suas ações para atingir os níveis de qualidade exigidos pelo mercado pode-se considerar que são absolutamente capazes de formatar suas estruturas para atender aos anseios democráticos, por isto a questão mais relevante é de outra ordem.

Pode-se inferir, também, que o foco de ação de cidadãos, grupos organizados seja do terceiro setor ou da academia deve ser o dilema conceitual a ser discutido e resolvido no Congresso Nacional que normatizou as legislações vigentes. Ações voltadas diretamente para a pressão aos bancos públicos por meio da LAI pode colocar em risco, no médio prazo, a credibilidade da LAI no que se refere à transparência de documentos, dados e informações, das operações bancárias de empresas públicas, protegido pela Lei do Sigilo Bancário.

A pressão direta sobre os bancos é importante, mas esta ação deve despertar a necessidade de discussão das legislações vigentes, principalmente da Lei do Sigilo Bancário, isto posto, pode ser no médio prazo prejudicial a LAI que não altera a lei do sigilo.

Este dilema conceitual foi notado em alguma medida pelo Fórum de Políticas Públicas do Canadá (2002, p.100) cujo desafio relacionado com a norma de prestação de contas no setor público e no setor privado requer clareza de metodologias e de exigências de responsabilização, pois à medida que crescem as expectativas de transparência do governo, e também, diante da política de governo

que pretende tornar o Estado cada vez mais eficiente com menos recursos, aumenta a tensão entre os setores. Diante de dilemas como este há a necessidade de conceitos de transparência mais bem definidos.

É problema para administração pública indireta a LAI não revogar a Lei do Sigilo Bancário, assim, deixa em aberto o questionamento se a própria LAI fere seu próprio conceito de transparência, como apresentado acima, os conceitos de transparência presentes nestas duas legislações são construídos em bases conceitualmente opostas. Talvez a ausência deste debate conceitual no momento oportuno representasse à perda da “janela para política pública” a luz do conceito de Kingdon (*op.cit.*) para a implementação da LAI.

Ou este dilema decorrente do problema conceitual será resolvido em outra oportunidade, ou o problema conceitual está presente na própria Constituição Federal de 1988. Em outras palavras, é preciso aguardar o resultado deste dilema iluminado por esta pesquisa de estudo exploratório.

Outro fator relevante a ser destacado nesta pesquisa é o grau de discricionariedade dos bancos públicos na implementação de suas políticas de transparência, por exemplo, no caso do BNDES houve o estabelecimento de determinado “corte”, no qual, contratos acima do valor estabelecido entram no rigor da Lei do Sigilo Bancário e abaixo deste valor não.

De acordo com preceitos apontados pela Artigo 19 (2011) reformas do serviço público podem profissionalizar, e também, despolitizar a operacionalização de leis de acesso.

Com a abertura para discricionariedade na ação dos bancos diante da obrigatoriedade de oferecer acesso à informação, pode-se deduzir que o acesso à informação no BB, na CEF e no BNDES é uma ação de cunho político, de poder, e que a efetivação da transparência só será possível com a separação da política da técnica, nesta perspectiva o poder poderia passar por transformação uma vez que não é a posse da informação que traz o poder, mas o uso dela.

Com base na apresentação de relevantes conceitos de democracia e de desdobramentos importantes, tais como, da publicidade, da prestação de contas e da *Accountability*.

Considerando a necessidade de prestação de contas do uso de recursos públicos, comprovada pela análise da transparência passiva dos bancos com inúmeras solicitações de documentos, dados e informação, alinhada aos conceitos

democráticos apresentados nesta pesquisa e diante da necessidade de proteção das estratégias de empresas que demandam financiamentos dos bancos públicos que atuam no mercado privado com elevada concorrência.

Frente aos desafios apresentados no âmbito do estudo do tema da transparência e para a efetivação da transparência de governo no exterior e no Brasil. Considerando o problema conceitual da transparência que resulta em forte embate de interesses que resultam em difícil solução prática diante das legislações que regulamentam a temática no Brasil.

E por fim, diante da aplicabilidade da teoria de Gallie referente ao conceito de transparência e pelo conceito de transparência nos bancos públicos se encaixar aos requisitos de Gallie para a identificação de conceito essencialmente contestado pode-se afirmar que o conceito de transparência aplicado aos bancos públicos no Brasil é um conceito essencialmente contestado.

Avaliando-se as limitações desta pesquisa houve dificuldade por se trabalhar tema polêmico em período de copa do mundo e de eleições presidenciais, pois além de tudo o tema da transparência dos bancos públicos foi enfatizado no segundo turno.

A polêmica do tema diante deste cenário incluindo-se as manifestações juninas de 2013 e as críticas de muitos cidadãos pelo motivo dos bancos públicos brasileiros não apresentarem informações de suas operações financeiras tornaram os bancos arredios, em alguma medida, para interagirem com o desenvolvimento desta pesquisa com menor resistência do BNDES.

Em termos de agenda futura para o tema da transparência, mesmo que nesta pesquisa se tenha chegado ao resultado que no caso dos bancos públicos no Brasil o conceito de transparência é um conceito essencialmente contestado, este tema requer muita discussão como aponta, ou se nota, na própria literatura seja ela nacional ou internacional.

Para finalizar esta pesquisa segue alguns questionamentos. Os problemas presentes na construção do conceito de transparência serão entrave para evolução e implementação da política de transparência no Brasil? Será possível solucionar o dilema entre os conceitos de transparência presentes nas leis do Sigilo Bancário e na LAI diante de seus embasamentos constitucionais? Os principais bancos públicos brasileiros serão um dia capazes de implementar a política de transparência de maneira a gerar cidadania superando o atual modelo de

transparência com foco nos *stakeholders* para a melhoria dos resultados destas organizações? As solicitações de documentos, dados e informações por meio da LAI serão suficientes, no médio e longo prazo, para a migração do modelo vigente de transparência voltado para os *stakeholders* para o modelo de geração de cidadania?

Esta pesquisa comprova definitivamente a relevância de estudos sobre transparência na administração pública indireta, pois como no caso dos bancos públicos podem haver legislações e regramentos específicos que gerem resultados diferentes na implementação da política de transparência.

Em essência, para se abordar o assunto da transparência é necessário tratar do sigilo, esta máxima só seria diferente em ambiente no qual não houvesse qualquer tipo de restrição e toda informação seja ela qual for possa ser disponibilizada para todos os cidadãos. Isto é ruim para as discussões de transparência uma vez que sempre em alguma medida o foco do debate de transparência se volta para o debate do sigilo, como se fosse o sigilo o mais importante.

Com as solicitações ocorridas por meio da transparência passiva se abre espaço para novos rumos da política de transparência dos bancos públicos, caso se mantenha o volume de solicitações de documentos, dados e informações, os bancos públicos e o governo federal terão de repensar obrigatoriamente novo conceito de transparência para estas instituições financeiras.

A cultura do segredo vai se enfraquecer aos poucos, a LAI, conjuntamente com os inúmeros fóruns e congressos que abordam o tema da transparência contribuem fortemente para o avanço da disponibilização de documentos, dados e informação aos cidadãos e com os bancos públicos não será diferente.

Esta discussão tem avançado bastante, por exemplo, com a disponibilização dos salários dos servidores públicos em todo o Brasil, desta forma o cidadão ao optar por trabalhar para o serviço público assume o “ônus” de ter seu salário publicado. Esta ocorrência pode, em algum momento, servir de base para questionamentos sobre os recursos públicos direcionados por meio das operações financeiras dos bancos públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública** [online]. 2007, vol.41, n.spe, pp. 67-86. ISSN 0034-7612. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v41nspe/a05v41sp.pdf>. Acesso em: 17 Jul. 2014.

ADAM, Avshalom M.; LACHMAN, Ran. **The Concept of Information Transparency: A Spectrum in Four-Dimensional Spaces**. 2008. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1422637>. Acesso em: 13 Jan. 2015.

ADAMS, Renée. **Governance and the Financial Crisis**. 2009. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1398583>. Acesso em: 13 Jan. 2015.

ANGÉLICO, Fabiano. **Lei de acesso à informação pública e seus possíveis desdobramentos para a accountability democrática no Brasil**. Dissertação, Curso de Mestrado em Administração Pública e Governo (CMAPG), Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/9905>. Acesso em: 30 Jan. 2015.

ARTIGO 19. **Leis de Acesso à Informação**: dilemas da implementação. Estudos em Liberdade de Informação, 2011.

ARTIGO 19. **O Direito do Público a Estar Informado**: Princípios sobre a Legislação de Liberdade de informação. Centro Internacional Contra a Censura: Série Normas Internacionais, Londres, 1999. Disponível em: <http://www.article19.org/data/files/pdfs/standards/public-right-to-know-portuguese.pdf>. Acesso em: 08 de Jul. de 2014.

AVALOS, B. O Sistema mexicano de avaliação para a transparência municipal - "setramun". In _____ KONDO, S.; *et al.* **Transparência e Responsabilização no Setor Público**: fazendo acontecer. Brasília: MP, SEGES, 2002.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **História do BC**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?HISTORIABC>>. Acesso realizado em: 27 Out. de 2014.

BANCO DO BRASIL. **História do Banco do Brasil**. 2º Edição, Revisada. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/LivroBB1.pdf?codigoMenu=1426>>. Acesso realizado em: 13 de Out. de 2014.

BANCO DO BRASIL. **Relatório Anual**. 2000. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/RA2000.pdf>>. Acesso em: 04 Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2001. Disponível em:
<<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/RA2001.pdf>>. Acesso em: 04 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2002. Disponível em:
<<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/RA2002.pdf>>. Acesso em: 04 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2003. Disponível em:
<<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/RA2003.pdf>>. Acesso em: 04 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2004. Disponível em:
<<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/RA2004.pdf>>. Acesso em: 04 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2005. Disponível em:
<<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/RA2005.pdf>>. Acesso em: 04 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2006. Disponível em:
<<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/RA2006.pdf>>. Acesso em: 04 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2007. Disponível em:
<<http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2007/index.html#>>. Acesso em: 05 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2008. Disponível em:
<<http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2008/default.htm>>. Acesso em: 05 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2009. Disponível em:
<<http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2009/index.html>>. Acesso em: 05 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2010. Disponível em:
<<http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2010/>>. Acesso em: 05 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2011. Disponível em:
<<http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2011/port/index.htm>>. Acesso em: 05 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2012. Disponível em:
<<http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2012/port/ra/index.htm>>. Acesso em: 05 de Nov. 2014.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL.
Relatório Anual. 1994. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/relatorio_anual1994.pdf>. Acesso em: 07 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 1995. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/relatorio_anual1995.pdf>. Acesso em: 07 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 1996. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/relatorio_anual1996.pdf>. Acesso em: 07 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 1997. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/relatorio_anual1997.pdf>. Acesso em: 07 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 1998. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Relatorio_Anuar/RelAnual1998.html>. Acesso em: 07 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 1999. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/relatorio_anual_digital1999.pdf>. Acesso em: 07 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2000. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/relato00.pdf>. Acesso em: 07 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2001. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2001/Ra01.PDF>. Acesso em: 07 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2002. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Relatorio_Anuar/RelAnual2002.html>. Acesso em: 07 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2003. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2003/port/index.htm>. Acesso em: 07 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2004. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Relatorio_Anuar/RelAnual2004.html>. Acesso em: 07 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2005. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquiv

os/empresa/RelAnual/ra2005/relatorio_anual2005.pdf>. Acesso em: 07 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2006. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2006/relatorio_anual2006.pdf>. Acesso em: 07 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2007. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2007/relatorio_anual2007.pdf>. Acesso em: 07 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2008. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2008/relatorio_anual2008.pdf>. Acesso em: 07 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2009. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2009/relatorio_anual2009.pdf>. Acesso em: 07 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2010. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2010/relatorio_anual2010.pdf>. Acesso em: 07 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2011. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Hotsites/Relatorio_Anual_2011/index.html>. Acesso em: 07 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2012. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Hotsites/Relatorio_Anual_2012/index.html>. Acesso em: 07 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2013. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Hotsites/Relatorio_Anual_2013/index.html>. Acesso em: 07 de Nov. 2014. BINNIE, Ricardo. **Transparência dos Bancos**. Coleção Instituto de Ensino e Pesquisa – Insper, São Paulo, Editora Almedina, 2011.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Cidadania e democracia**. Lua Nova, Revista de Cultura e Política, nº 33, São Paulo, 1994. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451994000200002&script=sci_arttext. Acesso em: 07 Abr. 2014.

BERTÓK, J.; CADDY, J.; RUFFNER, M. Fazendo acontecer: diretrizes de políticas voltadas à responsabilização e à transparência. *In: _____ KONDO, S.; et al. **Transparência e Responsabilização no Setor Público**: fazendo acontecer.* Brasília: MP, SEGES, 2002.

BINNIE, Ricardo. **Transparência dos Bancos**. Coleção Instituto de Ensino e Pesquisa – Insper, São Paulo, Editora Almedina, 2011.

BIONDI, Y. **Harmonising European Public Sector Accounting Standards (EPSAS)**: Issues and Perspectives for Europe's Economy and Society. International Federation of Accountants, França, 2014, p. 165-178.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**: uma defesa das regras do jogo. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2000, pp. 53-76.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm

BRASIL. Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003 e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5687.htm

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

BRASIL, Lei Complementar nº 9.507, de 12 de novembro de 1997. Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9507.htm

BRASIL, Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001. Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2001/leicomplementar-105-10-janeiro-2001-355754-norma-pl.html>

BRASIL, Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece

normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm

BRESSER, L.C. **Democracia, estado social e reforma gerencial**. Revista de Administração Pública, FGV, 2010. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/rae/v50n1/a09v50n1.pdf>.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Relatório Anual**. 2002. Disponível em:
<http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/caixa/caixa_demfinanc/caixa_2002_PORTUGUES.PDF>. Acesso em: 11 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2003. Disponível em:
<http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/caixa/caixa_demfinanc/caixa_2003_PORTUGUES.PDF>. Acesso em: 11 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2004. Disponível em:
<http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/caixa/caixa_demfinanc/CEF_Espanhol062004.pdf>. Acesso em: 11 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2005. Disponível em:
<http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/caixa/caixa_demfinanc/caixa_2005_portugues.pdf>. Acesso em: 11 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2006. Disponível em:
<http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/caixa/caixa_demfinanc/CAIXA__2006__portugues.PDF>. Acesso em: 11 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2007. Disponível em:
<http://www14.caixa.gov.br/portal/acaixa/home/informacoes_financeiras/balancos_demonstrativos/demonstrativos-financeiros>. Acesso em: 11 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2008. Disponível em:
<http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/caixa/caixa_demfinanc/CEFDF1208Espanhol.pdf>. Acesso em: 11 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2009. Disponível em:
<http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/caixa/caixa_demfinanc/Relat%F3rio_da_Administra%E7%E3o_CAIXA_122009.pdf>. Acesso em: 11 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2010. Disponível em:
<http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/caixa/caixa_demfinanc/Relatorio_da_Administracao_Consolidado_2010.pdf>. Acesso em: 11 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2011. Disponível em:
<http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/caixa/caixa_demfinanc/Relat%C3%B3rio_da_Administra%C3%A7%C3%A3o_2011.pdf>. Acesso em: 11 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2012. Disponível em:
<http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/caixa/caixa_demfinanc/Relatorio_Administracao_2012.pdf>. Acesso em: 11 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2013. Disponível em:
<http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/caixa/caixa_demfinanc/Relatorio_da_Administracao_2013.pdf>. Acesso em: 11 de Nov. 2014.

_____. **Relatório Anual**. 2014. Disponível em:
<http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/caixa/caixa_demfinanc/Relatorio_da_Administracao_3T14.pdf>. Acesso em: 11 de Nov. 2014.

CARLIN, T. M. Desempenho e transparência na Austrália: os sistemas “de ponta” estão realmente funcionando? *In* _____ KONDO, S.; *et al.* **Transparência e Responsabilização no Setor Público: fazendo acontecer**. Brasília: MP, SEGES, 2002.

CARNEIRO, J. G. P. A comissão de ética pública no Brasil: experiências, desdobramentos e desafios. *In* _____ KONDO, S.; *et al.* **Transparência e Responsabilização no Setor Público: fazendo acontecer**. Brasília: MP, SEGES, 2002.

CENEVIVA, Ricardo e FARAH, Marta Ferreira Santos. **O papel da avaliação de políticas públicas como mecanismo de controle democrático da administração pública**. *In*: _____ Controle social da administração pública: cenário, avanços e dilemas no Brasil, Alvaro Martins Guedes e Francisco Fonseca (Orgs.), Editora Unesp, 2007, pp. 129-156.

COBB, Roger W. and ELDER, Charles D. **Issues and agendas**. *In*: _____ THEODOULOU, Stella and CAHN, Matthew A. *Public policy: the essential readings*. Upper Saddle River, NJ, Prentice Hall, 1995, pp. 96-105.

COLLIER, D.; HIDALGO, F. D.; MACIUCEANU, A. O. **Essentially contested concepts: debates and applications**. *Journal of Political Ideologies*, University of California, Berkeley, 2006, pg. 211 – 246. Disponível em:
<http://polisci.berkeley.edu/sites/default/files/people/u3827/Collier%20Gallie.pdf>. Acesso em: 10 de Jan. 2015.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS de 16 a 27 de outubro de 2000. **Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão**. Disponível em:
<http://www.cidh.oas.org/Basicos/Portugues/s.Convencao.Libertade.de.Expressao.htm>.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Lei nº 12.527**: Lei de Acesso à Informação. Poder Executivo Federal, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/balanco1ano.pdf>. Acesso em: 14 de Jan. 2015.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Olho Vivo no Dinheiro Público**: um guia para o cidadão garantir os seus direitos, 2ª Edição, Brasília, maio de 2009.

DAHL, Robert. **Democracia e Poliarquia**. São Paulo, EDUSP, 1997, Capítulo I.

DOWS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo, EDUSP, 1999, Capítulos III-VI e XI-XIII.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo**. In _____ SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (org.). Políticas públicas: coletânea. Brasília: ENAP, 2006. vol. 2. P. 187-217.

FEBRABAN, FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **Função de Compliance**. Instituto Febraban de Educação, São Paulo. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/7rof7swg6qmyvwjcfwf7i0asdf9jyv/sitefebraban/funcoescompliance.pdf>. Acesso em: 28 Jan. 2015.

FELKERSON, J. **\$29,000,000,000,000**: A Detailed Look at the Fed's Bailout by Funding Facility and Recipient. University of Missouri, Kansas City, 2011. Disponível em: http://www.levyinstitute.org/pubs/wp_698.pdf. Acesso em: 10 Fev. 2015.

FILGUEIRAS, Fernando. **Além da transparência: accountability e política da publicidade**. Lua Nova, São Paulo, 2011, pp. 65-94. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n84/a04n84.pdf>. Acesso em: 20 Ago. 2014.

FÓRUM DE POLÍTICAS PÚBLICAS. A abordagem baseada em princípios do Canadá: "o conflito de interesses e o código pós-emprego". In: _____ KONDO, S.; et al. **Transparência e Responsabilização no Setor Público**: fazendo acontecer. Brasília: MP, SEGES, 2002.

FUKS, Mario. **Definição da agenda, debate público e problemas sociais**: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social. In: _____ Bib, n.49, 1º sem. 2000, pp. 79-94.

GALLIE, W. B. **Essentially contested concepts**. In: _____ Proceedings of the Aristotelian society. New Series, Vol. 56, 1956, p. 167-198.

GIANNETTI, Leonardo Varella. **O sigilo bancário**. Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena, v. 3, n. 1, 1998.

GILMAN, S. C. Instituições de integridade nos Estados Unidos. *In:* _____
 KONDO, S.; *et al.* **Transparência e Responsabilização no Setor Público:**
 fazendo acontecer. Brasília: MP, SEGES, 2002.

GONZALES, J. G. A organização dos estados americanos e o combate à
 corrupção. *In:* _____ KONDO, S.; *et al.* **Transparência e**
Responsabilização no Setor Público: fazendo acontecer. Brasília: MP, SEGES,
 2002.

GRAU, Nuria Cunill, **Repensando o público através da sociedade:** novas formas
 de gestão pública e representação social. Escola Nacional de Administração
 Pública – ENAP, Editora Revan, 1997.

_____, **Responsabilização pelo Controle Social.** *In:* _____
 BRESSER PEREIRA, L. C. e GRAU, N. C. (org). Responsabilização na
 Administração Pública. São Paulo. Centro HALL, Peter Latinoamericano de
 Administración para el Desarrollo (CLAD) e FUNDAP, 2006, pp. 263-321.

HALL, Peter A.; SOSKICE, David. **An Introduction to Varieties of Capitalism.** *In:*
 _____ Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative
 Advantage, 2001. Disponível em: [http://www.cerium.ca/IMG/pdf/HALL-
 _A_Peter_and_SOSKICE_David-_An_introduction_to_varieties_of_capitalism-
 2.pdf](http://www.cerium.ca/IMG/pdf/HALL-_A_Peter_and_SOSKICE_David-_An_introduction_to_varieties_of_capitalism-2.pdf). Acesso em: 20 Ago. 2014.

IPEA. **Brasil em Desenvolvimento:** Estado, Planejamento e Políticas Públicas.
 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2010. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/Livro_BD_vol3.pdf.

JAYME, Frederico G. Jr.; CROCCO, Marco. (Org.). **Bancos Públicos e**
Desenvolvimento. IPEA, Primeira Edição, Rio de Janeiro, 2010.

KANT, Immanuel. **Para a Paz Perpétua,** Versão Digital, 2006.

KINGDON, John W. **Juntando as coisas.** *In:* _____ SARAVIA, Enrique e
 FERRAREZI, Elisabete (org.). Políticas públicas: coletânea. Brasília: ENAP, 2006.
 V. 1.

KONDO, S., *et al.* **Transparência e Responsabilização no Setor Público:**
 fazendo acontecer. Brasília: MP, SEGES, 2002.

_____. Promovendo o diálogo para fortalecer a boa governança. *In:*
 _____ KONDO, S.; *et al.* **Transparência e Responsabilização no Setor**
Público: fazendo acontecer. Brasília: MP, SEGES, 2002.

LINDBLOM, Charles. E. **The Science of "Muddling Through"**. Published by:
 Blackwell Publishing on behalf of the American Society for Public. Public

Administration Review, Vol. 19, No. 2 (Spring, 1959), pp. 79-88. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/973677>. Acesso em: 23 Nov. 2014.

MARX, Karl. **A Guerra Civil na França**. São Paulo, Editora Atica, 1994. Capítulo 15, pp. 17-29, 69-95.

MEIJER, A. J. **Understanding modern transparency**. International Review of Administrative Science - IRAS, v. 75, n. 2, p. 255-269, 2009.

_____. **Introduction to the special issue on government transparency**. International Review of Administrative Sciences - IRAS, 2012. Disponível em: <http://ras.sagepub.com/content/78/1/3>.

_____. **Understanding the complex dynamics of transparency**. Public Administration Review - PAR, v. 73, n. 3, p. 429-439, 2013.

METTENHEIM, Kurt Eberhart Von. **Para uma análise transdisciplinar dos bancos públicos federais na democracia brasileira**. In _____ JAYME, Frederico G. Jr.; CROCCO, Marco. (Org.). Bancos Públicos e Desenvolvimento. IPEA, Primeira Edição, Rio de Janeiro, 2010, pp. 105-150.

_____. **Federal Banking in Brazil: policies and competitive advantages**. London, Pickering & Chatto, Number 16, 2010.

_____. **Commanding heights: para uma sociologia política dos bancos federais brasileiros**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092005000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 Out. 2014.

METTENHEIM, K. E.; LINS, M. A. T. The Banco do Brasil. In: _____
METTENHEIM, K. E. **Federal Banking in Brazil: policies and competitive advantages**. London, Pickering & Chatto, Number 16, 2010, p. 59-100.

MISSAGIA, L. R.; VELTER, F. **Manual de Contabilidade**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2007.

PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C.; LEITE, J. S. J. **Manual de Contabilidade Internacional: IFRS, US Gaap e Br Gaap, teoria e prática**. São Paulo. Cengage Learning, 2012.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. São Paulo, Paz e Terra, 1992, Capítulos I, II e VI.

SCHMITTER, Philippe C.; KARL, Terry Lynn. **What Democracy Is... and Is Not**. Journal of Democracy, Volume 2, Número 3, 1991, pp. 75-88.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. São Paulo, EDUSP, 1999.

SILVA, R. **Historicismo e Disputas Conceituais na Teoria política**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011.

SILVEIRA, Henrique. **Gestão da informação em organizações virtuais**: uma nova questão para a coordenação Inter organizacional no setor público. SCIELO, Vol.34 Número 2, Brasília, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652005000200008. Acesso em: 26 Fev. 2015.

SOUZA, Adriana Maricato de; OLIVEIRA, Fernando Meloni de; SALVADOR, Leandro Pires; ROMEIRO, Rodrigo Augusto; PORTA, Rogério Haucke. **Guias da Série Transparência Pública**. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Gestão Pública. São Paulo, 2013, 1º Edição. Disponível em: <http://gestaolai.sp.gov.br/guias>

SOUZA, C. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, 2006, p. 20-45.

SPINK, Peter *et al.* **The Art of Getting in the Way**: Five Years of the BNDES Platform. Study nº 13, 2013. Disponível em: <http://internationalbudget.org/wp-content/uploads/BNDES-Platform-Full-study.pdf>. Acesso em: 09 Jul. 2014.

TEIXEIRA, Alberto. **Guia da Cidadania para a Transparência**: prevenção contra a corrupção. Fundação Konrad Adenauer, Fortaleza, Ceará, 2006. Disponível em: http://www.cgu.gov.br/publicacoes/cartilhaolhovivo/Arquivos/CartilhaOlhoVivo_baixa_V2.pdf. Acesso em: 07 Abr. 2014.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. Belo Horizonte, Editora Itatiaia/EDUSP, 1977, pp. 7-8, 11-21, 50-53, 145-201.

VAZ, J. C.; RIBEIRO, M. M.; MATHEUS, R. **Dados Governamentais Abertos e seus Impactos sobre os Conceitos e Práticas de Transparência no Brasil**. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/viewFile/5111/3700>. Acesso em: 2 Fev. 2015.

WORLD WIDE WEB CONSORTIUM - W3C. **Dados Abertos Governamentais**. Disponível em: <http://www.w3c.br/divulgacao/pdf/dados-abertos-governamentais.pdf>. Acesso em: 07 Abr. 2014.

ANEXO I

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Objetivo Geral

Avaliação da Implementação da Política de Transparência na Administração Indireta

Modalidade de Entrevista

Semiestruturada

Tópicos Principais

Transparência Ativa

- Como avalia a Transparência Ativa de sua organização tendo em vista as informações sobre as atividades realizadas disponíveis no *site*?
- Os documentos, dados e informações são fornecidos de forma desagregada em formato de dados brutos?
- Os documentos, dados e informações estão disponibilizados em formatos “abertos” disponíveis para leitura por máquina e *softwares* não proprietários?
- O usuário encontra com facilidade as informações disponibilizadas na Transparência Ativa?
- Após a implementação da LAI houve ampliação da disponibilização de documentos, dados e informações na Transparência Ativa?
- Por causa da necessidade de disponibilização de documentos, dados e informações - “dados abertos”; alguma informação deixa ou deixou de ser disponibilizada?
- Quais são os principais esforços de sua organização para o aperfeiçoamento da Transparência Ativa?

Implementação

- Como ocorrem/ocorreram mudanças de processos no âmbito gerencial para implementação da política de transparência?
- Há limitações de recursos (infraestrutura / recursos financeiros / recursos humanos) para a implementação da política de transparência?
- Sua organização está preparada em termos de processos e produção de informação “aberta” para a disponibilização imediata no atendimento da transparência passiva?
- Os funcionários da organização solicitam documentos pessoais e informações de posse da área de recursos humanos por meio do SIC?

Conflitos

- Quais foram os impactos da implementação da metodologia de relatório GRI para a política de transparência de sua organização, na visão de sua organização esta metodologia é mais específica para lidar com os **stakeholders**?
- No cotidiano de sua organização especificamente sobre a prática da política de transparência há dilema entre as legislações “Lei de Acesso à Informação” e a “Lei do Sigilo Bancário”?
- O fato de sua organização ser de economia mista atrapalha a execução da política de transparência?
- Houve problemas na execução da Transparência Passiva no sentido de alguma informação não ter sido fornecida?
- Há conflito de interesses entre a política de transparência de sua organização e organizações de militância no tema de transparência?
- Sua organização entende que a política de transparência representa também uma forma de propaganda política?
- Qual a opinião de sua organização referente à política de transparência relacionada com o controle social?
- Como foi a reação à LAI?

Sigilo

- Sua organização possui tabela de classificação de documentos conforme Art. 45 do Decreto Federal nº 7.724/2012?
- Há algum documento, dado e informação que sua organização não disponibiliza?